

eHUMANIT@S

Revista Eletrônica dos áreas Sociais e Humanas do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba (São Paulo)

ISSN 2527-1466



2019 - nº 5

1º Semestre

Expediente

A revista eHumanitas tem por objetivo promover a publicação semestral de artigos originais em meio digital, tendo como finalidade contribuir cientificamente para as áreas Humanas e Sociais, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, abrangendo os trabalhos de pesquisas, iniciação científica, conclusão de curso e outros de natureza científica.

Corpo Editorial

Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium UniSALESIANO de Araçatuba

Conselho Diretivo

Pe. Luigi Favero

Presidente

Prof. André Luis Ornellas

Vice-presidente

Profa. Fabiane Cristina Spironelli

Coordenador da Revista

Conselho Editorial

Prof. Antônio Moreira

Profa. Claudia Lopes Ferreira

Prof. Fernando Savio Rodrigues dos Santos

Prof. Helton Laurindo Simoncelli

Prof. Jose Carlos Lorenzetti

Profa. Mirella Martins Justi

Conselho Consultivo

Profa. Cleide Henrique Avelino do Valle - Normas

Profa. Fabíola Aparecida Delben Costa - Normas

Prof. Jeferson da Silva Machado - Normas

Prof. João Geraldo Nunes Rubelo - Normas

Profa. Joicimar Cristina Cozza - Normas

Profa. Lilian Pacchioni P. de Souza – Língua Portuguesa

Profa. Patrícia Corassa – Língua Inglesa

Profa. Renata Jodas Tafner– Língua Portuguesa

Capa, Diagramação e Arte-Final

Prof. Maikon Luis Malaquias

MSMT UniSALESIANO Araçatuba

Rodovia Senador Teotônio Vilela, 3.821 - Jardim Alvorada - Araçatuba - SP - Brasil

(18) 3636-5252 - Fax (18) 3636-5274

E-mail: unisalesiano@unisalesiano.com.br

Site: www.unisalesiano.edu.br

Normas para publicação

A Revista eHumanitas aceita apenas artigos inéditos e exclusivos, que não tenham sido publicados e nem que venham a ser publicados em outro veículo.

A ordem em que aparecem os nomes dos autores poderá ser alfabética quando não houver prioridade de autoria, identificando autores, orientadores, professores de metodologia ou conclusão de curso. Havendo prioridade de autoria do artigo, a ordem de colocação dos nomes corresponderá ao primeiro nome sendo o autor principal, e os demais na ordem hierárquica de importância.

No caso de haver fotos de pessoas, os autores deverão providenciar documento de autorização, bem como respeitar a regra de desfocar a imagem – impossibilitando a identificação – do rosto quando se tratar de menores de 18 anos. (art. 5º, inciso X, da constituição federal de 1988).

Em caso de aceite do artigo para publicação, os autores deverão assinar o Termo de Aceite de Publicação, disponível no site da revista. Se o trabalho envolver pesquisa com seres humanos ou outros animais, deverá ser mencionado o número do processo de autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa, humano (CEAA) e animal (CEUA (Comitê de Ética na Utilização de Animais)).

Os artigos deverão conter necessariamente entre 8 e 15 páginas contando com as referências. Para as normas de formatações gerais dos artigos, a revista eHumanitas terá como padrão as normas fundamentadas na ABNT

Contato

Postagem e endereço eletrônico

Os artigos originais devem ser encaminhados para o endereço eletrônico ehumanitas@unisalesiano.com.br

Sumário

Administração.....	04
A Importância da Motivação e Liderança no Trabalho <i>Camila de Souza Bonfim, Cristiele da Silva França, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	05
A influência da Qualidade de Vida no Trabalho para o aumento do desempenho organizacional <i>Gabriela Salessi Ferreira, Maria Eduarda Gaspar de Oliveira, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	17
Análise dos índices de Rentabilidade e Liquidez na Empresa Natura S/A <i>Gabriel Duarte da Silva, Gustavo Delalata Mendes, Fabiane Cristina Spironelli e Cleide Henrique Avelino.....</i>	32
Comportamento do Consumidor Virtual <i>Luana Manoel Constantino, Luciano Alisson Leme de Lima, Hércules Farnesi Cunha e Cleide Henrique Avelino.....</i>	46
Desenvolvimento dos Mercados Futuros no agronegócio nacional: cenários e tendências <i>Camila Ribeiro Ferreira, Marianna Teixeira Sposito, Marcelo Gilberti Vuolo e Cleide Henrique Avelino.....</i>	61
Liderança como Fator de Desempenho <i>Ariane Cristina da Silva, Evelyn Kellen Keiko Ishii, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	74
Ciências Contábeis.....	84
Análise de desempenho econômico e financeiro na empresa JBS S.A. <i>Caio Matheus Ribeiro Soares, David Fornazari da Silva Júnior, Igor Freitas Duarte, Antônio Moreira, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	85
A importância da Contabilidade como ferramenta de gestão em Clubes de Futebol Profissional <i>Felipe Rigon, Gustavo Cargano Marin, Leonardo Pessoa Silva, Celso Roberto Dias, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	101
Comparação dos gastos públicos nos ciclos orçamentários nos períodos pré e pós-eleições no Município de Birigui/SP <i>Francisco Júnior Rodrigues da Silva, Paula Fagá, João Marcos Scaramelli, Cleide Henrique Avelino, Fabiane Cristina Spironelli e Renata Jodas Tafner.....</i>	105
A importância da análise dos índices de estrutura para a entidade social Ritinha Prates	

Jaqueline dos Reis Oliveira, Paulo Henrique Botelho Junior, Tayná Carolina Amaral da Silva, Walcir Gonçalves dos Santos, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli..... 129

Análise da relação entre o gasto público e a qualidade da educação no ensino fundamental no município de Bilac entre os períodos de 2012 a 2017

Katia Priscila Duarte Azadinho, Taciane Rampim Corrêa, João Marcos Medeiros Scaramelli, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli..... 140

A utilização do Business Intelligence – BI para o auxílio à análise de relatórios gerenciais contábeis

Ana Paula Crescêncio da Conceição, Victor Enrico Cordeiro da Silva, Francisco Antônio de Souza, Cleide Henrique Avelino do Valle e Fabiane Cristina Spironelli..... 155

Direito..... 170

A necessidade de regulamentação jurídica das criptomoedas

Raul Gonçalves Neto, Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan e Helton Laurindo Simoncelli..... 171

Co-culpabilidade: A responsabilidade do Estado e da sociedade nas infrações penais

Ingrid Juliana Gonçalves Fernandes, Valéria de Oliveira e Helton Laurindo Simoncelli..... 183

Estupro pena perpétua

Stara Regiman Pinheiro, Sérgio Henrique dos Santos Matheus e Helton Laurindo Simoncelli 196

Psicopatia: Medida de Segurança versus Pena Privativa de Liberdade

Thaís de Oliveira Fernandes, Marcelo Pereira dos Reis e Helton Laurindo Simoncelli..... 207

Responsabilidade civil pelo abandono afetivo inverso

Denise Garcia Xavier, Cibele Rodrigues e Helton Laurindo Simoncelli..... 222

Usucapião familiar: análise dos requisitos para a aplicação deste instituto em casos concretos

Marilce Amaral Camargo, João Francisco de Azevedo Barreto e Helton Laurindo Simoncelli..... 237

Psicologia..... 250

Refletindo sobre a importância da comunicação como ferramenta na prestação de serviços

Leandro Cândido, Mariana Marcussi, Milton dos Reis, Gislene Marcelino, Cláudia Cristina Cyrillo Pereira e Mirella Martins Justi..... 251

Relação entre os Cantos de Aprendizagem no desenvolvimento da autonomia, cooperação e identidade <i>Renata Jodas Tafner, Joicimar Cristina Cozza e Larise Boaventura Rodrigues.....</i>	262
Publicidade e Propaganda.....	276
A memorização da marca através do jingle: estudo de caso Celso Lanches Araçatuba/SP <i>Lilian Pacchioni Pereira de Sousa, João Geraldo Nunes Rubelo, Elton Tonello Albuquerque e Fernando Sávio Rodrigues dos Santos.....</i>	274
A publicidade infantil e a ética: o papel dos youtubers diante às recomendações do CONAR <i>Lilian Pacchioni Pereira de Sousa, João Geraldo Nunes Rubelo, Ricardo Tadeu Leoncini de Carvalho e Fernando Sávio Rodrigues dos Santos.....</i>	287
Serviço Social.....	299
A contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal <i>Bruna Oliveira Timóteo, Thatiany Harumi Bando Ferreira, Marilda de Oliveira Lemos e Cleide Henrique Avelino.....</i>	300
O Serviço Social no enfrentamento da fome sob o contexto da ofensiva neoliberal <i>Eliane Cristina Oliveira, Tainá Sanches Rabal, Marilda de Oliveira Lemos e Cleide Henrique Avelino.....</i>	314
Políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres <i>Amanda Valeri Dias, Maíza Aparecida Moreira, Marilda de Oliveira Lemos e Cleide Henrique Avelino.....</i>	330
População em Situação de Rua <i>Ana Carolina Bernardes de Oliveira, Maria Celma de Jesus Dutra, Livia Marinho de Moura e Cleide Henrique Avelino.....</i>	343

ADMINISTRAÇÃO

A Importância da Motivação e Liderança no Trabalho

The Importance of Motivation and Leadership at Work

Camila de Souza Bonfim¹
Cristiele da Silva França²
Silvio Mandarano Scarsiotta³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

A motivação e a liderança resultam em benefícios para a empresa, possibilitando melhores resultados. A motivação dos colaboradores pode ser uma das principais causas do rendimento de uma organização, pois são eles que exercem o trabalho funcional, consequentemente resultando no desempenho da empresa. O líder deve saber trabalhar com seus colaboradores, seus pontos fortes e fracos, deixando-os com uma maior liberdade para as tomadas de decisões, para que eles sintam-se importantes e possam atingir o auge de suas capacidades e ao mesmo tempo estejam motivados em seu ambiente de trabalho. A pesquisa bibliográfica evidenciou que o líder exerce uma forte influência ao motivar seus colaboradores, contribuindo assim o alcance de resultados positivos no meio organizacional.

Palavras – chaves: Ambiente, Líder, Liderança, Motivação, Resultados.

ABSTRACT

Motivation and leadership lead to benefits to the company, enabling better results. The collaborator's motivation can be one of the main causes of an organization's income, because they are the ones who perform the functional work, consequently resulting in the company's performance. The leader must know how to work with his collaborators, their strengths and weaknesses, letting them with a bigger freedom to decision-making, in order that they feel important and can reach the peak of their capabilities and at the same time be motivated in their workplace. With the bibliographic research it is evidenced that the leader performs a strong influence by motivating his collaborators, thereby contributing to the reach of positive results in the organizational environment.

Keywords: Environment, Leader, Leadership, Motivation, Results.

Introdução

A motivação e a liderança é fundamental no meio organizacional; a concorrência entre as organizações aumentou constantemente e tende a se desenvolver ainda mais. Como consequência as empresas estão se aprimorando para serem competitivas como circunstância de sobrevivência.

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador; Especialização em Planejamento Estratégico Empresarial; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

A motivação humana tem sido considerada essencial desde a antiguidade e as suas culturas foram ganhando superfície conforme foi possível perceber a importância das pessoas para as organizações. Para o sustento de qualquer empresa, a condição humana precisa analisar as características necessárias e assim motivar e acondicionar as pessoas nas organizações.

Motivação traz ao líder uma transparência junto à organização fazendo com que o ambiente entre o empregado e o empregador seja mais comunicativo, e desse modo, gerando uma liderança eficaz. O líder quando ligado à sua equipe dispõe de resultados positivos e agrega oportunidades para que o grupo se comunique, trocando ideias e experiências.

Para estudar motivação é necessário que se apresente temas relacionados à liderança, onde um integra o outro. As pessoas possuem suas respectivas motivações, entretanto, o líder possui função principal na evolução das características que os motivam a alcançar algo.

O convívio entre os líderes da organização compõe a motivação, eles não podem esquecer que cada pessoa é diferente, deste modo, as razões que motivam também se modificam. Um líder motivado e também motivador é essencial para a organização. Sua função é importante e estratégica para que os fins organizacionais sejam realizados.

O presente trabalho teve como objetivo analisar quais situações constituem motivação nas equipes de profissionais; identificar os conceitos de motivação no meio organizacional e destacar a importância do líder. Com o pressuposto teórico apresentou-se que, a liderança e a motivação colaboram para a consecução de melhores resultados à organização, sendo um fator motivador para a equipe para solucionar as dificuldades.

Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas baseia-se no fato de que o desempenho de uma organização depende vigorosamente da colaboração das pessoas que a compõem e de modo como elas estão organizadas, são estimuladas e capacitadas, e como são mantidas num ambiente de trabalho através do clima organizacional apropriado. (CHIAVENATO, 1999).

Além disso, para o autor citado acima, o contexto é estabelecido por pessoas

e organizações, nas quais as pessoas atuam e passam grande parte de suas vidas, além de dependem de outras pessoas para alcançarem o sucesso, seja individual ou organizacional. Atualmente as pessoas não são mais vistas como horistas ou mensalistas, e sim como parceiros de uma organização, colaboradores motivados, onde em muitos casos até mesmo como acionistas, assim direcionando para o sucesso organizacional.

A gestão de pessoas, segundo Chiavenato (2010), é uma das áreas que mais tem sofrido mudanças e transformações nesses últimos anos, uma vez que, o fator humano, é considerado combustível de uma organização, detentor de competências variadas.

Desse modo, Chiavenato (2010), destaca que um aspecto que se interliga ao tema, está na motivação humana, que tem sido considerada desde a antiguidade e a sua cultura foi ganhando espaço assim que se compreendeu a importância das pessoas para as organizações. Para o sustento de qualquer empresa a condição humana precisa ser analisada independente das características, disposições ou dos conhecimentos, portanto é fundamental motivar e acondicionar as pessoas nas organizações.

Conceito de Motivação

A motivação é uma situação indispensável para o alcance de objetivos e metas pessoais, do trabalho, das organizações e dos países. (GIL, 2001). Tornou-se um dos assuntos mais discutidos no ambiente organizacional, pois as organizações começaram a perceber que para se manter em um mercado competitivo é necessário conhecer as necessidades humanas, de modo a manter um bom relacionamento com seus colaboradores, assim realizando consequentemente resultados tanto qualitativos, quanto quantitativos para organização.

De acordo com Maximiano (2002), a palavra motivação é derivada do latim *motivus, movere*, que significa mover, a qual engloba um conjunto de ações, onde o indivíduo é estimulado, incentivado, através do comportamento humano, a alcançar um objetivo, ou seja, é um processo essencial na vida de qualquer ser humano.

Em outro conceito, Robbins (2008), cita a motivação como sendo um processo de intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta, embora a motivação, de uma maneira geral, se

relacione ao esforço para atingir qualquer objetivo. Por sua vez, persiste enquanto a necessidade interior não alcançar os objetivos propostos, ou seja, o término do potencial motivador gera no indivíduo um sentimento de respeito e autorrealização que lhe traz satisfação e gera empreendimentos cada vez mais inovadores, em busca da realização de novas necessidades e potencialidades.

Segundo Chiavenato (2006), de modo geral, motivação é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou pelo menos, origina uma propensão a um comportamento específico, podendo este gerar um impulso à ação, provocado por um estímulo externo ou também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo.

Com base nos autores citados acima, pode-se, então, entender a motivação como uma energia, uma força ou ainda, um impulso interno que uma organização impõe aos indivíduos e que se bem implantado trará benefícios para ambas as partes. Sobretudo, é relevante considerar a motivação como aspecto interior de cada um e leva-lo a agir espontaneamente para alcançar determinado objetivo. No entanto, não é possível motivar uma pessoa, e sim criar um ambiente organizacional compatível com os objetivos da pessoa, no qual a mesma se sinta literalmente motivada.

Motivação Organizacional

No ambiente organizacional, segundo Robbins (2002), a motivação é o processo de estimular um colaborador para que empreenda ações que irão preencher uma necessidade ou desejo individual, mas que estará sintonizada com um determinado comportamento ou meta a ser alcançada pela organização. O desafio de estimular pessoas proporcionando-as motivação não é tão simples, pois cada colaborador possui valores e experiências de maneiras diferentes e assim torna-se o gerenciamento dessa diversidade um grande desafio para o gestor.

Na visão de Chiavenato (2004), o clima organizacional traduz a influência ambiental sobre a motivação dos participantes, podendo ser descrito como a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelos membros da organização. O clima organizacional é um termo relevante, especificamente as propriedades motivacionais do ambiente organizacional, ou seja, os aspectos da organização que provocam diferentes tipos

de motivação em seus participantes.

Na percepção de Maxwell (2008), as organizações são sistemas extremamente complexos, elas revelam compostas as atividades humanas em diversos níveis de análise, como, personalidades, grupos, normas, valores, metas, tudo isso existe sob um padrão complexo e avaliativo. Em diferentes ambientes, sofre ações aleatórias, que se modificam no tempo e no espaço reagindo através de estratégias para alcançar os resultados. Com isso, apresentam uma incrível diversidade, criando sua própria cultura ou clima, com seus próprios costumes e valores.

Segundo Robbins (2005), a intensidade se refere a quanto esforço a pessoa despense. Contudo, a intensidade não é capaz de levar a resultados favoráveis a menos que seja conduzida em uma direção que beneficie a organização. Deve-se considerar a qualidade do esforço, tanto quanto sua intensidade. A motivação tem uma dimensão de persistência, os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos pessoais e organizacionais sejam atingidos. E, segundo Bergamini (1994), ficam dispostos a se comprometerem de maneira intensa e procurando sempre almejar aquilo que buscam com responsabilidade na organização.

É de suma importância no meio organizacional, tanto no relacionamento interno dos colaboradores com níveis hierárquicos superiores, quanto na convivência em relação aos clientes, o estímulo à motivação, sob os aspectos individuais e entre equipes, após isso, se faz necessário designar as tarefas, pois a interligação entre os setores na organização ocasiona melhores resultados para o sucesso da mesma.

Motivação de Equipes

A meta principal da motivação de equipes volta-se para a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao mesmo tempo em quem melhora a satisfação do trabalhador, melhora a produtividade da empresa. Para tanto, precisa-se de diferentes técnicas que visem à formulação dos cargos e funções de uma organização, contanto com a participação de todos envolvidos no processo. (FERNANDES, 1996).

O principal objetivo da implantação de programas que visam oferecer maior

qualidade e motivação de equipes é a reestruturação do setor produtivo, que estabelece estratégias entre as equipes a fim de atender as necessidades básicas e também eficácia e produtividade.

De acordo com Chiavenato (2006), o fator humano ocorre em todos os níveis da organização e sem eles os demais recursos, praticamente tornam-se ineficientes. Por isso é preciso atrair e manter as pessoas dentro da organização, dando-lhes condições para que possam satisfazer os anseios internos de crescimento psicológico e desenvolvimento profissional. As organizações, neste ambiente, têm que conseguir o máximo de aproveitamento de capital intelectual e de seus talentos, mantendo a motivação e propondo conhecimentos com os outros colegas, a fim de formar e preservá-la em um alto nível de competência e performance, com o apoio fundamental da gestão de pessoas.

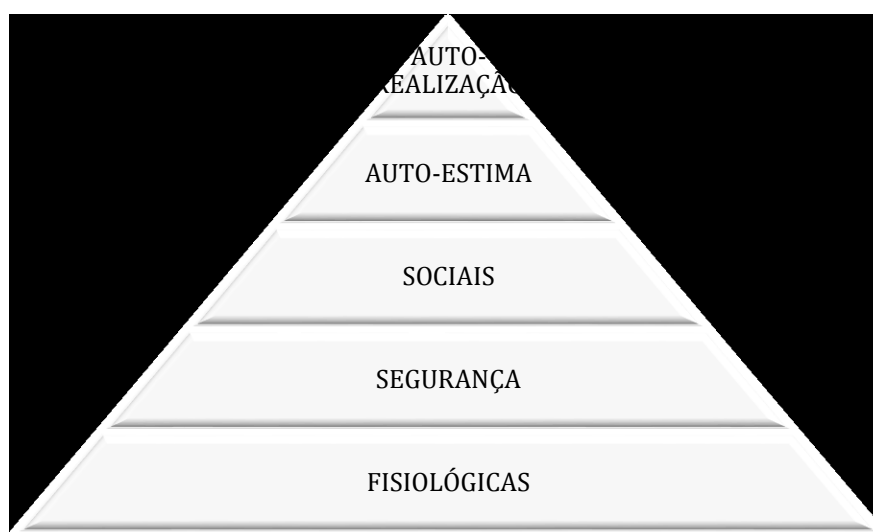
Conforme Maxwell (2008), a responsabilidade pelo desenvolvimento das pessoas recai sobre o líder e isso significa mais do que apenas ajudá-las a adquirir habilidades profissionais. Os melhores líderes ajudam os liderados não só em relação à carreira, mas também em relação à vida pessoal, ajudam a se tornar pessoas melhores e, não apenas bons profissionais. A liderança potencializa o resultado dos liderados.

De acordo com Chiavenato (2006), no início da década de 1940, Abraham Maslow (1970) desenvolveu sua teoria sobre a hierarquia das necessidades, a partir dela é possível definir quais são os principais pontos da motivação de um homem. Para Maslow (1970), as necessidades satisfeitas são o que motivam as pessoas, são essas necessidades que criam fatores de esforços para que elas possam se sentir realizadas.

Para representar essa teoria, Maslow (1970) criou uma pirâmide para apresentar a posição das necessidades humanas em uma hierarquia.

A Pirâmide de Maslow (1970), no entanto, tornou-se um importante modelo explicativo de psicologia organizacional. Algumas empresas preocupadas em preservar seus executivos de maior sucesso procuram, além das recompensas financeiras, oferecer a eles condições que atendam suas necessidades de expressar sua criatividade e ideias, como oportunidade de organizar diferentes programas que agregam uma importante imagem para a organização.

Figura 1: Hierarquia das Necessidades Humanas



Fonte: Maslow (1970, p. 76)

Conceito de Liderança

A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, seja em empresas, ou no formato departamental. Sendo assim, a liderança é fundamental em todas as atividades da administração, pois o administrador necessita conhecer a natureza humana e coordenar as pessoas. O gestor de pessoas, para ser eficiente com suas atividades, precisa ter uma visão global de cada atividade, obter conhecimentos sobre o ser humano, ser eficaz em preceder-se às mudanças e estar totalmente comprometido com o planejamento da organização e ser capaz de as pessoas e suas equipes de trabalho. (CHIAVENATO, 2006).

Definir um conceito específico para a liderança se torna complexo, pois o número de publicações sobre tal assunto tem aumentado. Com isso cada autor apresenta sua diversidade sobre as definições de liderança.

Para Stogdill (1974), liderança é o início e a manutenção de estruturas em termos de expectativa e interação. Já para Bertero (2007), liderança é um tipo especial de relacionamento e poder, caracterizado pela percepção dos membros de um grupo, no sentido de que outro membro tenha o direito de prescrever padrões de comportamento no que diz respeito à qualidade de membro desse grupo.

Liderança é uma maneira de comandar as pessoas, aproxima-las e, dessa forma, ser um fator influenciador no alcance dos mesmos objetivos. Ser líder requer

habilidades, paciência, dedicação, determinação, respeito, compromisso e outras características primordiais. (CHIAVENATO, 2006).

Chiavenato (2004), defende o líder usando os três estilos em determinadas situações, com as pessoas e com cada tarefa a ser executada: 1) liderança autocrática - relata a imposição de ideias pelo líder e suas decisões sobre o grupo, sem a participação do mesmo, ou seja, a ênfase está nele; 2) liderança liberal - o líder atribui as decisões a serem tomadas totalmente ao grupo e sua participação é mínima e o grupo é destacado, ou seja, o líder não se impõe aos seus subordinados e oferece total liberdade para o grupo tomar as decisões; 3) liderança democrática - o líder instrui o grupo e os incentiva a participar, assim a troca de ideias entre eles melhoram a satisfação dos liderados, ou seja o líder democrático busca distribuir as tarefas para que as decisões sejam tomadas em grupo com ênfase em ambos.

Importância do Líder

Para Chiavenato (2005), o líder aparece como um meio para o alcance dos objetivos desejados e o comportamento de liderança ajuda na realização dos objetivos e na satisfação das necessidades. Existem pessoas que serão melhores líderes que outras, porém qualquer pessoa que age em uma posição de liderança pode tornar-se mais dominante e eficiente. Ou seja, os líderes trabalham como um facilitador para orientar o grupo, auxiliando na definição dos problemas e soluções e também coordenando as atividades e apresentando ideias.

Segundo Dutra (2002), as empresas estão cada vez mais necessitando do envolvimento e do comprometimento das pessoas com suas finalidades estratégicas. Um líder respectivamente não é um gerente, é alguém que os outros consideram como responsável fundamental pela realização dos objetivos do grupo.

De acordo com Chiavenato (2004), a liderança é uma classificação de gestão, e as funções do líder são mais concretas do que a de um gerente, o modo como o líder exerce suas atividades determina o sucesso ou o fracasso da empresa. A má liderança pode propiciar a ausência de credibilidade por parte dos colaboradores e devido às divergências, os funcionários não compreenderam qual seu papel dentro da organização, resultando em uma grande desmotivação.

Principais aspectos da Liderança

Liderança considera-se como sendo diferente de gerenciamento. No cenário empresarial, o contexto correspondente à era do administrador sério e utilizador da racionalidade. Com a atualização e modernização, o administrador e líder se separaram. Entretanto, ambos estão sendo novamente integrados em respaldo ao desempenho (BERTERO, 2007).

Os líderes, diferentemente dos administradores, utilizam da inteligência emocional e do convencimento para influenciar pessoas no atingimento das metas. Essa discussão levantada entre liderança e administração foi importante e bem aceito no conceito de administrador líder, ou seja, o gestor que saiba trabalhar com racional e emocional no momento e na proporção correta. Para uma boa liderança, é preciso conhecer bem os liderados ou subordinados. (BERTERO, 2007).

Segundo Bergamini (2003), cada pessoa tem suas próprias motivações e o que motiva um profissional pode desmotivar o outro. Empresas desperdiçam consideráveis recursos ao institucionalizarem benefícios que não agregam valor aos empregados, ou a um pequeno grupo de empregados.

Motivação e Liderança

O concorrido mercado empresarial exige das empresas uma gestão que proporcione ganhos de competitividade. Fatores como métodos e tecnologias são amplamente difundidos no mercado, tornando-os relativamente igualitários entre as empresas. (CAVALCANTI, 2009).

Segundo autor Chiavenato (2010), a gestão de pessoas adquiriu uma posição de destaque para as organizações, sendo considerada como um importante elemento de diferenciação perante os concorrentes. Neste contexto, os estudos relacionados à gestão de pessoas ampliaram-se e adquiriram novos patamares de importância no meio empresarial e acadêmico. Dentre os assuntos estudados, liderança e motivação possuem uma posição de destaque. Levando-se em consideração que o processo motivacional envolve aspectos intrínsecos e extrínsecos, a liderança adquire um aspecto fundamental. Apesar de a motivação possuir aspectos predominantemente intrínsecos, o ambiente extrínseco promove grande influência no padrão de comportamento adotado por um indivíduo.

O cenário de ambientes satisfatórios pode impulsionar o desenvolvimento de um estado de motivação. Pessoas altamente motivadas, de acordo com Chiavenato

(2009), na realização de tarefas, possuem um melhor desempenho, qualidade e produtividade em suas atribuições. Desta forma, a manutenção de equipes motivadas pode ser fator de grande relevância na busca por melhores desempenhos e incrementos de competitividade para uma organização. O líder possui um papel relevante neste contexto, pois ele é o responsável por mobilizar os colaboradores para o alcance dos objetivos organizacionais.

Conclusão

Com base na pesquisa bibliográfica, foi possível observar que a gestão da motivação foi considerada uma ação estratégica dentro de uma organização, onde representa um aspecto significativo para o sucesso dos negócios. Avaliar a motivação permite as organizações identificar percepções de seus colaboradores sobre diferentes pontos que influenciam o desempenho profissional.

É importante para os resultados das empresas a manutenção de um elevado grau de satisfação e de motivação de seus colaboradores, gerando comprometimento, agregando valor ao crescente nível de fidelidade dos clientes, pois no nível de competitividade atual é preciso cultivar um ambiente de bons relacionamentos profissionais, trabalhar em equipe, estabelecer alianças estratégicas, desenvolver iniciativas e também uma liderança em cooperação para alcançar os benefícios para a organização.

Uma equipe necessita de liderança em seu cotidiano para planejar como atingir os resultados, destinar, organizar e controlar as funções, criar uma boa relação no ambiente organizacional e incentivar os colaboradores a ser exemplo para boas referências. O líder busca encontrar pontos estratégicos para conseguir elaborar condições, as quais se tornem desafios motivadores para seus colaboradores, através de seu estilo de liderança, como resultado será possível identificar o avanço nas melhorias do cenário empresarial.

A liderança exerce uma forte influência no comportamento humano e nas tomadas de decisões. Após a pesquisa, ficou evidente a importância do líder dentro das organizações, pois ele tem papel importante nos processos motivacionais e na coordenação das tarefas desenvolvidas por sua equipe.

Conclui-se que o pressuposto teórico foi confirmado pois a liderança e motivação contribui para possibilitar o alcance dos melhores resultados

organizacionais, uma vez que podem assumir um papel importante ao apresentar propostas para solucionar dificuldades. Desta forma, com a referência da pesquisa bibliográfica, o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados, onde foi demonstrado os conceitos e finalidades sobre o tema apresentado, e a importância da motivação e liderança no ambiente organizacional.

Referências Bibliográficas

BERGAMINI, Cecília W.. **Liderança: administração do sentido**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Motivação: uma viagem ao centro do conceito. **RAE executiva**, v. 1, n. 2, p. 63-67, 2003.

BERTERO, Carlos O.. O administrador-líder. **RAE executiva**, v. 6, n. 1, p. 56-60, 2007.

CAVALCANTI, Vera Lucia. **Liderança e motivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

_____. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel de Recursos Humanos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Gestão de pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **O Capital Humano das Organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Recursos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUTRA, Joel S.. **Gestão de Pessoas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FERNANDES, Eda C.. Qualidade de vida no trabalho – uma experiência brasileira. **Revista de Administração**, São Paulo, V. 23, nº 4, p. 29-38, 1996.

GIL, Antônio C.. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. 1. ed São Paulo: Atlas, 2001.

MASLOW, Abraham H.. **Motivation and personality**. 2. ed. New York: Harper and Row, 1970. Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>.

MAXIMIANO, Antonio C.. **Administração de Projetos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXWELL, John C.. **O livro de ouro da liderança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

ROBBINS, Stephen P.. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: 2008.

_____. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

_____. **Comportamento organizacional**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

STOGDILL, Ralph M.. **Manual de Liderança**. 1. ed. Nova York: MacMilan/Free Press, 1974.

A influência da Qualidade de Vida no Trabalho para o aumento do desempenho organizacional

The influence of Quality of Life at Work for the increase of organizational performance

Gabriela Salessi Ferreira¹
Maria Eduarda Gaspar de Oliveira²
Silvio Mandarano Scarsiotta³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

A pesquisa analisa a importância de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho para aumentar o desempenho organizacional. A implantação de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho em uma organização traz ações que objetivam promover um ambiente de trabalho mais saudável e prazeroso, que estimule e mantenha os colaboradores satisfeitos, motivados e envolvidos com o próprio trabalho, a fim de atingir os objetivos da organização e dos colaboradores. Através deste estudo, compreendeu-se que a Qualidade de Vida no Trabalho influencia diretamente na produtividade dos colaboradores pois reflete no aumento do desempenho e alcance do sucesso organizacional.

Palavras-chave: Colaboradores, Organização, Qualidade de Vida no Trabalho.

ABSTRACT

The research analyses the importance of a Quality of Life at Work program to increase the organizational performance. The implantation of a Quality of Life at Work program in an organization brings actions that aim to promote a healthier and more pleasurable work environment, which stimulates and keeps the collaborators satisfied, motivated and involved with their own job, in order to reach both the organization and the collaborators goals. Through this study, it is understood that the Quality of Life at Work directly influences on the collaborators productivity, which reflects on the organizational performance, therefore, it contributes to the reach of organizational success.

Keywords: Collaborators, Organization, Quality of Life at Work.

Introdução

Utilizando-se do método da pesquisa bibliográfica, o presente artigo aborda conceitos da Qualidade de Vida no Trabalho, seus reflexos positivos para as organizações e seus colaboradores.

O tema Qualidade de Vida no Trabalho possui grande importância no cenário empresarial, em decorrência do apoio deste programa auxiliando na alavancagem

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador; Mestre em Administração Estratégica; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

do desempenho organizacional, através do oferecimento de melhores condições de trabalho e benefícios aos seus colaboradores, para os tornar motivados, satisfeitos e com maior produtividade.

Como delimitação definiu-se a influência da Qualidade de Vida no Trabalho para aumento do desempenho organizacional, no qual, a QVT possui a finalidade de proporcionar um ambiente e condições de trabalho melhores, já que a satisfação dos colaboradores influencia no desempenho da organização.

Foi apresentado como objetivo geral: analisar a importância de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho para uma organização; e como objetivos específicos: identificar os principais fatores determinantes da Qualidade de Vida no Trabalho; e pesquisar bibliograficamente o processo de satisfação com o trabalho executado.

Analisou-se neste artigo, a pergunta problema: A Qualidade de Vida no Trabalho influencia diretamente na motivação da equipe de trabalho? Logo, apresentou-se o pressuposto teórico: A Qualidade de Vida no Trabalho influencia diretamente na motivação de uma equipe de trabalho, pois proporciona melhorias dentro do ambiente organizacional, podendo garantir um ambiente saudável com boas condições de trabalho, oportunidades de crescimento e futuro, bom relacionamento com a equipe, possibilidades de participar e dar opiniões, reconhecimento pelos resultados alcançados, e isto promove a satisfação com o trabalho executado.

A implantação de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho proporciona vantagens favoráveis para a organização e seus colaboradores, sobretudo, em um mercado altamente competitivo. Para a sobrevivência da organização é necessário que a mesma vise além de lucros a qualidade de vida de seus colaboradores, já que a satisfação dos mesmos impacta diretamente no desempenho organizacional.

Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas segundo Chiavenato (2014) é uma função, a qual visa à colaboração das pessoas para o alcance dos objetivos organizacionais e individuais, onde as mesmas passam a ser parceiras da organização, com capacidade para conduzir a organização à excelência e ao sucesso.

De acordo com Chiavenato (2014), o objetivo da gestão de pessoas é basicamente alcançar os objetivos organizacionais através de pessoas, proporcionando-as satisfação e qualidade de vida no trabalho. Para que isto aconteça, é necessário o processo de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar as pessoas.

Um dos aspectos da Gestão de Pessoas é a humanização das empresas, com o olhar de que as pessoas são seres humanos e não recursos da organização. Ela visa incentivar a participação, capacitação, envolvimento e desenvolvimento de colaboradores de modo que contribua para eficácia organizacional.

Empresas são feitas de pessoas para pessoas. A pedra fundamental da gestão de pessoas está na contribuição conceitual e prática para uma vida humana mais saudável e com resultados legítimos de produtividade, qualidade e desenvolvimento e competitividade sustentável. (FRANÇA, 2012, p. 03)

A Gestão de Pessoas pode criar estratégias voltadas para que os colaboradores comecem a fazer parte da cultura organizacional, na qual seja possível a criação de um ambiente de trabalho saudável e produtivo, no qual empresa e colaboradores se beneficiam, de modo que atinjam os seus objetivos.

Pessoas são consideradas o principal ativo da empresa e, segundo Chiavenato (2014), para que a mesma cresça e alcance o sucesso é necessário atrair, reter, potencializar e administrar o capital humano, pois é através dele que se agrega inteligência ao negócio, onde impacta diretamente na produtividade, rentabilidade, crescimento e sucesso da organização.

Importância das pessoas para uma organização

As organizações têm em sua constituição pessoas e, as mesmas só funcionam porque existem pessoas que agem e tomam decisões em seu nome, e que tornam possível a produção de bens ou serviços.

As organizações também dependem direta e irremediavelmente das pessoas para operar, produzir bens e serviços, atender clientes, competir nos mercados e atingir objetivos globais e estratégicos. As organizações jamais existiriam sem as pessoas que lhe dão vida, dinâmica, energia, inteligência, criatividade e racionalidade. (CHIAVENTATO, 2014, p. 06)

As organizações começam a funcionar quando as pessoas cumprem e desempenham adequadamente as atividades as quais foram devidamente admitidas e preparadas para exercício do cargo.

A relação entre a organização e as pessoas deve ser mútua. Tal relação deve se dar por meio da elaboração de objetivos em comum, e, principalmente, da união, para garantir a sua sobrevivência. De acordo com Chiavenato (2014), ambas dependem uma da outra para garantir benefícios recíprocos, atingir objetivos e cumprir suas missões, através de uma relação duradoura.

A produtividade é influenciada pela motivação e satisfação com o trabalho, e segundo Dubin (1971), as melhores recompensas para as pessoas que trabalham é a satisfação que extraem das suas atividades profissionais, isto traz a ideia básica de que as pessoas são mais produtivas quanto mais satisfeitas, motivadas e envolvidas com o próprio trabalho.

De acordo com Chiavenato (2014), o sucesso organizacional depende diretamente das pessoas que lhe compõe. Para alcançar o sucesso, é necessário que o quadro de colaboradores possua pessoas capacitadas, comprometidas, com habilidades e competências, motivadas e satisfeitas com o próprio trabalho e, acima de tudo, pessoas com iniciativa, vontade de trabalhar e que busquem crescimento pessoal e profissional.

Clima Organizacional

O conceito de clima organizacional de acordo com Chiavenato (2009), pode ser descrito como a qualidade do ambiente organizacional, que envolve um quadro amplo e flexível da influência ambiental sobre a motivação, sendo assim, é a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelo membro da organização.

O clima organizacional está intimamente relacionado com a motivação dos membros da organização. Quando há elevada motivação entre os participantes, o clima organizacional tende a ser elevado e proporciona relações de satisfação, de animação, de interesse e de colaboração entre os participantes. (CHIENENATO, 2015, p. 89)

Segundo Chiavenato (2015), o clima organizacional está relacionado ao grau de motivação, onde influencia no comportamento, no relacionamento e no desempenho das pessoas e equipes de trabalho dentro da organização.

Um clima organizacional baixo leva os colaboradores a terem um baixo índice de produtividade, dificuldade para exercer as suas atividades com qualidade, e mesmo que o colaborador tenha competência e paixão pelo o que faz, um ambiente doente pode desmotivá-lo e desinteressá-lo causando insatisfação e gerando impactos que são refletidos no ambiente de trabalho.

Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas

O planejamento estratégico de gestão de pessoas é integrado ao planejamento estratégico da organização, visando atingir os objetivos da empresa por meio das pessoas que a compõe.

O planejamento estratégico de GP refere-se a maneira como a função GP deve contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos funcionais de suas áreas e dos objetivos individuais dos funcionários. Trata-se de alinhar talentos e competências com as necessidades da organização. (CHIAVENTATO, 2014, p. 68)

O planejamento estratégico de gestão de pessoas se baseia em conquistar e manter colaboradores capacitados e comprometidos com o trabalho, dando o melhor de si para atingir os seus objetivos e objetivos da organização.

As pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e as fraquezas de uma organização dependendo da maneira como são tratadas. Elas podem ser a fonte de sucesso como também podem ser a fonte de problemas. É melhor trata-las como fonte de sucesso. (CHIAVENTATO, 2014, p. 11)

Contudo, o planejamento estratégico de gestão de pessoas visa utilizar os conhecimentos e competências dos indivíduos que lhe compõe, traçando-se caminhos para que a organização atinja seus objetivos, metas, estratégias e projetos estabelecidos, com o intuito de alcançar o sucesso organizacional.

Qualidade de Vida no Trabalho

Para considerar sobre Qualidade de Vida no Trabalho-QVT faz-se necessário comentar primeiramente em relação a Qualidade de Vida, sendo possível considerar como a percepção das pessoas em relação ao bem-estar físico e psicológico, a partir das necessidades de cada indivíduo em relação ao ambiente social e econômico no qual se encontram. (CHIAVENATO, 2015)

A Qualidade de Vida refere-se também a aspectos relacionados à saúde, segurança, expectativa de vida, e as condições para que se viva dignamente, como água, luz, meios de comunicação, entre outros.

São múltiplos os fatores que determinam a qualidade de vida de pessoas ou comunidades. A combinação desses fatores que moldam e diferenciam o cotidiano do ser humano, resulta numa rede de fenômenos e situações que abstratamente, pode ser chamado de qualidade de vida. Em geral, associam-se a essa expressão fatores como: estado saúde, longevidade, satisfação, prazer e até espiritualidade. Num sentido mais amplo qualidade de vida pode ser uma medida da própria dignidade humana, pois pressupõe o atendimento das necessidades humanas fundamentais. (NAHAS, 2001, p. 5)

A Qualidade de Vida está relacionada aos fatores que podem melhorar a vida das pessoas, diante das situações encontradas no seu cotidiano, levando em consideração aspectos internos e externos, o ambiente onde se encontram e as relações com os outros.

Conceito de Qualidade de Vida no Trabalho

As condições de trabalho antes eram arbitrárias, os trabalhadores eram tratados quase como escravos, com péssima remuneração, mínimas ou nenhuma condição de saúde e higiene. As empresas visavam somente o seu bem-estar, sua satisfação, e lucro.

A preocupação da sociedade com a qualidade de vida das pessoas deslocou-se há muito pouco tempo para a situação de trabalho, como parte integrante de uma e de um ambiente heterogêneo. A QVT assimila duas posições antagônicas: de um lado, a reivindicação dos empregados quanto ao bem-estar e satisfação no trabalho; e, de outro o interesse das organizações quanto a seus efeitos potenciadores sobre a produtividade e qualidade. (CHIAVENATO, 2015, p. 363)

Percebeu-se que os trabalhadores não se sentiam motivados ou satisfeitos para executarem as suas tarefas, o que prejudicava tanto o trabalhador quanto a empresa, a partir disto ideias para melhorar a vida do trabalhador surgiram e posteriormente a Qualidade de Vida no Trabalho.

Qualidade de Vida no Trabalho representa a necessidade que os colaboradores possuem de valorização das condições de trabalho, do ambiente físico bem cuidado, bons padrões de relacionamentos, e da correta definição dos procedimentos que deverão ser realizados para a execução de uma determinada tarefa.

A QVT tem como finalidade proporcionar um ambiente de trabalho mais amigável, melhores condições nos aspectos referentes à saúde física e emocional, as condições sociais, e a forma de melhorar a comunicação entre os colaboradores e seus supervisores. Uma organização deve prezar pela QVT, pois está intimamente ligada com a motivação e necessita de colaboradores motivados para realizar as funções que lhes foi designada, porque um profissional motivado realiza bem o seu trabalho, o que contribui para que se obtenha um bom resultado.

Chiavenato (2015) afirma que existem alguns fatores chaves da QVT, podendo exercer influência no aumento ou diminuição do desempenho organizacional, são eles: Condições de Trabalho tais como higiene, limpeza e segurança; Saúde; Moral; Compensação como salários, bônus e benefícios; Participação, como a possibilidade de colaborar com ideias e criatividade; Comunicação, conhecer as metas; Imagem da empresa como a identificação com a mesma; Relação Chefe/Subordinado; Organização do Trabalho como o ritmo e as inovações.

A QVT também se relaciona com as necessidades pessoais dos indivíduos, tais como segurança, as condições do ambiente de trabalho, significado do trabalho executado, recompensa como o salário e os benefícios oferecidos pela organização, reconhecimento pelo trabalho executado, a relação entre colaboradores, e a possibilidade de ampliar o conhecimento.

Fatores determinantes de Qualidade de Vida no Trabalho

Para se entender melhor a Qualidade de Vida no Trabalho há alguns fatores determinantes, os principais são: Competência gerencial; Identificação com a empresa; Preocupação assistencial com os funcionários; Oportunidade efetiva de participação; Visão humanista da empresa e a Equidade Salarial.

A Qualidade de Vida no Trabalho envolve uma constelação de fatores, como: a satisfação com o trabalho executado, possibilidade de futuro na organização, reconhecimento pelos resultados alcançados, o salário percebido, benefícios auferidos, relacionamento humano dentro do grupo e da organização, ambiente psicológico e físico de trabalho, liberdade de decidir, possibilidades de participar e coisas assim. (CHIAVENATO, 2009, p. 352)

Com base em Chiavenato (2015), torna-se possível explicar os principais fatores determinantes da QVT:

- a) A Competência Gerencial: é a igualdade de tratamentos entre colaboradores, o apoio sócio-emocional e a orientação oferecida pela empresa.
- b) Identificação com a empresa: refere-se à maneira como o colaborador enxerga a empresa, os aspectos semelhantes ou que afetam sua vida pessoal.
- c) Preocupação assistencial com os funcionários: como a empresa auxilia e ampara seus colaboradores, oferecendo além dos salários, os benefícios, tais como, plano de saúde tanto para o colaborador como para a sua família, vale transporte e alimentação. A empresa cuida da saúde física e psicológica dos seus colaboradores.
- d) Oportunidade efetiva de participação: quando a empresa permite e incentiva o seu colaborador a oferecer ideias que possam auxiliar e melhorar a atividade.
- e) Visão humanista da empresa: como a empresa auxilia a comunidade na qual se encontra inserida, com programas sociais, por exemplo. É satisfatório para um colaborador estar em uma empresa que se preocupa com a comunidade.
- f) Equidade Salarial: os salários dos colaboradores que desempenham as mesmas funções devem se equiparar tanto internamente como externamente, pois não ocorrendo a equidade consequentemente a motivação com o trabalho executado diminuirá.

Hierarquia das Necessidades

Maslow (1970) estudou as necessidades humanas, que também são determinantes para a Qualidade de Vida no Trabalho, em busca da explicação do porque em determinados momentos o homem é motivado por suas necessidades, criando então uma pirâmide hierárquica das necessidades humanas, onde as necessidades Fisiológicas Básicas e as de Segurança são a base da pirâmide e Sociais, de Auto-Estima e Auto-Realização são o topo.

Faz-se necessário a explicação da pirâmide a partir de sua base, pois as Necessidades Fisiológicas e de Segurança, são necessidades primárias, e as demais são secundárias.

As necessidades fisiológicas básicas são o que o ser humano precisa para sobreviver, como alimentação, água, descanso, e sexo. As de Segurança trata-se da necessidade de sentir segurança tanto no ambiente de trabalho como em sua própria casa.

Necessidades sociais referem-se às relações harmoniosas entre amigos e familiares, os relacionamentos com afeto e amor. Autoestima é a necessidade de respeito, reconhecimento, poder, e de despertar orgulho nas pessoas ao redor. Autorrealização trata-se da necessidade de crescimento e realização pessoal.

Para que se chegue ao nível de autorrealização é necessário que todos os outros níveis da pirâmide sejam alcançados, porque todos os seres humanos buscam melhorias em suas vidas, seja pessoal ou profissional, então a QVT deve levar em consideração as necessidades humanas para melhorar a vida de seus colaboradores.

Dimensões que identificam e determinam a Qualidade de Vida no Trabalho

Para Walton (1973) existem oito dimensões que identificam e determinam a Qualidade de Vida no Trabalho, são elas:

- a) **Compensação justa e adequada:** remuneração de acordo com a atividade executada pelo colaborador e com o piso salarial da categoria.
- b) **Condições de trabalho:** a jornada de trabalho, horas extras, a carga de trabalho, o ambiente físico, os materiais e equipamentos utilizados para a realização do trabalho.
- c) **Uso e desenvolvimento de capacidade:** possibilidade do colaborador demonstrar conhecimentos e habilidades, e adquirir autonomia para a realização das atividades.
- d) **Oportunidade de crescimento e segurança:** oportunidades oferecidas pela empresa, como possibilidade de promoção de cargo, cursos de capacitação, programas de bonificação, crescimento pessoal e profissional, e segurança dos colaboradores.
- e) **Integração social na organização:** bom relacionamento e convivência entre colaboradores, com respeito, companheirismo, e ausência de preconceitos e diferenças hierárquicas.

- f) **Constitucionalismo:** cumprimento dos direitos trabalhistas, estabelecimento de normas, regras e deveres para organizar os padrões de procedimentos.
- g) **Trabalho e espaço total de vida:** equilíbrio entre vida social e a vida no trabalho do colaborador.
- h) **Relevância social da vida no trabalho:** responsabilidade social e desempenho da empresa na sociedade, despertando orgulho dos colaboradores por trabalharem na empresa.

Segurança do Trabalho

Conforme Chiavenato (2015), a segurança do trabalho é o conjunto de medidas técnicas educacionais, médicas e psicológicas utilizadas para prevenir acidentes de trabalho, através da eliminação dos riscos existentes no ambiente e também pela realização de instruções aos colaboradores, a fim da utilização das práticas preventivas, para proteger a integridade física, proporcionando qualidade de vida, saúde e ergonomia.

As organizações de acordo com a Norma Regulamentadora nº 4 (1978), dependendo da quantidade de colaboradores e grau de risco, têm a obrigatoriedade de possuir o quadro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, no qual é uma equipe de profissionais composta por Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, que atuam para melhorar as condições do ambiente de trabalho, adotando medidas preventivas que asseguram a saúde e integridade física do trabalhador.

Outra forma de contribuir para a segurança do trabalho é implementar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, que é composta por uma equipe de colaboradores internos da organização, que auxiliam o SESMT. Os membros da CIPA tem a função de observar e expor as condições de riscos encontradas no ambiente de trabalho, solicitar medidas para diminuir, neutralizar e extinguir os riscos existentes, debater os acidentes ocorridos e guiar os demais colaboradores quanto à prevenção de acidentes na Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT.

Ambiente de Trabalho

O ambiente de trabalho trata das condições que o colaborador encontra para a realização de seu trabalho, e possui forte influência na Qualidade de Vida no Trabalho, pois o colaborador necessita de um bom ambiente para desenvolver bem a sua função.

De acordo com Odone (1986), o ambiente de trabalho divide-se em: físico, químico, biológico, mecânico e ergonômico. Os ambientes citados referem-se a:

- a) Físico: radiação, pressão, ruído, vibração, humidade e a temperatura;
- b) Químico: gases, poeiras, vapores, fumaças, manipulação de produtos químicos ou compostos;
- c) Biológico: parasitas, fungos, vírus, bactérias, protozoários e bacilos;
- d) Mecânico: arranjos físicos deficientes, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inapropriadas, risco de queda, incêndio e explosão;
- e) Ergonômico: esforço físico, monotonia, repetitividade, postura inadequada, ritmo excessivo de trabalho, jornada prolongada;

O ambiente também pode ser afetado pelas pessoas que nele se encontram, quando os colaboradores possuem um relacionamento agradável ou desagradável, conseqüentemente o ambiente também será.

Um ambiente de trabalho agradável facilita o relacionamento interpessoal e melhora a produtividade, bem como reduz acidentes, doenças, absenteísmo e rotatividade. Fazer do ambiente um local agradável para se trabalhar tornou-se uma verdadeira obsessão para as empresas bem-sucedidas. (CHIAVENATO, 2014, p. 471)

Analisar o ambiente de trabalho é importante para que se torne possível determinar quais são as melhorias necessárias, para oferecer melhor qualidade de vida ao colaborador.

Saúde do colaborador

Segundo o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, todos os indivíduos possuem direito à saúde, porém, a saúde do colaborador possui alguns fatores diferentes, mas que também envolvem tanto aspectos físicos como psicológicos, que podem sofrer influência de diferentes fatores dentro de uma organização. O termo saúde do colaborador está ligado com doenças, ou a falta delas, decorrentes do exercício da função dentro de uma organização. (BRASIL, 1988)

Um exemplo de cuidado com a saúde do colaborador é o cuidado com o ambiente de trabalho, citado anteriormente, que pode afetar a saúde do colaborador, pois quanto maiores os níveis de risco presentes em cada ambiente, mais doenças poderão aparecer. (CHIAVENATO, 2014)

Com base em Chiavenato (2015), cada vez mais as empresas buscam maneiras de melhorar as condições de trabalho de seus colaboradores, e a preocupação com a saúde é um fator importante, porque um colaborador que possui boas condições de saúde será mais produtivo.

Uma das maneiras que a organização encontra para cuidar da saúde de seu colaborador é oferecendo planos de saúde com os quais possam realizar exames e cuidados com a saúde física e mental de maneira mais acessível, de qualidade e com um custo mais baixo para o colaborador. E muitas organizações estendem esse benefício para os familiares, para que assim o colaborador possa se preocupar menos.

Outra maneira que as organizações encontram de cuidar da saúde de seus colaboradores é a integração do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, que tem como finalidade a proteção da integridade e promoção da saúde do colaborador em seu ambiente de trabalho.

O Equipamento de Proteção Individual – EPI também é uma forma de proteger a saúde e integridade física do colaborador. O EPI é um dispositivo destinado à prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais decorrentes da exposição a ruídos, gases, temperaturas, radiação, entre outros.

Qualidade de Vida no Trabalho para o sucesso organizacional

De acordo com Chiavenato (2009), a incessante busca pelo sucesso organizacional faz com que as organizações invistam cada vez mais na implantação de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, para que haja conciliação dos interesses da organização e dos colaboradores, ou seja, ao melhorar a satisfação do colaborador, conseqüentemente a uma crescente melhora na sua produtividade, proporcionando resultados benéficos para uma organização.

Ainda segundo o mesmo autor, a QVT envolve inúmeros fatores, como a satisfação com o trabalho executado, possibilidade de crescimento e futuro na organização, reconhecimento pelos resultados alcançados, salário percebido,

benefícios auferidos, relacionamento humano dentro do grupo e da organização, ambiente psicológico e físico de trabalho, liberdade de decidir, possibilidade de participar e coisas assim, isto por sua vez, favorece o desempenho do ser humano quanto ao seu bem estar e satisfação no trabalho.

Com base em Chiavenato (2015), a QVT aumenta o desempenho organizacional, pois não somente as condições físicas dos indivíduos são consideradas, mas também as sociais e psicológicas. Para que um colaborador se mostre participante e motivado, é preciso estar inserido em um ambiente organizacional que preze pelas suas condições físicas, como saúde própria e familiar, sociais; e psicológicas, como por exemplo, prevenção de depressões, entre outros problemas mentais. Apesar da importância destes fatores, as recompensas financeiras oferecidas obtêm grande influência no aumento ou diminuição do desempenho organizacional.

A qualidade de vida no trabalho (QVT) está assumindo uma importância sem precedentes no sucesso organizacional. Ela depende do grau de satisfação das pessoas em relação à empresa e ao ambiente de trabalho. (CHIAVENATO, 2015, p. 365)

Para que um bom programa de QVT seja realizado com eficiência é preciso que os colaboradores obtenham satisfação com o trabalho executado, e através da motivação proporcionada pela organização os colaboradores podem alcançar a satisfação.

Para uma empresa alcançar o sucesso organizacional através da Qualidade de Vida no Trabalho, faz-se necessário que a mesma preze tanto pela vida profissional quanto pela pessoal de seus colaboradores, ou seja, que os motive a realizar suas atividades da maneira correta, sabendo que possui segurança na execução, levando a satisfação da empresa e do colaborador. (CHIAVENATO, 2015)

Ainda com base no mesmo autor, quando um colaborador possui motivação e satisfação com o trabalho executado, com a remuneração e os benefícios, e um equilíbrio entre vida pessoal e profissional, é sinal de que é possível alcançar o sucesso organizacional, pois a empresa depende do colaborador para realizar suas atividades. Porém, quando o colaborador encontra-se desmotivado e insatisfeito torna-se difícil alcançar o sucesso organizacional.

Conclusão

Após a realização de pesquisas bibliográficas, tornou-se possível uma melhor compreensão em relação à Qualidade de Vida no Trabalho.

Portanto, foi possível considerar a QVT como uma importante ferramenta administrativa para contribuir para o sucesso organizacional e a satisfação e motivação dos colaboradores, pois quando ocorre um equilíbrio entre o colaborador e a empresa, conseqüentemente ambos serão beneficiados.

Através da confirmação do pressuposto teórico comprovou-se a Qualidade de Vida no Trabalho como influenciadora direta na motivação de uma equipe de trabalho, pois proporciona melhorias dentro do ambiente organizacional, podendo garantir um ambiente saudável com boas condições de trabalho, oportunidades de crescimento profissional, bom relacionamento com a equipe, possibilidades de participar, sugestões organizacionais, reconhecimento pelos resultados alcançados e, conseqüentemente promovendo a satisfação com o trabalho executado.

Os objetivos foram alcançados, pois a importância de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho para uma organização foi analisada, os principais fatores determinantes foram identificados e o processo de satisfação com o trabalho executado foi pesquisado.

Através deste trabalho observou-se que a Qualidade de Vida no Trabalho é importante para os colaboradores e organizações, porque quando a vida no trabalho ocorre com qualidade fora dele possivelmente ocorrerá, ou seja, o colaborador tem melhores condições de vida e saúde tanto física, como mental e emocional, fazendo com que as empresas possuam mão de obra mais satisfeita e motivada levando a melhores resultados.

Conclui-se em relação à Qualidade de Vida no Trabalho que a mesma está ligada a Qualidade de Vida, ao Ambiente de Trabalho, a Saúde e Segurança do Colaborador e deve ocorrer um equilíbrio entre esses aspectos possibilitando o colaborador contribuir com o sucesso organizacional.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acesso em: 24 de maio 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

_____. **Recursos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Recursos Humanos - O capital humano das organizações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DUBIN, Robert. **Relações Humanas na Administração**. São Paulo: Atlas, 1971.

FRANÇA, Ana C. L.. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

MASLOW, Abraham H.. **Motivation and personality**. 2. ed. *New York: Harper and Row, 1970*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Norma Regulamentadora nº 4**, 1978. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR4.pdf>> Acesso em: 22 set. 2018.

NAHAS, Markus. **Conceito de qualidade de vida**. 3. ed. Florianópolis: Midiograf, 2001.

ODONE, Ivar. **Ambiente de trabalho**, a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucite, 1986.

WALTON, Richard. **Qualidade de Vida no Trabalho: O que é isto?** São Paulo: Atlas, 1973.

Análise dos índices de Rentabilidade e Liquidez na Empresa Natura S/A

Analysis of the Profitability and Liquidity ratios at Natura S/A Company

Gabriel Duarte da Silva¹
Gustavo Delalata Mendes²
Fabiane Cristina Spironelli³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

A Administração Financeira no planejamento de curto e longo prazo é um instrumento de apoio à tomada de decisões financeiras diante do cenário econômico de mudanças constantes. A administração financeira tem sido fator primordial para que as empresas se mantenham no mercado e obtenham êxito. Através do planejamento financeiro, os objetivos a serem atingidos são traçados e os meios efetivos, para torná-los reais, são estabelecidos. O controle financeiro é de extrema importância para identificar antecipadamente as necessidades da empresa, bem como prever os resultados financeiros. A correta utilização dos recursos financeiros possibilita visualizar, receitas, custos e despesas, e analisar a melhor utilização dos recursos, reduzindo despesas desnecessárias e conseqüentemente, possibilitando maior lucratividade.

Palavras-chave: Gestão Financeira, Controle Financeiro, Planejamento, Lucratividade.

ABSTRACT

Financial management in short and long-term planning is an instrument to support decision making, in the face of the constant changes in the economic scenario. Therefore, financial management has been a key factor in keeping the company in the market and succeeding. Through financial planning, the goals to be achieved are plotted and the effective means to make them real, are established. Financial control is extremely important to identify in advance the needs of the company, as well as to predict financial results. The correct use of financial resources makes it possible to visualize revenues, costs and expenses, and analyze the best use of resources, reducing unnecessary expenses and, consequently, allowing greater profitability.

Keywords: Financial Management, Financial Control, Planning, Profitability.

Introdução

A administração e planejamento financeiros ocupam um espaço de extrema importância nas pequenas, médias e grandes empresas, instrumentos da função administrativa que tem por finalidade controlar o patrimônio, apurar os resultados

¹Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

²Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

e prestar informações sobre o patrimônio das empresas, auxiliando os usuários no processo de tomada de decisões.

É possível verificar a estrutura financeira da empresa e quais investimentos/medidas podem ser adotadas para manter a empresa competitiva no mercado e proporcionar um retorno satisfatório aos investidores. Desse modo, a administração financeira visa desenvolver ações estratégicas, para se manter e crescer frente aos concorrentes, atendendo às necessidades e tendências de mercado, por meio de uma gestão mais dinâmica em relação aos custos, despesas e impostos em concomitância com a política de missão, visão e valores organizacionais.

Diante desses fatores é preciso que haja um forte compromisso por parte da organização em analisar a gestão financeira e aplicar ações que proporcionem a saúde financeira satisfatória aos investidores, haja vista que as ferramentas da administração financeira contribuem para analisar os índices sobre rentabilidade e liquidez a partir das estruturas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado de Exercício.

A relevância desta pesquisa contribuiu para sensibilizar os gestores a estimular o hábito de pesquisar, analisar e avaliar as ferramentas financeiras periodicamente, item fundamental para o alcance dos resultados organizacionais. Essas propostas devem gerar benefícios para todos os envolvidos neste contexto, porque é uma ferramenta de planejamento financeiro com o intuito de identificar oportunidades e ameaças.

Logo, este estudo tem como questionamento: O uso das ferramentas de análise dos índices de Rentabilidade e Liquidez na empresa Natura auxiliará os gestores nas tomadas de decisões? O Pressuposto Teórico confirma-se, em virtude das necessidades das empresas de obter informações rápidas e precisas para tomada de decisão, o uso das ferramentas de análise de rentabilidade e liquidez são de extrema importância para gestão dos negócios.

Os objetivos traçados foram: pesquisar sobre as ferramentas da Administração Financeira, aplicabilidade dos índices sobre rentabilidade e liquidez a partir das estruturas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado de Exercício. Analisando a situação financeira da empresa Natura S/A com base nas informações obtidas dos demonstrativos contábeis, usando como metodologia

pesquisas bibliográficas e o estudo de caso.

Administração Financeira

Administração Financeira é um conjunto de atividades que visa gerir uma organização, é onde se mensuram os recursos financeiros com o objetivo de maximizar os resultados/lucros, ou seja, busca garantir o retorno do que foi investido e sua competitividade no mercado. (GITMAN, 2004).

Sá (2008) acrescenta que a administração financeira corresponde ao conjunto de recursos disponíveis circulantes que serão usados para transações e investimentos nos setores pertinentes da organização: produção, marketing, operacional, entre outros.

A gestão financeira realiza o controle dos recursos para aquisição, a fim, de não prejudicar a saúde financeira da empresa em relação aos seus bens e direitos, tal como, o gerenciamento da permanência da empresa no mercado.

A Administração Financeira é uma técnica que permite controlar de maneira eficaz a análise de investimentos e o melhor caminho para se obter mais recursos para financiar as atividades da empresa. A gestão financeira é o combustível da corporação, pois garante a realização das atividades na busca maximização dos lucros e investimentos. (ZDANOWICZ, 1995).

A Administração Financeira caminha ligada ao Balanço Patrimonial, que se vincula a situação financeira, no setor contábil, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, assim facilitando uma melhor tomada de decisão. Busca gerir, planejar, captar e analisar a melhor forma de investimentos diante do desempenho em que a empresa apresente.

O processo de planejamento de lucros está centrado na elaboração de demonstrações projetadas; a demonstração do resultado e o balanço patrimonial. A elaboração dessas demonstrações exige uma fusão cuidadosa de inúmeros procedimentos que levem em conta as receitas, custos e despesas, obrigações, ativos e participação acionárias, resultantes do nível de operações antecipadas. (GITMAN, 1997, p.599).

A administração financeira vem se adaptando às mudanças de cenário e em atender as necessidades dos acionistas de forma a gerir planos estratégicos para sobrevivência no mercado. Visa estabelecer condições mais favoráveis para o desenvolvimento e alcance dos objetivos organizacionais, equilíbrio na relação

risco-retorno.

A organização é tomadora de duas grandes decisões: decisão de investimento, ou seja, aplicação de recursos; quais são suas necessidades e decisão de financiamento - financiar suas atividades, ou seja, captação de recursos, na busca de otimizar os resultados de seus acionistas e maximizar o valor da empresa. Por fim, a administração financeira vai contribuir para auxiliar na elaboração de projetos de como captar recursos, quando investir e distribuir aos acionistas o retorno dos lucros.

Objetivos da Administração Financeira

O intuito principal da administração financeira é a otimização dos recursos e a maximização de valor de mercado das ações aos acionistas, potencializando a empresa e garantindo a sua continuidade nas atividades, ou seja, que o retorno de seus ativos seja maior que o custo total de seus passivos e patrimônio líquido (GITMAN, 2004).

Entretanto, captar e alocar capital como forma de gerar resultados econômicos, garantindo a continuidade da empresa e criar valor aos acionistas, frente a oportunidades e ameaças, tanto internas, quanto externas. Para Gitman (1997), o planejamento financeiro é um dos aspectos importantes para funcionamento e sustentação de uma empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos.

O propósito da administração financeira é escolher o melhor curso de ação que permita a consecução dos objetivos pretendidos, ou seja, avaliar o grau de eficácia das decisões tomadas em relação aos resultados obtidos, ou seja, saber quanto a empresa pretende obter de lucro e em quanto tempo ela pretende realizar esses objetivos, para assim, fazer o levantamento de quanto e quando o empresário irá retirar seu retorno. De acordo com Atkinson *et al.* (2011), os objetivos empresariais são classificados em primários e secundários.

Objetivos primários: Em empresas privadas o lucro é a riqueza dos acionistas/proprietários, enquanto as organizacionais sem fins lucrativos e governo, são mediante há objetivos inúmeros referentes ao bem estar social.

Objetivo secundário: São os que levam a alcançar os objetivos primários, sendo eles: satisfação dos clientes, qualidade, inovação, qualificação de funcionários,

posição competitiva no mercado, produtividade, eficiência, qualidade da administração, competitividade no mundo globalizado, responsabilidade pública e social da empresa, responsabilidade ambiental, entre outros.

O objetivo é a busca em atender a satisfação dos proprietários e dos clientes, ou seja, a permanência da empresa no mercado para aferir lucro aos acionistas e atender as solicitações de mercado.

A análise deve ser executada dentro de cada particularidade, porém dependentes, desta forma, atingirá os objetivos da administração financeira: maximizar o lucro dos acionistas, maximizar o valor de mercado e garantir a continuidade do negócio.

Análises das Demonstrações Contábeis

Observa-se no cenário brasileiro uma alteração na postura das empresas para competir e sobreviver nesse mercado, utilizando-se, para tanto, dos mais diversos artifícios como: a redução de custos, a terceirização de atividades, o remodelamento da estrutura produtiva, enfim, um gerenciamento adequado dos recursos financeiros. (GITMAN, 2010)

É justamente neste ambiente instável e turbulento que a Análise Financeira, também chamada Análise de Balanços, emerge como um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento contábil global.

Conforme Silva (2010), [...] a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a mesma, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa.

A análise de balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para as tomadas de decisão. Segundo Matarazzo (2010), as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e esta será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

Já para Iudícibus (2010), a análise de balanços é a arte de saber extrair relações úteis para o objetivo econômico ao qual a organização se propõe, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.

As técnicas de análise de balanços são importantes para o conhecimento econômico-financeiro de outras empresas, notadamente concorrentes e

fornecedores. Diante desse fator é preciso que haja um forte compromisso por parte da organização em aplicar ações que proporcionem continuamente o planejamento estratégico financeiro como forma de se sobressair perante aos concorrentes.

Estudo de Caso – Histórico da Empresa Natura Cosméticos S.A

A Indústria e Comércio de Cosméticos G. Berjeaut Ltda. foi fundada em 1969 por Jean-Pierre Berjeaut e pelo atual presidente da Natura S/A, Antonio Luiz da Cunha Seabra, com o objetivo de vender produtos de cuidado pessoal que fossem produzidos com fórmulas naturais, de alta qualidade e a preços competitivos.

A Natura é uma empresa brasileira atuando em sete países da América Latina e na Europa. Possui atualmente 250 mil consultoras, que vendem diretamente nos 4.500 municípios brasileiros – dentre elas 20 mil estão conectadas à rede e 5% do total das vendas da empresa são feitas pela Internet.

É uma empresa que segue líder no mercado nacional de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal. Atualmente destaca-se pela incorporação com as medidas socioeconômica e ambiental, trazendo resultados sustentáveis através das comunicações abertas com os seus consumidores. O nome oficial da empresa é Natura Cosméticos S.A, regida sob a forma jurídica de sociedade anônima desde o ano de 2004, com ramo de atividade farmacêutico e de higiene.

Dessa forma, foi realizado um Estudo de Caso sobre análise dos índices de liquidez e rentabilidade aos quais retratam a situação da empresa Natura nos anos de 2015 e 2016. As informações foram conseguidas a partir do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado do Exercício cuja empresa divulga anualmente.

Análises dos Índices Financeiros

A análise dos indicadores financeiros de uma entidade pode contribuir com as decisões de seus múltiplos usuários. Estas pessoas de natureza física e/ou jurídica, como os acionistas, os gestores, os fornecedores, os clientes, os credores, os concorrentes e o governo, possuem necessidades diversas e buscam parâmetros adequados para direcionar suas decisões (ASSAF NETO, 2006).

Chiavenato; Cerqueira Neto (2003) afirmam que toda organização deve ser transparente e clara com seus usuários. Para isso, as empresas precisam adotar

indicadores que permitam interpretar os resultados de forma objetiva, de maneira a auxiliar na formação de opinião pública, tanto interna como externa à entidade.

Porém, ressaltam que não é mais adequada a utilização de medidas financeiras tradicionais de mensuração e de avaliação de desempenho, citando, dentre outros exemplos de restrições mais evidentes, o foco quantitativo e centrado na realidade passada e a tentativa de projeções do passado para o futuro.

Complementam que a probabilidade de insucesso é elevada e que é necessário o desenvolvimento de novas ferramentas para dar suporte à medição de desempenho (CHIAVENATO; CERQUEIRA NETO 2003).

Os índices aplicados juntos aos demonstrativos do Balanço Patrimonial e ao Demonstrativo do Resultado do Exercício são importantes para o sucesso e melhor tomadas de decisão da empresa, dado que, eles impulsionam ou levam o negócio à falência, por essa razão, essas ferramentas devem ser alimentadas com informações precisas que permita tomar decisões sobre o futuro da organização, ou seja, qual o melhor caminho a traçar, para captar recursos e otimizar aplicação de capital.

Índice de Liquidez Geral - ILG

O Índice de Liquidez Geral mensura a capacidade da empresa de pagar as obrigações totais, com os ativos de curto e longo prazo (ASSAF NETO, 2007). O cálculo da ILG é determinado pela seguinte expressão:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Esse quociente serve para detectar a saúde financeira a curto e longo prazo da empresa, indicando quanto à empresa possui de Ativo Circulante e Realizável em Longo Prazo para cada \$1,00 de dívida total, sendo ela utilizada como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de assumir todos os compromissos, Assaf Neto (2007). A análise da situação da Empresa Natura, neste quesito:

$$ILG 2015 = \frac{6.018.706,00 + 807.444,00}{4.572.920,00 + 3.744.294,00} = 0,82$$

$$\text{ILG 2016} = \frac{4.802.900,00 + 1.099.737,00}{4.177.899,00 + 3.247.295,00} = 0,79$$

O índice de liquidez geral da empresa no ano de 2015 demonstra que a curto e longo prazo para cada R\$1,00 de dívida existente a empresa possui de direitos e haveres no circulante e no realizável a longo prazo R\$0,82. No ano seguinte percebe-se que a empresa tem uma redução nos acumulados dos seus ativos e passivos, contudo o seu índice diminui comparado ao período anterior, assim mantendo a empresa incapaz de fazer frente as suas obrigações de curto e longo prazo.

Índice de Liquidez Seca - ILS

Conforme Assaf Neto (2007) a liquidez seca mensura a capacidade da empresa de pagar as obrigações de curto prazo com suas disponibilidades financeiras e contas a receber, excluindo o estoque. O cálculo da ILS é determinado pela seguinte expressão:

$$\text{ILS} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Variante adequada para avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa, eliminando o estoque do numerador, demonstrando que se a empresa sofresse uma paralisação de suas vendas ou se seu estoque tornasse obsoleto, quais seriam as chances de pagar suas dívidas com disponível e duplicatas a receber.

O índice de liquidez seca é semelhante corrente, com a única diferença que exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser o ativo de menor liquidez. A baixa da liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos: (1) vários tipos de estoques não podendo ser vendidos facilmente porque são itens parcialmente completados, itens obsoletos, itens para propósitos especiais e assim por diante; (2) são itens tipicamente vendidos a crédito, o que significa que eles se tornam duplicatas a receber antes de ser convertidos em caixa. (GITMAN, 2002, p. 110)

O quadro a seguir revela as informações da Empresa Natura aplicada na fórmula:

$$\text{ILS 2015} = \frac{6.018.706,00 - 963.675,00}{4.572.920,00} = 1,10$$

$$\text{ILS 2016} = \frac{4.802.900,00 - 835.922,00}{4.177.899,00} = 0,95$$

O índice de liquidez seca da empresa apresenta em 2015 que a empresa possui capacidade de pagamento, para fazer frente ante ao seu passivo circulante, após descontar o valor agregado do seu estoque. Em 2016 a empresa sofre um regresso maior no seu ativo circulante do que no nível de estoque e então passa a não ter disponibilidades suficientes para cumprir com todas as suas obrigações financeiras a curto prazo.

Índice de Liquidez Corrente - ILC

A liquidez corrente conforme de Assaf Neto (2007) mensura a capacidade de a empresa pagar suas obrigações em curto prazo com as disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques. O cálculo da ILC é determinado pela seguinte expressão:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Se o índice de liquidez corrente for superior a \$ 1,00, de maneira geral, indica a existência de um capital circulante (capital de giro) líquido e se menor que \$1,00, demonstra-se que seu capital de giro líquido será negativo (ativo circulante menor que passivo circulante) (ASSAF NETO, 2007).

As informações da Empresa Natura a seguir, apresentam seus resultados após aplicados ao índice:

$$\text{ILC 2015} = \frac{6.018.706,00}{4.572.920,00} = 1,32$$

$$\text{ILC 2016} = \frac{4.802.900,00}{4.177.899,00} = 1,15$$

O índice de liquidez Corrente da empresa no ano de 2015 demonstra que a mesma possui mais bens e direitos realizáveis no curto prazo, comparado com suas

dívidas a serem pagas no mesmo período. Contudo esse índice no ano seguinte da empresa, o indicador teve uma diferença, mostrando que a liquidez corrente da empresa diminuiu, mas ainda mantém-se acima das suas obrigações a curto prazo. Este índice fornece uma medida melhor da liquidez global, somente se os estoques da empresa não puderem ser convertidos facilmente em caixa. Se os estoques forem líquidos, o índice corrente será uma medida de liquidez global preferida.

Margem Líquida sobre as Vendas - ML

A Margem Líquida sobre as vendas, segundo Ribeiro (1997), apresenta que a avaliação sobre esse índice, indica que quanto maior, melhor, revela quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada unidade monetária vendida. Tal qual o giro do ativo é um quociente que indica o valor de forma relativa. A Margem Líquida é obtida pela fórmula:

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

Observa-se a situação da Empresa Natura, neste quesito:

$$ML\ 2015 = \frac{522.732,00}{1.256.769,00} = 0,41$$
$$ML\ 2016 = \frac{308.238,00}{1.082.868,00} = 0,28$$

Apesar da queda da rentabilidade de um ano para o outro o índice pode ser considerado satisfatório, indicando a capacidade da empresa de gerar um bom resultado operacional. Enquanto uma margem líquida alta pode ser sinal de vantagem competitiva e concorrência baixa, o contrário é verdade para margens baixas. Desta forma, analisar com certa frequência esse indicador demonstrará aos gestores vigentes problemas com a operação, como custos elevados de produção, de mão de obras, fretes, matéria primas, custos que reduzem a margem de lucro no final do sistema.

Rentabilidade sobre o Ativo Total - RAT

A Rentabilidade do Ativo, conforme Matarazzo (2010) é outro índice que mede o resultado da empresa de forma relativa entre o Lucro Líquido e o Ativo Total. Indica quanto à empresa obtém de lucro por cada \$ 1 de investimento total, ou \$ 100 na sua forma percentual. É do tipo quanto maior, melhor. O valor é obtido pela fórmula:

$$\text{RAT} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

O quadro a seguir revela as informações da Empresa Natura aplicada na fórmula:

$$\text{RAT 2015} = \frac{522.732,00}{1.077.767,00} = 0,48$$

$$\text{RAT 2016} = \frac{308.238,00}{966.385,00} = 0,32$$

Importante destacar que quando se fala em Ativos, esta inserindo no grupo as contas onde são registrados os bens, créditos e direitos que compõem o patrimônio da empresa. Alguns exemplos de contas de ativo são: estoques - de produtos acabados ou de matéria-prima, bens como máquinas, equipamentos e prédios ou ainda contas de ativos financeiros, como investimentos ou duplicatas a receber. Como se analisa uma queda no retorno dos investimentos, em comparação com a média do ano anterior, pode-se perceber sinais que os ativos da empresa podem não estarem sendo utilizados de maneira viável e eficiente.

Rentabilidade sobre o Capital Próprio - RCP

O índice de Rentabilidade sobre Capital Próprio é considerado um dos mais importantes para os analistas e representa aquele que é abordado com maior ênfase pela literatura, por representar a rentabilidade destinada aos sócios e acionistas, resultante dos capitais próprios investidos na empresa (ASSAF NETO, 2006). O valor é obtido pela fórmula:

$$\text{RCP} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

As informações da Empresa Natura a seguir, apresentam seus resultados após aplicados ao índice:

$$\text{RCP 2015} = \frac{522.732,00}{9.394.981,00} = 0,06$$

$$\text{RCP 2016} = \frac{308.238,00}{8.421.579,00} = 0,04$$

A Rentabilidade sobre o Ativo Total da empresa mostra que no ano de 2015 para cada R\$ 1,00 investido no ativo a empresa obteve de retorno uma lucratividade de R\$ 0,06. No ano seguinte a empresa obteve um indicador de R\$0,04 mostrando uma regressão no retorno dos seus investimentos. Assim pode-se avaliar que se os investimentos tivessem sido deixados junto a uma instituição financeira, o empreendedor dificilmente conseguiria alguma taxa de retorno com os mesmos resultados, demonstrando a efetividade da empresa frente ao mercado, mesmo havendo uma diminuição na sua rentabilidade de um ano para o outro.

Análises dos Índices Financeiros

Para uma ampla e correta análise da empresa foi proposto o estudo dos índices de forma simultânea e sistêmica, a fim de realizar os comparativos observando quais são as necessidades da empresa, qual o ramo do mercado em que está inserida e quais as repostas que os gestores procuram ao calcular esses indicadores.

Um Balanço Patrimonial bem estruturado, com correta classificação das contas pela contabilidade gera índices de qualidade para uma melhor tomada de decisão dos gestores. Vale ressaltar que a média desses indicadores financeiros costuma oscilar de setor a setor.

Após analisar os índices propostos para a empresa Natura S/A, constatou-se que a situação financeira da mesma está favorável frente ao mercado, continua

rentável mesmo com os baixos rendimentos de 2016, comparado ao ano de 2015, seus indicadores apresentam números satisfatórios.

Contudo, o período de 2016 gerou falta de poder aquisitivo para que a empresa pudesse fazer frente com seus compromissos a longo prazo, mas ainda possuía um alto volume de estoques, que puderam ser rapidamente convertidos.

Também é de suma importância apresentar aos gestores que atentem para casos onde a margem de lucro está em declínio, pois este indicador mostra aumentos da concorrência direta, maiores gastos com a produção, despesas operacionais extras e outros fatores que estão tirando da empresa sua eficácia frente ao mercado.

Conclusão

A importância da análise dos índices financeiros de uma empresa contribui para melhores tomadas de decisões em diferentes cenários, trazendo assim maior confiabilidade nos objetivos a serem traçados.

Os índices avaliados na Empresa Natura S/A, apresentaram que a empresa no ano de 2015, estava com uma rentabilidade e liquidez alta, fazendo frente a suas obrigações de curto e longo prazo. No ano de 2016, sofreu momentaneamente com o retrocesso do mercado, tendo nos seus rendimentos um baixo retorno, mas que ainda assim se manteve firme para cumprir com suas obrigações, somente apresentado alerta com obrigações a longo prazo.

Todos os objetivos almejados para este estudo foram alcançados e trouxeram resultados satisfatórios devido a gama de informações as quais comprovam a finalidade do estudo. O pressuposto teórico foi confirmado após as análises dos índices escolhidos, em virtude das necessidades da empresa de obter informações rápidas e precisas para tomada de decisão, o uso das ferramentas de análise de rentabilidade e liquidez é de extrema importância para gestão dos negócios.

Conclui-se que a necessidade das empresas de usarem indicadores financeiros para tomadas de decisões rápidas e precisas são de extrema importância. O bom gerenciamento das organizações tem influência direta na qualidade das informações que são geradas aos seus gestores, pois as análises realizadas a partir destes fazem com que a empresa continue no mercado de forma competitiva e eficaz, melhorando sua situação atual.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro**. São Paulo: Atlas 2006.

_____. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2007.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2011.

CHIAVENATO, Idalberto; CERQUEIRA NETO, Edgard P.. **Administração estratégica: em busca do desempenho superior: uma abordagem além do *balanced scorecard***. São Paulo: Saraiva, 2003.

GITMAN, Lawrence J.. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

_____. **Princípios da administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

_____. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

_____. **Princípios da administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C.. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni M.. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SÁ, Carlos A.. **Fluxo de caixa: A visão da tesouraria e da controladoria**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José P.. **Análise Financeira das Empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZDANOWICZ, José E.. **Fluxo de Caixa: Uma decisão de planejamento e controle financeiro**. Porto Alegre: Sagra-dc Luzzatto, 1995.

Comportamento do Consumidor Virtual

Behavior of the Virtual Consumer

Luana Manoel Constantino¹
Luciano Alisson Leme de Lima²
Hércules Farnesi Cunha³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O presente artigo refere-se ao comportamento do consumidor virtual, onde foram estudadas as características pessoais dos consumidores em geral, com o objetivo de apresentar a evolução do Marketing na internet, o qual, nos últimos tempos, é responsável por uma mudança no ambiente mercadológico. Sendo assim, o Marketing Digital vem afetando a maneira que os consumidores realizam suas compras. A partir deste estudo realizado, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, foi possível compreender cada uma das etapas e processos de decisão de compras tomadas pelo consumidor, as vantagens e desvantagens das suas compras virtuais, os fatores influenciadores na tomada de decisão, a satisfação ou insatisfação do cliente após a aquisição do produto e/ou serviço. **Palavras – chave:** Comportamento do consumidor, compra, internet.

ABSTRACT

The article talking about the behavior of the virtual consumer, where the purpose is to study the personal deficiencies of consumers in general, with purpose to evolution presentation internet marketing, that was responsible to change the market environment, therefore, affected the way how the consumers realized your shippings, so withe the study realized, it's possible understand the stages of the purchasing decision process, the advantages and disadvantages of virtual shoppings, the influencing factors in shopping decision making, the satisfaction or dissatisfaction of the customer after the purchase of the product and/or service, being endorsed through bibliographical research.

Keywords: consumer behavior, shopping, internet

Introdução

O comportamento do consumidor consiste em entender como as pessoas realizam suas pesquisas, o que as leva a consumirem determinados produtos e/ou serviços, o que mais influencia na hora de escolher uma marca, identificando suas necessidades e desejos. Para isso, é necessário compreender o comportamento humano, ou seja, culturas de pensamentos, sentimentos e ações.

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador, Jornalista; Doutor em Ciências da Educação e Mestre em Comunicação Social, Especialista em Gestão Governamental e em Teorias da Comunicação, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

O comércio eletrônico atinge maior número de consumidores rapidamente, pois com a evolução do Marketing, uma grande parte da população possui algum meio de acesso virtual onde realizam operações de compras.

O tema abordado despertou o interesse em compreender o comportamento do consumidor que utiliza ferramentas de compra online, tornando possível o atendimento das necessidades e desejos deste público, mostrando as empresas como elas devem distribuir seus produtos e serviços através de seus sites.

O processo de decisão de compra possui estágios inerentes ao consumidor, gerando vantagens e desvantagens ao realizar uma compra pela internet, tornando difícil identificar o fator mais crítico durante todos os processos de decisões no momento da compra.

O pressuposto teórico fundamenta-se nos temas que tratam dos fatores influenciadores o comportamento de compra do consumidor, são eles: a busca pela facilidade, agilidade e segurança nas pesquisas por produtos e serviços; o atendimento de suas necessidades em comparação a preços e qualidade; a segurança e confiabilidade que espera encontrar da mesma maneira que em lojas físicas.

O presente artigo teve como objetivo estudar, por meio de pesquisas bibliográficas em revistas eletrônicas e artigos publicados, o perfil dos consumidores que utilizam os meios virtuais para a realização de suas compras, identificando as características destes públicos, as formas que as pessoas buscam informações ao comprar e também influenciar a confiança na tomada de decisão de compra, apresentando conceitos que definam os principais comportamentos dos consumidores virtuais, suas vantagens e desvantagens de utilizar essa ferramenta atual no mercado varejista, o qual abrange a todos e que busca facilidade e agilidade ao efetuar suas compras.

Comportamento do Consumidor Virtual

Comportamento do Consumidor é o entendimento sobre como as pessoas pesquisam suas compras, e ter uma visão sobre o comportamento humano, ou seja, sua cultura de pensamentos, sentimentos e ações. Identificar necessidades e desejos, fatores que mais influenciam na decisão de compra e o que as levam a consumirem determinados bens, produtos e serviços.

O comportamento do consumidor busca entender o motivo que leva os consumidores a comprarem certos produtos e não outros e para isso os profissionais de marketing estudam os pensamentos, sentimentos e ações dos consumidores e as influências sobre eles que determinam mudanças (CHURCHILL; PETER, 2000, p. 43).

Desde o princípio da comercialização, há consumidores que aceitam um determinado produto e/ou serviço, mas nem sempre está sujeito à sua aceitação. Um bom consumidor gera economias, realiza diversas pesquisas e comparações até encontrar o meio mais acessível que atenda a necessidade ou desejo, de acordo com sua personalidade.

Com o crescimento da internet e avanço tecnológico, surge um campo explorado para vendas, este vasto campo, conhecido como *e-commerce*, possibilita a comercialização de produtos através de *web sites*, e diante disso, faz com que as empresas se revolucionem com a nova tendência do comércio eletrônico.

Muitas delas se destacam no mercado por aderirem ao *e-commerce* e fornecer a venda de seus produtos não apenas em loja física, mas também em um *website* da empresa, no qual o consumidor encontra grande quantidade de informações sobre produtos, serviços, preços e concorrentes, sobretudo, porque, segundo Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), trazem facilidade, comodidade, disponibilidade de comprar todos os dias da semana, em qualquer horário, proporcionando economia de tempo, rapidez de acesso, segurança, entre outras melhorias que atendem as necessidades dos consumidores, que utilizam e optam pelo meio virtual para a realização de suas compras.

Comércio Eletrônico (e-commerce) é a realização de comunicações e transações de negócios através de redes de computadores, mais especificamente a compra e venda de produtos e serviços, e a transferência de fundos por meio de comunicações digitais. (REEDY; SCHULLO; ZIMMERMAN, 2001, p. 26).

Esta inovação atinge maior número de consumidores rapidamente, pois nos dias de hoje, a maior parte da população possui um meio de acesso virtual, sejam eles, celulares, computadores, tablets com acesso à internet, desde o público de crianças, jovens, adultos e até uma parte dos idosos. Além de atingir maior público, torna-se viável e prático para os consumidores, pois podem pesquisar os preços dos produtos em diversas lojas virtuais sem sair de suas residências e optarem pelo

preço mais acessível, através das pesquisas realizadas gerando uma economia de forma rápida e cômoda.

O consumidor, através deste meio, pode fazer suas reclamações, trocas e pós compra, ou seja, a avaliação do vendedor e do produto adquirido sem se deslocar do seu imóvel. Em caso de trocas, somente se dirigir aos correios para envio do produto à empresa fornecedora. Por estes motivos, os consumidores têm optado em efetuar suas compras via internet, sem ter o transtorno de se deslocar no trânsito e enfrentar filas para comprar em lojas físicas.

Para esta inovação, de acordo com Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), é necessário que as empresas invistam também cada vez mais em conhecimentos, estudos para entender como os consumidores se comportam no momento da decisão de compra, como identificam e usam as informações que obtém em sites e quais os fatores que influenciam suas compras online, ou seja, desenvolver um bom plano de marketing é o investimento essencial para o sucesso financeiro e crescente de uma organização, podendo até detectar as oportunidades e ameaças com a possível insatisfação ou recusa de seus clientes através das venda.

O processo de decisão de compra do consumidor possui cinco etapas essenciais: reconhecimento da necessidade ou problema; buscas de informações; avaliação das alternativas; decisão de compra e avaliação pós-compra (REEDY; SCHULLO; ZIMMERMAN, 2001).

Reconhecimento da necessidade/problema

O primeiro estágio no processo de tomada de decisão do comportamento do consumidor é o reconhecimento da necessidade/problema, ou seja, quando o consumidor percebe que tem uma necessidade a ser satisfeita, pois se não houver necessidade não existe uma compra imediata, mas nem todas as necessidades acabam como um comportamento de compra imediata se o preço, facilidade e qualidade do produto não for aceitável pelo consumidor. Para Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), o problema a ser resolvido é a falta de algo ou desconforto pode envolver algumas variáveis: atitudes, percepção, características de personalidade, influências de grupos de referências ou até mesmo curiosidade, portanto ele entende que precisa comprar algo para voltar a um estado inicial de conforto.

Busca de informações

Ainda de acordo com Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), depois do reconhecimento da necessidade/problema, o consumidor busca informações referentes à sua necessidade e relativa ao que deseja comprar, podendo vir de diferentes fontes, ou alternativas que possam resolver tal problema. Este consumidor irá procurar informações mais ou menos de acordo com as escolhas e o nível de envolvimento a serem feitos, ou até mesmo de informações internas – que vem de experiências anteriores de quem já consumiu tal produto ou serviço de determinada marca, ou que já tem uma própria opinião sobre estes, podendo ser também de informações externas – informações de amigos ou familiares, comentários de outros consumidores, publicidades e propagandas.

Avaliações das alternativas

Uma vez que as informações são recolhidas, o consumidor avalia as diferentes alternativas adequadas diante da sua necessidade para a compra e consumo dos produtos/serviços, levando o consumidor a armazenar um conjunto de ideias pesquisadas e pela qual considera as características do produto, analisando os pontos fortes e fracos até chegar à conclusão conveniente de qual alternativa tem mais possibilidades de satisfazê-lo (REEDY; SCHULLO; ZIMMERMAN, 2001).

Decisão de compra

A decisão de compra, segundo Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), dependerá da informação e seleção realizada nos passos anteriores, sempre com base no valor percebido, recursos e capacidades que ele vê como importantes, mas que pode afetar e depender pela qualidade, experiência de compra, bons termos de condições de vendas, através de dados contidos no site da loja virtual, até mesmo em lojas físicas, mas comentados por outros consumidores, ou ainda enquanto se aguarda a disponibilidade de uma promoção viável. Portanto, o consumidor ainda irá decidir se efetua ou não a compra.

Avaliação pós-compra

Após realizar todas as etapas, uma vez que o produto comprado for utilizado, o consumidor avalia se ele atendeu ou não as suas necessidades, causando o sentimento de satisfação, ou insatisfação. Caso o produto tenha respondido muito além das expectativas e criado uma decepção ao consumidor, tais fatos podem gerar ações, exigindo trocas ou devoluções. Por outro lado, ficando satisfeito com a experiência de compra, o consumidor poderá, repetidamente, efetuar uma nova compra, assim como responder a uma pesquisa satisfatória proposta pelo local onde foi realizada a compra.

Diante todo o processo de decisão de compra virtual, podemos identificar vantagens e desvantagens existentes em realizar uma compra pela internet (REEDY; SCHULLO; ZIMMERMAN, 2001). As vantagens são:

- a) Praticidade/comodidade: poder efetuar a compra no dia e na hora que quiser, sem precisar sair de casa, sendo uma forma rápida e eficaz em adquirir determinado produto/serviço;
- b) Privacidade: poder adquirir o que deseja sem ter pessoas em sua volta, possibilitando que efetue a compra com mais tranquilidade;
- c) Variedade: podendo ser feitas pesquisas em muitas lojas virtuais, que é mais vantajoso do que procurar em poucas lojas físicas existentes na cidade;
- d) Preço/promoção: facilidade de encontrar um preço mais acessível nas lojas virtuais do que em lojas físicas, e promoções diversas em produtos desejados e até mesmo fretes grátis;
- e) Novidades: pela internet há possibilidade de adquirir produtos que ainda não estejam no mercado em lojas físicas, e até mesmo produtos importados que são vendidos em outros países.

E as desvantagens do processo de decisão de compra:

- a) Verificação: a desvantagem de não ver o produto físico, tocar e experimentar antes de adquiri-lo;
- b) Prazo de entrega: quando se efetua compra em loja física, muitas vezes o produto é levado de imediato, no caso de compra virtual, terá que esperar a chegada do produto até a data prevista pelo vendedor, pois a loja virtual não entrega o produto na mesma hora e no mesmo dia da compra;

- c) Opinião presencial: em uma loja física pode-se pedir opiniões e informações sobre o produto desejado pelos empregados especializados, na loja online pode-se recolher as opiniões de outros consumidores que já adquiriram o produto ou através de *blogs* e artigos referente ao produto;
- d) Confiança do produto: pode-se ficar desiludido com o produto adquirido por não poder ver/testar o mesmo fisicamente;
- e) Onde comprar: com tantas lojas online existentes no mercado virtual, pode ser complicado escolher a loja certa e confiável para a realização da compra;
- f) Formas de pagamento: muitas lojas online só permitem o pagamento por meio de cartão de crédito, podendo ser um problema para quem não utiliza e não gosta desse tipo de recurso;
- g) Segurança: é o ponto mais negativo em relação à compra virtual, pois existe um risco muito grande ao adquirir produtos com defeitos, pode-se o consumidor se enganar em relação ao produto e site, até mesmo pela falta de segurança do site ou sistemas que podem roubar todos os dados do consumidor e do pagamento.

Para evitar esta última desvantagem, Reedy; Schullo; Zimmerman (2001), afirmam ser necessário verificar toda a página do site e se a página possui um visual caprichado, já que esta característica é considerada essencial para que o consumidor se sinta confiante e tenha vontade para realizar a compra. Além disso, verificar se a página possui um canal de reclamações e política de troca e, na hora da compra, a comunicação entre o consumidor e vendedor da loja seja direta e demonstre comprometimento.

No entanto, mais do que estas informações, o ideal é procurar por opiniões de outros usuários antes de fechar o pedido de compra, obtendo informações de pessoas que já compraram pelo determinado site escolhido e verificar se a empresa cumpre o que promete referente aos prazos e qualidade do produto.

Fatores de influência para o processo de decisão de compra

Os fatores que influenciam no processo de decisão de compra, de acordo com Kotler (1998), são: culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Estes fatores tornam

visível a probabilidade que motiva, encanta e fideliza os clientes, ou seja, a satisfação dos consumidores.

Culturais: Cultura é um fator chave na formação de um indivíduo, sendo responsável pela sua essência, definindo valores, crenças e comportamentos que uma pessoa deve ter ao se comportar em meio à sociedade. Estas condutas podem ser alteradas à medida que esta cultura evolui, os meios de acesso se ampliam, fazendo com que este pacote de valores influencie os hábitos da pessoa no momento da realização das suas compras.

Já a subcultura, pode ser caracterizada por pequenos grupos e que estão inseridos em uma cultura, mostrando a personalidade do indivíduo que dela faz parte. A maneira de como se vestir e os locais frequentados podem ser características de definição para os seguidores que compartilham das mesmas ideias e interesses. Exemplos de subcultura estão relacionados aos valores como, religião, grupos raciais, regiões geográficas, entre outros. As classes se diferem por meio de divisão que as separam, de acordo com o poder aquisitivo, sendo de A até C, de maneira hierárquica e de forma homogênea.

É considerada o determinante mais importante do comportamento e dos desejos de um indivíduo, sendo composta por subculturas. Ela também é constituída por padrões de comportamento, crenças, instituições e diversos valores espirituais e materiais que são peculiares a uma sociedade e são transmitidos de modo coletivo. (KOTLER; KELLER, 2006, p 93).

Dessa forma, considera-se que a subcultura se torna a responsável determinante mais importante que influencia grande parte dos desejos do indivíduo, o qual são definidos padrões pertencentes a uma sociedade sendo transmitida de forma coletiva.

Sociais: São todos os grupos de referências e formadores de opiniões o qual o indivíduo usa como exemplo, embasados em experiências passadas e que servem como modelo a ser seguido futuramente. Há dois tipos: os informais e os formais.

Os informais são todos aqueles que possuem entre si um contato mais frequente, sendo eles a família, os amigos, vizinhos e colegas de trabalho. Os formais, são aqueles que defendem as mesmas ideias, como sociedades religiosas, sindicatos e representações de categorias profissionais. A família desenvolve um papel importante, dispondo-se de um integrante do grupo, com grau maior de instrução e

que possa fornecer orientações, podendo ser os pais, os filhos a esposa e o marido, que dão suporte para que os consumidores façam suas compras de forma confiante.

Papéis e posições sociais estão relacionados ao meio no qual um indivíduo está inserido, influenciando diretamente em seus hábitos e costumes, ocupando papéis que podem ser alterados a todo o momento, cabendo a ele se posicionar mediante estes papéis (KOTLER, 1998).

Pessoais: São as particularidades de cada indivíduo, que de acordo com Kotler (1998), vem sendo relacionadas ao momento que este passou ou está passando, acarretando suas necessidades. As necessidades e desejos são diferentes para cada faixa etária, podendo ser modificados ao longo da vida de uma pessoa, cabendo à família fazer parte de alguns ciclos, sendo estes alterados à medida em que o indivíduo passa a ter visões diferentes em relação ao que se tinha antes, adquirindo maturidade para passar de um ciclo para outro.

A ocupação é responsável por ditar alguns padrões, do qual o consumidor deve se adequar ao executar sua profissão. O poder aquisitivo dispõe dos bens, sendo os patrimônios apenas investimentos e condições de crédito disponíveis para a realização de compras, ditando padrões de vida, com preferência de marcas ou limitando a capacidade de comprar. A personalidade responsável pelas características presentes em cada indivíduo pode acarretar suas ações e atitudes.

Psicológicos: Os consumidores são conduzidos a comprar por meio do fator psicológico, estando presentes a motivação, percepção e aprendizados. Para Kotler (1998), na motivação as expectativas são geradas, buscando um objeto de compra que atenda as especificidades do consumidor, levando estes a uma completa satisfação. Ao perceber uma necessidade, esta busca caminhos para atendê-las, não dependendo somente de estímulos físicos, mas também do meio que ele está inserido, já que o aprendizado é fruto de escolhas que se tornaram experiências. Assim, todas as vezes que este consumidor for realizar suas compras, isso o ajudará em suas decisões, crendo ou descrendo do que foi oferecido, mas levando-o a se posicionar se irá comprar ou até mesmo não comprar.

Os fatores que influenciam o comportamento do consumidor são os fatores culturais, constituídos por culturas, subculturas e classes sociais; fatores sociais, representados pelos grupos de referência, família, papéis e status; fatores pessoais, que são idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, personalidade, autoimagem, estilo de vida e

valores; e pelos fatores psicológicos, quais sejam, motivação, percepção, aprendizagem e memória. (KOTLER; KELLER, 2006, p. 37)

Pode-se observar que o consumidor sofre várias influências ao realizar suas compras, utilizando estes fatores como base na tomada de decisão acarretando em seu posicionamento final, que podem variar de pessoa para pessoa.

Segunda a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011), o perfil do consumidor online brasileiro corresponde a 19% ou 11,97 milhões, dos que compram pela internet. A região Sudeste é responsável pela maior fatia de consumidores online representando 23%. A região Sul corresponde 20%, as regiões Norte e Centro-oeste corresponde a 19% cada, por último o Nordeste representando 12%. Os compradores da área urbana correspondem a 20%, das compras pela web, já os consumidores da zona rural representam 9%.

Dados relacionados à classe econômica mostram que o maior consumo ocorre no A, representando 59% dos compradores online; a classe B corresponde a 33%; a classe C, representada pela maior parte da população, corresponde a 13%; os consumidores das classes D e E representam 5% dos indivíduos compradores.

Pessoas com faixa etária entre 35 a 44 anos, correspondem a 29%, as entre 25 e 34 anos representam 26%, as entre 45 e 49 anos representam 26%, pessoas de 16 e 24 anos formam 18%. Os homens correspondem a 22% das compras online, já as mulheres compram um pouco menos segundo a pesquisa representando 17%.

Os resultados desta pesquisa mostram que os moradores da região Norte têm maior probabilidade de ser consumidor do que a população da região Nordeste, os membros das classes A e B são os que mais consomem online, os homens são mais tendenciados a consumir pela internet, público de pessoas mais velhas consomem mais que o público jovem.

O fator qualidade, observado pelos clientes, ao realizarem as compras por meio do comércio virtual, é relevante, pois as experiências vistas no ambiente tradicional não ocorrem da mesma forma nas compras online. A percepção da qualidade do site por parte do cliente é um fator preponderante para as empresas virtuais, pois a experiência do ambiente do varejo pode não ocorrer no modelo tradicional.

Nas lojas físicas, o estímulo ambiental gerado ao consumidor, influenciará suas emoções e sentimentos, causando prazer e excitação. Isso não acontece no meio

virtual, pois o consumidor é menos sensível aos estímulos, o qual o mesmo se encontra em meio às várias alternativas de sites que possam lhe oferecer vantagens e especificidades de seu produto ou serviço, ampliando suas variações de busca.

Ao oferecer um produto, os sites devem se preocupar em disponibilizar esses produtos de forma que venha causar ao indivíduo o desejo e a necessidade de consumir, apresentando qualidades e influenciando os mesmo na hora de comprar. A escala de Parasuraman *et al.* (2005) foi validada por Vieira (2010), apresentando as dimensões pelas quais a qualidade do site é avaliada: qualidade da eficiência, qualidade de disponibilidade dos serviços, qualidade de preenchimento, e qualidade de privacidade sendo semelhantes ao design, segurança e cumprimento. O site que se dispõe destas qualidades acaba levando vantagens ao vender seus produtos, pois oferecem aquilo que o consumidor está disposto a pagar, havendo a troca de valores entre consumidor e varejista.

Design são elementos que se dispõe de experiências, para o consumidor ao terem contato com site, estando relacionados ao menu de navegação, a personalização do mesmo de forma atraente e dinâmica sendo adequada ao perfil dos seus clientes, apresentando ferramentas para buscas rápida de informações, seleção de produtos como carrinhos de compras, e o fechamento da compra.

Segurança estão ligadas as formas de pagamentos e privacidades que o consumidor encontra nos sites, uma vez que os se mesmos encontram expostos ao fornecer informações pessoais, para finalizar suas compras.

Cumprimento as lojas devem oferecer informações com descrições técnicas do produto, de forma a orientar o consumidor de possíveis riscos e cuidados que o mesmo venha ter ao adquirir este produto, cumprindo com prazos de entrega, entregando ao consumidor tudo que realmente foi ofertado.

A satisfação no ambiente virtual, segundo Costa; Faria (2004), demonstraram que as emoções são relevantes para os consumidores que fazem compras pela internet, indicando uma oportunidade para que empresas de comércio eletrônico estimulem experiências prazerosas de compra. Essas experiências farão com que esses consumidores venham repetir suas compras, de forma que este sinta os mesmos sentimentos que se estivesse em uma loja física.

Costa; Faria (2004) destacam que pode haver por parte do consumidor uma grande tensão de comprar pela Internet, que associada ao medo, podem levar a

níveis de insatisfação prejudiciais ao estabelecimento de uma relação duradoura. Por outro lado, os autores destacam que a ação de estimular a vivência de emoções positivas, em especial a alegria e a surpresa, pode colaborar com a conquista de níveis mais altos de satisfação. Desta forma os sites que oferecem qualidade dos serviços, dispondo-se de ações que venham surpreender esse consumidor ao receber o produto adquirido em busca de satisfazê-lo e atendê-los em suas especificidades.

Fidelização A fidelização tem por base, aspetos cognitivos, afetivos e conativos. Estão relacionados nas crenças e conhecimentos em relação à marca de produtos e serviços, que se tornaram uma experiência positiva e que ficaram armazenadas na memória do cliente, o qual valoriza a troca de valores e a confiança em comprar novamente esta marca (DICK; BASU, 1994).

Para fazer e analisar os aspetos cognitivos, Dick; Basu (1994, p. 158), propõe a análise de quatro dimensões:

- a) Acessibilidade – facilidade com que a atitude de compra de uma marca, produto ou serviço pode ser desfeita, buscando praticidade, se preocupando somente com as especificidades do produto.
- b) Confiança – Acreditar que a marca adquirida é mais relevante em relação as demais;
- c) Centralidade – Encontra todos os pré-requisitos de um cliente ao comprar, composto pela marca e o sistema de valor do cliente.
- d) Clareza – apresentar junto a marcas todos os produtos e serviços alternativos.

As experiências positivas em relação às compras anteriores, nas quais se cumpriu com tudo o que o *web site* oferece, provocarão no consumidor a confiança de repetir suas compras no mesmo lugar. Segundo Anderson; Srinivasan (2003) a fidelidade no comercio eletrônico consiste numa atitude favorável do consumidor para um negócio eletrônico que o leva a repetir um comportamento de compra, sendo esta considerada como um elemento essencial para a sobrevivência de uma empresa. O diferencial na busca de fidelizar estes clientes está relacionado ao cumprimento de tudo que foi oferecido ao consumidor. Segundo Oliver (1999) à medida que o grau de fidelização aumenta, a vulnerabilidade do cliente procurar outras alternativas diminui.

A intensidade do relacionamento aumenta à medida que o cliente vai avançando nas 4 primeiras fases: consciência, exploração, familiaridade e compromisso. Na quinta fase ocorre o declínio e a relação termina. Nem todos os clientes passam pelas 5 fases, alguns param numa fase e depois continuam novamente a partir dali ou simplesmente terminam a relação nessa fase.

A intensidade de relacionamento é composta por cinco fases, mas nem todos os clientes passam por elas, no meio do caminho esses consumidores podem desistir ou até mesmo retomar em alguma das fases. (OLIVER, 1999, p. 113)

Consciência está relacionado ao reconhecimento da organização e de seus produtos, o qual nesta fase o cliente não realiza suas compras, os canais de divulgação são responsáveis em atingir este nível de relacionamento.

Exploração com um pouco a mais de informações, este consumidor já dispõe de um relacionamento maior, o qual este cliente visita o site, mandam e-mail e trocas de informações por telefone.

Familiaridade as compras são frequentes, os clientes reconhecem a política da empresa, relacionadas a devolução, crédito e flexibilidade de preços. Nessa fase, os clientes compram nesta empresa ou até mesmo na concorrente.

Compromisso depois de experiências positivas, os clientes passam a ser fiéis, pois valorizam os produtos e marca da empresa, e estão dispostos a fazer propaganda boca a boca para pessoas que ainda não conhecem a marca e a empresa, atraindo novos clientes construindo uma relação forte entre eles.

Separação nesta fase o cliente não se encontra mais satisfeito com a organização, o qual esse descontentamento pode estar relacionado ao aumento de preço, e a perda da qualidade do produto, por outro lado, a empresa pode identificar que o custo para manter esses clientes fiéis não está sendo rentável a organização, ocasionando o corte nesta relação.

Conclusão

Ao estudar o comportamento do consumidor virtual, foi possível compreender que os fatores de influência estão diretamente ligados aos pensamentos, sentimentos e ações de cada consumidor, que por sua vez influencia em suas decisões ao comprar um determinado produto ou serviço que melhor atenda suas expectativas.

Ao mostrar que os consumidores são de todas as faixas etárias, que possuem rendas variáveis dentro de uma classificação social, dentro de diversas regiões do país, mas divididos por meio de dados estatísticos, permitiu que as empresas viessem conhecer os consumidores atuais, de forma a atender as expectativas dos clientes e proporcionar experiências iguais ou parecidas a outros meios, oferecendo produtos ou serviços que venham a atender ao público neste novo modelo de varejo que são os *web sites*.

Portanto, conclui-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados, respondendo de forma positiva e concreta ao assunto pressuposto. Considera-se diante das leituras realizadas sobre o tema que o consumidor busca conforto e comodidade, e aposta neste novo meio de distribuição comercial, o qual é mais vantajoso, no sentido de ganhar tempo, uma vez que permite a realização de pesquisas para identificar os melhores preços nos mais variados sites, ademais, é possível procurar rapidamente produtos e serviços de difícil acesso, permitindo também, encontrar novidades nunca vistas, sempre no conforto do lar.

Inovar ao comprar é uma característica deste público, que busca vantagens e está sempre atualizado, pois procuram sites que transmitem o máximo de confiança e cumpra com tudo que foi ofertado no ato da compra, sempre embarcando em uma experiência positiva, que o faça recordar de referências passadas que lhe proporcionam plena satisfação.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Ralph E.; SRINIVASAN, Srinivasa S. **E-satisfaction and e-loyalty: a contingency framework. *Psychology & Marketing***. v.20, n.2.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, Paul J. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CONTENT. Redator R. **Comportamento do consumidor**. Disponível em: <<https://marketingdeconteudo.com/comportamento-do-consumidor/>> Acesso em: 23 mar. 2018.

DICK, Alan S.; BASU, K. (1994) **Fidelização de clientes: um marco conceitual integrado. *Jornal da Academy of Marketing Science***. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0092070394222001>> Acesso em: 10 jul. 2018.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. Como criar, conquistar e dominar mercados. 6. ed. São Paulo: Futura, 2000.

_____. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LIRA, Waleska S.; MOTTA, Vera Lucia B.; TEMOCHE, Maria Dora R..

Comportamento do consumidor virtual. Revista eletrônica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/14/7>> Acesso em: 04 ago. 2018.

OLIVER, Richard L.. **Whence Consumer Loyalty?**. Journal of marketing. vol 63. 1999.

REEDY, Joel.; SCHULLO, Shauna.; ZIMMERMAN, Kenneth. **Marketing Eletrônico**: a integração de recursos eletrônicos ao processo de marketing. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SANTOS, Robinson. **Estudo do Ipea mapeia perfil do consumidor online brasileiro**. Disponível em: <<https://www.netface.com.br/noticias/45/estudo-do-ipea-mapeia-perfil-do-consumidor-online-brasileiro>> Acesso em: 18 de maio 2018.

Desenvolvimento dos Mercados Futuros no agronegócio nacional: cenários e tendências

Development of the Future Markets in the national agribusiness: scenarios and tendencies

Camila Ribeiro Ferreira¹
Marianna Teixeira Sposito²
Marcelo Gilberti Vuolo³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

As atividades comerciais do Mercado Futuro apresentaram uma performance de investimentos com resultados rentáveis e de baixo risco as quais a função econômica é promover a proteção contra as oscilações de preços da mercadoria. Destaca-se como um ótimo setor para investir, o agronegócio. Observaram-se cenários e oportunidades de negócios vantajosos para a atuação do agronegócio a partir de contratos futuros, por ser um modelo de investimentos e negociações lucrativas. Em se tratando do agronegócio brasileiro, torna-se uma ferramenta ainda mais poderosa. Isso porque o solo brasileiro é extremamente fértil e contribuiu fortemente com a produção da agricultura e agropecuária, proporcionando riqueza e renda ao país, sobretudo porque contribui com a economia brasileira. O agronegócio representou 48% das exportações do Brasil e teve um ótimo desempenho no ano de 2017 e 2018, dessa forma, a tendência se demonstra sempre positiva e evolutiva.

Palavras-chaves: Agronegócios, contratos futuros, economia, exportações, mercados futuros.

ABSTRACT

The commercial activities of the Future Market presented a performance of investments with profitable and low risk results whose economic function is to promote the protection against the oscillations of merchandise prices. It stands out as a great sector to invest in is agribusiness the development of the future market in the national agribusiness were observed the scenarios with agribusiness performance and how much there are opportunities for advantageous negotiations from futures contracts, being a model of investments and negotiations profitable, and in the case of Brazilian agribusiness makes it an even more powerful tool. This is because Brazilian soil is extremely fertile and has contributed strongly to agriculture and livestock production. Providing wealth and income to the country, contributed to the Brazilian economy, agribusiness represented 48% of Brazil's exports a great performance in 2017 and 2018, and its trend is always positive and evolutionary.

Keywords: Agribusiness, futures contracts, economy, exports, futures markets

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Zootecnista; Mestre em Produção, especialista em Gestão Agroindustrial, Administrativo Rural e Controladoria e Auditoria; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

Introdução

O objetivo geral deste estudo foi compreender a performance das operações no mercado futuro de *commodities* agropecuárias. Por meio da pesquisa bibliográfica observou-se o desenvolvimento nos mercados futuros do agronegócio nacional cenários com atuação positiva e oportunidades de negociações vantajosas a partir de contratos futuros. O mercado futuro no agronegócio é uma poderosa ferramenta em negociações de *commodities*, transações de compras e vendas de determinados ativos estimulando preço, quantidade e liquidação para uma data futura. Os contratos derivativos são padronizados de acordo com os produtos que representam. Comprador e vendedor no início do contrato já definem suas prioridades como valores a pagar e, daí em diante, trabalham apenas fazendo ajustes sobre as oscilações. Os mercados futuros apresentam grande diversidade de operações para o agronegócio, desde aqueles que visam apenas à proteção de margens *hedge* quanto outras voltadas para o mercado especulativo, como por exemplo, as operações de arbitragem onde o ganho é determinado pelo *spread* entre dois mercados distintos.

O desenvolvimento do agronegócio apresentou uma participação ativa na economia brasileira, contribuindo com o crescimento do PIB e atuando como o setor que mais exporta, sendo o número um em exportações de café, laranja e açúcar, além de ser o maior produtor de cana de açúcar e líder na exportação de etanol. O fato de ser também o exportador mundial de carne bovina, aves e soja, foi determinante para a popularização do mercado futuro junto à cadeia do agronegócio nacional. Com relação as principais operações de *commodities* agropecuárias, a competitividade no agronegócio mundial nos últimos anos indicou a necessidade de seus agentes produtores rurais, cooperativas, agroindústrias, indústrias de insumos a buscarem maior eficiência na comercialização agropecuária.

O agronegócio é responsável por 48% das exportações e representa 21% do PIB do país. No 1º trimestre do ano de 2018 a agropecuária foi o segmento que apontou maior crescimento com expansão de 1,4% comparado ao último trimestre de 2017, no acumulado de 12 meses a agropecuária cresceu 6,1%, o melhor resultado desde 2011. O Brasil é favorecido para operar em *commodities* possibilitando oportunidades para realizar negociações de sucesso no setor, impulsionando o crescimento da economia estimulando a riqueza do país.

Operações do Mercado de Derivativos

Nos Mercados Derivativos são negociados contratos referentes a um ativo real ou financeiro, com vencimento e liquidação, financeira e física, estabelecidos para uma data futura por um preço determinado cuja finalidade, principalmente para os agentes produtivos, está na realização de operações que possam protegê-los do risco de preço existentes nos mercados de negociações à vista - *spot*, comumente chamadas de operações de *hedge*, ou seja, operações seguras. Já para os especuladores, tais mercados possibilitam através de posições calculadas, elevar a rentabilidade de sua carteira de investimentos.

Os derivativos são ativos financeiros cujo valor resulta integral ou parcialmente do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria negociados no mercado à vista. Abrange as modalidades de Mercado a Termo, Mercado Futuro e Mercado de Opções, este último subdividido em opções flexíveis e operações de *swaps*. (CONCÓRDIA, 2015)

Os contratos derivativos podem ser celebrados em mercados organizados, como em bolsas de valores, ou negociados de forma bilateral diretamente entre as partes envolvidas. No Brasil, existem duas entidades que oferecem serviço de registro de contratos derivativos a BM&F-Bovespa e Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. A primeira dispõe de ambiente para negociação em pregão, bolsa e balcão, enquanto a segunda dispõe apenas de mercado de balcão. (BMF&FBOVESPA; CVM, 2015)

A BMF&BOVESPA-CVM (2015) indica que os derivativos podem ser usados para quatro finalidades básicas, são elas: *Hedge* - proteção que minimiza o risco de perda financeira decorrente de alteração de preços; alavancagem para aumentar a rentabilidade total dos derivativos a um custo mais barato; especulação com o objetivo de operar a tendência de preços do mercado e, por fim, arbitragem aproveitando as discrepâncias no processo de formação de preços dos diversos ativos e mercadorias e entre vencimentos.

O mercado de derivativos responde a uma necessidade genuína da comercialização de determinadas mercadorias. (...) Somente o mercado de derivativos pode oferecer ao agricultor (que pretende vender sua produção,

assim que efetuar a colheita, pelo melhor preço) e ao processador/usuário do produto (que espera comprar o produto no decurso do ano, pelo melhor preço) os meios de garantir sua necessidade de fixação de preço, por meio de operações de hedging. O mercado de derivativos possibilita mecanismos eficientes para que os especuladores forneçam o capital indispensável à absorção das mudanças nos níveis de preços das mercadorias. (BM&FBOVESPA; CVM, 2015, p. 39)

A partir dos conceitos definidos, pode-se concluir que os derivativos são poderosos instrumentos de transferência do risco, permitindo que empresas e indivíduos tenham um fluxo de caixa mais previsível e, portanto, com mais planejamento. (BM&FBOVESPA; CVM, 2015)

Riscos que estão sujeitos às empresas e produtores agropecuários

Os mercados de derivativos são instrumentos financeiros para gerenciar riscos que estão sujeitos às empresas e produtores agropecuários as quais serão discutidas nesse tópico, sendo exemplificados quatro dos principais riscos inerentes à atividade.

Shouchana (2004) enfatiza que os riscos estão no clima, no crédito, na estrutura operacional e na formação de preço.

O risco de clima decorre da possibilidade de acontecer intempéries, pragas e outros fenômenos da natureza, e para cobrir este tipo de risco existe o seguro de produção. O risco de crédito existe quando compromissos assumidos com clientes e bancos podem ser ou não honrados, seja não entregando a mercadoria ou não pagando os financiamentos, e assim, para cobrir esse risco, são exigidas garantias. O risco operacional decorre de falhas de equipamentos ou humanas e é caracterizado principalmente pela má administração do empresário. Já o risco de preço decorre das oscilações dos preços das mercadorias e, dependendo dessas variações, o produtor pode não cobrir seus custos e, conseqüentemente, não poderá honrar seus compromissos com clientes e bancos. O comprador, diante de uma alta no preço do insumo, pode perder a rentabilidade de sua atividade. Para se proteger contra esse tipo de risco, existem os mercados futuros e de opções, essa proteção ou cobertura é chamada de *hedge*.

Desta forma, percebe-se que um fator de risco jamais age isoladamente ou possui efeitos pontuais, mas sim, que apresentam-se de forma sistêmica comprometendo todo o desempenho de uma determinada cadeia do agronegócio.

Mercado futuro no Brasil

Mercados futuros são mercados onde é possível realizar negociações de *commodities*. Transações de compra e vendas de determinados ativos estipulando preço, quantidade e liquidação para uma data futura, assim caracteriza-se os contratos futuros. (SHOUCIANA, 2004)

Nos contratos futuros não existe desembolso no ato da compra ou venda. Para dar início à operação é necessário obter um valor o qual será considerado como margem de garantia, e que possa ser utilizado para cobrir eventualidades, como prejuízo. Essa margem de garantia é depositada permitindo investir com risco controlado. Assim o investidor consegue colocar seus recursos como margem e alavancar o valor que investe, potencializando os seus ganhos.

Os mercados futuros, portanto devem ser considerados como uma ótima ferramenta que contribui na gestão de risco de preço das mercadorias. Sendo assim, de maneira integrada ao mercado físico, começa a fazer parte de uma operação com o objetivo de unir produção, processamento, comercialização, consumo e financiamento.

A bolsa de derivativos existe como um elo entre a oferta e a demanda, de forma a expressar e sinalizar, por meio dos preços, as forças do mercado, com apoio de corretores que fecham negócios para seus clientes por reflexo dos preços manifestados. (SHOUCIANA, 2004)

Outra característica do mercado futuro que o torna atrativo e diferenciado dos demais mercados é o resultado das operações em mercados futuros o qual é recebido ou pago diariamente, através do mecanismo de ajustes diários. Isso significa que comprar contratos futuros no valor de R\$ 100.000,00 e esses contratos se valorizarem 1% no dia seguinte, é recebido um crédito de R\$ 1.000,00. Por outro lado, quem estiver na outra posição, vendendo o contrato futuro, deveria pagar o valor de R\$ 1.000,00. Por esse motivo, é muito comum se dizer que o mercado futuro é um mercado de soma zero, já que todo o valor ganho por um grupo de investidores foi pago pelo outro grupo, através do mecanismo de ajustes diários. (SHOUCIANA, 2004).

Condições para que exista Mercado Futuro

Na BM&F, existem negociações de contratos futuros, dos itens como café arábica, café conillon, boi gordo, algodão, soja, açúcar, álcool e milho. Existem alguns requisitos para que uma mercadoria seja negociada em bolsa de derivativos como: (SHOUCHANA, 2004)

- a) Ser homogêneo, apresentar padronização e classificação, com o objetivo de facilitar a visualização de todos os compradores e vendedor;
- b) Competitivo no mercado, ou seja apresentar grande oferta e demanda;
- c) O mercado deve ser livre e preço vigente e transparente;
- d) Deve-se existir diversos tomadores de riscos, de forma que os custos desses riscos se dilua entre os grupos envolvidos;
- e) As mercadorias negociadas em contratos futuros necessitam ser voláteis;
- f) As regras dos contratos não mudam até o vencimento do mesmo, as condições as quais determinam os preços acordados não podem serem alteradas;
- g) Contrato futuro deve ser de grande interesse econômico pelos agentes econômicos.

Execução de Contratos Futuros

Segundo os autores Shouchana (2004); Miceli (2004), os contratos futuros são uma evolução pois os riscos, como por exemplo, inadimplência são administrados melhor, de uma forma mais segura. No início do contrato até o vencimento sempre que o preço futuro subir acima do preço acordado em contrato, o vendedor deverá antecipar essa diferença ao comprador assim também como se o preço futuro cair abaixo do preço contratado, o comprador terá de antecipar ao vendedor essa diferença, são chamados de ajustes diários.

Nesse momento a margem de garantia exigida no início deve ser o suficiente para liquidar as oscilações de preço futuro de um dia para outro. Caso exista a inadimplência quer dizer que a margem requerida é muito menor do que se fosse exigida uma margem de garantia equivalente ao período inteiro do contrato. Assim o custo do sistema se reduz, ao mesmo tempo em que dá maior garantia a ambas partes.

Ao visualizar as oscilações apontadas pelos ajustes diários, ambas partes podem liquidar o contrato no meio da operação caso essa decisão seja a mais

conveniente. Se percepção do vendedor ou do comprador for a de que o preço irá aumentar ou reduzir até o vencimento do contrato, eles podem comprar ou vender o contrato de forma a cancelá-lo, isso se deve porque a compra e venda para a mesma data excluem os direitos e as obrigações do contrato. Realizando tal operação, esses clientes efetuam o repasse de suas posições para outros agentes que tomam seus lugares, permitindo, assim que todos os dias entrem e saiam diversos agentes, isso facilita atender as necessidades dos agentes de transferência e risco de preço.

Formação de Preços

A formação de preço de algumas mercadorias é proveniente do mercado internacional. Mesmo que a cotação seja em dólares norte-americanos por saca, a liquidação financeira ocorre em reais, utilizando a taxa de câmbio referencial BM&F, sendo apurada diariamente por meio da coleta das cotações de compra e venda de dólar por 14 instituições financeiras. Tendo como base o mercado internacional, por apresentarem forte liquidez e manter tradição de negociações, influenciam na formação de preços de alguns itens como café arábico, açúcar, soja e algodão. (SHOUCHANA, 2004)

O preço de abertura é o primeiro acordado, fechado em pregão. Os valores mínimo e máximo são apresentados visualizando a oscilação de preço naquele dia, indicando se o preço de fechamento ou de ajuste está mais próximo do preço máximo ou mínimo apontando uma tendência de alta ou de baixa no dia seguinte.

Mercado Futuro de Soja

Desde os anos de 1990, pode-se observar a potencia do Brasil atuando no comércio internacional do agronegócio, destacando-se como líderes mundiais na produção e exportação de diversos produtos agropecuários. Sendo a soja, grãos, farelo e óleo o destaque. (MAPA, 2016).

Segundo Dall' Agnol (2010), nas ultimas décadas a soja brasileira se destaca pelo seu expressivo crescimento A positiva performance deste setor e o desenvolvimento abrangeu diversas regiões do país devido a fatores como e estruturação no grande mercado internacional como comércio de produtos de soja e a oferta de tecnologias e clima apropriado. Antecedendo a 2010, os produtos

agropecuários brasileiros perfaziam um quarto dos produtos comercializados mundialmente, e estima-se que até 2020 a cada três produtos agropecuários comercializados mundialmente um terço será do Brasil, frisando que a soja representa o maior peso no contexto da balança comercial brasileira. (MAPA 2016).

Principais características do contrato futuro de soja com liquidação financeira

A principal característica do contrato futuro da BM& é relacionada ao produto em negociação, a soja, 14 % de umidade, 8 % de avariados queimados, ardidos, mofados, germinados danificados, imaturos. O tamanho do contrato é de 450 sacas de 60Kg, com variação mínima de apregoação de US\$ 0,01 por saca de 60 Kg, cotação que permite oscilação máxima de 5% para mais ou para menos aplicado sobre o preço de ajuste do dia anterior, ultimo dia de negociação é o segundo dia útil anterior ao mês de vencimento, os meses de vencimentos são Março, Abril, Maio, Junho, Agosto, Setembro e Novembro. (BM&FBOVESPA, 2016).

O código de negociação do contrato da soja futuro é SFI, mais a letra pertencente ao mês de vencimento do contrato (H, J, K, M, N, Q, U e X), acrescido de dois números referentes ao ano de vencimento do contrato. (ADVFN, 2016).

Influência da soja na economia brasileira

Há um crescimento da participação da soja na produção agricultura do país Estima-se que nos próximos dez anos um investimento em 9,7 milhões de hectares, chegando 41,2 milhões de hectares, sendo a lavoura que mais expandirá de modo conservador, devido à pressão crescente em evitar o avanço das áreas nativas, tornando se em um grande desafio, pois as projeções apontam uma estagnação junto à média nacional de aproximadamente de 3,0 toneladas por hectares (MAPA, 2016).

Na safra 2014/2015, a produção de soja esteve entre 90,0 e 96,0 milhões de toneladas, tendo maior relevância de produção o estado do Mato Grosso, com 29,30% da produção nacional, e em segundo lugar o estado do Paraná, com 18%. A projeção para safra de 2024/25 é de 126,2 milhões de toneladas, crescimento de 33,90%, porém, é um crescimento inferior comparado com os últimos dez anos, de 72,80% (CONAB, 2015).

O contrato de soja tem crescido na Bolsa. Em 2008, o volume de negociação representou 13% da safra. Mas precisamos caminhar para uma negociação na BM&FBOVESPA em múltiplos de safra, assim como ocorre na bolsa de

Chicago. Uma maneira de a Bolsa ampliar a proteção de preços ao produtor de soja é o lançamento de um contrato de opção flexível de "O acordo da Bolsa com o CME Group é um importante passo para a globalização dos mercados futuros para os investidores brasileiros e estrangeiros. Isso, com certeza, irá atrair mais liquidez para nossos mercados, oferecendo aos participantes mais produtos e ferramentas para a gestão dos riscos de seus negócios. (WEDEKIN, 2009, p.13-14).

Observa-se a grande importância deste grão na economia brasileira, sendo de grande valia o fortalecimento dos produtores visando à estabilidade da produção.

Mercado Futuro do Boi Gordo - BGI

Quando se fala de agronegócio no Brasil as primeiras *commodities* que surgem à mente são do boi gordo e da cana de açúcar, assim como da soja e o café. Considerando isso, este artigo tratou do mercado futuro do boi gordo e também da soja. A seguir serão apresentados os dados do mercado futuro do boi gordo.

O Brasil tem um mercado de negociação da *commodity* pecuária consolidado, uma vez que quatro empresas brasileiras estão listadas no Índice Bovespa como as maiores exportadoras mundiais do produto, sendo o Brasil classificado como o maior exportador mundial de carne bovina, com capacidade para concorrer com os Estados Unidos e Austrália que concentram as negociações de contratos futuros de commodity bovina, respectivamente, na Bolsa de Mercadorias de Chicago - CME e na Bolsa de Valores da Austrália - ASX. (ADVFN, 2015)

Os contratos de Boi Gordo Futuro são acordos de compra ou venda de arrobas de boi em uma data futura e a um preço estabelecido entre as partes no momento da negociação, porém o pagamento apenas ocorre em sua data de vencimento; são negociados no Mercado BM&FBovespa e padronizados de acordo com suas datas de vencimento, cada contrato negociado estabelece um acordo de compra e venda de 330 arrobas líquidas, equivalente a 4.950 kg, de animal bovino macho.

No Mercado BM&FBovespa, o investidor consegue negociar contratos futuros de boi gordo com vencimento no último dia útil de todos os meses do ano, ocorrendo a negociação das 09h às 16h e das 17h às 18h - *after market* - a cotação é estabelecida em real brasileiro (R\$/arroba líquida) e o código de negociação é formado pela radical BGI, acrescida da letra referente ao mês de vencimento do

contrato, como ilustrado na tabela 1 e de dois números referentes ao ano de vencimento do mesmo. O lote padrão de negociação deste derivativo é composto por 1 contrato. Este contrato futuro não prevê a entrega física da mercadoria, apenas sua liquidação financeira. (ADVFN, 2015)

Quadro 1 - Código para discriminar os vencimentos das ações dentro do BM&FBovespa

Código	Vencimento
F	Janeiro
G	Fevereiro
H	Março
J	Abril
K	Maior
M	Junho
N	Julho
O	Agosto
U	Setembro
V	Outubro
X	Novembro
Z	Dezembro

Fonte: BM&FBovespa (2015)

O preço de mercado do Boi Gordo Futuro varia de acordo com a oscilação da cotação do Boi Gordo no mercado físico e a proximidade do vencimento do contrato futuro. A BM&FBovespa oferece contratos de Boi Gordo Futuro com vencimento em todos os meses do ano, o que possibilita ao investidor apostar na valorização compra ou na desvalorização da venda desta commodity em diferente prazos. (ADVFN, 2015)

Este tipo de derivativo é essencial para diversos segmentos dos setores econômicos relacionados com a pecuária de corte, neste caso, os pecuaristas precisam garantir um preço justo pela venda de seu rebanho, de modo que consigam ao menos cobrir os custos relacionados à criação do gado, exportação e distribuição da carne bovina. Além de fabricantes de produtos derivados desta *commodity*, precisam garantir um preço justo pela compra de arrobas de boi, de modo a obterem lucro com suas operações, por outro lado, diversos investidores utilizam o Boi Gordo Futuro apenas para fins especulativos, buscando lucrar com a oscilação deste ativo. (ADVFN, 2015)

A negociação de Boi Gordo Futuro é caracterizada por sua baixa volatilidade e por apresentar tendências de oscilação de preço muito bem definidas, uma vez que as cotações de Boi Gordo Futuro costumam oscilar de forma totalmente descorrelacionada do mercado financeiro.

Os investidores do mercado de Boi Gordo Futuro normalmente baseiam suas estratégias de negociação na análise técnica ou no *spread* – relação entre o preço do boi gordo no mercado futuro e no mercado físico - ou entre os preços de dois contratos futuros de vencimentos distintos. Normalmente, os negócios com Boi Gordo Futuro são realizados por telefone através da Mesa de Operações das corretoras de valores mobiliários. Algumas corretoras disponibilizam plataformas eletrônicas de negociação, *Home Broker*, integradas à plataforma WebTrading da BM&FBovespa. Para negociar Boi Gordo no mercado futuro, o investidor precisa ter depositado na conta margem da corretora, no mínimo 3,34% do valor total dos contratos negociados; as corretoras também costumam aceitar títulos públicos – tesouro direto, certificados de depósito bancários – CDB, ou ações de empresas como margem de garantia. (ADVFN, 2015)

Cenário e Tendências do Agronegócio Brasileiro

A economia do Brasil hoje abrange os três setores primário, secundário e terciário, apresentando melhores índices mesmo em períodos de crise na produção e exportação de bens agropecuários. O agronegócio é importante na geração de renda e riqueza no país. Nos últimos anos o Brasil se tornou uma superpotência mundial na produção agropecuária o que refletiu em todos os setores econômicos do País, desde a exportação e seu reflexo no PIB até a geração de mais e novos empregos, além de um leque de oportunidades de estudos profissionalizantes na área.

Atualmente o agronegócio corresponde a 48% das exportações brasileiras com destaque para o complexo da soja, setor de carnes e o setor sucroalcooleiro, que juntos com os demais estima-se que somem U\$86 bilhões de reais em 2016 (ESALQ-USP, 2017)

Em paralelo, o agronegócio brasileiro aumentou sua participação no Produto Interno Bruto-PIB, alcançando a marca de 23%. O fato é também reflexo do constante crescimento do PIB do agronegócio, frente a retração do PIB nacional

desde 2013. Estima-se que ao final de 2016, o agronegócio tenha crescido cerca de 3% (ESALQ-USP, 2017), frente a 3,3% negativos do PIB nacional.

Com relação ao emprego, o agronegócio em 2015 empregava 19 milhões de trabalhadores, e no ano seguinte, gerou mais 75 mil empregos, frente ao aumento do desemprego no Brasil, que no mesmo período extinguiu mais de 683 posições (CNA;CEPEA 2015). A produtividade média do trabalhador em 2009 foi de R\$ 9 mil no setor primário do agronegócio. No entanto, no primeiro semestre de 2017 houve queda de 3,1% ou mais de 580 mil pessoas; de modo geral, as principais reduções ocorreram na própria agropecuária e para trabalhadores atuando por conta própria e com baixa escolaridade.

A sustentação do PIB Brasileiro, nos primeiros sete meses do ano, foi possível, novamente, por meio do agronegócio, conforme indicam pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, da ESALQ-USP, 2017. A safra recorde no campo estimulou a atividade também de outros segmentos, impactando no crescimento de 5,81% no PIB-volume do agronegócio na avaliação de janeiro a julho de 2017. Desse modo, o desempenho positivo da agropecuária pôde amenizar o efeito das retrações da indústria e dos serviços sobre o PIB nacional.

Em pesquisa realizada pelo CEPEA, para o período de janeiro a maio de 2018 estimou-se quedas para o PIB do Agronegócio Brasileiro em 1,17% para maio e um acumulado dos primeiros cinco meses do ano em 2,83%. Esses valores resultam principalmente das estimativas de retrações de 5,46% no segmento primário e de 2,93% em agro serviços; os segmentos industriais e de insumos também apresentaram projeção baixa no ano.

Conclusão

Conclui-se que o Mercado Futuro é de suma importância para as vendas das *commodities* do agronegócio brasileiro, para determinar seu preço no mercado interno e externo, e tem como principal característica contribuir na gestão de risco de preço das mercadorias. Sendo assim, de maneira integrada ao mercado físico, começa a fazer parte de uma operação tem como objetivo unir produção, processamento, comercialização, consumo e financiamento.

As principais *commodities* do agronegócio brasileiro são do café, boi gordo, soja, cana de açúcar e milho, tendo o Brasil como primeiro país negociador de soja e o terceiro exportador de carne bovina. Além das tratativas de venda e compra, o agronegócio brasileiro é o que mais gera renda para o país e mão de obra. Por isso se destaca a importância da manipulação do mercado pelo derivativo Mercado Futuro para a movimentação do capital.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho foram alcançados, confirmando o pressuposto teórico de que as medidas do mercado futuro garantem a minimização dos riscos da variação do valor do mercado do agronegócio, assim como os cenários e tendências de crescimento do mercado.

Referências Bibliográficas

ADVFN Brasil – Cotações da Bolsa de Valores. **Investimentos Futuros Boi Gordo**. Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/futuros/boi-gordo>>. Acesso em: 25 de maio 2018.

BM&FBOVESPA.; COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Top Derivativos – Mercado de Derivativos no Brasil: Conceitos, Produtos e Operações**. 1. ed. Rio de Janeiro: BM&FBOVESPA – CVM, 2015.

CONCORDIA, [s.l.: s.n.]. **Derivativos Agropecuários – Mercado Futuro**. Disponível em: <<https://www.concordia.com.br/investimentos/mercado-de-futuros/default.aspx>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ESALQ-USP, **A importância do Agronegócio no Brasil**. Agosto 2017. Disponível em : <<http://blog.perfarm.com/agronegocio-no-brasil/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **O CEPEA calcula o PIB do Agronegócio com apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**. Disponível <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acesso em: 20 ago. 2018.

OLIVEIRA, Renato. **Mercado Futuro da Soja e sua Importância na Economia Brasileira**. Disponível em:<<http://www.usp.com.br>>. Acesso em: 10 de maio 2018.

SCHOUCHANA, Félix. **Introdução aos mercados futuros e opções agropecuários no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2004.

Liderança como Fator de Desempenho

Leadership as a Performance Factor

Ariane Cristina da Silva¹
Evelyn Kellen Keiko Ishii²
Silvio Mandarano Scarsiotta³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O tema liderança tem ganhado considerável espaço dentro das atividades de muitas organizações nos últimos anos. Atualmente, o desenvolvimento de competências de liderança é considerado um diferencial, visto que através do aprimoramento das habilidades comportamentais de seus colaboradores a organização pode garantir uma maior vantagem competitiva no mercado em que está inserida. Comprovou-se através de estudos que a liderança também interfere diretamente na qualidade e na velocidade da produção. Devido a estas variáveis a presente pesquisa aborda a liderança e os recursos humanos como atores principais na busca por melhores resultados organizacionais. Para o alcance deste objetivo foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica do qual se pôde concluir que o fator liderança dentro da empresa é fundamental para que haja colaboração satisfatória dos funcionários.

Palavras-chave: Diferencial, Funcionários, Liderança.

ABSTRACT

The topic leadership has been gaining considerable ground within the activities of many companies in the last years. In this day and age, the development of leadership skills has been seen as a differential, since through the improvement of employees' behavioral skills the company might assure increased competitive advantage in the market. Many researchs have proved that leadership strongly interferes in both quality and velocity of the production. Having considered all the variables above this research embrace the idea that leadership and the human resouces are key ingredients to fruitful organizational results. In order to achieve the goal mentioned it was used the bibliographic research method. The leadership factor is fundamental so that companies benefit from satisfactory collaboration of their employees.

Key words: Leadership, Employee, Differential.

Introdução

As mudanças que eram observadas e sentidas no decorrer dos anos, nos tempos atuais acontecem com muita agilidade. A cada ano novas organizações

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium-Unisaesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisaesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador; Mestre em Administração Estratégica; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium Unisaesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisaesiano Campus Araçatuba.

entram no mercado, com novas propostas, com novas tecnologias, com novos processos de produção mais tecnológicos, mais ágeis e eficientes, ou organizações já consolidadas no mercado lançam inovações, utilizam de novas e diferentes estratégias de mercado.

Devido a essa evolução tão rápida e a um mercado extremamente competitivo, as organizações têm investido cada vez mais em seu capital humano como diferencial, pois através do mesmo pode se conquistar eficiência, agilidade e qualidade, desde que as estratégias certas sejam aplicadas com este capital humano e com o auxílio de um bom líder. O líder vem ganhando cada vez mais papel de destaque nestas estratégias, pois é sobre ele que recai a responsabilidade de guiar seus colaboradores para que atinjam as metas e objetivos, tendo como resultado final o sucesso da organização.

O líder deve conhecer profundamente a sua equipe e ter uma comunicação clara e objetiva, para que o mesmo consiga extrair o melhor de cada membro da equipe, tendo como consequência o atingimento das metas e objetivos propostos. Para isso, é necessário estreitar relações com a equipe, devendo esta confiar e seguir seu líder. A equipe precisa vestir a camisa da empresa, ter objetivos relacionados com o sucesso da organização e isso só é possível se os colaboradores estiverem satisfeitos e motivados.

Para discussão do presente artigo foi levantado o questionamento da importância da liderança motivacional no ambiente de trabalho. Através do pressuposto teórico foi averiguado que a liderança motivacional é importante no ambiente de trabalho, pois o colaborador motivado e satisfeito pode desempenhar com excelência atividade proposta a ele, podendo até o mesmo trazer novas técnicas de desempenhar a atividade, portanto, a liderança motivacional inspira quem está ao seu redor e conduz na direção que devem seguir para o sucesso da organização.

O presente artigo teve como objetivo geral pesquisar como a liderança e os recursos humanos atuam na busca por melhores resultados para a organização. Traz como objetivos específicos verificar alguns fatores de desempenho na liderança como: os diferentes tipos de líderes e influenciadores e; análise do perfil de líderes e as diferentes técnicas de liderança.

A presente pesquisa foi inteiramente realizada e embasada em bibliografias, procurando obras literárias e artigos científicos recentes.

Liderança como fator de desempenho empresarial

Com as constantes evoluções tecnológicas, o mercado empresarial vem em um processo de adaptação e se modificando cada vez mais rápido. Para que as organizações consigam ser competitivas, procuram estratégias mais eficientes voltadas aos colaboradores. Como Sena (2014) explana, o maior patrimônio de uma organização são as pessoas, ou seja, são os conhecimentos que elas trazem em suas mentes. Pautados nesta percepção vemos que os colaboradores são de extrema importância, e devem assim ser guiados da melhor forma para que assim as organizações atinjam seus objetivos.

Os líderes devem sempre orientar a equipe, dando suporte e assistência, preocupando-se com o seu desenvolvimento, com a autoestima, planejando e idealizando junto com a equipe os melhores caminhos e ações, procurando sempre mantê-las motivadas e acreditando em seu potencial. (BUNN; FUMAGALLI, 2016, p. 03)

Assim é possível observar a importância de uma boa liderança, além da necessidade de um líder capacitado profissionalmente. Walter (2006) explica que a liderança é como a habilidade de transformar seus subordinados em seguidores e parceiros espontâneos e entusiasmados na busca de um objetivo comum.

A liderança começa a dar seus primeiros passos na era industrial Chiavenato (2015) afirma que as pessoas eram consideradas recursos de produção, juntamente com outros recursos organizacionais, como máquinas, equipamentos e capital, ou seja, o homem era considerado o apêndice da máquina, não apresentava tanto valor a organização e não o tratava com o devido valor.

Como consequência da industrialização, as mudanças no mercado começaram a ser mais rápidas, levando as organizações a se adaptar. É neste momento que segundo Chiavenato (2015) as organizações começam a ver as pessoas como recursos vivos e não como fatores inertes a produção.

A tecnologia trouxe desdobramentos completamente imprevistos e transformou o mundo em uma aldeia global. A informação começou a cruzar o planeta em milésimos de segundos. A tecnologia da informação (TI) provocou o surgimento da globalização da economia: a economia internacional transformou-se em economia mundial e global. A competitividade tornou-se mais intensa entre as organizações. (CHIAVENATO, 2015, p.09)

Com a competitividade intensa, as antigas estratégias de mercado já estão

ultrapassadas e as organizações começam a buscar novas estratégias e então, segundo Chiavenato (2015), começam a perceber que o recurso mais importante deixa de ser o capital financeiro e passa a ser o conhecimento. Pode se presumir que então a organização começa a ver as pessoas com outros olhares, percebendo que estas podem ser o diferencial de mercado, sobretudo porque a sua eficiência de produção, é a principal estratégia de mercado. Esta foi a chamada era da informação.

O histórico das organizações só vem ressaltar, como as pessoas fazem a diferença dentro da organização, e felizmente com o passar dos anos cada vez mais as organizações vem se dando conta deste importante componente. Juntamente com essa valorização das pessoas, vem a importância de administrar os mesmos, ou seja, conduzi-los da melhor forma possível para atingir metas.

Pesquisando as empresas mais bem-sucedidas nos Estados Unidos no período de 1972 a 1992, verifica-se que as cinco que tiveram maiores retornos obtiveram sua vantagem competitiva não por meio de patentes, pelo uso de tecnologia avançada ou pelo ramo de negócios em que atuam, mas pela forma de administrar seu pessoal. (LACOMBE, 2005, p.362)

Nos tempos atuais observa-se que o mercado continua em constante crescimento e buscando cada vez mais o sucesso. Para isso tem apostado cada vez mais em seus colaboradores como estratégias de mercado.

Motivação

A palavra motivação tem origem no latim *motivos*, que significa aquilo que movimenta. Movimentar, motor e motivo tem a mesma origem em comum. A motivação só começa ganhar importância, segundo Lacombe (2005), a partir das experiências de Western Electric em Hawthorne, no ano de 1927. Como pode se ver há apenas 91 anos que a motivação começou a ganhar espaço e ser estudada e possui grande importância e peso no sucesso de uma organização.

É necessário compreender os mecanismos que movimentam as pessoas, para os comportamentos de alto desempenho, indiferença ou improdutividade, a favor ou contra os interesses da organização e da administração. (MAXIMINIANO, 2017, p.249)

O capital humano é reconhecido como recurso essencial para a organização, mas não basta possuí-lo é necessário que o mesmo esteja motivado para que assim consigam efetuar da melhor maneira qualquer estratégia, e a mesma obtenha

sucesso, atrelando a um aumento de produção. Pois os mesmos estão comprometidos com a organização.

É preciso motivar as pessoas, pois quando motivadas elas trabalham mais alegres e satisfeitas por estarem trabalhando para a empresa, e então a empresa tem um aumento em sua produtividade levando-a a obter um grande sucesso. (GOMES; MICHEL 2007, p. 05)

De acordo com Maximiniano (2017), motivação pode ser conceituada como as causas ou os motivos que produzem determinado comportamento, seja ele qual for, ou seja, pode ser usado como fator determinante para o sucesso de estratégias empresarias, de crescimento, de qualidade no produto e assim por diante.

Para que se consiga motivar os colaboradores é necessário atentar-se ao ciclo motivacional o qual Chiavenato (2015) explica que começa com o surgimento de uma necessidade, podendo ser um bom salário, uma promoção de cargo, *status*, dentre outros fatores envolvendo o bem-estar do colaborador e de sua família.

Um dos responsáveis por transmitir e provocar a motivação é o líder, pois o mesmo está em constante contato com os colaboradores, delegando e coordenando as tarefas. Este vínculo é de extrema importância para que a motivação do colaborados seja atingida, pois um líder insatisfatório leva os colaboradores à insatisfação. Ao líder cabe segundo Lacombe (2005) criar as condições para que a motivação inerente a esses subordinados possa ser canalizada para resultados atingíveis. Assim vemos a importância de o líder também estar motivado e com seus objetivos alinhados aos da organização.

Benefícios de uma liderança eficiente

Para uma compreensão mais clara dos benefícios de uma liderança eficiente, é necessário compreender o papel do colaborador, sua importância e como o mesmo afeta nos resultados das organizações.

O homem é muito mais que um composto mecânico e por muitas vezes foi referido apenas como um fator de produção. Ele possui muitos outros atributos, os quais afetam significativamente seu desempenho. O homem sofre variações diversas em relação ao seu estado psicológico devido as mudanças que ocorrem no seu cotidiano, podendo dessa forma interferir no seu local de trabalho e nos resultados. (CAMPELLO, 2011, p 02)

O colaborador é de suma importância para que a organização obtenha resultado, pois é o mesmo que encontra se na linha de produção, portanto, conduzi-

lo da melhor forma é essencial para conseguir a melhor execução das estratégias de mercado. O autor Drucker (2001, p. 12) explana que o [...] *líder é aquela pessoa que possui seguidores, sendo capaz de fazer com que eles ajam corretamente.*

Para que as metas sejam alcançadas é necessário ter o colaborador como aliado, com o intuito de o mesmo desempenhar da melhor forma suas atividades, de colaborar de todas as formas possíveis para o alcance da meta, seja com ideias, soluções, inovações ou simplesmente mantendo um clima organizacional agradável. Proporcionando assim um ambiente agradável e extremamente produtivo aos demais colegas. Mantendo não só a produção como a qualidade e a eficiência.

As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. E é neste ambiente, que os colaboradores compartilham conhecimento e desenvolvem as suas competências. (CHIAVENATTO, 2004, p. 8)

A fim de alcançar um ambiente organizacional agradável a todos, o líder, ao lidar com muitos conflitos, precisa se mostrar firme, conquistar o respeito e a admiração de seus colaboradores dentre muitas outras características. Os colaboradores precisam confiar em seu líder. O autor Santos (2008, p. 02) explana que [...] *a prática da liderança constrói relacionamentos de confiança e comprometimento, desenvolvendo e obtendo o melhor das pessoas, o que torna os resultados maiores e melhores.*

Após a conquista de um ambiente organizacional é possível sentir os benefícios da liderança eficaz. Os resultados começam a aparecer, os colaboradores se sentem cada vez mais incentivados e animados a conquistar mais e mais metas. A comunicação entre a equipe acontece sem ruídos, todos conseguem desempenhar suas funções com qualidade e agilidade. A organização consegue se manter sempre em crescimento, pois a equipe consegue alcançar todas as metas com efetividade.

Tipos de Liderança

O sucesso de uma organização depende de uma boa liderança. A liderança está presente em todos os momentos e situações, seja na vida pessoal ou organizacional. O autor do livro *O Monge e o Executivo* aponta que liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando

atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum, ela ocorre com um fenômeno social. (HUNTER, 2004).

O líder demonstra sua capacidade de liderar não apenas por suas próprias características pessoais, mas também na situação da que se encontra. O líder é visto pelo grupo como possuidor dos meios para satisfação de suas necessidades, é um estrategista que direciona as pessoas para alcançar seus objetivos. Além disso o líder sabe ajustar todas as situações que envolvem seu grupo.

Para Maximiano (2007), a liderança é classificada em dois estilos podendo ser autocrático ou democrático, dependendo do líder centralizar ou compartilhar a autoridade com seus liderados.

Liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas. Proximidade física ou temporal não é importante no processo. Um cientista pode ser influenciado por um colega de produção que nunca viu ou mesmo que viveu em outra época. Líderes religiosos são capazes de influenciar adeptos que estão muitos longes e que têm pouquíssima chance de vê-los pessoalmente (MAXIMINIANO, 2007, p. 277).

Liderança Autocrática beneficia a centralização do poder, estimula uma dependência e submissão dos membros do grupo de trabalho, com a sensação de tensão e frustração. Por outro lado, as ações do grupo são claramente definidas e previsíveis gerando ao grupo uma sensação de segurança. A produtividade costuma ser alta, no entanto a criatividade, automotivação, e a autonomia sejam baixas. (MARQUIS; HUSTON, 2010).

Liderança Democrática, para Kron; Gray (1998), a liderança democrática visa o trabalho em conjunto, onde todos são informados, sobre os objetivos da organização e do processo que está sendo desenvolvido e qual é o seu papel dentro desse contexto. Os líderes democráticos trabalham com as pessoas não pelo domínio, mas pela sugestão e ensino. Com um líder democrático existe uma produção em menor escala, porém com melhor qualidade, quando comparado com o estilo de liderança autocrática.

Liderança liberal, segundo Bonome (2008), o grupo permanece à vontade no trabalho, uma vez que o líder dá completa liberdade, nada faz para interferir no trabalho do grupo. Não há crítica, elogio ou orientação ao grupo. Os indivíduos mostram-se confusos, porém com muita atividade. Embora não tenha a interferência do líder, o respeito deu lugar a atitudes agressivas.

Maximiano (2000) em seu conceito sobre comportamento liberal comenta que o líder transfere sua autoridade para os liderados, conferindo-lhes o poder de tomar decisões e que quanto mais o líder delegar decisões para os liderados, mais liberal é seu comportamento.

Esse tipo de líder toma poucas decisões, a maior parte delas é tomada pelos seus subordinados que tem liberdade, em virtude da ausência de avaliação de desempenho.

Líder ideal

Liderar é uma ação que surgiu juntamente com a humanidade e em diversas áreas como na religião e na história, assim como as mudanças de gerações e da tecnologia, também vem se atualizando, conforme Albuquerque (2003, p. 55),

Até meados de 1940, permaneceu a teoria de liderança baseada na ideia de que o líder era possuidor de certas características que tornavam mais apto para conduzir os demais para a execução de tarefas, ao passo que os demais cabiam o papel de seguidores.

Atualmente, observa-se que o comportamento e o potencial de um verdadeiro líder se mostra quando há a capacidade de modificar positivamente o ambiente onde atua destacando-se inspirar e motivar o crescimento de sua equipe, ou seja, muito além das qualificações e características adquiridas teoricamente. Conforme afirmação de Oliveira (2005, p. 27) [...] *do líder são cobradas determinadas formas e atitudes para lidar com valores básicos; E, entre os mais importantes, estão o amor, a integridade e o sentido.*

Conforme Bennis (2010) pode-se afirmar que o conceito liderança sempre esteve presente na sociedade, pois há um extinto natural em alguns indivíduos que os fazem exercer liderança sobre os demais. Além disso, o autor também afirma que o processo de liderança é um processo mútuo, ou seja, um líder não pode liderar se estiver sozinho. A liderança só é possível quando há a cooperação de ambas as partes e o alcance dos objetivos cumpridos só ocorre quando essa parceria entre líder e colaborador é mútua.

Liderança está em comunicar às pessoas seu valor de modo tão claro que elas possam vê-lo como próprio. Essa comunicação não deve ser feita apenas por um indivíduo, mas pela cultura, pela organização em si, sua estrutura, os sistemas, o esquema de remuneração, o processo de seleção, os planos de capacitação e desenvolvimento. (COVEY, 2003, p 23),

Para um bom desempenho do líder em sua gestão, a comunicação é primordial para que os colaboradores se sintam parte da equipe, gerando assim respeito mútuo entre líder e liderado. Reconhecer o potencial da sua equipe é fundamental, para que desta forma o funcionário saiba seu papel no alcance dos resultados da empresa.

Conclusão

Através das pesquisas apresentadas nesse trabalho, pôde-se concluir que o fator liderança dentro de uma empresa é fundamental para que haja colaboração. Foi possível identificar que para uma boa gestão é necessário que os funcionários se sintam motivados em seu ambiente de trabalho, sendo assim o perfil de líder traçado no decorrer do trabalho visa um maior alcance de satisfação.

O líder deve conhecer os colaboradores com quem está lidando, descobrir suas habilidades, ter conhecimento dos seus pontos fortes e fracos, criar planos de avaliação de desempenho a fim de ter conhecimento de como estão se sentindo, e se estão motivados para a realização do trabalho.

Os líderes têm um papel fundamental, pois tudo começa e termina na liderança. Isso significa que os líderes inevitavelmente melhoram ou complicam a vida da organização e das pessoas que o seguem, sendo assim o objetivo apresentado no trabalho sobre a importância do líder, pode-se concluir que de fato é essencial o líder ser motivador.

O presente trabalho obteve a confirmação do pressuposto teórico que afirmou a necessidade do convívio entre líder e liderados ser agradável e gratificante, sobretudo porque, quando a gestão da empresa alcança a satisfação de seus colaboradores, conseqüentemente a produção e retorno tendem a aumentar.

Mediante as presentes análises propõem-se que os gestores das empresas busquem cada vez mais motivar seus colaboradores, para que dessa forma ambos sejam beneficiados e estejam satisfeitos no âmbito empresarial.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Jamil. **A arte de lidar com as pessoas: a inteligência interpessoal aplicada**. São Paulo: Planeta, 2003.

BENNIS, Warren; NANUS, Burt. **Líderes: estratégias para assumir a verdadeira liderança**. São Paulo: Harbra, 1988.

BONOME, J. B. V.. **Introdução à Administração**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

BUNN, Fernanda; FUMAGALLI, Luís. A importância do líder na organização: influenciando pessoas para o atingimento dos resultados. **FAE**, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 132-147, Jul/Dez 2016.

CAMPELLO, Mauro. Gestão de pessoas: o papel fundamental do líder nas estratégias e resultados das empresas em um ambiente altamente competitivo. **SEGeT**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. 2011.

COVEY, Stephen R. **Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes**. 14. ed. São Paulo: Bestn Seller, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações: como atrair, aplicar, manter, desenvolver e monitorar este valioso tesouro organizacional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

_____. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DRUCKER, Peter. Prefácio. In: HESSELBEIN, F.; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, R. **O líder do futuro**. Visões estratégicas para uma nova era. São Paulo: Futura, 2001.

GOMES, Elaine; MICHAEL, Murilo. A motivação de pessoas nas organizações e suas aplicações para obtenção de resultados. **Revista científica eletrônica de administração**, Garça, v. VII, n. 13, dez. 2007.

HUNTER, James. **O monge executivo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1989.

KRON, T; GRAY, A. **Administração dos cuidados de enfermagem ao paciente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1994.

LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J.. **Administração e Liderança em Enfermagem – teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAXIMINIANO, Antônio. **Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à**

revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Jayr F.; MARINHO, Robson M.. **Liderança**: Uma questão de competência. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Jorge L.; KELM, Martinho L.; ABREU, Aline F.. Um modelo de gestão por resultados segundo a teoria da agência – um estudo de caso: Banco do Estado de Santa Catarina S/A. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v. 36, n. 3, Jul/Set 2001.

SENA, Nara. **A importância das pessoas nas organizações**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-das-pessoas-nas-organizacoes/76252/>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

WALTER, Antônio. **Treinamento e Desenvolvimento na Capacitação Profissional**: erros, acertos e soluções. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Análise de desempenho econômico e financeiro na empresa JBS S.A.

Analysis of economic and financial performance in the company JBS S.A.

Caio Matheus Ribeiro Soares¹
David Fornazari da Silva Júnior²
Igor Freitas Duarte³
Antônio Moreira⁴
Cleide Henrique Avelino⁵
Fabiane Cristina Spironelli⁶

RESUMO

A análise da situação econômica e financeira de uma empresa é base fundamental para investidores avaliarem se vale ou não a pena aplicar seus recursos monetários em ações pertencentes à entidade, ficando evidente que as informações contidas em suas demonstrações contábeis, aliadas às ferramentas de análise econômico-financeiras são peças fundamentais para o investidor, ou qualquer interessado, conseguir avaliar melhor a empresa, e se está com uma performance adequada para os resultados que procuram obter junto a ela. Dentro desta mesma análise, uma questão muito significativa e comum no mundo empresarial de grande porte atual brasileiro é a de notícias de benefícios especiais que algumas destas grandes corporações conseguiram de forma ilegal e como podem impactar em seus resultados.

Palavras – chave: Análise de Dados, Investidor, Resultados Econômico-Financeiros.

ABSTRACT

The analysis of a company's financial and economical situation is fundamental to it's investors evaluate rather the company is worth their financial investment or not, therefore, it's clear that the information present in the company's analysis of financial statements are paramount to the investor for they are key in making a better evaluation of said company and, consequently, if it will be able to produce the desired outcome from the investment. Within this very analysis a important quest rises about the how some corporations acquired some special benefits and if they were obtained illegally how this fact can affect the numbers achieved by those corporations.

Keywords: Data analysis, Investor, Economic-financial results.

Introdução

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contador; Mestrado em Ciências Sociais na área de Contabilidade; Docente e Coordenador do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁶ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Para a análise de desempenho contábil, deve-se inicialmente, a preparação das informações, como por exemplo, a classificação apropriada e associação lógica das mesmas. Os relatórios, pareceres e demonstrações financeiras para análise da empresa são, certamente, as ferramentas mais usadas na construção de uma boa análise de desempenho contábil.

Este trabalho foi criado com o objetivo de analisar os demonstrativos contábeis e verificar a importância da análise de desempenho contábil nos processos de gestão em uma empresa.

Foi realizado um Estudo de Caso na empresa JBS S.A., tendo como objetivo específico e secundário colher informações para fins de comparação de seus índices, examinar os impactos que foram causados em suas demonstrações contábeis decorrentes das notícias e investigações de benefícios especiais de interesse próprio e de decisões tomadas por seus gestores nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Um dos fatores que pode impactar o desempenho das empresas e, conseqüentemente, sua eficiência operacional é o comportamento do gestor na tomada de decisões e de como leva sua empresa a crescer, tanto na entrada de novos mercados, negociações ou controle de suas dívidas. Isto pode ser muito perigoso e arriscado quando o gestor começa a tomar decisões que não estão alinhadas com atitudes bem vistas no mercado interno ou externo, podendo gerar reações improdutivas ao seu negócio.

Como pergunta problema, foi elaborada: Através da análise de desempenho, com seus demonstrativos e resultados, pode-se perceber quando há uma perda de rendimento na gestão de uma empresa? E, como pressuposto teórico, foi elaborada a hipótese que a análise de desempenho é uma útil ferramenta para analisar qual a real situação de uma empresa, tanto em seu aspecto financeiro, como no econômico.

Os métodos de estudo utilizados para a realização deste trabalho foram de pesquisas bibliográficas e análise de estudo de caso voltado aos aspectos econômicos e financeiros, realizados no ano de 2018.

Conceito de análise de desempenho contábil

Quando se trata de análise, entende-se por preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. Para a análise de desempenho contábil, deve-se,

inicialmente, a preparação das informações, como por exemplo, a classificação apropriada e associação lógica das informações. Os relatórios, pareceres e demonstrações financeiras para análise da empresa serão, certamente, as ferramentas mais usadas na construção de uma boa análise de desempenho contábil.

Conforme Iudícibus (2006, p. 67)

É muito mais útil calcular um certo número selecionado de índices e quocientes, de forma consistente, de período para período, e compará-los com padrões preestabelecidos e tentar, a partir daí, tirar uma ideia de quais problemas merecem uma investigação maior, do que apurar dezenas e dezenas de índices, sem correlação entre si [...]

A análise de desempenho contábil é um dos aspectos mais difíceis e que exige mais maturidade por parte do contador.

Frequentemente, os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão. (IUDÍCIBUS; MARION, 2008, p. 1)

Determinando as variações absolutas e relativas dos elementos patrimoniais e de resultado, registrando nas demonstrações contábeis de dois ou mais períodos, o analista ou auditor examina, estuda e analisa o desempenho da empresa, obtendo também, indicações valiosas para estimativa das perspectivas econômicas e financeiras.

A análise de desempenho contábil ou financeira pode merecer maior ou menor grau de profundidade das investigações dos registros e documentos dependendo da finalidade do julgamento ou da opinião do analista. (WALTER; BRAGA, 1980, p. 1)

Quando se trata de análise, entende-se por preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação, para que se tenha uma alternativa econômica, uma ferramenta altamente eficiente com o auxílio de vários indicadores financeiros, como alguns dos índices de rendimento.

Importância da análise nos processos de gestão contábil

As informações das empresas são geradas por meio de processos de gestão

as quais produzem informações para a contabilidade e, nos dias de hoje, é um sistema indispensável; com isso, o papel do contador é demonstrar aos administradores e gestores a importância da contabilidade financeira na gestão e nas tomadas de decisão. É nesse momento que o diferencial competitivo faz a diferença trazendo o crescimento; muitas empresas já utilizam essa ferramenta como forma de informação estratégica para possibilitar os gestores nas tomadas de decisões mais seguras. (LEITE, 2012)

Lins; Francisco Filho (2012) ressaltam que as análises financeiras e de balanços devem ser compreendida dentro de suas possibilidades e limitações. Por um lado, aponta mais problemas do que soluções; por outro lado, eficientemente manuseada, pode transformar-se num poderoso painel de controle do contador gerencial.

Demonstrações Contábeis

Ao fim de cada exercício contábil, geram-se informações que são as demonstrações contábeis, com o intuito de deixar fácil o entendimento para seus acionistas, governo e a todos que tiver interesse do que ocorreu na empresa durante o período.

É também denominada demonstrações financeiras, que é um conjunto de informações que a administração da empresa é obrigada a fornecer aos seus sócios, acionistas e governo, anualmente, para prestações de contas.

As informações das demonstrações contábeis são tiradas da contabilidade após os registros e informações de uma empresa em um determinado período; os dados mostram a situação patrimonial da empresa.

Segundo o IBRACON (2005, p. 2),

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de modo geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisão. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela administração, dos recursos que lhe são confiados.

É importante que as demonstrações estejam de acordo com a legislação vigente e com maior número de dados para que sejam transparentes os itens mais

relevantes para os interessados, conforme mencionado anteriormente pois é através deles que a gestão administrativa, econômica e financeira demonstra todo o processo de gestão da empresa. Por isso os princípios fundamentais da contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade devem ser cumpridos à risca.

Balanco Patrimonial - BP

É uma forma de demonstração contábil que mostra a situação patrimonial e financeira de uma empresa em um determinado período. O Balanço Patrimonial mostra os ativo, bens e direitos, passivo, exigibilidades e obrigações, e também o patrimônio líquido.

Toda empresa é obrigada a realizá-lo pelo menos uma vez por ano ou trimestralmente, de acordo com o regime adotado; aqueles que fazem mensalmente têm maior controle sobre as informações das ocorrências do período.

De acordo com o Código Civil (2002, art. 1.179), [...] *é obrigatório que o empresário e sociedade empresária levantem, anualmente, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico; este último também é conhecido como demonstração do resultado do exercício.*

Como o Balanço Patrimonial tem que demonstrar a situação da empresa, pode-se dizer que ele é um resumo de todas as operações e registros contábeis elaborados pela contabilidade ao longo do exercício ou período.

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

A Demonstração do Resultado dos Exercícios existe para evidenciar o resultado líquido do exercício diante da comparação das receitas, custos, despesas apuradas em um determinado período e competência. Ela serve para evidenciar os resultados financeiros econômicos dos resultados operacionais de uma empresa em um período. Na grande maioria das empresas são realizadas mensalmente e trimestralmente para fins fiscais; porém, para fins de divulgação, a obrigatoriedade é anual.

Depois do balanço patrimonial, a DRE é a mais importante das demonstrações contábeis. A DRE evidencia o desempenho da empresa – lucro ou prejuízo – no período compreendido entre janeiro e dezembro de cada ano. Todas as contas de resultado constantes na DRE serão ‘zeradas’ ao final de cada ano e esse resultado será repercutido diretamente no

balanço patrimonial, na parte do patrimônio líquido. (LINS; FRANCISCO FILHO, 2012, p. 25)

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido evidenciam a movimentação de todas as contas pertencentes ao patrimônio líquido de uma organização decorridas dentro do exercício, sendo a mais utilizada por grandes empresas.

Conforme Lins; Francisco Filho (2012, p. 29), [...] *o patrimônio líquido [...] é composto pelo capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.*

Nele consta todo lucro ou prejuízo acumulados, assim como a formação e utilização das reservas, oriundas ou não do lucro.

Através da DMPL é possível avaliar se todas as movimentações verificadas, em determinado exercício, nas diversas contas do patrimônio líquido, e também o valor de cada movimentação (acréscimo ou diminuição) do patrimônio líquido no período. (ASSAF NETO, 2014, p. 110)

Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente deve trazer contas que não foram reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, como receitas, despesas ou outras mutações que afetam o patrimônio líquido, podendo ser os ajustes de instrumentos financeiros e os tributos sem ajustes financeiros.

Marion (2015) relata que a apresentação da DRA pode ser de três maneiras, como uma continuidade da DRE, na DMPL, ou mesmo como um relatório próprio. Segundo ele, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC sugere a DRA inclusa na DMPL; mas, quando apresentada como um relatório próprio, deve ser considerado o resultado obtido na DRE como valor inicial de seu cálculo. Porém, de acordo com as Normas Internacionais, o modelo ideal seria como uma continuidade da DRE.

Análise do mercado pela análise de desempenho contábil de uma empresa

Segundo Barbosa; Silva (2014, p. 172),

[...] a contabilidade, a fim de facilitar o processo de gerenciamento e de avaliação de uma empresa, disponibiliza uma série de

indicadores calculados a partir dos demonstrativos contábeis. Os analistas de investimento, pela atividade que desempenham, possivelmente são potenciais usuários das informações contábeis [...]

Ou seja, a análise de desempenho contábil através dos estudos de seus índices econômico-financeiros, tem sido incluída em modelos de avaliação de desempenho em conjunto com variáveis operacionais para o estudo de como está a eficiência operacional das empresas, podendo abranger para o investidor, já que este, em muitos dos casos, é o principal interessado em saber como anda o desempenho da empresa que ele escolheu para investir seu dinheiro, ou também pelo mercado de especulações, pois ao verificar que uma determinada empresa, sendo esta concorrente a um importante negócio do mercado, na maiorias dos casos, surgem muitas notícias dando bastante relevância para estes fatos. Portanto, avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para os usuários da informação contábil tomarem decisões.

Um dos fatores que pode impactar no desempenho das empresas e, conseqüentemente, em sua eficiência operacional é o comportamento do gestor na tomada de decisões e de como leva sua empresa a crescer, tanto na entrada de novos mercados, negociações ou controle de suas dívidas, sendo, portanto, de grande importância, os documentos e demonstrativos que servirão de base para esta análise.

A análise das demonstrações contábeis pode fornecer subsídios no âmbito interno, na área gerencial, na assessoria e na administração. Já no âmbito externo, age no mercado de capitais e influencia as decisões de analistas e investidores. (LINS; FRANCISCO FILHO, 2012, p. 130)

Estudo de Caso

A organização JBS S.A é uma das maiores indústrias de alimentos do mundo. Fundada em 1953, na cidade de Anápolis, no interior de Goiás, por José Batista Sobrinho, a companhia opera no processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas, frango e de couro. Além disso, comercializa produtos de higiene e limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros.

A companhia hoje tem mais de 216 mil colaboradores ao redor do mundo e 340 unidades, entre fábricas e escritórios comerciais. Por isto e outros aspectos, é

uma empresa interessante a ser pesquisada e analisada. Uma das possíveis e talvez a mais interessante no momento em que vive, é a avaliação dos impactos causados nos resultados em decorrência das notícias e investigações de benefícios especiais de interesse próprio que as cercam nos últimos anos.

Aplicabilidade dos índices econômico-financeiros

Como o nome já diz, esses índices demonstram a situação econômico-financeira das empresas, podendo ser uma grande aliada dos gestores no processo de tomada de decisão. Para a avaliação de desempenho da organização, nos anos de 2015, 2016 e 2017, serão aplicados os índices econômicos financeiros, EBIT, EBITDA, MVA, EVA e ROI. Durante esse processo de avaliação, a gestão enfrenta diversos obstáculos, até mesmo extrapolar sua função de origem, pois estes índices tornam-se ferramentas de estratégias para sobreviver neste mundo atual bastante competitivo.

A contabilidade tem como uma de suas funções subsidiar o processo de avaliação de empresas e o pode fazê-lo por intermédio de indicadores contábeis. (BARBOSA; SILVA, 2014, p. 179)

Para a aplicabilidade desses índices, serão utilizadas as informações extraídas do Relatório da Administração da empresa J.B.S. S.A. de 2016 e 2017, disponíveis no *site* da organização.

EBIT

O EBIT, sigla em inglês para *Earning Before Interest and Taxes*, corresponde a uma ferramenta cuja função é apresentar ao usuário da informação contábil uma medida de lucro mais ligada ao resultado de natureza operacional auferido pela sociedade, que não inclui resultado financeiro, dividendos ou juros sobre o capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não operacionais, ou seja, seu verdadeiro lucro contábil.

Assaf Neto (2014) ressalta que outra denominação comumente adotada para o lucro operacional antes do imposto de renda é o lucro antes dos juros e impostos (LAJI).

Lins; Francisco Filho (2012) descrevem EBIT como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das

receitas financeiras.

EBITDA

É por meio do EBIT que é possível conhecer o verdadeiro lucro contábil da companhia a partir das atividades que efetivamente fazem parte do negócio, ou seja, o quanto a empresa obteve de lucro, considerando apenas as atividades-fins. Já no caso do EBITDA, termo em inglês para *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que também é um importante informativo, a premissa básica é o levantamento dos resultados que refletem diretamente no caixa da empresa.

A grande diferença do EBITDA para o EBIT é que o primeiro considera, no seu cálculo, os efeitos das depreciações e amortizações; já o segundo não leva em consideração tais fatores.

Conforme Assaf Neto (2014, p. 140), [...] *em essência, é importante destacar que o EBITDA revela a geração interna de caixa da empresa, ignorando importantes variáveis, como a qualidade do crédito da empresa, impostos sobre lucros, necessidades de reinvestimentos.*

Ao trazer o termo para o português, obtem-se o LAJIDA, ou seja, Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Lins; Francisco Filho (2012) descrevem *EBITDA* como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

A divulgação do *EBITDA* é uma forma de o investidor descobrir qual é a realidade financeira da companhia e se ela está melhorando sua competitividade e a sua eficiência ano a ano.

Como as formas de contabilizar depreciação, impostos e até mesmo as dívidas são diferentes em diversos países, o Ebitda torna-se um indicador de lucro comparável entre empresas de vários países. (MARION, 2015, p. 106)

Quadro 1: Cálculo EBIT e EBITDA

2015		2016		2017	
Elementos	Valor	Elementos	Valor	Elementos	Valor
Lucro Líquido	5.128,6	Lucro Líquido	707,5	Lucro Líquido	1.025,5
(+) Provisão Imposto	2.750,0	(+) Provisão Imposto	(271,1)	(+) Provisão Imposto	126,3

(+) Despesa Financeira	12.874,6	(+) Despesa Financeira	10.788,4	(+) Despesa Financeira	7.582,2
(-) Receita Financeira	(11.574,0)	(-) Receita Financeira	(4.477,1)	(-) Receita Financeira	(1.986,9)
(=) EBIT	9.179,2	(=) EBIT	6.747,7	(=) EBIT	6.747,1
(+) Depreciações	3.692,8	(+) Depreciações	4.500,6	(+) Depreciações	4.471,7
(=) EBITDA	12.872,0	(=) EBITDA	11.248,3	(=) EBITDA	11.218,8

*valores em milhares de reais

Fonte: Estudo de Caso, 2018

Na análise do EBIT e EBITDA, foi possível identificar que houve uma queda de 2015 a 2016 de 12,61%, uma grande diferença nos valores do lucro líquido, mostrando que a empresa foi atingida com a crise econômica e financeira no país assim que a investigação denominada Lava Jato começou a atuar. De 2016 para 2017, houve uma pequena queda de 0,26%, com isso a empresa está perdendo sua capacidade de gerar fluxo de caixa e perdendo seu crédito para investimentos; porém, no último ano, a queda já não foi tão grande, mostrando assim que está reagindo ao mercado.

Margem de Valor Agregado - MVA e Valor Econômico Agregado - EVA

O valor de mercado da empresa, de acordo com o desenvolvido, é a soma do valor de mercado do capital próprio e do capital de terceiros. Diante da baixa qualidade das informações de mercado para determinação do valor do capital próprio, notadamente no Brasil, o valor de mercado é melhor determinado pelo método do fluxo de caixa descontado.

No conceito do valor agregado pelo mercado, é possível estabelecer diferenças entre o objetivo de maximização do valor da empresa e a maximização da riqueza de seus acionistas. O objetivo da empresa é o de maximizar a riqueza de seus acionistas e, não necessariamente, o seu valor de mercado.

O MVA é a diferença entre o valor de mercado da empresa e o total do capital investido em suas operações ou pelos proprietários de capital (credores e acionistas). É utilizado como uma medida de avaliação do desempenho econômico da empresa, refletindo o sucesso da empresa em suas decisões financeiras. A maximização da riqueza agregada é o objetivo principal de qualquer empresa dentro da preocupação com relação ao bem-estar econômico de seus acionistas. (ASSAF NETO, 2014, p. 757)

Junto ao MVA, é interessante citar o EVA, que é o valor econômico adicionado; ele avalia o retorno econômico gerado pela empresa. O índice corresponde ao saldo do lucro operacional após a dedução do custo de capital investido na empresa.

Se uma empresa tem um EVA negativo através dos anos, o seu MVA, com o passar do tempo, também se tornará negativo, pois seus investidores deixarão de investir em uma empresa que não está gerando valor. Dessa maneira, pode-se dizer que esses índices são um forte instrumento de análise para o futuro das empresas.

O sucesso do VEA está atrelado ao envolvimento de todo o pessoal da empresa, avaliando e remunerando cada função operacional com base no valor criado e identificado nos direcionadores de valor selecionados para as diversas atividades. (ASSAF NETO, 2014, p. 183)

Quadro 2: EVA

*valores em milhares de reais

CCT CP Tx Liq.: 16,61%	Encargos Financeiros (CCT)	2015	2016	2017
	Empréstimos e Financiamento	20.906,6	18.148,8	13.526,1
	(=) Resultado	3.472,6	3.014,5	2.246,7
CCT LP Tx Liq.: 13,53%	Encargos Financeiros (CCT)	2015	2016	2017
	Empréstimos e Financiamento LP	44.976,1	38.111,6	43.498,6
	(=) Resultado	6.085,3	5.156,5	5.885,4
CCP Tx Liq.: 12,94%	Encargos Financeiros (CCP)	2015	2016	2017
	PL	29.621,4	24.914,6	26.140,7
	(=) Resultado	3.833,0	3.223,9	3.382,6
EVA	Demonstrativos	2015	2016	2017
	LLE	5.128,6	707,5	1.025,5
	CCT	(9.557,9)	(8.171,0)	(8.132,1)
	CCP	(3.833,0)	(3.223,9)	(3.382,6)
	EVA	(8.262,3)	(10.687,4)	(10.489,2)

Fonte: Estudo de Caso, 2018

O Custo de Capital de Terceiros – CCT, de curto prazo, está representado na figura dos juros ou despesas financeiras, e o Custo de Capital Próprio – CCP, tanto de curto e longo prazo, é a expectativa de retorno desejado pelo acionista em cima do seu capital investido no negócio, sendo estes encargos financeiros fundamentais para a análise do EVA.

Quadro 3: MVA

*valores em milhares de reais

MVA	Demonstrativos	2015	2016	2017
	Patrimônio Líquido	29.621,4	24.914,6	26.140,7
	TMA (%)	107,0	107,0	107,0
	MV	31.694,9	26.658,6	27.970,5
	PL	(29.621,4)	(24.914,6)	(26.140,7)
	TMA	3.833,0	3.223,9	3.382,6
	EVA	(8.262,3)	(10.687,4)	(10.489,2)
	VA	(4.429,3)	(7.463,5)	(7.106,6)

Fonte: Estudo de Caso, 2018

Com os dados apurados nos dois quadros acima, a empresa continuou não agregando riqueza no ano de 2016 e 2017, reduzindo até seu valor de investimento, pois obteve um resultado mais negativo em 2016 do que seu valor agregado em 2015, mais exatamente uma diminuição de 68,50% negativo. Em 2017, houve uma pequena melhora deste resultado negativo, porém quase imperceptível.

Retorno sobre o Investimento - ROI

O retorno sobre o investimento, é adotado muitas vezes como um conceito mais amplo, podendo ser utilizado para expressar o retorno do investimento em um projeto ou nas operações da empresa. (ASSAF NETO, 2014)

Ele é um termo bastante comum na análise de investimentos, sendo usado principalmente para identificar retornos financeiros, tanto potenciais como passados. A métrica do índice mostra, por meio de uma taxa de retorno, quanto um investidor ganhou ou perdeu em relação ao valor aplicado em um determinado investimento, dando, ao mesmo tempo, uma análise sobre o que aconteceu e uma perspectiva sobre o futuro do mesmo.

Segundo ainda, Assaf Neto (2014, p. 153),

[...] o retorno em todas as medidas de desempenho é uma proporção do investimento (capital investido) utilizado para a geração do resultado (lucro operacional). A avaliação dessas medidas é desenvolvida pela comparação com o custo total de capital alocado no investimento.

$$\text{ROI: } \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}}$$

Quadro 4: Cálculo do Investimento ROI

*valores em milhares de reais

2015		2016		2017	
Elementos	Valor	Elementos	Valor	Elementos	Valor
Imobilizado 2015	35.381,1	Imobilizado 2016	33.110,9	Imobilizado 2017	33.563,1
(-) Imobilizado 2014	24.188,9	(-) Imobilizado 2015	35.381,1	(-) Imobilizado 2016	33.110,9
(=)	11.192,2	(=)	(2.270,2)	(=)	452,2
(+) PL 2015	29.621,4	(+) PL 2016	24.914,6	(+) PL 2017	26.140,7
(=) Investimento	40.813,6	(=) Investimento	22.644,4	(=) Investimento	26.592,9

Fonte: Estudo de Caso, 2018

Quadro 5: Cálculo ROI

*valores em milhares de reais

2015		2016		2017	
Elementos	Valor	Elementos	Valor	Elementos	Valor
Lucro Operacional	7.878,7	Lucro Operacional	436,4	Lucro Operacional	1.151,8
(÷) Investimento	40.813,6	(÷) Investimento	22.644,4	(÷) Investimento	26.592,9
(=) Resultado	19,30%	(=) Resultado	1,93%	(=) Resultado	4,33%

Fonte: Estudo de Caso, 2018

Nesses dois quadros é apurado quanto foi gerado de lucro com o investimento realizado pela empresa, o primeiro quadro demonstra o cálculo para obter qual o real investimento no ano, onde já se visualiza a diminuição do investimento do ano de 2015 para 2016, com um pequeno aumento em 2017.

No segundo quadro, onde se compara o lucro operacional com o investimento, para analisar se foi benéfico para a empresa, fica evidente a diminuição dos lucros gerados pelo investimento de 2015 para o ano de 2016, com um pequeno aumento em 2017, da mesma forma que ocorreu com seus investimentos nestes três anos analisados.

Conclusão

Ao aplicar e analisar os índices econômico-financeiros, fica evidente que as notícias de benefícios especiais de interesse próprio que cercaram a empresa JBS S.A. desde 2015, comprometeram, a partir da publicação das investigações pela polícia federal, seus resultados econômicos e financeiros, sendo estes resultados para o investidor um grave problema, pois o este corre o risco de investir seu

dinheiro na empresa e não obter um retorno esperado, já que seu dinheiro não está sendo utilizado de forma correta, demonstrando uma gestão de empresa não eficiente. Se não tivessem ocorrido essas investigações, seu resultado, dentro deste período, seria bem diferente, pois o lucro seria maior, decorrente de uma receita mais significativa, conforme analisado no EBITDA, onde foi demonstrada uma diminuição brusca de seu poder aquisitivo ao longo de 2015 a 2017.

Com a conclusão deste trabalho, os objetivos propostos pelo grupo foram alcançados, demonstrando o valor que as ferramentas de análise econômico-financeira tem, e como são úteis para analisar qual a real situação de uma empresa, tanto em seu aspecto financeiro como no econômico, confirmando assim, o pressuposto teórico.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.

BARBOSA, Glauber C.; SILVA, César A. T.. Utilização dos indicadores contábeis no processo de avaliação de empresas: A percepção de professores de contabilidade e de analistas de investimento. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.6, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente>>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 1.179, de 10 de jan. de 2002. **Obrigatoriedade de um empresário ou sociedade empresarial de seguir um sistema de contabilidade**. Brasília, DF, jan 2002.

FRANCISCO FILHO, José; LINS, Luiz S.. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

IBRACON, NPC n. 27, de 29 de dez. de 2005. **Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações**. Dez. 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de.. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sergio de.; MARION, José C.. **Curso de Contabilidade para não Contadores – para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Juliano A.. **A Contabilidade como ferramenta indispensável à gestão empresarial**. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-contabilidade-como-ferramenta-indispensavel-a-gestao-empresarial/64302/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MARION, José C.. **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2015.

WALTER, Milton A.; BRAGA, Hugo R.. **Demonstrações financeiras um enfoque gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

A importância da Contabilidade como ferramenta de gestão em Clubes de Futebol Profissional

The importance of accounting as a management tool in professional football clubs

Felipe Rigon¹
Gustavo Cargano Marin²
Leonardo Pessoa Silva³
Celso Roberto Dias⁴
Cleide Henrique Avelino⁵
Fabiane Cristina Spironelli⁶

RESUMO

A aplicabilidade da contabilidade é indispensável em qualquer empresa que almeja alcançar bons resultados, sobretudo pelo fato dessa ciência ser uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões e planejamento futuro de uma instituição. No futebol não é diferente, a pesquisa desenvolvida nesse artigo mostra a importância da contabilidade em um clube de futebol profissional. O trabalho foi elaborado através de material bibliográfico e estudo de caso realizado no São Paulo Futebol Clube e tem por objetivo verificar as demonstrações contábeis da instituição, analisando detalhadamente seus índices de liquidez, rentabilidade, endividamento e capacidade de giro.

Palavras-chave: Contabilidade, Contabilidade no Futebol, Tomada de Decisões.

ABSTRACT

The applicability of the accountancy is indispensable in any company that aims to achieve good results, especially for the fact that science be a powerful tool for taking decisions and for an institution future planning. In football is not different, the research itself develops and presents in this article the importance of accounting in professional football club. The academic essay was elaborated through bibliographical material and study of case in São Paulo Football Club and aims to check the financial statements of the institution, analyzing in detail its contents of liquidity, profitability, debt and turning capacity.

Keywords: Accounting, Accounting in Football, Taking Decisions.

Introdução

É de total conhecimento que a contabilidade passou a ter um papel de importância muito mais amplo na sociedade atual; hoje ela é um instrumento

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contador; Especialização em Administração Empresarial; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁶ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

fundamental para a tomada de decisão de qualquer empresa que almeja o sucesso, seja lá qual for o seu segmento.

Esse artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de pesquisar a importância que o emprego da contabilidade agrega em um clube de futebol profissional e ainda traz como objetivos específicos verificar as demonstrações contábeis e analisar os índices de liquidez, rentabilidade, endividamento e giro do ativo apurados nos anos de 2016 e 2017. Esses índices foram extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício divulgados pelo São Paulo Futebol Clube, associação esportiva situada na cidade de São Paulo, a qual foi escolhida para realização do Estudo de Caso.

Além do Estudo de Caso realizado, a pesquisa contém um referencial teórico, elaborado através de pesquisa bibliográfica, dentre outros dados coletados, onde se sintetizam as principais legislações pertinentes no âmbito do mercado do futebol, bem com as principais fontes de rendas dessas agremiações esportivas.

O referente trabalho traz como pergunta problema: É possível alavancar a rentabilidade de um clube de futebol utilizando a contabilidade como ferramenta? O intuito final é chegar a uma conclusão sobre o pressuposto teórico o qual diz que um clube de futebol bem administrado e possuidor de uma contabilidade transparente consegue atrair novos investidores e alavancar seus rendimentos.

Contabilidade

A Contabilidade é um instrumento fundamental que surge da necessidade do indivíduo em controlar seus bens, direitos e obrigações; ela é uma ciência que oferece informações indispensáveis para o auxílio da tomada de decisão para os gestores de uma instituição.

De acordo com Iudícibus; Marion, 2000, p. 22:

A principal finalidade da Contabilidade é controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos neles ocorridos, objetivando fornecer informações e orientações necessárias à tomada de decisões sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (IUDÍCIBUS; MARION, 2000, p. 22).

O Perfil do Profissional Contábil

A contabilidade tem seu papel de importância desde seu surgimento; porém, muito mais exigida em comparação a anos atrás, quando o profissional contábil era intitulado apenas como guarda livros.

No entanto, essa denominação ficou para o passado e nos dias atuais, o uso dessa ciência é extremamente fundamental para o auxílio na administração e tomada de decisões das empresas, seja ela grande ou pequena.

Com isso, torna-se imprescindível o papel do contador nos processos decisórios, cabendo ao profissional atualizar-se diante dos procedimentos e diretrizes que regem o setor contábil.

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendida como fator preponderante ao sucesso empresarial. (SILVA, 2003, p. 3).

Diante disso, tendo em vista que atualmente só sobrevivem as empresas que se destacam no mercado e considerando a alta competitividade dos grupos empresariais, o emprego da contabilidade tornou-se ainda mais relevante, pois se sabe que, para obter sucesso, é indispensável abrir mão de uma boa gestão, que seja transparente, auxilie os processos decisórios e, além de tudo, cumpra com as questões fiscais e trabalhistas.

Considerações relevantes sobre o futebol no Brasil

Considerado paixão nacional no país, o futebol, no Brasil, vai muito além de um simples entretenimento. Motivados pelo fanatismo de seus torcedores/clientes, os clubes, entidades e marcas de produtos relacionados ao esporte lucram com o grande consumo existente nesse mercado.

Nos últimos anos, o futebol converteu-se em algo inevitável. Não está somente nos estádios, mas invadiu todos os terrenos. É a estrela dos meios de comunicação, o centro das conversações cotidianas, a obsessão de alguns, a razão de viver de muitos e um autêntico pesadelo para os poucos que não entendem deste esporte (...) O futebol entrou sem chamar na nossa vida cotidiana. De um tempo para cá deixou de ser algo extraordinário dos domingos à tarde para converter-se no pão nosso de cada dia. (ZUBIETA, 2002 apud ALVITO, 2006, p.06).

Nos dias atuais, o futebol tem movimentado muito dinheiro não só no Brasil,

mas no mundo todo; envolve, em alguns casos, contratos de patrocínios milionários, grandes parcerias com emissoras de televisão e, além de tudo, vendas de jovens jogadores a preços exorbitantes.

Entretanto, essa não é a realidade da maioria dos clubes; boa parte deles não está filiada às federações ou sequer contam com torneios pra preencher seu calendário anual, isso somado a falhas de gestões acarreta uma série de problemas, como por exemplo, aumento de dívidas, ausência de controle de custos/despesas; falta de critérios nas contabilizações; problemas de captação de recursos; deficiência de Capital de Giro; dependência significativa da venda de atletas para gerar receitas, dentre outros gravames.

Segundo dados apurados pelo Portal Terra no início do ano de 2017:

O futebol brasileiro dispõe de 662 times profissionais de futebol. Apenas 128 deles contam com um calendário anual por integrarem as quatro divisões nacionais da CBF. Ou seja, 534 vivem à míngua de torneios, em geral, curtos e de pouca visibilidade.

Legislações e Normas na administração desportiva

Com o objetivo de estimular a profissionalização das atividades desportivas no país, foi criada a Lei 9.615 de 24 de março de 1998, conhecida popularmente como Lei Pelé, nome dado em referência ao ex-jogador que, na época, era o Ministro do esporte do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A lei tem como intuito modernizar o desporto brasileiro dando mais transparência e profissionalismo ao esporte nacional. Com a lei em vigor, os clubes passaram a ser considerados como empresas e, independentemente da forma jurídica adotada, passou a ter certas obrigações.

Conforme Lei nº 9.615 Art. 46-A:

Elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas à auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva. (BRASIL, 1998).

Através da ITG 2003 (R1), o Conselho Federal de Contabilidade estabelece critérios e procedimentos específicos para quem esteja ligado à exploração da

atividade desportiva. A norma que passou a ter vigência no início do ano de 2018 diz que as entidades desportivas ficam encarregadas de elaborar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Fontes de receitas dos clubes de futebol

Assim como qualquer outra empresa, os clubes de futebol necessitam de recursos para se sustentarem e, conseqüentemente, dependem da captação e obtenção de receitas para dar continuidade em suas atividades.

Sabe-se que é impossível um clube viver só de títulos, ainda mais se tratando do futebol brasileiro, onde temos os campeonatos mais competitivos do mundo; portanto, o objetivo comum das equipes é estar sempre entre os melhores colocados e assim garantirem uma maior lucratividade.

Nos dias atuais, as duas maiores fontes de rendas para um clube ficam por conta dos contratos de televisionamento, onde são firmados acordos de exploração de imagem e transmissão de jogos na televisão e a negociação de atletas que, atualmente, passaram a ter grande relevância no cenário futebolístico. Hoje, na ótica dos clubes, os jovens talentos passaram a serem vistos como verdadeiros produtos, onde muitos acabam sendo atraídos precocemente pelos fortes mercados do futebol como Europa, China e o mundo árabe. A concretização dessas vendas faz com que as organizações desportivas tenham retorno positivo com os investimentos feitos na formação de jogadores.

Segundo Silva, 2015, p. 47:

Para atingir o objetivo de desenvolver o atleta, existe um conjunto de profissionais dos mais variados ramos que atuam nos clubes. A venda ou negociação de direitos desse atleta faz com que a organização desportiva tenha o retorno com os investimentos iniciais na formação do jogador e busque ter sua lucratividade baseada nesse ato. (SILVA, 2015, p. 47).

Patrocínio é outra forma de captar lucros e é visto como uma boa oportunidade para o fortalecimento das marcas, tanto do clube quanto dos investidores, gerando uma visibilidade enorme diante dos apreciadores de futebol.

[...]Uma empresa que procura um clube para patrociná-lo está buscando agregar valor à imagem, maximizar a exposição da marca, alavancar os benefícios dos parceiros através de novas oportunidades de negócio. [...].(DUALIB, 2005, p.198).

Lançado recentemente, os planos de sócio torcedor é outra opção de renda. O programa é feito conjuntamente entre torcedores, clubes e empresas parceiras, cujo objetivo é reverter a mensalidade recebida para o uso da estruturação do clube. Existem variados planos que oferecem vantagens ao torcedor, como descontos em ingressos, participação em concursos e promoções, descontos em produtos e serviços de marcas conveniadas e até mesmo utilização das dependências do departamento social do clube.

Outra fonte de faturamento, mas não menos importantes são as bilheterias, pois, além da motivação transmitida pelo torcedor para o seu time, o dinheiro arrecadado com a venda de ingressos é útil para manutenção da estrutura do próprio estádio; entretanto, a violência e a falta de organização das federações que administram as competições são fatores que têm deixado os estádios cada vez mais vazios. Para reverter esse problema, cabe ao próprio clube promover promoções e explorar seu *marketing* para que haja um convencimento no torcedor.

Estudo de Caso São Paulo Futebol Clube

Um dos clubes mais bem sucedidos do Brasil, o São Paulo Futebol Clube, foi fundado em 25 de janeiro de 1930 na cidade de São Paulo.

O clube é reconhecido por suas grandes conquistas tanto no futebol nacional quanto pelos títulos em competições de nível internacional; além disso, o São Paulo é prestigiado pela construção de seu patrimônio ao longo da história.

Atualmente, se sabe o quão difícil está a situação financeira dos clubes brasileiros; com isso, o São Paulo Futebol Clube, desde o final de 2015, em parceria com uma empresa de auditoria, traçou um plano de recuperação econômica com o objetivo de reduzir o déficit de caixa do clube.

Conforme o presidente do clube, 2018:

O ano de 2017 é marcado pelo avanço na execução do plano de recuperação econômica elaborado no segundo semestre de 2015 junto à PricewaterhouseCoopers, visando a redução dos déficits de caixa do Clube. Seguimos reduzindo o nível geral de endividamento e, conseqüentemente, o custo financeiro de nosso passivo oneroso. (SILVA, 2018).

Com o objetivo de averiguar esses resultados, foram avaliados os índices de liquidez, grau de endividamento, rentabilidade e giro do ativo, apurados durante o ano exercício de 2016 e 2017, utilizando, como base, dados procedentes do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, extraído do *site* oficial do próprio clube.

Tabela 1- Balanço Patrimonial – (valores em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante	264.116	232.530
Caixa e equivalentes de caixa	13.808	7.618
Contas a receber	233.901	209.774
Contribuições de sócios a receber	704	529
Estoques	3.997	3.102
Adiantamentos	10.537	9.819
Despesas antecipadas	1.169	1.688
Não circulante	765.425	773.791
Depósitos judiciais	5.193	7.516
Contas a receber	362.388	344.730
Outros créditos	5.165	4.194
Imobilizado líquido	260.468	208.505
Intangível líquido	132.211	148.846
Total do ativo	1.029.541	1.006.321
Passivo		
Circulante	336.209	320.872
Fornecedores	5.233	5.243
Instituições Financeiras	41.484	53.749
Empréstimos com terceiros	10.095	12.814
Obrigações trabalhistas	20.234	23.303
Obrigações tributárias parceladas	6.570	5.571
Obrigações tributárias	2.463	3.595
Direitos de imagem a pagar	6.093	5.968
Entidades esportivas	39.026	27.171
Participação de terceiros em direitos econômicos	21.492	9.878
Adiantamento de contratos	5.459	11.006
Receitas a apropriar	163.018	155.805
Contas a pagar	15.042	6.769
Não circulante	596.017	603.339
Instituições financeiras	35.030	34.613
Obrigações tributárias parceladas	76.226	83.713
Entidades esportivas	38.390	32.817

Participação de terceiros em direitos econômicos	955	4.680
Provisão para contingências	35.258	20.219
Empréstimos com terceiros	13.240	20.269
Receitas a apropriar	326.628	324.523
Contas a pagar	-	900
Adiantamento de contratos	70.290	81.605
Total do passivo	1.029.541	1.006.321
Patrimônio líquido	97.315	82.110
Patrimônio social	18.681	18.591
Fundo de reserva	24.443	24.443
Reserva de reavaliação	166.244	169.556
Superávits (Déficits) Acumulados	(112.053)	(130.480)

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Tabela 2- Demonstração do Resultado do Exercício (valores em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas operacionais		
Futebol profissional e de base	423.716	337.213
Sociais e esportes amadores	33.732	34.490
Estádio	25.147	21.670
Deduções	(14.464)	(14.228)
Total das receitas operacionais	468.131	379.145
Despesas operacionais		
Futebol profissional e de base	(354.760)	(270.027)
Sociais e esportes amadores	(32.007)	(31.897)
Estádio	(17.405)	(16.107)
Administrativas	(27.128)	(23.564)
Resultado Financeiro	(21.716)	(36.728)
Total das despesas operacionais	(453.016)	(378.323)
Superávit do exercício	15.115	822

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Índices Econômicos

A análise econômica e financeira evidencia o desempenho das empresas através de índices da contabilidade no que diz respeito à geração de lucros ou prejuízos bem como a capacidade de saldar suas obrigações.

Segundo Teixeira; Melo, 2011, p. 1:

[...] servem como identificadores que demonstram a potencialidade da empresa. São eles que dizem qual a liquidez da empresa de dispor de recursos para saldar suas dívidas, qual o endividamento da empresa com terceiros, qual o retorno sobre os investimentos dos acionistas, [...], entre muitas outras singularidades ativas de análise. (TEIXEIRA; MELO, 2011, p. 1).

Liquidez Corrente

Um indicador muito importante para qualquer empresa, o índice de liquidez corrente tem como função medir a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações no curto prazo.

$$\text{Fórmula} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Na opinião de Braga, 2009, p. 163:

Destina-se a avaliar a capacidade da empresa para pagar suas obrigações em curto prazo. Por isso, sem a pretensão de estabelecer padrões, afirma-se que este quociente deverá ser, na medida das necessidades da empresa, maior que 1,00, a fim de manter adequada margem de segurança financeira. (BRAGA. 2009, p. 163).

Tabela 3- Liquidez Corrente – (valores em milhares de reais)

ANO 2017	ANO 2016
$\frac{264.116}{336.209} = 0,79$	$\frac{232.530}{320.872} = 0,72$

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Grau de Endividamento

Demonstra o nível de utilização de crédito, ou seja, o quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido.

$$\text{Fórmula} = \text{Capital de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido}$$

De acordo com Matarazzo, 2008, p. 154:

O índice de capitais de terceiros relaciona, portanto, as duas Grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. (MATARAZZO. 2008, p. 154).

Tabela 4- Grau de Endividamento – (valores em milhares de reais)

ANO 2017	ANO 2016
$\frac{932.226}{97.315}=9,58$	$\frac{924.211}{82.110}=11,26$

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido

O indicador afirma o percentual de Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido obtido, referente ao que foi aplicado pelos acionistas.

$$\text{Fórmula} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$

[...] *A importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas.* [...].(IUDÍCIBUS, 2007, p. 108)

Tabela 5- Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido – (valores em milhares de reais)

ANO 2017	ANO 2016
$\frac{15.115}{97.315}=15,53\%$	$\frac{822}{82.110}=1,00\%$

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Rentabilidade sobre o Ativo

Demonstra o quanto a empresa obtém de lucro referente ao que foi investido.

$$\text{Fórmula} = \text{Lucro líquido} / \text{Ativo total}$$

[...] *A rentabilidade do ativo mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao Ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa.* [...].(MATARAZZO, 2010, p. 113)

Tabela 6- Rentabilidade sobre o ativo – (valores em milhares de reais)

ANO 2017	ANO 2016
$\frac{15.115}{1.029.541}=1,46\%$	$\frac{822}{1.006.321}=0,08\%$

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Giro do Ativo

O índice relaciona o total de receitas obtidas com o ativo total da empresa, evidenciando quantas vezes o ativo girou no período.

$$\text{Fórmula} = \text{Receita total} / \text{Ativo total}$$

[...] *Significa a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os Ativos serão utilizados.* [...].(MARION, 2009, p.156)

Tabela 7- Giro do ativo – (valores em milhares de reais)

ANO 2017	ANO 2016
$\frac{468.131}{1.029.541}=0,45$	$\frac{379.145}{1.006.321}=0,38$

Fonte: Estudo de Caso, (2018).

Análise dos Resultados

Ao realizar uma análise dos resultados obtidos, pode-se observar, através do índice de liquidez corrente, que houve uma pequena variação positiva na capacidade de pagamento, que era de R\$0,72 em 2016, passando para R\$0,79 em 2017. Porém, observa-se que os números estão abaixo de R\$1,00 de dívida; isso mostra que o clube não seria capaz de quitar seu déficit em curto prazo. Um dos fatores que colaboram para esses resultados é a alta dívida que o clube possui com instituições financeiras.

Outro ponto preocupante, dessa vez fazendo um diagnóstico do grau de endividamento em relação ao patrimônio líquido, fica evidente que há certa dependência, talvez até exagerada, dos recursos de terceiros, já que, para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido, o clube necessitou utilizar R\$ 11,26 e R\$9,58 de capital de terceiro nos anos de 2016 e 2017 respectivamente.

No giro do ativo, nota-se uma pequena variação que era de 0,38 em 2016, passando para 0,45, no ano posterior; isso indica que o clube não tem usado seus ativos de modo eficiente, uma vez que os números evidenciados estão muito abaixo de cada real de ativos possuídos pela instituição.

Por outro lado, os índices de rentabilidade foram satisfatórios. Percebe-se um aumento expressivo na apuração da rentabilidade sobre o patrimônio líquido que, em 2016 registrava 1,00% e, posteriormente, no ano de 2017, bateu a marca de 15,53%. O mesmo aconteceu com a rentabilidade sobre o ativo, que era de 0,08 em 2016, alavancando para 1,46 no ano seguinte. O significativo aumento percentual deve-se ao grande faturamento que o clube obteve com a venda de atletas no ano de 2017, a qual alcançou a marca de R\$188.664.000,00, sendo que boa parte desse montante é referente a negociações de jovens jogadores advindos das categorias de base.

Conclusão

Através desse artigo, foi possível observar que o futebol traz um giro monetário notável na economia brasileira. Muito além de um simples entretenimento, o esporte integra uma cadeia de negócios altamente rentável para as partes envolvidas, como clubes de futebol, entidades que gerenciam a modalidade, empresas ligadas ao *marketing* esportivo, patrocinadores, redes de televisão, entre outros.

Porém, a realidade do futebol no país mostra que a grande maioria dos clubes não consegue administrar suas contas e carecem de certa dependência de instituições financeiras para manter suas atividades. O estudo de caso realizado no São Paulo Futebol Clube evidenciou que esse fato também faz parte do cotidiano do clube. A agremiação, que é referência no futebol brasileiro, atentou-se, a esse problema e, desde 2015, juntamente com uma empresa de auditoria, traçou metas para reduzir seus déficit.

Como foi notado através das análises, o plano trouxe alguns resultados satisfatórios, embora ainda estejam longe da expectativa ideal. Constatou-se que houve uma leve melhoria na capacidade de pagamento do clube e uma redução na dependência de capital de terceiros. Outro fator muito importante foram os aumentos percentuais no que diz respeito à rentabilidade atingida; esse fator mostra que o clube consegue ter um retorno favorável ao que está sendo investido.

Os objetivos foram alcançados, uma vez que foi possível constatar a relevância que a contabilidade agrega ao mercado futebolístico, bem como usufruir da ciência para a uma análise detalhada das demonstrações contábeis auferidas pelo

clube nos anos de 2016 e 2017.

Sendo assim, ficou evidente que a contabilidade pode ser uma ferramenta de extrema importância dentro de um clube de futebol e sua aplicabilidade é um instrumento muito eficaz para a gestão e tomada de decisão. Com isso, conclui-se que houve a confirmação do pressuposto teórico. Através do estudo de caso realizado pôde ser constatado que o São Paulo Futebol Clube conseguiu, com auxílio da contabilidade, traçar um plano de equilíbrio nas suas contas; fator que é determinante para atrair novos investidores.

Referências Bibliográficas

ALVITO, Marcos. **A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização**. Análise social. Lisboa, v.41, n.179, p. 451-474, 2006.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**, 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.615, 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 24 mar. 1998.

DUALIB, Carla. **Marketing Esportivo no Brasil**. In STODAR, David Kent. Como Desenvolver Planos de Marketing Esportivo com Sucesso. Trad. Carell, Fabiana. São Paulo: Ideia e Ação, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 9 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio; MARION, José C. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para o Nível de Graduação**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços, Abordagem Básica e Gerencial**, 6ª Ed, São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL TERRA. **Brasil começa 2017 com 662 times profissionais no futebol**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/futebol/brasil-comeca-2017-com-662-times-profissionais-no-futebol,36a1936f4e0da65e23cfa795fe6549f3ke4y112a.html>>. Acesso em: 07 Abril 2018.

SILVA, Antônio C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Carlos A. B. **Relatório da Administração**. Disponível em: <<http://www.saopaulofc.net/media/183622/Balanco2017.pdf>>. Acesso em: 22 Agosto 2018.

SILVA, Cristiano M. **Futebol brasileiro e contabilidade aplicada**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

TEIXEIRA, E. C. B.; MELO, A. M. **Índices-padrão de indicadores econômico financeiros das empresas de capital aberto do seguimento de construção civil integrantes do novo mercado**. In: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/4CCF/20101220071108.pdf>>. Acesso em: 28 nov 2018.

Comparação dos gastos públicos nos ciclos orçamentários nos períodos pré e pós-eleições no Município de Birigui/SP

Comparison of public spending in the budget cycles pre and post-election periods in the municipality of Birigui/SP

Francisco Júnior Rodrigues da Silva¹

Paula Fagá²

João Marcos Scaramelli³

Cleide Henrique Avelino⁴

Fabiane Cristina Spironelli⁵

Renata Jodas Tafner⁶

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar os gastos públicos nos ciclos orçamentários em períodos pré e pós-eleições municipais da cidade de Birigui/SP, compreendendo se o processo eleitoral influencia em sua execução orçamentária. O enfoque principal será no Patrimônio Público, pois é essa ferramenta responsável por registrar, controlar e demonstrar a execução dos orçamentos e suas variações. É importante ressaltar que as ações de planejamento governamental passam obrigatoriamente por sistemas de planejamento, execução, controle e resultados, além de lei específica que institui normas para a elaboração e controle dos orçamentos. Essa análise terá a função de comprovar e transparecer se o orçamento público está respeitando as devidas obrigações perante o período eleitoral.

Palavras-chave: Contabilidade Pública, Ciclo Orçamentário, Período Eleitoral, Execução Orçamentária.

ABSTRACT

The study has the objective to analyze public spending in the budget cycles pre and post municipal elections in the city of Birigui/SP, comprehending if the electoral process influences in the budget execution. The main focus will be on public patrimony since it is the responsible tool for recording, controlling and demonstrating the execution of budgets and their variations. It is important to emphasize that the actions of governmental planning necessarily pass through systems of planning, execution, controlling and results, besides a specific law that establishes norms for the elaboration and control of budgets. This analysis will have the function of proving and showing if the public budget is respecting the due obligations before the electoral period.

Keywords: Public Accounting, Budget Cycle, Election Period, Budget Execution.

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador; Especialização em Gestão de Cidades; Gerente de Contabilidade da empresa Elotech Gestão Pública; Ex-docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁶ Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

Introdução

Este artigo tem como tema Contabilidade Pública, um instrumento cujo a função é registrar, controlar e demonstrar a execução dos orçamentos e as variações de um ente público, sendo importante para a população, pois é através dela que serão evidenciados todos os recursos arrecadados, advindos de impostos e taxas, e a maneira a qual estão sendo aproveitados.

Entendendo a relevância do tema, foi realizada pesquisa bibliográfica com a intenção de atender o objetivo geral de demonstrar a importância da Contabilidade Pública para o município, sendo uma ferramenta que visa auxiliar a administração pública no processo de desenvolvimento e controle do orçamento, norteando os gestores para as devidas tomadas de decisões.

Tendo como objetivo específico a necessidade de analisar o comportamento e a variação da execução das despesas orçamentárias nos períodos eleitorais, buscando examinar a composição do orçamento público e compará-la em anos pré-eleitorais e anos pós-eleitorais no município de Birigui, surge a seguinte indagação: O processo pré e pós-eleições municipais interfere no orçamento público e em sua execução?

Através desse estudo, os resultados obtidos demonstrarão as variações que ocorrem nesses períodos. Porém, a gestão deve cumprir o que já foi previsto para os gastos públicos devido à Lei Complementar nº 101, um mecanismo que controla as contas públicas, servindo como ferramenta de fiscalização e transparência.

Contabilidade Pública

A contabilidade aplicada ao setor público é um ramo da ciência contábil que tem como objeto o patrimônio público, possibilitando a geração de informações de resultados sobre a composição da entidade pública, auferidos por sua administração e pelos usuários.

A Lei Federal nº 4.320/64 diz que *a contabilidade evidenciará, perante a Fazenda Pública, a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.*

Seu interesse principal não está apenas no patrimônio e suas variações, mas também no orçamento e sua execução; a previsão e arrecadação das receitas e a fixação e execução das despesas. Também registrará os atos potenciais praticados

pelo administrador que poderá alterar qualitativamente o patrimônio. Uma finalidade muito importante da Contabilidade Pública é de disciplinar a gestão dos recursos públicos, atribuindo mais responsabilidade aos seus gestores, pois o desequilíbrio decorrente dessa prática tem contribuído para o aumento da dívida pública.

Seu objetivo será fornecer informações atualizadas aos seus gestores para custear as tomadas de decisões; aos órgãos de controle interno e externo para haver o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares, as informações estatísticas e outras de interesse das mesmas.

No setor público, a contabilidade ganha uma relevância fundamental no processo de desenvolvimento, pois é ela que registrará todas as entradas e saídas da administração pública. Deverá conter uma ação de planejamento governamental que servirá como instrumento norteador e de transparência para as devidas decisões.

Independente da esfera de governo, a Contabilidade Pública deve seguir a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, instituindo normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

A Lei Complementar nº 101, brasileira, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi sancionada em 4 de maio de 2000 e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte – quando entrou em vigor –, com o intuito de atender o artigo 163 da Constituição Federal de 1988 do Brasil – CF/88 e regulamentar as normas em relação à tributação e orçamento.

O artigo 163 da Constituição Federal diz:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I – finanças públicas;

II – dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III – concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV – emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V – fiscalização das instituições financeiras;

V – fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

*VI – operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
VII – compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional. (BRASIL, 2000)*

A LRF tem por objetivo controlar os gastos públicos de todo ente federativo – união, estados, municípios e Distrito Federal – ajudando no controle das contas públicas. Pois com ela, a administração pública passará a ter compromisso com o orçamento e com metas – apresentados e aprovados pelo Poder Legislativo.

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. (NASCIMENTO; DEBUS, 2017)

A Lei auxilia na transparência, fixando limites tanto para as despesas quanto ao endividamento e determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas.

Além de tudo, a LRF orienta na elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, uma peça que certifica a situação fiscal do município, transparecendo sua execução orçamentária, para assim prevenir riscos que possam afetar as contas públicas; permitindo que a sociedade, órgãos de controle interno e externo e aos usuários da informação pública em geral acompanhem e analisem o seu desempenho que deverá seguir a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

O Poder Executivo publicará os diversos demonstrativos no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O RREO é formado por vários anexos, sendo o Anexo I o Balanço Orçamentário, cuja função é demonstrar a execução das receitas e despesas de diferentes aspectos, discriminados em níveis para analisar o planejamento do orçamento inicial com a sua execução, para assim saber o resultado orçamentário, demonstrando a existência de *superávit*, *déficit* ou equilíbrio orçamentário.

Leis do Orçamento

A administração pública existe em função do cumprimento de metas que estão previstas nas ferramentas orçamentárias que são definidas na Constituição

Federal de 1988 do Brasil, compondo-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, ligadas diretamente ao interesse público, visando ao bom uso dos recursos públicos.

O PPA é um planejamento responsável por definir, com clareza, as metas e prioridades do governo, bem como os resultados esperados; tendo vigência de quatro anos, seus instrumentos de elaboração são: as diretrizes, os programas, explicitando os objetivos e ações e estas, detalhando as metas do governo.

Deverá organizar, em programas, as ações que resultem em aumento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade; estabelecer a necessária relação entre as ações a serem desenvolvidas e a orientação estratégica de governo; possibilitar que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com as diretrizes e metas do plano e explicar a distribuição regional das metas e gastos do governo, dar total transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos.

Conforme Andrade (2012, p. 25), *a iniciativa do projeto de lei do PPA é do Poder Executivo, e todos os órgãos que compõem a Administração têm grande responsabilidade pelo planejamento plurianual.*

A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA e disporá sobre alterações na legislação tributária local. Deverá ser enviada até o dia 15 de abril de cada ano e será aprovada pelo Poder Legislativo até o final do primeiro semestre do ano.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi criada pela Constituição de 1988 para estabelecer uma relação entre o planejamento de médio prazo, previsto no Plano Plurianual (PPA), e o de curto prazo, definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA). É a única lei que tem prazo constitucional para ser aprovada pelo Congresso Nacional. (SENADO FEDERAL, 2003)

Pode-se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA.

É no projeto da LOA que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele determinado ano. A LOA prevê os orçamentos fiscais da seguridade social e de investimentos das estatais; ela disciplinará todas as ações do Governo Federal.

A LOA preverá a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo; ela é dividida em temas, como saúde, educação e transporte. Prevê também quanto

o governo deverá arrecadar para que os gastos programados possam ser executados devendo ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano, para ser aprovada pelos parlamentares até o fim do ano.

Conforte Andrade (2012, p. 42),

Lei Orçamentária Anual, também chamada de Lei de Meios, é, pois, uma lei especial que contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Vale notar que todos os três níveis de governo elaboram seus próprios documentos orçamentários, já que cada um possui suas próprias despesas e responsabilidades.

Orçamento Público

O Orçamento Público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, na qual constam todas as ações planejadas pelo governo; e estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir. É através dele que o governo organizará seus recursos financeiros, baseando-se no PPA e respeitando a LDO, aprovadas pelo Poder Legislativo. Resumidamente, o orçamento público estimará a arrecadação de receitas e fixará as despesas.

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 2º diz que *a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.*

A CF/88 define o modelo orçamentário brasileiro, sendo composto por três instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Ciclo Orçamentário

O Ciclo Orçamentário é o processo pelo qual se elabora, estuda e aprova, executa e avalia o orçamento público.

Conforme o *site* do Senado Federal (2018), *corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a avaliação final.*

É dividido em 4 etapas:

a) A elaboração, sendo a primeira fase, é de competência do Poder Executivo, embasando-se na LDO, onde são fixados os objetivos para o período, devendo levar em consideração as despesas correntes já existentes e realizará estudos para criação das novas despesas – correntes e de capital –, com base no PPA;

b) Na segunda fase, estudo e aprovação, o Poder Legislativo aprovará e/ou fará as correções necessárias para que possa ser aprovado;

c) Na execução, terceira fase do ciclo, a administração pública realizará os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária; e

d) Na última fase, avaliação, verificará o que de fato foi realizado, pois apesar de previstos, nem sempre são executados. E a partir daqui, tomam-se as iniciativas para iniciar a execução do novo orçamento.

Vale lembrar que a elaboração do PPA inicia-se no primeiro ano de novo mandato eleitoral, tendo vigência a partir do segundo ano. Já as LDO e LOA são criadas anualmente.

Receita Pública

A Receita Pública é todo e qualquer recolhimento feito nos cofres públicos de forma definitiva, evidenciando sempre a variação positiva do elemento no patrimônio do estado. O governo tem direito de realizá-los por meio de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de direitos a favor do estado.

A receita pública pode ser classificada em orçamentária e extraorçamentária.

As receitas públicas sob o enfoque orçamentário são contabilizadas pelo regime de caixa (art. 35 da Lei nº 4.320/1964) e representam os ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos que, dependendo das suas características, são classificados como ingressos orçamentários ou extraorçamentários. (BEZERRA FILHO, 2017, p. 83)

Receitas orçamentárias são fontes de recursos financeiros que incorporarão os cofres públicos, sua arrecadação ocorre por meio de autorização legislativa, obedecendo à discriminação constante da Lei Federal nº 4.320/64. Estando previstas no orçamento, o estado poderá executá-las para assim cumprir as devidas demandas.

Bezerra Filho (2017, p. 83) diz que *os recursos recebidos necessários à efetivação das políticas públicas através dos programas de governo estabelecidos na*

LOA são chamados de receita orçamentária ou receita pública.

É aquela que pertence, de fato, à entidade e classifica-se em receitas correntes e receitas de capital.

Receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro de um período anual, aumentando o patrimônio não duradouro do estado, como os casos das receitas e impostos que se extinguem no recurso da execução orçamentária; com o intuito de financiar ações orçamentárias, satisfazendo então a finalidade pública. Em geral obtidas por receitas efetivas, como receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras provenientes de transferências correntes.

Já as receitas de capital são disponibilidades financeiras que alterarão o patrimônio duradouro do estado; são compreendidos assim os financiamentos contraídos pelo estado em longo prazo. São elas que atenderão as finalidades públicas com recursos financeiros provenientes de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, alienação de bens, dentre outros.

As receitas extraorçamentárias são recursos de caráter transitório e que não fazem parte do orçamento público. São os valores vindos de toda e qualquer arrecadação por meio de terceiros e que não integram o orçamento, sendo assim não constituem renda para o estado. São usadas para custear as despesas extraorçamentárias com destino certo, inviabilizando seu aproveitamento no custeio de outras despesas.

De acordo com Bezerra Filho (2017, p. 84), *receita extraorçamentária é aquela que ingressa nos cofres públicos, porém não pertence ao Ente, órgão ou entidade que a recebeu (não é receita pública), ou seja, o ente que a possui, será apenas um depositário.*

Despesa Pública

O gasto público ou despesa pública é todo dispêndio realizado por um ente público para custear os serviços de sua competência.

De acordo com Silva (2011), *constituem despesa todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.*

Estes gastos podem ser caracterizados em orçamentários e

extraorçamentários.

Ministério da Fazenda (2018) diz que *despesa orçamentária pública é aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais.*

A despesa orçamentária é a principal peça para atuação do governo, portanto necessita de autorização do Poder Legislativo, através de um ato administrativo, conhecido como orçamento público, não podendo ser efetivada sem o crédito orçamentário. Esses recursos não possuem nenhuma relação com ingressos anteriores e servirão para pagamento dos gastos públicos, classificando-se ainda em despesas de capital e despesas correntes.

Despesas de capital são aquelas realizadas com o propósito de criar ou adquirir novos bens, sendo realizadas pela administração pública. Elas são consideradas investimentos, inversões financeiras e amortização de dívidas e despesas correntes são os gastos de natureza operacional que no momento de sua realização, ocasionam uma redução do patrimônio. Não contribuem de forma direta para a formação ou aquisição de um bem; realizados pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos; podendo ser prestadas diretamente ou indiretamente vinculadas às despesas de custeio – despesas com material, pessoal, entre outras – e as transferências correntes – destinadas a cobrir despesas de custeio de outras entidades.

Já a despesa extraorçamentária independe de autorização legislativa, pois não são previstas no orçamento público; correspondem à devolução de valores arrecadados a título de receita extraorçamentária. Elas se resumem na devolução de valores arrecadados de recursos que pertencem a terceiros, por isso não incorporam o órgão público.

Caracterizam os desembolsos realizados sem necessidade de autorização na lei do orçamento ou crédito adicionais, compreendendo as diversas saídas de numerário, decorrentes da devolução de recursos de terceiros (ex.: cauções), recolhimento de recursos retidos ou consignados (ex.: previdência, empréstimos de servidores consignados em folha), pagamento de operações de crédito por antecipação de receita, bem como quaisquer valores que se revistam de características de simples transitoriedade, recebidos anteriormente e que, na oportunidade, constituíram ingressos extraorçamentários. (BEZERRA FILHO, 2017, p. 134)

Assim como na receita extraorçamentária, na qual o ente a que possuir é

apenas um depositário, a despesa extraorçamentária é a devolução desses valores.

Estudo de Caso referente aos gastos públicos no município de Birigui/SP

O município de Birigui está localizado na região do noroeste paulista. Foi fundado em 7 de dezembro de 1911, por Nicolau da Silva Nunes.

O nome Birigui tem origem tupi-guarani, que significa mosca que sempre vem, pois na cidade havia um mosquito que incomodava a todos.

Nicolau da Silva Nunes conheceu a região atraído por um artigo de jornal; na primeira visita se encantou com a exuberância e fertilidade das terras da região, principalmente das que envolviam a chave de Birigui. Adquiriu, assim, 400 alqueires para si e seus representados, Antônio Gonçalves Torres e Afonso Garcia Franco, e quando voltou para Sales de Oliveira, a cidade onde morava, colocou os lotes à venda. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, 2018)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), Birigui tem 120.692 habitantes e apresentou, no ano de 2015, um Produto Interno Bruto – PIB per capita de R\$22.034,00.

Segundo informações publicadas pelo site da cidade, em fevereiro de 1922, é eleita a primeira Câmara Municipal de Birigui, um mês depois Archibald Thomas Clark toma posse como nosso primeiro prefeito (PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, 2018). Desde então, faz-se necessário o uso da contabilidade pública.

O estudo de caso baseia-se no Anexo I do RREO dos anos de 2012, 2013, 2016 e 2017, que diz respeito aos períodos pré e pós-eleitorais do município, sendo 2012 e 2016 ano pré-eleitoral e 2013 e 2017 pós-eleitoral.

O quadro abaixo demonstra o montante das receitas arrecadadas nestes anos.

Tabela 1 – Receitas Arrecadadas nos anos de 2012, 2013, 2016 e 2017.

Grupo de Conta	2012	2013	2016	2017
Receitas Correntes	227.395.749,48	234.058.727,55	324.496.934,68	324.174.691,58
Receitas de Capital	9.350.440,09	6.529.613,79	6.376.239,28	2.679.351,90
TOTAL	236.746.189,57	240.588.341,34	330.873.173,96	326.854.043,48

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui (2018)

Através deste quadro, pode-se observar que não há grandes variações em relação às arrecadações obtidas pelo município. Nota-se que as receitas sofrem pouca alteração, excetuando as receitas de capital. No ano de 2012, foram recebidas

transferências de capital, a qual não se repetiu no ano seguinte, havendo uma redução de aproximadamente 30,17%. Essa transferência vem através de receitas de convênio, sendo o valor de R\$4.357.611,54 para ano de 2012 e de R\$2.930.880,61 para o ano de 2013, um apoucamento de 32,74% para este tipo de receita.

O mesmo acontece nos anos de 2016 e 2017. Em 2017, foi realizado apenas R\$1.351.185,62 de transferência de convênio, enquanto no ano de 2016 fora realizada R\$4.449.806,61, mostrando uma diminuição de 69,63%.

Essa alternância entre anos pré e pós-eleitorais indica recebimento de recursos de outras esferas de governo com o objetivo de realizar investimentos.

As tabelas 2 e 3, apresentadas a seguir, demonstram o total dos gastos efetuados nos anos estudados.

Tabela 2 – Gastos públicos nos anos de 2012 e 2013 e sua participação.

Grupo de Conta	2012	Participação	2013	Participação
Despesas Correntes	189.352.782,09	88,401%	219.466.117,97	94,833%
Pessoal e Enc. Sociais	105.745.955,05	49,369%	129.061.037,39	55,768%
Juros e enc. da dívida	-	-	110.044,44	0,048%
Outras desp. Correntes	83.606.827,04	39,033%	90.295.036,14	39,017%
Despesas de Capital	24.843.674,40	11,599%	11.958.513,18	5,167%
Investimentos	23.762.463,79	11,094%	9.931.765,09	4,291%
Amortização da dívida	1.081.210,61	0,505%	2.026.748,09	0,876%
TOTAL	214.196.456,49	100,000%	231.424.631,15	100,000%

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui (2018)

Percebe-se que a folha de pagamento subiu R\$23.315.082,34 de 2012 para 2013.

Constata-se também que, no ano pré-eleitoral, o número de investimento é maior que o ano posterior, tendo uma diferença de R\$13.830.698,70.

Analisando a amortização da dívida, verifica-se que houve um acréscimo de R\$945.537,48 de um ano para o outro.

Tabela 3 – Gastos públicos nos anos de 2016 e 2017 e sua participação.

Grupo de Conta	2016	Participação	2017	Participação
Despesas Correntes	278.756.829,07	96,863%	310.789.550,05	96,785%
Pessoal e Enc.	172.271.085,00	59,861%	188.421.297,23	58,678%

Sociais				
Juros enc. da dívida	605.388,27	0,210%	696.583,40	0,217%
Outras desp. Correntes	105.880.355,80	36,791%	121.671.669,42	37,891%
Despesas de Capital	9.029.211,36	3,137%	10.322.305,37	3,215%
Investimentos	5.140.616,73	1,786%	3.971.517,39	1,237%
Amortização da dívida	3.888.594,63	1,351%	6.350.787,98	1,978%
TOTAL	287.786.040,43	100,000%	321.111.855,42	100,000%

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui (2018)

Nos anos de 2016 e 2017, as alterações não foram tão significativas, a julgar pelo percentual de participação de cada conta.

No ano de 2017, o crescimento com a folha de pagamento foi de R\$16.150.212,23, enquanto outras despesas correntes subiram R\$15.791.313,62.

Os investimentos realizados no ano de 2017 foram R\$1.169.099,34 menores que no ano de 2016; já a amortização da dívida foi R\$2.462.193,35 maior.

O aumento com a folha de pagamento em relação ao ano de 2013, sugere que houve contratação de pessoal, tendo em vista um crescimento de 22% para essa despesa. Já no ano de 2017, o aumento foi de apenas 9,37%.

Constata-se também que, nos anos pré-eleitorais, o número de investimento foi maior que nos anos pós-eleitorais. O ano de 2013 sofreu uma redução de 58,20%, enquanto a queda nos investimentos do ano de 2017 foi de 22,74%. Os anos pré-eleitorais receberam valor superior aos anos pós-eleitorais de receitas de convênios; uma receita vinda direcionada à realização de investimentos, seja ela para a aquisição de um veículo ou até mesmo à construção de uma creche, sendo este um dos motivos para que o ano de 2012 e 2016 tenham mais investimentos que 2013 e 2017.

Observando a amortização da dívida, verifica-se que houve um acréscimo de 87,45% para o ano de 2013 e 63,32% ao ano de 2017, uma tentativa clara de diminuir ou extinguir a dívida pública.

Conclusão

O presente artigo alcançou os objetivos pretendidos, identificando a importância da Contabilidade Pública para o município, demonstrando seus conceitos e ferramentas necessárias para uma boa administração, auxiliando e

facilitando nas tomadas de decisões. Apresentou também a composição do orçamento público nos períodos pré e pós-eleitorais, o qual tinha o intuito de analisá-los para verificar sua variação no município de Birigui/SP.

A pesquisa bibliográfica foi imprescindível para a confirmação do pressuposto teórico, afirmando que estes períodos influenciam tanto na elaboração quanto na execução do orçamento público.

Por meio do estudo de caso realizado através do balanço orçamentário do RREO do município de Birigui/SP, salienta-se que os maiores percentuais de variação em todos os anos vêm da despesa com amortização da dívida, haja vista que a mesma quase dobrou de um ano para o outro. Com o crescimento do endividamento público, há a necessidade de aumentar este gasto todos os anos, para que assim o crescimento dívida pública seja o menor possível.

Outro fator importante analisado neste trabalho diz respeito aos investimentos realizados. Nos anos pré-eleitorais, o número de arrecadação através das receitas de convênios foi superior, conseqüentemente, seus investimentos para estes anos aumentaram, sendo diferente dos anos pós-eleitorais.

Com isso, o presente estudo demonstrou a relevância da LRF para a gestão do município, deixando clara a importância do controle orçamentário e a criação de metas às receitas e despesas.

Assim, conclui-se que, apesar das variações entre os anos de 2012 e 2013 e os anos de 2016 e 2017 do município de Birigui, todas as receitas e despesas estavam previstas no orçamento público, atendendo, portanto, à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Nilton de A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEZERRA FILHO, João E. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 mar. 1964, p. 2745, Seção 1.

NASCIMENTO, Edson R.; DEBUS, Ilvo. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível

em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lei-de-responsabilidade-fiscal>> Acesso em: 20 abr. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/cidade/nossa_historia.php> Acesso em: 11 ago. 2018.

SENADO FEDERAL. **Ciclo Orçamentário**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/ciclo-orcamentario>> Acesso em: 5 mai. 2018.

_____. **Estabelecer metas e prioridades é função da LDO**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/05/06/estabelecer-metas-e-prioridades-e-funcao-da-ldo>> Acesso em: 1 mai. 2018.

_____. **Art. 163**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_163_.asp> Acesso em: 25 abr. 2018.

SILVA, Lino M. da. **Contabilidade Governamental**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

A importância da análise dos índices de estrutura para a entidade social Ritinha Prates

The importance of structure indices analysis for Ritinha Prates social entity

Jaqueline dos Reis Oliveira¹
Paulo Henrique Botelho Junior²
Tayná Carolina Amaral da Silva³
Walcir Gonçalves dos Santos⁴
Cleide Henrique Avelino⁵
Fabiane Cristina Spironelli⁶

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta que exerce um papel fundamental nas entidades. Através delas se tem conhecimento da situação financeira e patrimonial de uma empresa em determinada data. Assim, os objetivos a serem traçados e as metas a serem alcançadas nas organizações devem levar em consideração esses resultados para que se possam tomar decisões que influenciarão no futuro da empresa. O conhecimento aplicado foi através de um estudo de caso, fundamentando-se em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a importância da análise de balanços. Por sua vez, o resultado é encontrado de uma avaliação constituída de análises específicas, demonstrando as situações financeiras, econômicas e administrativas da empresa, tendo como referência comparativa os balanços patrimoniais de 2016 e 2017.

Palavras-chave: Análise, Liquidez, Tomada de decisão

ABSTRACT

Accounting statements analysis is a tool which exercise a fundamental role in entities, through it has knowledge about financial and patrimonial situation of a company in a determined date. Thus, the aim to be plotted and the goals to be achieved in the organizations should consider this results to make decisions that will influence in the company future. The applied knowledge was through a theoretical study, based on a bibliographical and documentary research about the importance of the balance sheets analysis. In its turn, the results are found through a evaluation constituted of specific analysis, showing the company's financial, economic and administrative situations, having as comparative reference 2016 and 2017 balance sheets.

Keywords: Accounting Statements Analysis, balance sheets analysis, results

Introdução

Neste trabalho, foram abordadas as demonstrações contábeis e análise dos

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contador; Mestrado em Contabilidade Avançada; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁶ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

índices de estrutura a fim de demonstrar aos gestores as informações sobre os aspectos financeiros que auxiliam para eventuais tomadas de decisões, as quais reduzam os riscos de erros e contribuem para que a entidade alcance os objetivos financeiros.

Com o objetivo de extrair informações valiosas através dos indicadores econômicos e financeiros, foram aplicados os índices de liquidez corrente e geral, buscando verificar se a empresa tem possibilidade de pagamento a curto e longo prazo, índices de endividamento, verificando se a empresa vem financiando seu ativo com recursos próprios ou de terceiros, e índices de imobilização, que é quanto do ativo fixo da empresa é financiado pelo seu patrimônio líquido.

O presente trabalho teve como objetivo geral a importância da análise das demonstrações financeiras. Quanto aos objetivos específicos, foram analisados os índices de estrutura, buscando informações patrimoniais e financeiras da entidade social Ritinha Prates, a qual tem como finalidade possibilitar um espaço de tratamento para pacientes com deficiências neurológicas.

A questão discutida para a realização da pesquisa bibliográfica, foi analisar se os índices de estrutura auxiliaria a gestão da entidade social Ritinha Prates. Foi realizado um estudo de caso através de levantamento de informações patrimoniais no período de 2016 e 2017.

Análise das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são relatórios que permitem aos gestores observar os dados de forma resumida e simplificada, possibilitando extrair informações de extrema importância para a gestão da empresa.

A geração das Demonstrações Financeiras sob o regramento das NBC's objetiva fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários, em especial o fisco. As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas pelo menos anualmente e visam atender às necessidades comuns de informações de um grande número de usuários. (CRC PR, 2011)

As principais Demonstrações Contábeis são: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do valor

adicionado e notas explicativas, podendo ainda ter outras demonstrações e materiais explicativos que integram esse conjunto.

Segundo o IBRACON NPC nº 27,

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos resultados que lhe são confiados.

É importante ressaltar que as demonstrações devem ser apresentadas de forma com que todas as informações estejam aplicadas adequadamente de acordo com a legislação, incluindo também os itens complementares relevantes, possibilitando total transparência para a gestão financeira e econômica.

Elas devem ser realizadas de acordo com os Princípios Contábeis, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Balanço Patrimonial – BP

De acordo com Iudícibus (2008, p. 27), *o Balanço Patrimonial reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.*

O Balanço Patrimonial - BP é constituído por Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo fica localizado na coluna do lado esquerdo; já o Passivo e o Patrimônio Líquido ficam localizados na coluna do lado direito, como mostra a imagem abaixo.

Quadro 1 – Modelo tradicional de Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Marion (2012, p. 28)

O Ativo Representa todos os bens e direitos de propriedade da empresa; o Passivo, por sua vez, evidencia as obrigações a pagar que a organização tem com terceiros e, por fim, o Patrimônio Líquido mostra os recursos próprios aplicados no empreendimento.

Demonstrações contábeis para fins de análise

A análise das demonstrações contábeis tem como objetivo determinar a situação econômica e financeira da organização, extraindo informações dos demonstrativos financeiros para que seja dado um diagnóstico sobre a situação atual da mesma. É uma técnica que realiza a decomposição, comparação e interpretação dos mesmos, através dos índices.

Quando são analisadas, as demonstrações contábeis passam a ter valor como informação e deixam de ser apenas uma reunião de dados. Para chegar a uma conclusão e tomar decisões através das análises, é fundamentalmente importante a qualidade das informações extraídas e também o volume de informações disponíveis ao analista, facilitando o seu trabalho e dando condições para que se tenha uma posição final.

De acordo com Padoveze (2004, p. 191), *Análise financeira é importante para o conhecimento econômico-financeiro de outras empresas, notadamente concorrentes e fornecedores. O mais importante do instrumento de análise, porém, é sua utilização internamente pela empresa.*

As análises das demonstrações contábeis irão transformar os dados em informações, permitindo ao analista concluir se a organização está ou não sendo bem administrada e se possui recursos para arcar com suas despesas.

Principais tipos de análises de Índices de estrutura

Os indicadores têm a função de demonstrar a situação econômica e financeira, evidenciando os resultados de forma clara e ampla, para assim chegar a um resultado.

A finalidade básica desses índices é transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar percentualmente sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido. Consegue-se, com isso, uma avaliação relativa que simplifica o entendimento geral desses elementos patrimoniais. (PADOVEZE; BENEDICTO, 2003, p. 154)

Diante dos resultados dos índices de estrutura, pode-se chegar a diversas conclusões, possibilitando identificar se a entidade possui mais recursos próprios ou se está mais dependente de capital de terceiros.

Índices de Liquidez

Os índices de liquidez medem a capacidade monetária da organização para cumprir com suas obrigações do passivo, ou seja, avaliam a capacidade de pagamento da organização quando comparado com as suas obrigações.

Os Índices de Liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. (MARION, 2007, p.83)

Os índices de liquidez são de grande importância para a administração da organização, pois avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente às suas obrigações e suas variações são motivos de estudo para os gestores.

Índice de Liquidez Corrente

A liquidez corrente tem por finalidade medir a capacidade de pagamento na organização no curto prazo. Esse índice serve de referência para a maioria dos pagamentos, pois representa a saúde do caixa.

O cálculo da liquidez corrente é feito pela divisão dos ativos circulantes da empresa, pelo passivo circulante. Por esse índice ser considerado de extrema importância para qualquer empresa, é interessante que o valor do seu cálculo seja superior a 1. Com esse resultado, a gestão saberá se a organização está ou não preparada para cumprir com a maioria de seus compromissos com terceiros.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral

O índice de Liquidez Geral indica o quanto a organização poderá dispor de recursos para honrar com todos seus compromissos, reunindo o Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índices de Endividamento

O índice de endividamento é utilizado pelas organizações para identificar a proporção de ativos da empresa que estão sendo financiados por recursos de terceiros.

Endividamento Total

Para realizar o cálculo desse índice, é preciso somar o capital de terceiros – compostos pelos passivos de curto e de longo prazo, e dividi-los pelo total de ativos que a empresa possui. Para encontrar o valor percentual, basta multiplicar o resultado por 100.

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

Quanto menor for o índice, melhor estará a empresa, pois apresenta menor risco de inadimplência.

Imobilização do Patrimônio Líquido

Segundo Silva (2017, p. 152),

Quanto mais uma empresa investir no Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro. A análise desse índice possibilita a identificação de quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Fixo, revelando assim o volume de capital circulante próprio.

Através do resultado adquirido no índice de imobilização do capital próprio, ele revela que quanto mais recursos a entidade tiver investido no ativo fixo, menos a entidade terá para injetar no ativo circulante, ou seja, ela ficará dependente de capital de terceiros.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Estudo de Caso

A Associação de Amparo ao Excepcional Ritinha Prates – AAERP existe há 40 anos, trabalhando com prestação de serviços especializados a pessoas com deficiências neurológicas, auditivas, físicas e visuais. A criação da entidade foi de Elpídio Pedroso, para possibilitar um espaço especializado no tratamento a

deficientes neurológicos permanentes. Sua proposta foi passada ao vereador José Américo do Nascimento que, mesmo achando ousada e difícil de ser operacionalizada, apoiou a iniciativa juntamente com Alice Prates na criação da Entidade.

Alice Prates inicialmente, estava disposta a investir recursos na fundação de um asilo; porém, devido às dificuldades encontradas e da tenacidade de Elpídio, que insistia em procurá-la, foi convencida a investir no hospital. Alice tinha uma ideia fixa, o nome da entidade seria Ritinha Prates em homenagem a sua mãe, já falecida.

Elpídio Pedroso avaliou como justa a ideia de Alice e, após a conversa com José Américo, que tinha um filho com paralisia cerebral, conseguiu apoio do poder público para abertura da entidade social.

Este trabalho tem o objetivo de realizar e avaliar os índices de estrutura da entidade social Ritinha Prates, a fim de avaliar e comparar o exercício de 2016 e 2017.

Quadro 2 – Balanço Patrimonial de 2016 e 2017

Ativo	2017	2016
Circulante	R\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	509.760,45	681.619,73
Convênios a Receber	515.018,38	515.477,25
Contas a Receber	11.870,32	11.009,86
Impostos a Recuperar	1.481,61	1.780,14
Despesas Antecipadas	8.121,64	7.380,03
Total do Circulante	1.046.252,40	1.217.267,01
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	40.431,03	34.240,04
Consórcio – Aquisição Bens	7.098,78	
Depósitos Judiciais e Caução	33.332,25	34.240,04
Imobilizado	2.625.925,28	2.462.712,67
Total do Não Circulante	2.666.356,31	2.496.952,71
Total do Ativo	3.712.608,71	3.714.219,72
Passivo		
Circulante	R\$	R\$
Fornecedores	317.750,90	254.343,30
Obrigações Trabalhistas	907.693,15	806.187,82
Obrigações Fiscais e Sociais a Pagar	101.807,26	90.479,61
Outras Obrigações	26.023,35	42.876,64
Empréstimos e Financiamentos		165.786,05
Convênios a Receber	163,16	163,16
Total do Circulante	1.353.437,82	1.359.835,58
Não Circulante		
Patrimônio Social	2.359.170,89	2.354.384,14
Total do Patrimônio Líquido	2.359.170,89	2.354.384,14
Total do Passivo	3.712.608,71	3.714.219,72

Fonte: Ritinha Prates (2018)

Aplicação dos Índices de Liquidez

Nessa etapa serão aplicados os índices de Liquidez Corrente e Geral da entidade social Ritinha Prates, comparando os anos de 2016 e 2017, quais têm como função demonstrar a capacidade monetária da organização para cumprir com suas obrigações do passivo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Quadro 3 – Liquidez Corrente e Geral de 2016 e 2017

2016		2017	
Índices de Liquidez		Índices de Liquidez	
$LC = \frac{R\$ 1.217.267,01}{R\$ 1.359.835,58} = 0,895$	89,5%	$LC = \frac{R\$ 1.046.252,40}{R\$ 1.353.437,82} = 0,773$	77,3%
$LG = \frac{R\$ 1.251.507,05}{R\$ 1.359.835,58} = 0,920$	92,0%	$LG = \frac{R\$ 1.086.683,43}{R\$ 1.353.437,82} = 0,803$	80,3%

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Nos índices de liquidez acima demonstrados, é possível verificar se a empresa tem possibilidade de pagamento a curto e longo prazo.

O quadro demonstra os resultados apurados nos índices de liquidez nos anos de 2016 e 2017.

De acordo com os cálculos realizados, é possível verificar que a empresa não tem capacidade total de pagamento de suas dívidas. Ao analisar os anos de 2016 e 2017, notou-se uma redução de 12,2% em sua liquidez corrente e de 11,7% na liquidez geral. A diminuição na conta de Caixa e Equivalente de Caixa de 2017 referentes a 2016 foi de 25,21%, acarretando o aumento de suas contas do passivo disposto no balanço patrimonial apresentado.

No passivo circulante, esse aumento deu-se devido ao aumento nas contas de fornecedores a pagar, obrigações trabalhistas e obrigações fiscais e sociais a pagar.

Aplicação dos Índices de Endividamento

O índice de endividamento total revela o nível de endividamento da empresa; é utilizado para verificar se a empresa vem financiando seu ativo com recursos próprios ou de terceiros.

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Quadro 4 – Endividamento total da entidade social Ritinha Prates de 2016 e 2017

2016		2017	
Índice de Endividamento		Índice de Endividamento	
ET = $\frac{\text{R\$ 1.359.835,58}}{\text{R\$ 3.714.219,72}} = 0,366$	36,6%	ET = $\frac{\text{R\$ 1.353.437,82}}{\text{R\$ 3.712.608,71}} = 0,365$	36,5%

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Os índices de endividamento apurados da empresa Ritinha Prates demonstraram que quase não houve alterações entre os anos de 2016 e 2017. Pode-se ainda dizer que os resultados de 36,5% indicam o quanto o ativo está sendo financiado com recursos de terceiros.

Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

O quadro abaixo demonstrará a imobilização do patrimônio líquido da entidade social Ritinha Prates nos anos de 2016 e 2017, evidenciando quanto dos recursos próprios estão aplicados no ativo permanente.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Quadro 5 - Imobilização do Patrimônio Líquido da entidade social Ritinha Prates

2016		2017	
Índice de Imobilização		Índice de Imobilização	
IPL = $\frac{\text{R\$ 2.462.712,67}}{\text{R\$ 2.354.384,14}} = 1,046$	104,6%	IPL = $\frac{\text{R\$ 3.625.925,28}}{\text{R\$ 2.359.170,89}} = 1,113$	111,3%

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Os índices de imobilização do patrimônio líquido aqui apurados demonstram que, tanto em 2016 quanto em 2017, o patrimônio líquido da empresa está em sua totalidade investido no Ativo Permanente, ou seja, 100% encontra-se imobilizado e,

de acordo com o resultado, verifica-se que, respectivamente, 4,6% e 11,3% encontram-se aplicados em capitais de terceiros também imobilizados.

Análise dos Índices

De acordo com os dados obtidos através das análises dos índices de liquidez ao qual o resultado foi de 77,3% para o índice de liquidez corrente e 80,3% para o de liquidez geral no exercício de 2017, pode-se observar que a instituição não possui capacidade de liquidar totalmente suas dívidas, levando em consideração a sua capacidade de pagamento. A organização teve uma redução no resultado de seus índices de 2016 para 2017, devido a algumas receitas que, em 2016, a instituição recebia e que, em 2017, não obteve.

Ainda em análise observam-se os resultados de 36,5% para o índice de endividamento e 111,3% para o de imobilização, mostrando que, além de todos os seus recursos estarem imobilizados, a organização ainda imobiliza capital de terceiros.

Conclusão

Conclui-se, com o estudo realizado, que a utilização das análises das demonstrações contábeis na entidade social Ritinha Prates auxiliará o gestor nas tomadas de decisões e assim poderá diminuir os riscos de decisões equivocadas, confirmando, desse modo, o pressuposto teórico.

A importância das análises dos índices está no fato de que estes visam mensurar a capacidade financeira da entidade; quanto maior forem os resultados, mas a entidade tem condições de saldar suas obrigações, sejam elas de curto prazo ou longo prazo. Para uma correta e ampla análise de liquidez, deve-se ter em mente que o estudo necessita abranger os medidores econômicos e analisar cada um deles, tendo em vista os objetivos da entidade e quais as soluções a serem buscadas.

O estudo de caso evidenciou, através dos dados contidos nas demonstrações contábeis, principalmente pela análise dos índices financeiro de liquidez corrente e geral, que a entidade social estudada não conseguiu honrar com todas suas obrigações de curto e longo prazo. Quanto ao grau de endividamento, a entidade tem um resultado positivo, não possuindo grande dependência de capital de terceiros.

A verificação do balanço patrimonial entre os anos de 2016 e 2017 obteve

uma diminuição nos resultados. Apesar desse resultado, a entidade tem crescido do superávit ou reduzindo dos déficits apurados anualmente, desde a data da sua construção, há 40 anos. A entidade, por ser sem fins lucrativos, não distribui lucros; sendo assim, o resultado é totalmente revertido para suas atividades institucionais.

Referências Bibliográficas

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=1212>> Acesso em: 4 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2012.

_____. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas 2007.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **IBRACON nº 27 – Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>> Acesso em: 17 ago. 2018.

SILVA, César A. T. **Curso de Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2017.

Análise da relação entre o gasto público e a qualidade da educação no ensino fundamental no município de Bilac entre os períodos de 2012 a 2017

Analysis in the relations between the public expenses and the quality of elementary school education in the city of Bilac between the years 2012 and 2017

Katia Priscila Duarte Azadinho¹
Taciane Rampim Corrêa²
João Marcos Medeiros Scaramelli³
Cleide Henrique Avelino⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

Em relação à evolução da qualidade do ensino comparada ao aumento dos gastos públicos com educação, o presente trabalho apresenta, como meio de análise, um estudo de caso no município de Bilac nos períodos de 2012 a 2017. A metodologia aplicada dispõe da comparação dos resultados entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, cuja finalidade principal é avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas através de exames e do fluxo de aprovação de alunos, e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO o qual evidencia o total das receitas recebidas de impostos e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, com o intuito de demonstrar a aplicação de acordo com a obrigatoriedade constitucional.

Palavras-chave: Educação, Ensino, Gastos Públicos.

ABSTRACT

In relation to the evolution of the quality in education compared to the rise in public expenses with education, the following paper presents as a means to analysis a case study of the city of Bilac between the years of 2012 and 2017. The methodology applied uses a comparison between the results of the index of development in basic education – IDEB, whose goal is to evaluate the quality of education in public schools by using exams, the rate of approval of students and the summary report of budget execution – RREO, which is evidence of the total of revenue receive from taxes and the expenses with maintenance and development of education, with the intent of showing the enforcement according the constitutional obligation.

Key-words: Education, public expenses, Teaching.

Introdução

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador; Especialização em Gestão de Cidades; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

A Contabilidade Pública consiste em controlar, registrar e estudar os atos e fatos da administração no setor público, tendo como dever realizar anualmente um planejamento orçamentário, o qual serve como instrumento para organizar os recursos públicos que devem ser aplicados nas necessidades sociais, como: saúde, assistência social, segurança e educação.

Neste contexto, os gastos com educação destacam-se comparados com as demais despesas, pois a educação é um elemento fundamental para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento político e econômico, influenciando desde a igualdade social até a diminuição da violência. Por esse motivo, em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, com o objetivo de medir a qualidade do ensino fundamental e médio, estipulando uma meta para o ano de 2022, a qual todas as instituições de ensino precisam atingir média seis.

Neste cenário, foi levantada a seguinte questão: A evolução da qualidade do ensino está diretamente relacionada ao aumento dos gastos públicos com educação? Como pressuposto teórico, foi desenvolvida a hipótese de que o aumento de recursos com educação não garante melhores resultados no desempenho escolar se antes não solucionar a ineficiência da gestão. O gasto deve ser equilibrado e, principalmente, com qualidade, para que se obtenha uma avaliação significativa.

Para buscar as respostas para a problemática da pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo primário demonstrar a importância da contabilidade pública na gestão e, como objetivos secundários, analisar a relação entre os gastos públicos com educação e os resultados obtidos na evolução da qualidade do ensino, assim como apontar os índices que avaliam a qualidade do ensino fundamental e seus respectivos resultados e analisar os gastos públicos com educação no ensino fundamental no período de 2012 a 2017.

Contabilidade Pública

A contabilidade pública vem passando por várias modificações relevantes nos últimos anos, sendo o ramo da Ciência Contábil o que estuda, registra, controla e demonstra o patrimônio público e suas variações, o orçamento aprovado, acompanha sua execução e os atos administrativos da fazenda pública (HADDAD; MOTA, 2010).

A contabilidade pública é regulamentada pela lei 4360 de 1964, denominada

lei das finanças públicas, onde se estabelecem normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços.

O planejamento orçamentário, estabelecido pela Lei Orçamentária Anual, é um instrumento utilizado para organizar os recursos públicos, prevendo as receitas que serão arrecadadas e fixando as despesas gastas no decorrer do ano. De acordo com Angélico (1995, p. 19), *o orçamento público é um planejamento de aplicação dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro.*

Os gastos públicos constituem-se na principal peça de atuação do governo, pois, por meio da arrecadação aos cofres públicos, os valores são destinados às necessidades sociais como saúde, assistência social, segurança e educação. Deste modo, considera-se gasto público todo emprego para obtenção ou execução de algum serviço para atender às necessidades públicas.

Recursos que financiam a educação e sua aplicabilidade

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB e de Valorização dos Profissionais da Educação, é um fundo especial, de natureza contábil e âmbito estadual. Instituído em 2007, tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos e distribuí-los de maneira igualitária para os entes da federação, de acordo com o número de alunos matriculados, conforme os dados do censo escolar.

A distribuição de 20% das arrecadações de transferências constitucionais e impostos é obrigatória. Esses 20% vem de Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Produtos Industrializados, Desoneração das exportações previstas na Lei Complementar nº 87/96, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doações de quaisquer bens ou direitos, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e o Imposto Territorial Rural. Essa porcentagem mandatória é automaticamente retida na arrecadação de tais impostos.

As verbas destinadas ao fundo de investimento são depositadas em um fundo contábil estadual e cada uma das vinte e sete unidades da federação possuem um fundo próprio, que funciona praticamente como uma conta bancária, na qual são redistribuídos entre os Estados e seus Municípios. Esses repasses à educação, no

caso dos municípios, devem ser feitos pela tesouraria central da prefeitura a cada dez dias, conforme descrito no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e toda movimentação deve ocorrer por meio eletrônico.

É comum ocorrer uma diferença entre o valor retido sobre os impostos e os valores recebidos do FUNDEB. No caso de a diferença ser maior com relação ao valor retido, é apresentado como uma perda junto ao FUNDEB e esse valor é adicionado no cálculo dos 25% constitucionais. Já no fato de ocorrer maior recebimento com relação ao retido, é considerado um ganho junto ao fundo, e tal valor deve ser gasto como um *plus*, sendo subtraído da conta para o cálculo da quarta parte obrigatória. Por exemplo, supondo que determinado município obteve os seguintes números no período:

- a) 20% dos impostos retidos, contabilmente, pelo FUNDEB: 1.000,00.
- b) Valor efetivamente recebido pelo FUNDEB: 900,00.
- c) Perda junto ao FUNDEB: 100,00
- d) Neste contexto, considerada a fração perdida do FUNDEB, os 100,00 são automaticamente incluídos nos 25% constitucionais.

De acordo com o artigo 21 da Lei 11.494/07, os recursos dos fundos deverão ser utilizados pelos entes federativos no exercício em que forem creditados; em outras palavras, deverão ser aplicados no próprio ano de arrecadação. No entanto, como toda regra há uma exceção, 5% do fundo poderão ser aplicados no 1º trimestre do exercício seguinte. Essa exceção é denominada parcela diferida.

A aplicação da verba do FUNDEB está prevista no artigo 22 da Lei, sendo que, no mínimo, 60% dos recursos devem ser destinados anualmente à remuneração dos profissionais do magistério, visando garantir a valorização da carreira e os 40% restantes são atribuídos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, determinado pelo artigo 70 da Lei nº 9.394/96.

A União poderá complementar os recursos do FUNDEB sempre que, no âmbito de cada estado, o valor médio ponderado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Existe ainda uma obrigação no que diz respeito aos gastos com educação. Os municípios precisam destinar 25% de arrecadações de impostos próprios que não estão previstas no FUNDEB para a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Receitas resultantes de impostos (caput. Do art. 212 da Constituição).

1- RECEITA DE IMPOSTOS	
1.1	Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU
	1.1.1 IPTU
	1.1.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU
	1.1.3 Dívida Ativa do IPTU
1.1.4	Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU
	1.1.5 (-) Deduções da Receita do IPTU
1.2	Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI
	1.2.1 ITBI
	1.2.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI
	1.2.3 Dívida Ativa do ITBI
1.2.4	Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI
	1.2.5 (-) Deduções da Receita do ITBI
1.3	Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS
	1.3.1 ISS
	1.3.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS
	1.3.3 Dívida Ativa do ISS
1.3.4	Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS
	1.3.5 (-) Deduções da Receita do ISS
1.4	Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF
	1.4.1 IRRF
	1.4.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF
	1.4.3 Dívida Ativa do IRRF
1.4.4	Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF
	1.4.5 (-) Deduções da Receita do IRRF
1.5	Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)
	1.5.1 ITR
	1.5.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR
	1.5.3 Dívida Ativa do ITR
1.5.4	Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR
	1.5.5 (-) Deduções da Receita do ITR
2 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	
	2.1 Cota-Parte FPM
	2.1.1 Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b
	2.1.2 Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d
	2.1.3 Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e
	2.2 Cota-Parte ICMS
	2.3 ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996
	2.4 Cota-Parte IPI-Exportação
	2.5 Cota-Parte ITR
	2.6 Cota-Parte IPVA
	2.7 Cota-Parte IOF-Ouro

Fonte: Prefeitura Municipal de Bilac/SP, 2018.

Quanto ao total das receitas resultantes de impostos, a Constituição Federal disciplina que:

*A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[..] § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (BRASIL 1998)*

No que se refere ao município, essa porcentagem da receita arrecadada é destinada ao ensino infantil e fundamental I. Com relação ao estado, a obrigatoriedade baseia-se no ensino fundamental II e médio. A gestão pública municipal é responsável por administrar e aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Além dessa exigência constitucional da quarta parte, existem receitas que não são resultantes de impostos e devem ser integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino. São fontes adicionais, os rendimentos de aplicação financeira das contas LDB e FUNDEB, auxílios e subvenções educacionais, empréstimos e financiamentos para a educação, salário-educação e ganhos líquidos obtidos junto ao FUNDEB. Entretanto, essas receitas adicionais são subtraídas para fim do cálculo dos 25% obrigatórios.

Assim como o fundo de educação básica, todos esses recursos arrecadados devem ser aplicados no exercício de sua arrecadação, levando em consideração a regra da parcela diferida.

Despesas que integram os mínimos constitucionais e legais da educação

Os gastos com educação é um assunto que sempre está em pauta em todos os meios de comunicação, discussões ou palestras, uma vez que a educação possui impacto em todos os estágios da vida do indivíduo, além de ser extremamente importante no desenvolvimento de um país. As alocações de recursos aplicados na educação são provenientes dos tributos recolhidos da esfera municipal, estadual e federal e, para garantir um ensino de qualidade, existem gastos mínimos que devem ser investidos na educação como visto anteriormente.

Em seu artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são nomeadas despesas próprias da educação, sendo os gastos típicos e necessários para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento

da qualidade e à expansão do ensino; V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; VI concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo; VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Da mesma forma, em seu artigo 71, são elencados os gastos que não compõem a aplicação e manutenção do ensino, podendo ser citados: merenda escolar, ensino a distância, despesas relacionadas ao ensino médio ou universitário ao tratar dos municípios, incluindo bolsa de estudos a secundaristas e universitários, obras de infraestrutura que beneficiam creches e escolas, programas escolares de assistência médico-odontológica, farmacêutica, psicológica e social, subvenção a instituições assistenciais, desportivas e culturais, sejam elas públicas ou privadas, dentre outras.

Cálculo de aplicação da quarta parte constitucional

Para fins de controle dos 25% constitucionais, no caso de municípios, pode ser utilizada a seguinte fórmula:

Tabela 2 – Fórmula para cálculo da porcentagem obrigatória

	Despesas custeadas com recursos próprios do município	R\$
(+)	Despesas custeadas com recursos recebidos do Fundeb	R\$
(+)	Perda do município junto ao Fundeb	R\$
(-)	Ganho do município junto ao Fundeb	R\$
(-)	Outras receitas adicionais da educação	R\$
(-)	Despesas não típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$
(=)	Valor aplicado na educação	R\$
(/)	Total das receitas resultantes de impostos	R\$
(=)	Percentual de aplicação	%

Fonte: Tribunal de contas do Estado de São Paulo, 2016.

O percentual de aplicação é fator determinante para a análise do índice utilizado com a manutenção e desenvolvimento do ensino no período, verificando se realmente foi destinado o obrigatório descrito na constituição federal em seu artigo 122.

Relatório resumido da execução orçamentária

O relatório resumido da execução orçamentária – RREO tem por objetivo evidenciar a situação fiscal do município, demonstrando a execução do orçamento de receitas e despesas e o equilíbrio entre elas. O demonstrativo é orientado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF 101/00, e implica na responsabilidade da gestão fiscal, a ação planejada e transparente, através da qual é possível prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.

Composto por diversos demonstrativos, o RREO deve ser elaborado e publicado bimestralmente até trinta dias após o encerramento do bimestre.

Ao tratar da educação, é exigido, pela Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 72, anexo VIII, o demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, o qual evidencia todas as receitas resultantes de impostos, as receitas adicionais para financiamento do ensino, as receitas do FUNDEB, assim como suas despesas e as despesas custeadas com a receita resultante de impostos e recursos do FUNDEB. Além disso, é apresentada a tabela para cálculo dos 25% constitucionais sobre as receitas de imposto e outras informações para controle.

Definição e importância do Ensino Fundamental no sistema educacional

A educação brasileira é dividida em três níveis: o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. O ensino fundamental é subdividido em duas fases, ensino fundamental I – 1º a 5º anos – e ensino fundamental II – 6º a 9º anos.

O ensino fundamental passou a ser assim designado a partir da atual Lei que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. É a etapa mais longa da Educação Brasileira, com duração mínima de oito anos, atendendo estudantes de 04 até aos 17 anos. O artigo 32 da Lei nº 9.394/96 aborda a educação fundamental; menciona que o ensino é obrigatório, possuindo caráter gratuito na escola pública, tendo como objetivo principal a formação básica de cidadão.

A etapa do ensino fundamental ao longo do período acompanha a transição entre infância e adolescência. Os estudantes passam por transformações de aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, entre outros. Neste cenário, precisa-se realizar o acompanhamento dessas mudanças e promover competências básicas para formação, como a capacidade de interpretação e raciocínio, a facilidade para a leitura e a escrita.

O ensino fundamental é o alicerce de toda cadeia educacional, pois é nesta fase que o aluno precisa adquirir todos os conhecimentos básicos e necessários para enfrentar os desafios da vida acadêmica e profissional. Em razão disso, existem muitas discussões com o intuito de promover estratégias e ações que buscam potencializar a qualidade do ensino.

No Brasil, são realizadas, pelo Ministério da Educação, avaliações educacionais que buscam avaliar os estudantes nos anos finais de cada etapa da educação básica. Os resultados são expressos com indicadores que são utilizados por gestores escolares e secretários de educação, com intuito de criar ações visando alcançar melhorias nos resultados.

Índice que avalia a qualidade do ensino fundamental

O principal indicador da qualidade brasileira do ensino fundamental é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado em 2007, como uma das ações do plano de desenvolvimento educacional, com intuito de padronizar a qualidade da educação em todo território brasileiro, considerando a peculiaridade de cada região e também como ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade da educação básica.

O indicador relaciona os resultados do rendimento escolar e desempenho que são obtidos a partir de exames, como a Prova Brasil e o SAEB, com dados expedidos pelo censo escolar, indicando os fluxos de aprovação, repetência e evasão de alunos. (INEP, 2018)

De acordo com o Ministério da Educação, o cálculo da nota do IDEB funciona da seguinte forma: a nota da prova Brasil, contendo as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são pontuadas em uma escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). Em seguida, a média dessas duas notas são multiplicadas pela média das taxas de aprovação das séries das etapas (anos iniciais, anos finais e ensino médio) e, ao final, é emitida a nota. O índice busca uma educação de qualidade, equilibrando essas duas dimensões.

De acordo com Fernandes, um sistema educacional que reprova constantemente seus alunos, influenciando o abandono escolar antes que complete a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que os quais concluem essa etapa atinjam pontuações elevadas nos exames. Em contrapartida, um sistema em

que os alunos terminam cada ciclo escolar no tempo correto, mas não possuem o conhecimento necessário, também não é interessante. O sistema ideal seria aquele em que os alunos tivessem acesso à escola, não perdendo o ano letivo com repetências e abandonos, concluindo todos os ciclos escolares e, ao final, completassem com um aprendizado satisfatório.

Estudo de Caso

Bilac é um pequeno município da região sudeste, localizado no estado de São Paulo e pertencente à região de Araçatuba. De acordo com a última pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, a cidade apresentava uma população de aproximadamente 7048 habitantes. Em 2017, esse número foi estimado em 7837 habitantes.

O Município surgiu em 1917 com o povoamento de imigrantes japoneses ao adquirirem loteamentos da então gleba de terras da *Brazil Platation Sindical*. O povoado pertencia ao distrito de Birigui e, apenas em 1944, através do Decreto Lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, foi criado o Município.

Análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no município

O presente trabalho considerou para análise, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, nos anos de 2013 a 2017, com base na instituição de ensino Lima Figueiredo General Emeif, localizada na Rua Olavo Bilac, 246. A escola é de responsabilidade integral do município e educa alunos do ensino fundamental I.

De acordo com o INEP de 2017, a escola possuía 370 alunos matriculados e 30 pessoas no quadro de funcionários que desempenhavam funções como docência, áreas administrativas e outros cargos na instituição.

A composição do IDEB possui dois pontos principais: o fluxo escolar (taxa de aprovação) e o desempenho da prova Brasil. Os quadros a seguir demonstram os resultados.

Tabela 3 – Taxa de aprovação

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Média (%)

2013	100,00	98,6	89,4	87,6	91,2	93,36
2015	98,6	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2017	90,4	92,4	79,3	93,9	100,00	91,8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

Observa-se que,, em relação à taxa de aprovação média, considerando do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, a instituição teve uma oscilação nos resultados, uma vez que entre os anos de 2013 e 2015, ocorreu uma variação de 6,64, e de 2015 para 2017, a diferença foi de 8,2, sendo que o menor índice de taxa de aprovação de acordo com os períodos analisados concentrou-se no último ano de apuração.

Tabela 4 – Resultados Prova Brasil

Ano	Matemática	Português	Média
	Proficiência média	Proficiência média	
2013	231,3	218,8	6,36
2015	277,5	247,6	7,76
2017	254,6	242,3	7,23

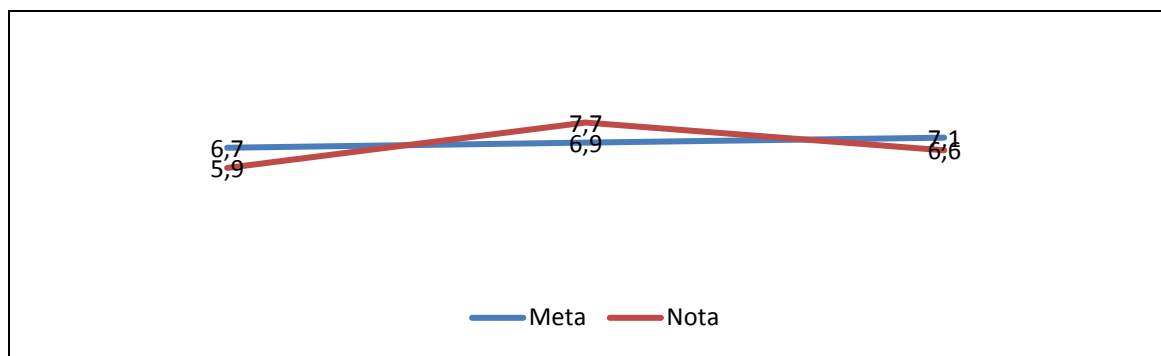
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

A tabela 4 demonstra os resultados da Prova Brasil, a qual aborda as matérias de Língua Portuguesa e Matemática. Ao comparar os resultados da média geral das duas matérias, considerando os anos de 2013 e 2015, observa-se um aumento de 1,4. Entretanto, ao contrastar os resultados de 2017, em relação a 2015, verifica-se uma diminuição de 0,53.

O gráfico a seguir apresenta a comparação da meta fixada que todas intuições possuem e precisa ser alcançada em relação à nota obtida.

Ao confrontar os três últimos índices, verifica-se que somente no ano de 2015 foi possível alcançar a meta estabelecida pelo INEP. O resultado do índice está ligado diretamente ao equilíbrio entre a taxa de aprovação e as médias referentes a Prova Brasil. Portanto, ao analisar, de forma geral, esses dois parâmetros, ambos os resultados tiveram uma diminuição no período analisado, conforme tabelas 2 e 3.

Gráfico 1- Resultado IDEB



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

Receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Com base nos demonstrativos das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, o Anexo VIII da RREO, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Bilac/SP, é possível analisar as receitas destinadas à educação nos períodos de 2012 a 2017. Segue abaixo:

Tabela 5 – Despesas gerais com educação

Informações	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas de impostos (R\$)	11.911.693	13.273.895	14.854.681	14.595.436	15.976.598	16.247.533
Total geral das despesas (R\$)	3.640.691	3.373.509	3.857.052	4.145.211	3.976.272	4.415.661
Porcentagem aplicada (%)	30,56	25,41	25,97	28,40	24,89	27,18

Fonte: Prefeitura Municipal de Bilac/SP, 2018.

Ao analisar a tabela, é possível observar o crescente aumento da receita de impostos, podendo ser resultado da inflação de cada período. Contudo, ao avaliar a porcentagem aplicada, ressalta-se que os anos de 2012, 2015 e 2017 saíram da casa decimal dos 25% obrigatórios. Deste modo, é considerável que o gasto com educação é maior do que o mínimo exigido pelo governo.

A tabela 4 apresenta os recursos totais, incluindo os valores oriundos do FUNDEB e de recursos próprios municipais, além de constarem os gastos com o ensino infantil e fundamental. O enfoque do trabalho consiste em analisar as despesas com o ensino fundamental; portanto, é necessário que tais valores sejam separados, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Despesas líquidas no Ensino Fundamental

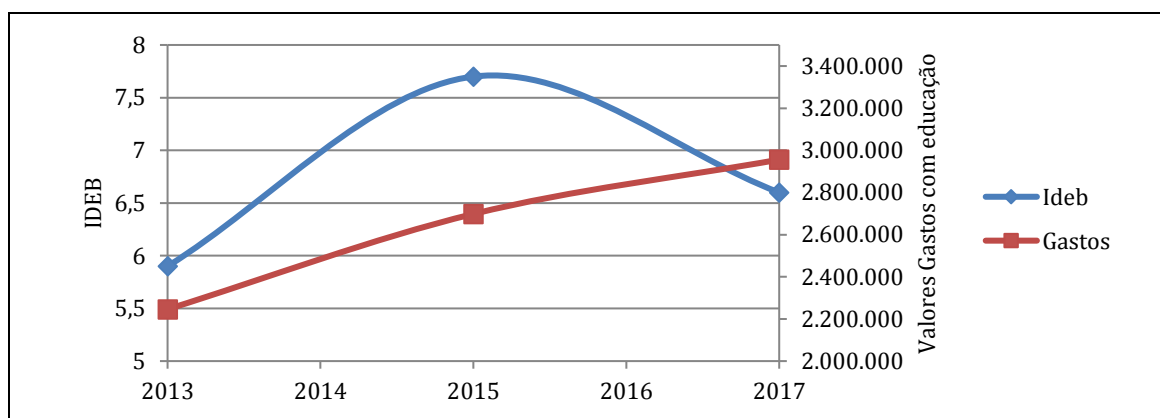
Informações	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total das despesas (R\$)	2.067.855	2.424.193	2.713.997	2.682.573	2.671.192	3.240.765
Porcentagem aplicada (%)	17,36	18,26	18,27	18,38	16,72	19,95

Fonte: Prefeitura Municipal de Bilac/SP, 2018.

Portando, a partir de tais informações, constata-se que o maior gasto inciduiu no ano de 2017, com uma diferença de 569.573 a mais do que o ano anterior. Com relação à porcentagem aplicada no ensino fundamental, observa-se que o ano de maior aplicação também ocorreu no período de 2017, sendo aplicada mais de 80% no ensino fundamental comparado ao ensino infantil.

Para responder à problemática do presente trabalho, é necessário comparar a oscilação dos gastos com ensino fundamental em relação ao índice de desenvolvimento da educação básica. Para tal, será considerada a média de gastos de dois anos, período no qual a instituição é avaliada.

Gráfico 2 – Comparação entre os gastos públicos com ensino fundamental e a porcentagem do IDEB



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Sistema; Prefeitura Municipal de Bilac/SP, 2018.

Após análise das tabelas e gráficos, verifica-se que a evolução da qualidade do ensino não está diretamente relacionada ao aumento dos gastos públicos com educação, uma vez que, no período de 2015, o gasto foi menor comparado a 2017 e o índice do ano ultrapassou a meta estimada pelo INEP, alcançando um alto desempenho, conforme os gráficos 1 e 2. Já, com relação ao último ano de apuração do IDEB, o indicador de qualidade do ensino não obteve uma boa performance e, em

contrapartida, o montante gasto com o ensino fundamental foi razoavelmente maior confrontado com os períodos anteriores.

O primeiro ano analisado não dispõe como parâmetro de comparação, visto que o gasto foi o menor junto ao indicador de qualidade, que também constituiu o mais baixo em relação aos períodos avaliados.

Conclusão

O presente trabalho analisou índices e valores referentes ao ensino fundamental de 1º a 5º ano, no município de Bilac-SP, entre os anos de 2012 a 2017. A prefeitura municipal disponibilizou relatórios que expressam valores indicativos ao total de receitas de impostos recebidos e os valores repassados para a educação. Conciliando tais informações com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que mede a qualidade do ensino.

De acordo com a observação dos aspectos analisados, entende-se que a problemática no que diz respeito à verificação da evolução da qualidade de ensino com relação ao aumento dos gastos com educação, foi respondida em virtude do pressuposto teórico que foi confirmado após as análises realizadas no decorrer do presente trabalho, uma vez que foi possível identificar que o aumento do gasto público com educação não possui relação com a evolução da qualidade de ensino nos períodos analisados.

Portanto, os objetivos traçados foram todos alcançados. Desta forma, foi possível descrever a importância da contabilidade pública na gestão, citar as obrigações legais que esta detém para com a educação, apontar e analisar o índice que avalia a qualidade do ensino fundamental e seus resultados e, por fim, analisar os gastos públicos com educação no ensino fundamental entre os períodos estipulados e a relação com a evolução da qualidade do ensino.

Referências Bibliográficas

ANGELICO, João. **Contabilidade pública**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1995

BRASIL, Artigo 212 da constituição federal de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_212_.asp>. Acesso em 10 set. 2018(citação de decreto ?)

BRASIL, Decreto-Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatuem normas gerais de

direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRASIL, Decreto-**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

HADDAD, Rosaura C.; MOTA, Francisco G. L. **Contabilidade Pública**. 1ª.ed. Santa Catarina: Capes, 2010

INEP, **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em:
<<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/35200897>>. Acesso em: 16 out. 2018

Prefeitura Municipal de Bilac/SP, **Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino**. 2018.

TCE, Tribunal de contas do Estado de São Paulo. **Manual básico de aplicação no ensino**. São Paulo, 2016.

A utilização do *Business Intelligence* – BI para o auxílio à análise de relatórios gerenciais contábeis

The use of Business Intelligence – BI to aid the analysis of accounting managers reports

Ana Paula Crescêncio da Conceição¹
Victor Enrico Cordeiro da Silva²
Francisco Antônio de Souza³
Cleide Henrique Avelino do Valle⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

Com a necessidade de sistemas de informação nas organizações, *softwares* são criados com objetivo principal de auxiliar na busca eficaz de informações. Esses sistemas que são preparados para gerar, transformar e reunir grande volume de informações vêm sendo utilizados em empresas. A tecnologia aliada a sistemas de informações fornecem aos gestores a facilidade na busca de informações, dando uma base para que junto com a contabilidade dê suporte às decisões empresarias. O uso de *Business Intelligence* – BI está sendo considerado como uma solução eficiente, para colher informações confiáveis, organizadas em relatórios e gráficos de modo rápido.

Palavras – chave: *Business Intelligence*, Informações, Relatórios Gerenciais.

ABSTRACT

With the need of information systems in organizations, softwares are created with the main objective, to help in the efficient search of information, these systems that are prepared to generate, transform and gather great volume of information is being used in companies. The technology associated with information systems provides managers with the ease of searching for information, providing a basis for accounting to support business decisions. The use of Business Intelligence - BI is being considered as an efficient solution to gather reliable information, organized into reports and graphs quickly.

Keywords: Business Intelligence, Information, Reports.

Introdução

O mundo empresarial passa por transformações diárias. Essas mudanças permitem que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, estejam em constante busca por inovações para responder às condições de mudanças do mercado. Com essa necessidade, empresas optam pelo auxílio da tecnologia, como

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Analista de Sistemas; Especialização em Gerência de Sistemas; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Auxilium Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Auxilium Campus Araçatuba.

modo de deixar o processo de busca de informações mais seguro e ágil.

Foi abordado o tema sobre sistema de informação contábil, devido à tecnologia aliada a sistemas de informações fornecer aos gestores a facilidade na busca de informações, dando uma base para que, junto com a contabilidade, dê suporte nas tomadas de decisões.

Como objetivo geral, apresentou-se a aplicação de uma ferramenta de um *Business Intelligence* - BI para o auxílio na tomada de decisões empresariais, através da pesquisa bibliográfica e, como alicerce da pesquisa, os objetivos específicos, os quais discorreram sobre a utilização de ferramentas de BI, mostrou-se a eficiência no processo de coleta, organização, análise e monitoramento de informações em formato de relatórios gerenciais para auxílio a decisões.

Foi realizado um Estudo de Caso na empresa FMX Soluções em Tecnologia Ltda, a qual iniciou a utilização de uma ferramenta de BI para automatizar a criação e análise de indicadores de produtividade e financeiro da empresa.

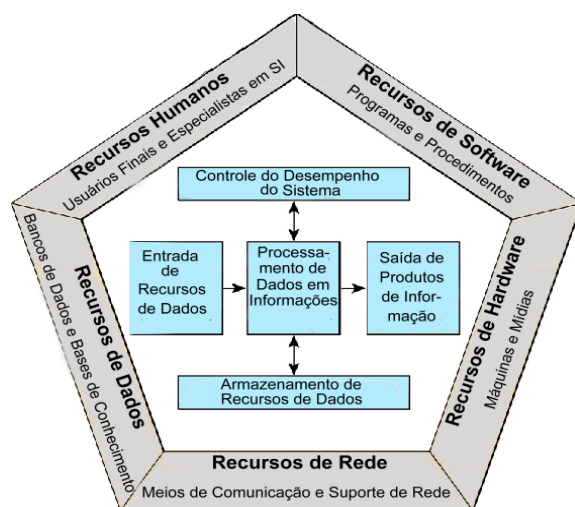
Conceito, Funcionalidade e Componentes de Sistema de Informação

Sistema de Informação - SI é um conjunto que abrange desde pessoas a *softwares* que, com recursos, oferecem coleta de dados que são transformados em informações e disseminados a toda organização. Para entender o conceito de SI, é necessário saber o conceito de sistema, que se resume em um grupo de componentes inter-relacionados que operam rumo a uma meta comum. Segundo Laudon (2004, p.7), a definição de um SI é tecnicamente,

Como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização [...] esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Desta forma, o uso de SI tornou-se indispensável para oferecer apoio às operações e decisões empresariais. Um SI tem a junção de três componentes primordiais: pessoas que tenham participações no processo de informação da empresa; estruturas da organização; e a tecnologia da informação. Esses componentes, quando interligados dinamicamente, oferecem uma otimização nas informações necessárias para o crescimento empresarial.

Figura 1 – Estrutura fundamental de um SI



Fonte: O' Brien (2004, p.10).

Esse exemplo conceitual de SI enfatiza a vinculação entre seus principais componentes com suas atividades básicas; esse modelo pode ser aplicado em todos os SIs.

De acordo com O' Brien (2004, p.10),

Os recursos humanos consistem em usuários finais e especialistas em SI; os recursos de hardware consistem em máquinas e mídia; os recursos de software consistem em programas e procedimentos; os recursos de dados consistem em bancos de dados e base de conhecimento; e os recursos de rede consistem em mídia e redes de comunicações.

Esses são os cinco recursos necessários para o bom funcionamento de um SI. Com a interligação desses recursos, os dados são transformados em informações essenciais no auxílio de tomada de decisões.

Principais Objetivos e Finalidade de um Sistema de Informação

Atualmente a informação tornou-se a matéria-prima para tomada de decisão. Os gestores possuem uma grande dependência de informações qualitativas para auxiliá-los, de modo eficiente, nas decisões empresariais. Com isso, o uso do SI tornou-se essencial para maior desenvolvimento da empresa, trazendo resultados produtivos e auxiliando no crescimento da empresa no mercado.

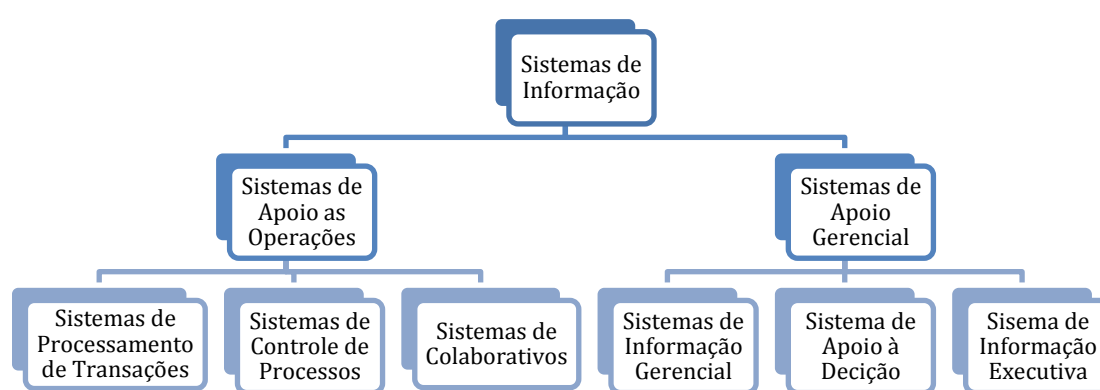
Existem vários formatos de informações fornecidos por um SI, como: relatórios, apresentações gráficas, vídeos, e dados que podem ser integrados em outros sistemas. Além disso, os SI têm como finalidade armazenar e organizar dados e informações, de modo que sejam facilmente acessados e compreendidos.

Os principais objetivos de um SI é oferecer a uma organização apoio à tomada de decisões, auxiliar nas operações e processo e disponibilizar informações que possam aprimorar as estratégias de vantagem competitiva.

Tipos de Sistemas de Informações

Para cada nível organizacional de uma empresa existe um tipo específico de SI. Eles são separados por Sistemas de Apoio às Operações e Sistemas de Apoio Gerencial.

Figura 2 – Classificação conceitual dos SI



Fonte: O' Brien (2004, p.23).

O grupo de Sistemas de Apoio às Operações oferece auxílio nas operações e processos da organização; já os Sistemas de Apoio Gerencial têm como objetivo ajudar no desenvolvimento de tomada de decisões gerenciais.

Segundo Laudon; Loundon (2004), os principais tipos de sistemas de informação são os Sistemas de Processamento de Transações - SPT, os Sistemas de Informações Gerenciais - SIG e os Sistemas de Apoio à Decisão - SAD. Esses sistemas são encarregados de dar assistência em processo decisivos de uma empresa.

Conceito e Auxílio de Relatórios Gerenciais

O desempenho de uma empresa deve ser avaliado através de um conjunto de informações, apresentando resultados para planejamento do futuro da mesma, fazendo correções e apresentando soluções; para isso existem os relatórios gerenciais.

De acordo com Padoveze (2015), as disponibilizações de informações contábeis a todos os usuários, por meio dos relatórios gerenciais, são frutos do

Sistema de Informação Contábil e têm como finalidade, disponibilizar à administração da empresa dados adequados ao controle geral de suas operações e à tomada de decisões.

Relatórios gerenciais são documentos escritos, baseado em fatos, para possíveis tomadas de decisões dentro de uma empresa. Relatórios de boa qualidade são extremamente importantes para uma boa gestão.

São os relatórios gerenciais que fornecem ao gestor as ferramentas necessárias, soluções, ao modo de não ter prejuízos e não perder ótimas oportunidades. Possibilita melhores resultados e afastamento de dívidas.

O mesmo auxilia o gestor a ficar à frente na percepção e flexibilidade de mudanças, proporcionando um conhecimento do desenvolvimento e estratégias utilizadas pela empresa.

Com o auxílio dos relatórios, sua empresa terá informações capazes de fornecer boas análises quanto à situação, permitindo identificar pontos positivos e negativos, encontrando diferentes tomadas de decisões.

Conceito de Informações Gerenciais

As informações gerenciais são fundamentais para uma organização, pois contribuem para tomadas de decisões corretas. Sem elas há riscos de resultados ruins, longe do que se era esperado.

Atualmente existe um grande mercado competitivo, por isso a importância da aplicação das informações gerenciais, alcançando informações que espelhem as necessidades organizacionais na obtenção do atingimento dos objetivos.

Conforme Cruz (2000), o desenvolvimento dos Sistemas de Informações Gerenciais levam às organizações a terem a segurança necessária para seu processo administrativo. A correta utilização dos seus dados é essencial para que as organizações continuem produzindo e, quando esses dados são transformados em informações, irão servir de auxílio ao processo decisório.

Deste modo, os Sistemas de Informações Gerenciais, asseguram respostas ágeis e temporais aos gestores na busca pelo diferencial de competitividade.

Definição e Principais Objetivos *Business Intelligence* – BI

Nos últimos tempos, as empresas buscam, progressivamente, tecnologias e

inovações para simplificar e assessorar nos processos empresariais. As habilidades dos *softwares* em analisar questões complexas, organizar grande volume de dados e transformá-los em informações úteis, fazem com que gestores anseiem por eles.

Em consequência dessa busca por tecnologias o *Business Intelligence* – BI está sendo considerado como solução para obter rapidamente, informações de qualidade, auxiliando na tomada de decisões empresariais.

Existem muitas definições para BI. Sucintamente, o BI é um conjunto de conceitos e metodologias que se baseia na aplicação de técnicas de inteligência de negócios. Segundo Leme (2004, p. 16),

Um conceito, um modelo que se presta ao atendimento de pessoas que ocupam posições estratégicas dentro das organizações, que estão diretamente ligadas ao negócio e que possuem poder de decisão e influência sobre os rumos das empresas, seja internamente ou externamente.

É um mecanismo de análise que automatiza as decisões empresarias, auxiliando nos processos de decisões gerenciais, análise de vendas, estudo de mercado, entre outros. O BI é formado por técnicas e recursos, com objetivo de proporcionar o apoio preciso para tomada de decisões.

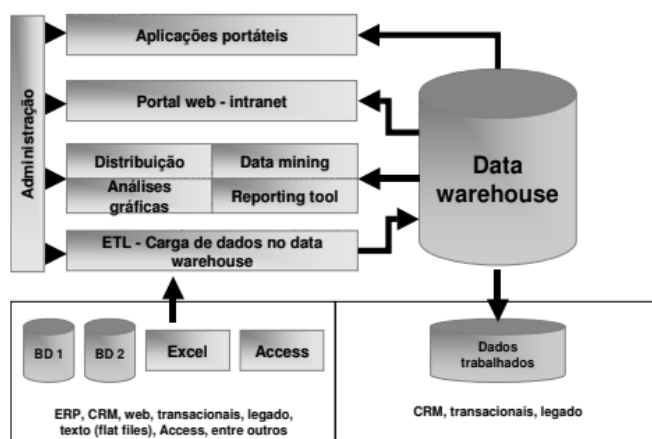
A análise feita lentamente pode afetar negativamente o negócio, com um mecanismo de BI implantado como um Sistema de Apoio Gerencial; ele garante informações corretas de uma forma ágil, as quais não são percebíveis somente com análise do gestor, podendo planejar estratégias para possíveis obstáculos ou oportunidades, sabendo onde e como agir.

Estrutura de *Business Intelligence* - BI

Para facilmente entender o BI, é necessário explorar e interpretar sua estrutura. Por definição, o BI não está limitado a somente uma tecnologia específica; o sistema possui uma abundância de possibilidades e requer um bom entendimento da situação em questão para sua correta implantação. O uso do BI pode servir para diversos objetivos, permitindo flexibilidade e adaptações a cada nova estrutura.

A Figura 3 mostra uma estrutura básica que não foi pensada exclusivamente para um caso; a composição resume-se em fonte de dados, transformação de dados e tomada de decisão.

Figura 3 – Estrutura Básica de um BI



Fonte: Leme (2006, p.84)

Os componentes necessários para o funcionamento de um BI são: *Data Warehouse - DW*, Planilha eletrônica, Geradores de relatórios, *Executive Information System – EIS*, *Decision Support System – DSS*, *Data Mart –DM* e *Data Mining*.

O principal elemento de um ambiente de BI é o *Data Warehouse*, que é uma estrutura com finalidade de armazenar e organizar dados. Conforme Leme (2006, p. 86 e 87), o *Data Warehouse* é,

Um componente básico, e talvez o mais importante para se fazer um bom BI [...] O data warehouse é o ponto central de uma arquitetura especialmente desenvolvida para receber dados e devolver informações, por meio de técnicas de transformação. Essa arquitetura está voltada para o processamento informacional, suportando análises gerenciais.

Com os componentes necessários para a execução de um BI interligado, pode-se dar o correto encaminhamento para o funcionamento do BI, localizando as origens das informações, consolidando os dados e os disponibilizando ao gestor as informações que possam auxiliá-lo nas decisões empresariais.

A utilização de BI para auxílio à contabilidade e tomada de decisões empresariais

O conceito de BI está cada vez mais presente no mundo empresarial. O uso do BI na área da contabilidade pode contribuir com a melhoria da visão do negócio, pois essa área abrange diversas informações, dados, finanças, vendas, entre outros. Unindo os conceitos contábeis, como patrimônio, bens, direitos e obrigações, aliado com o uso do BI, este contribuirá para a qualidade das análises e gerações de informações para a tomada de decisões da contabilidade, obtendo comparações e clareza na geração da empresa.

Com a ferramenta, torna-se possível organizar, registrar e comparar grandes quantidades de dados contábeis e fiscais, exibindo-as de forma contextual, assim permitindo que informações as quais passam despercebidas, tornem-se visíveis.

De acordo com Leme (2004), BI são todos os assuntos ligados à tomada de decisões, armazenamento de dados, publicação de informações na *Internet* ou em outro ambiente amigável para os usuários, até a produção de cubos multidimensionais de dados.

Geração de indicadores gerenciais contábeis com auxílio do BI

Os indicadores gerenciais contábeis são de suma importância para a gestão das empresas e aliado ao uso de BI, o potencial de informações em tempo real e a frequência de atualização mostram indicadores importantes em pontos do negócio, possibilitando avaliar se a estratégia traçada gerou resultados positivos.

A organização das informações que ambos proporcionam, possibilita as comparações inseridas na base de dados.

[...] *o principal benefício do BI para uma empresa é sua capacidade de fornecer informações precisas quando necessário, incluindo uma visão em tempo real do desempenho corporativo geral e de suas partes individuais.* (TURBAN et al. 2009, p. 32).

Os indicadores são essenciais para a tomada de decisões do gestor, o BI é uma maneira de organizar tudo em um só lugar, de forma rápida, prática, confiável e eficiente, pois ele une os dados facilmente, aumentando ganhos e obtendo vantagens competitivas.

A geração de indicadores contábeis com o auxílio do BI, ligadas com as informações fornecidas por relatórios, fornece oportunidades de antecipar as informações atuais e criar receitas a partir de serviços oferecidos por isso, quando unidos, são importantes, pois agilizam, fornecem informações necessárias e controlam os avanços dos negócios.

Vantagens competitivas do BI

Com a grande evolução da tecnologia de informações no mercado, cada vez mais se utiliza o BI para a tomada de decisões empresariais.

As empresas que não usam esse método enfrentam grandes riscos e ameaças pois, com sistemas convencionais, não conseguem projetar, gerar e armazenar, informações estratégicas, gerando uma grande desvantagem competitiva comparado às empresas que utilizam o BI e têm todos esses recursos como benefícios para saúde do negócio.

Organizações que utilizam o BI têm vantagens de obter informações rápidas, de qualidade, confiáveis, solucionar problemas, melhorar o conhecimento da situação da empresa e permitir inovações, beneficiando a empresa e seus clientes.

Alguns executivos condenam o BI pelo seu custo elevado. Assim, muitos projetos morrem mesmo antes de começarem e as organizações acabam adotando soluções mais baratas que podem funcionar por um determinado tempo, mas falhar a longo prazo. Neste caso, a organização acaba voltando à estaca zero e pode ser tarde demais para a mesma no mercado competitivo. Por isso, é muito importante que a visão de BI seja a de um investimento a longo prazo, e não um custo. (SIDEMAR, 2007).

O BI é uma nova oportunidade para o negócio, como estratégia para tomada de decisões, traz grandes vantagens para as organizações.

Estudo de Caso

O Estudo de Caso foi realizado na empresa FMX Soluções em Tecnologia Ltda., fundada em junho de 2013, tendo 03 sócios que atuam como gestores. Posicionada no mercado como uma Fábrica de *Software*, atua na construção de soluções customizadas para clientes e sustentação de serviços de TI. A empresa conta, no seu quadro de colaboradores, com 45 pessoas, atuando no processo de análise, desenvolvimento e testes de sistemas, além do corpo administrativo responsável pelas rotinas diárias da empresa.

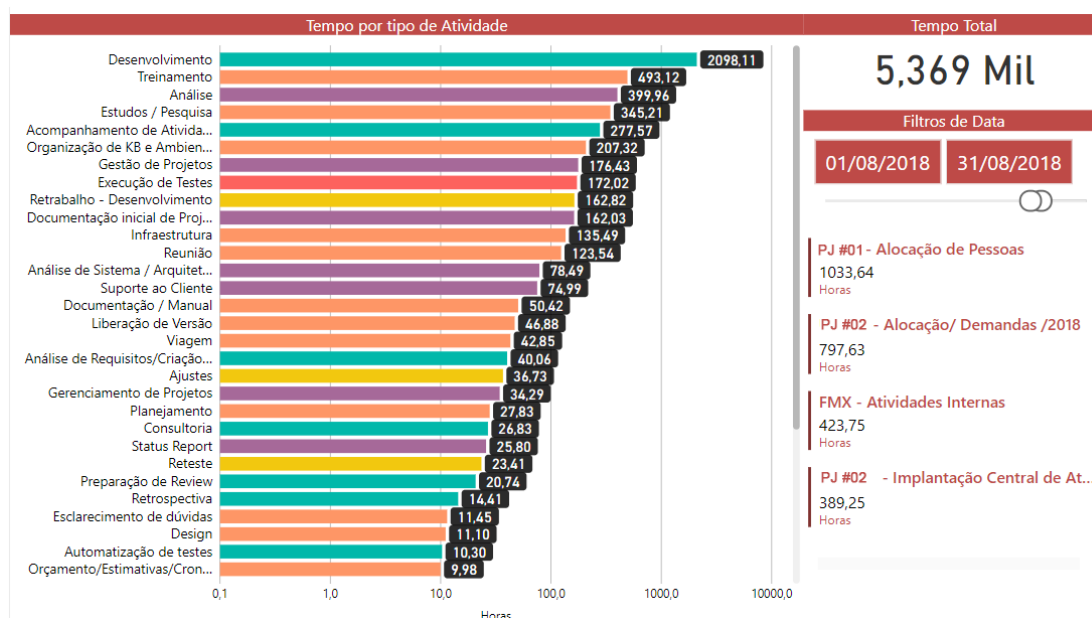
O presente Estudo de Caso se dá pelo aumento da dinamicidade do mundo dos negócios, fazendo com que as organizações sejam mais ágeis em seus processos internos de tomada de decisão, também pelo interesse dos gestores da organização em *softwares* que lhes proporcionem acesso aos dados da empresa de uma forma mais ágil e dinâmica.

A empresa iniciou a utilização de uma ferramenta de BI no ano de 2017 para automatizar a criação e publicação de indicadores de produtividade e financeiro da empresa, pois é necessária a utilização da mesma para a realização de agrupamentos de dados claros, seguros e em tempo real em uma base única de integração de forma

que possibilite a realização de análise sob diferentes ângulos.

Abaixo um gráfico fornecido pelo BI referente ao mês de agosto de 2018 sobre o tempo utilizado nos processos da empresa FMX Soluções em Tecnologia.

Gráfico 1: Tempo por tipo de Atividade/Processo



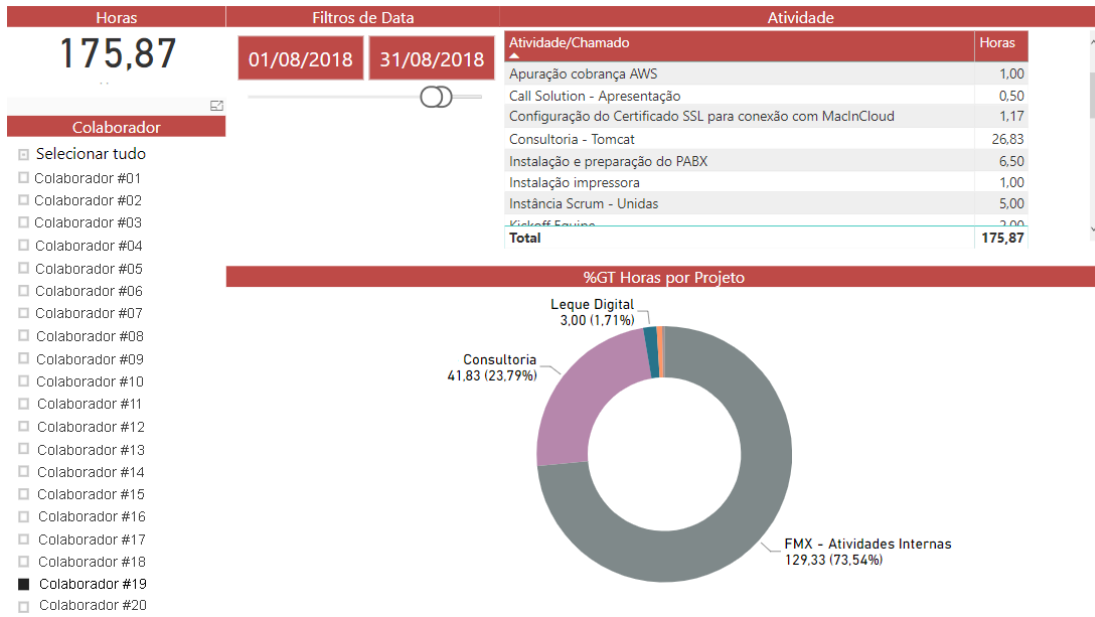
Fonte: Estudo de Caso, 2018.

Os indicadores demonstram onde a empresa é mais eficiente e onde precisa de melhorias. Dessa forma, para melhorar o desempenho financeiro e econômico de qualquer organização é necessário que as informações sejam analisadas e sirvam de embasamento para a tomada de decisões.

Um princípio importante seguido pela empresa é a transparência e compartilhamento das informações apuradas com seus colaboradores, assim eles podem observar em qual projeto e processo demorou mais horas, podendo ter um auto senso crítico e utilizar as horas desperdiçadas para otimizar a utilização do tempo ou processo, não havendo mais retrabalho e desperdício de horas.

Quando a empresa utiliza os *softwares* de BI, os controles vão muito além de planilhas, pois além de automatizarem a coleta e a colheita dos dados, ela os mantém de maneira muito mais segura, com uma visualização muito mais compreensível.

Gráfico 2: Horas, Atividades e Projetos por colaborador.

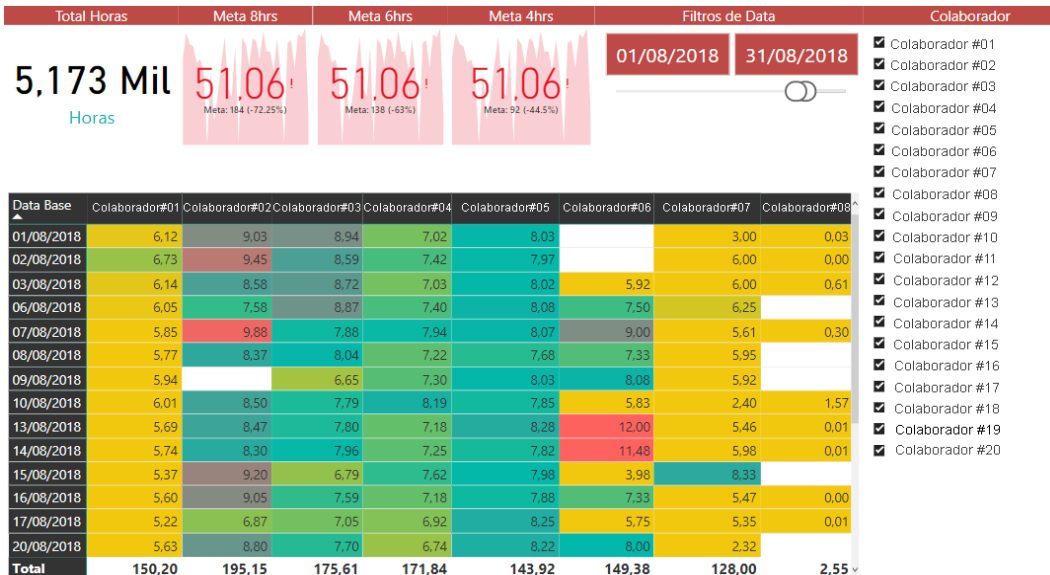


Fonte: Estudo de Caso, 2018.

Na empresa, a ferramenta de BI está sendo implantada no ambiente de produção da fábrica de *software*, para controle das horas trabalhadas em projetos e análise do índice de retrabalho, além do desvio entre previsto e realizado, conhecido no mercado como Planejamento e Controle de Produção – PCP.

São coletadas informações referentes aos apontamentos diários dos colaboradores e das atividades que eles estão realizando naquele momento. Um dos pontos de controle é a alocação das pessoas em tarefas e o acompanhamento para analisar se elas estão realmente trabalhando nas tarefas a que foram alocadas.

Gráfico 3: Total de Horas e Metas por Colaborador



Fonte: Estudo de Caso, 2018.

O acompanhamento é diário, pois o número de horas, apontadas ou não em um dia, afetam diretamente o faturamento da empresa, comprometendo o fluxo de caixa e as previsões de recebimento. A vantagem é que a ferramenta proporciona gestão à vista e comprometimento dos colaboradores com os resultados alcançados, pois todos sabem que estão sendo medidos e avaliados de acordo com o seu desempenho.

O BI também é utilizado na empresa FMX Soluções em Tecnologia para demonstrar fatores financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1: Faturamento por Cliente / Mês

FATURAMENTO POR CLIENTE / MÊS											
Rótulos de Linha	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	Total Geral	Total Geral	
Empresa 1	19294	16766	13557	41880	61117	57037	47678	54544	311873	31,62%	
Empresa 2	22086	26977	16216	25526	21879	23474	21445	20227	177830	18,03%	
Empresa 3	14363	18227	12534	19537	18792	17333	3417	5962	110165	11,17%	
Empresa 4	0	0	3049	7023	22977	22873	45960	0	101882	10,33%	
Empresa 5	17063	14625	11359	11359	11359	22718	0	11359	99840	10,12%	
Empresa 6	6760	4513	6760	6760	6760	6760	6760	6760	51833	5,26%	
Empresa 7	0	0	0	1396	1463	1901	1151	22507	28417	2,88%	
Empresa 8	173	790	0	10000	9074	8255	0	0	28292	2,87%	
Empresa 9	5027	4043	739	7732	5257	0	0	0	22799	2,31%	
Empresa 10	7838	5746	3902	0	0	0	0	0	17486	1,77%	
Empresa 11	1950	9750	1950	0	0	0	0	0	13650	1,38%	
Empresa 12	0	0	0	0	0	0	0	6500	6500	0,66%	
Empresa 13	3900	0	0	0	0	0	0	0	3900	0,40%	
Empresa 14	413	413	413	413	413	413	413	413	3302	0,33%	
Empresa 15	2983	0	0	0	0	0	0	0	2983	0,30%	
Empresa 16	905	905	905	0	0	0	0	0	2716	0,28%	
Empresa 17	1971	0	0	0	0	0	0	0	1971	0,20%	
Empresa 18	0	0	741	0	0	0	0	0	741	0,08%	
Empresa 19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Empresa 20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Empresa 21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Empresa 22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Total Geral	104726	102756	72124	131626	159090	160763	126824	128271	986180	100,00%	

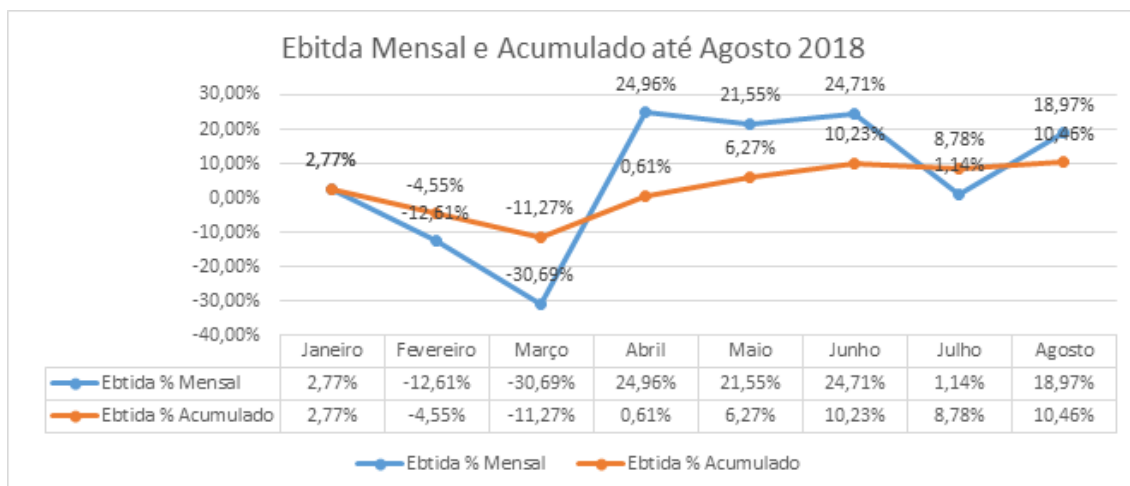
Fonte: Estudo de Caso, 2018.

A ferramenta fornece insumos para que as informações sejam analisadas antes de decisões. Por outro lado, ela também é utilizada para medir o impacto das decisões tomadas e os reflexos na produção e previsão de resultados da empresa. Abaixo segue um gráfico referente ao uso do BI a partir de fevereiro de 2018, o qual mostra claramente o Ebitda mensal e acumulado até agosto de 2018.

Percebe-se qual é a realidade financeira da empresa e que a mesma está melhorando sua competitividade e eficiência mês a mês, conforme crescimento dos percentuais representados no gráfico, apesar da queda em julho; porém, por consequências de outros fatores externos que afetaram o resultado.

As informações são adequadamente analisadas, um aspecto importante em usar esse tipo de ferramenta é a possibilidade de, a partir de uma visão macro, descer o nível da informação, buscando analisá-la em detalhes, caso algum indicador apresentado chame a atenção positiva ou negativamente.

Gráfico 4: Ebitda Mensal



Fonte: Estudo de Caso, 2018.

Verificou-se a importância e validade da ferramenta de BI para agregar dados voltados para aperfeiçoar o desempenho dos colaboradores, de maneira adequada, oferecendo recursos valiosos referentes à análise de dados, possibilitando resultados positivos na empresa com essa ferramenta promissora. A informação, devido à importância, acaba se tornando um dos bens mais preciosos, pois, através da mesma, o gestor consegue tomar decisões fundamentadas na situação da empresa.

A ferramenta mostrou que é possível obter as informações desejadas de forma precisa, de fácil interpretação e eficiente, auxiliando nas decisões finais, proporcionando uma visão ampla do negócio comprovando a otimização dos processos, a obtenção de importantes indicadores de desempenho e a maior entrega de resultados.

Conclusão

A pesquisa realizada alcançou os objetivos propostos, verificando a importância do BI para auxílio na tomada de decisões da empresa. Através da pesquisa bibliográfica, o pressuposto teórico foi confirmado, o qual afirma-se que o BI utiliza as informações obtidas junto a diversos departamentos de uma mesma empresa para auxiliar na tomada de decisões administrativas e estratégicas.

Verificou-se que uma gestão torna-se eficaz por meio da geração dos relatórios contábeis; isso facilita o entendimento das informações sobre as receitas, custos e despesas que são geradas e armazenadas. A produtividade só tem a

melhorar e facilitar com o uso do BI. O sistema faz cruzamentos, assim tornando-se possível traçar perfis e padrões de gastos, juntamente com a coleta de dados, transformando-se em informações valiosas, diminuindo as chances de algo dar errado. O auxílio do BI proporciona a elaboração de planilhas e relatórios que direcionam para a decisão final.

Demonstrou-se a real necessidade de uso de um sistema de BI para o avanço profissional e empresarial da organização, tornando-a mais profícua e criando vantagens competitivas em relação a empresas que não possuem um sistema de BI, das empresas que transformam o BI em principal ferramenta para geração de informações gerenciais.

Com este trabalho, espera-se que as organizações possam aproveitar e utilizar a ferramenta de BI para contribuir nas decisões empresariais e ter um melhor resultado financeiro e econômico, conforme comprovado no Estudo de Caso realizado.

Referências Bibliográficas

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUDON, Kenneth C.; LOUNDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais: Administrando a empresa digital**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LEME, Trajano F. **Aulas ministradas na Fasp da disciplina Sistemas de Suporte à Decisão. Transparências em PowerPoint**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1116_SEGET_Artigo_O_Business_Intelligence_como_apoio_a_formulacao_de_estrategia.pdf> Acesso em: 07 jun. 2018.

LEME, Trajano F. **Business intelligence no Microsoft Excel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PADOVEZE, Clóvis L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIDEMAR, João S. **Por que Business Intelligence**. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/532>. Acesso em: 07 jun. 2018.

TURBAN, Efraim; KING, David; ARONSON, Jay E.; SHARDA, Ramesh. **Business Intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio**. 1. ed. São Paulo: Bookman, 2009.

DIREITO

A necessidade de regulamentação jurídica das criptomoedas

The need for legal regulation of crypto-coins

Raul Gonçalves Neto¹
Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan²
Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

As trocas estão presentes no dia-a-dia dos seres humanos e relacionam-se à aspectos ligados à satisfação. Pensando como exemplo um marmitex, uma passagem de ônibus, a compra de um carro ou de uma casa, o presente da namorada, enfim, tudo isso representa uma troca de algo por esses produtos ou serviços. Esse algo é um meio de troca, pouco importa o que ele é desde que seja aceito pelas pessoas. Atualmente, o meio de troca mais conhecido é a moeda-fiduciária que no caso do Brasil denomina-se Real. O intuito do presente trabalho foi mostrar a última tecnologia envolvendo o meio de troca, os criptoativos, algo que ainda não é totalmente conhecido pela sociedade como um todo. Os ativos digitais começaram a circular no mercado por volta de 2008, sendo o primeiro descentralizado e de código aberto o denominado *Bitcoin*. Com essa inovadora tecnologia é possível realizar uma compra em qualquer lugar do planeta. Para ativos descentralizados iguais ao *Bitcoin* não existem fronteiras.

Palavras - chave: Criptomoedas, *Bitcoin*, Blockchain, ICO, Regulamentação.

ABSTRACT

The exchanges are present in the daily lives of humans involving most of people's satisfaction. Thinking of an example of a marmitex, a bus ticket, the purchase of a car or a house, the gift of the girlfriend, all this represents an exchange of "something" for these products or services. This "something" is a medium of exchange, it does not matter what it is since it is accepted by people. Currently the best-known medium of exchange is the fiduciary currency that in the case of Brazil is called Real. The purpose of the present work is to show the latest technology involving the medium of exchange, the cryptoactive, something that is not yet fully known by society as a whole. Digital assets began to circulate in the market around 2008, the first being decentralized and open source called Bitcoin. With this innovative technology it is possible to make a purchase anywhere on the planet. For decentralized assets like Bitcoin, there are no borders.

Keywords: Crypto-coins, Bitcoin, Blockchain, ICO, Regulation.

Introdução

A presente obra teve por finalidade mostrar a importância de se oferecer segurança jurídica a um meio de troca que deve revolucionar o mundo e o mercado como é conhecido hoje.

Assim como o e-mail e a internet revolucionaram os meios de comunicação, fala-se aqui do *Bitcoin* e outras criptomoedas como meio de trocas e pagamentos.

¹ Acadêmico do curso de Direito do UniSalesiano - Araçatuba/SP

² Docente do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP

³ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

Bitcoin é uma forma de pagamento facilitada, em poucas palavras, é a fusão do dinheiro com a internet, podendo ser usado para efetuar rapidamente transações para qualquer lugar do planeta. Possuindo uma taxa de transação quase irrelevante, sem dúvidas tem potencial para se tornar o meio de pagamento mais viável do mercado.

Atualmente existem milhares de ativos digitais, sendo o *Bitcoin* o mais promissor, é a primeira criptomoeda descentralizada do mercado.

Dentre tantos tipos de criptoativos e não se conhecendo a origem da maioria desses ativos, as chances de fraudes envolvendo este mercado aumentam, criando um território hostil para as pessoas com baixo conhecimento no assunto e que querem investir.

Carecendo de proteção jurídica envolvendo dinheiro e dados pessoais dos investidores e demais entusiastas, o mercado de ativos digitais merece atenção do governo, da legislação.

Breve histórico da evolução dos meios de troca

Atualmente a expressão moeda para algumas pessoas representa um objeto, uma coisa do Estado, um pedaço de papel ou de cobre, ou simplesmente um padrão monetário como o dólar, o euro ou o real. Tecnicamente moeda é um meio de pagamento definido por Lei e emitido pelo Estado. Porém nenhuma destas definições nos traz o verdadeiro significado de moeda.

Para entender o que é moeda precisamos remontar à necessidade de criação da moeda, o motivo que levou o homem a eleger um objeto ou uma coisa como meio de troca. Remontando aos tempos da antiguidade aonde o que valia era a pura necessidade do ser humano, o significado de moeda surge.

O homem na antiguidade produzia somente aquilo que era necessário para a sua existência. Ao passar do tempo grupos de seres humanos foram surgindo, e as necessidades aumentando.

Quando no começo dos tempos, na mais remota antiguidade, o homem primitivo percebeu que outro seu semelhante poderia necessitar de um produto que a ele sobrava, estabeleceu-se o primeiro ato de comércio (MEIRELLES, 1984, p. 29).

Esse ato de comércio identifica a troca direta de mercadorias denominada escambo, sendo uma simples troca sem a equivalência de valor.

Quando tratamos do escambo nos deparamos com o problema da coincidência de necessidades. Para que uma troca seja realizada com sucesso as duas partes envolvidas devem ter interesse em realizá-la.

Para mudar essa realidade havia a necessidade de eleger algo que fosse aceito pelas pessoas naquela localidade, alguma coisa precisaria ser eleita como meio de troca.

Tendo em vista que alguns produtos eram mais procurados do que outros, sendo aceitos pela maioria das pessoas, começaram a assumir a função de moeda, servindo assim como meio de troca e reserva de valor. Nasce então, a moeda-mercadoria, conforme a necessidade e a facilidade de manuseio.

O gado foi uma moeda-mercadoria bastante utilizada por suas vantagens de prestação de serviços, ser um bem semovente, ter a capacidade de se multiplicar, servir de alimento, mesmo que embora ocorresse o risco de doenças e de morte.

Outra moeda-mercadoria bastante utilizada foi o sal, que servia para conservar os alimentos, e era de difícil obtenção, principalmente no interior dos continentes.

Utilizando o sal como exemplo seria possível concretizar a troca citada anteriormente. A pessoa que possuía o produto A poderia trocar o seu produto por uma quantidade equivalente em sal, e assim poderia trocar certa quantidade de sal pelo produto B, e a pessoa que vendeu o produto B poderia trocar certa quantidade de sal pelo produto C. Assim era possível uma maior satisfação da pretensão das pessoas.

O sal, por desenvolver um papel importante na conservação dos alimentos e na formação do sabor dos mesmos, se tornou um produto muito valioso e usado em diversos lugares ao redor mundo.

Tendo em vista que o escambo assim como a moeda-mercadoria não seriam sistemas duráveis devido às dificuldades impostas em transportar, manusear, realizar as trocas devido à pouca divisibilidade do produto, ou até de perda da moeda no caso de morte do gado, houve então a necessidade de criar-se uma moeda durável e de fácil manuseio.

Os metais preciosos começaram a ser aceitos de uma forma geral por apresentarem mais durabilidade e possuírem uma oferta mais limitada, principalmente o ouro e a prata, garantindo assim a estabilidade no preço.

No começo era usado como meio de trocas o ouro e a prata em várias formas, como lingotes, barras e outras peças. Essa forma dificultava o trabalho dos comerciantes locais, motivo que os levou a marcarem suas moedas para que fossem reconhecidas e aceitas.

Relatos mostram que a primeira cunhagem da moeda foi há mais de quinhentos anos antes de Cristo, na Lídia, atual território turco.

A cunhagem oficial da moeda, data, provavelmente do século VII, antes de Cristo. Segundo diversos historiadores, foi Gygas, rei da Lídia, o primeiro a cunhar moedas de ouro em relevo. (MEIRELLES, 1984, p. 101).

A incansável busca pela conveniência e facilidade de manuseio da moeda nos traz a mais um passo no sentido de evolução dos meios de pagamentos e de trocas.

Como as moedas metálicas possuíam alguns inconvenientes como o peso e o risco de roubo, houve então a necessidade da criação de um novo tipo de moeda: a moeda-papel.

Na Idade Média, surgiu o costume de se guardar os valores com um ourives, pessoa que negociava objetos de ouro e prata. Este, como garantia, entregava um recibo. Com o tempo, esses recibos passaram a ser utilizados para efetuar pagamentos, circulando de mão em mão e dando origem à moeda-papel. (BCB, 2018).

Os recibos referidos no trecho citado acima são denominados moeda-papel. Eles possuem lastro 100% sobre o metal, no caso o ouro ou a prata, que eram depositados nas casas de custódia.

Qualquer pessoa que possuísse um título emitido por uma casa de custódia poderia trocá-lo pela quantidade equivalente em metal precioso. Isso é diferente dos títulos que conhecemos hoje, os quais lhes são atribuídos o valor da confiança, no caso a moeda-fiduciária.

A expressão fiduciária advém da palavra confiança, fidúcia. Portanto saímos de algo que realmente tem valor, ou seja, que tem lastro total para algo simplesmente baseado na confiança e que não tem valor intrínseco algum.

Partindo da premissa da confiança, a moeda-fiduciária é qualquer documento que uma pessoa poderia usar como meio de pagamento, na expectativa de que a pessoa que está vendendo o produto confie no valor daquele meio de pagamento.

Usando o cheque como exemplo, teríamos uma melhor visão sobre o assunto. Uma pessoa que deseja comprar um celular no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) e possui naquele momento apenas uma folha de cheque, decide então preencher e assinar o cheque no valor do produto e espera a confiança do vendedor em aceitar esse meio de pagamento.

O próximo passo na evolução dos meios de troca seriam as criptomoedas. Pode-se dizer que representam a última tecnologia em meios de troca, sendo o resultado da busca pela simplicidade, facilidade, utilidade, eficiência, controle, honestidade e etc., tudo que o homem buscou ao longo de milênios, tendo sido pensada e criada por Satoshi Nakamoto. O nome deste meio de troca revolucionário é *Bitcoin*.

O termo criptomoeda faz referência a uma moeda virtual, um meio de pagamento e transferência de valores de forma simplificada e rápida em âmbito global, com a peculiaridade de ser puramente digital, um ativo que não existe no mundo físico, ou seja, que não é palpável.

Assim como o dinheiro físico que conhecemos, as criptomoedas foram criadas para fazer transferência de valores, efetuar pagamentos dentre outros.

Sendo um sistema *peer-to-peer*, ponta a ponta, descentralizado no caso do *Bitcoin*, uma pessoa A pode fazer uma transação diretamente para uma pessoa B sem a necessidade de um terceiro, como por exemplo: PayPal, MasterCard, Visa, e PagSeguro, por exemplo.

O Bitcoin - BTC

O *Bitcoin* é um exemplo de criptomoeda descentralizada, sendo a primeira no mercado com essa característica.

Sendo conhecido como BTC, o *Bitcoin* foi inventado em 2008 por Satoshi Nakamoto e lançado como um *white paper* em um fórum aberto na internet.

Precisamente no dia 31 de outubro de 2008, Satoshi Nakamoto publicava o seu paper, "Bitcoin: a Peer-to-Peer Electronic Cash System", em uma lista de discussão online de criptografia. Baseado na simples ideia de um "dinheiro eletrônico totalmente descentralizado e peer-to-peer, sem a necessidade de

um terceiro fiduciário”, o sistema desenhado por Satoshi surgia como um novo experimento no campo financeiro e bancário (ULRICH, 2013, p.41).

O *Bitcoin* como já dito acima é totalmente descentralizado não dependendo de uma autoridade central, sendo um sistema de pagamento *peer-to-peer*, par a par ou, simplesmente, de ponta a ponta, de código aberto, que não existe no mundo físico, somente no mundo digital.

Dizer que o sistema de pagamento é ponta-a-ponta quer dizer que não precisamos da confiança para realizar uma transação. As transações na rede BTC são uma cadeia de assinaturas digitais baseadas na criptografia.

Antes da invenção do BTC, em 2008, as transações online dependiam de um terceiro intermediário de confiança para se concretizarem, como exemplo a Visa, Mastercard ou PayPal. Com a criação do *Bitcoin* tornou-se possível realizar essa transação sem a necessidade de um intermediário, ou seja, uma pessoa A conseguiria transferir fundos diretamente para a pessoa B sem necessitar de um intermediário, isso é denominado *peer-to-peer*, ponta a ponta.

Em poucas palavras, o Bitcoin é uma forma de dinheiro, assim como o real, o dólar ou o euro, com a diferença de ser puramente digital e não ser emitido por nenhum governo. O seu valor é determinado livremente pelos indivíduos no mercado. Para transações online, é a forma ideal de pagamento, pois é rápido, barato e seguro. Você lembra como a internet e o e-mail revolucionaram a comunicação? Antes, para enviar uma mensagem a uma pessoa do outro lado da Terra, era necessário fazer isso pelos correios. Nada mais antiquado. Você dependia de um intermediário para, fisicamente, entregar uma mensagem. Pois é, retornar a essa realidade é inimaginável. O que o e-mail fez com a informação, o Bitcoin fará com o dinheiro. Com o Bitcoin você pode transferir fundos de “A” para “B” em qualquer parte do mundo sem jamais precisar confiar em um terceiro para essa simples tarefa. É uma tecnologia realmente inovadora. (ULRICH, 2013, p. 15).

Da Mineração do Bitcoin

Dizer que uma pessoa está minerando *Bitcoin*, é o mesmo que dizer que esta pessoa está fornecendo poder computacional para realizar operações matemáticas complexas em troca de salário, que no caso é pago em *Bitcoin*, mais precisamente em *satoshis*.

O computador ou outro aparelho que possua capacidade para minerar realiza as transações na rede e salva-as no livro razão chamado de *blockchain*.

Ao fornecer poder computacional o usuário contribui para que a rede de transações funcione e seja segura.

(...) a busca por encontrar a sequência de dados (chamada de “bloco”) que produz certo padrão quando o algoritmo hash do bitcoin é aplicado aos dados. Quando uma combinação ocorre, o minerador obtém um prêmio de bitcoins (e também uma taxa de serviço, em bitcoin, no caso de o mesmo bloco ter sido usado para verificar uma transação). O tamanho do prêmio é reduzido ao passo que bitcoin são minerados. (ULRICH, 2013, p. 19).

Quando o *Bitcoin* foi lançado, a dificuldade de mineração era extremamente baixa fazendo com que pudessem ser obtidos vários *Bitcoins* como recompensa pelas transações efetuadas.

Em 2008-2009, era possível minerar a quantidade de 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) BTCs por dia, alguns anos depois esses *Bitcoins* eram equivalentes a pouco mais de 03 (três) milhões de reais com o preço cotado em 18/12/2017 na alta histórica do *Bitcoin* conforme análise gráfica apresentada pelo Mercado *Bitcoin*, site de compra e vendas de ativos digitais.

A Blockchain

A *blockchain*, ou livro razão, é o que possibilita a prevenção do denominado gasto duplo, por meio da criptografia da chave pública, tendo como endereço virtual <https://www.blockchain.com/>.

Neste livro razão são armazenadas todas as transações envolvendo *Bitcoin* desde a primeira transação do bloco gêneses, que foi o primeiro bloco minerado, até o último bloco, que está sendo minerado enquanto alguém esteja lendo este trabalho.

Segundo Ulrich (2013, p. 17-18)

(...) Bitcoin o faz distribuindo o imprescindível registro histórico a todos os usuários do sistema via uma rede peer-to-peer. Todas as transações que ocorrem na economia Bitcoin são registradas em uma espécie de livro-razão público e distribuído chamado de blockchain (corrente de blocos, ou simplesmente um registro público de transações), o que nada mais é do que um grande banco de dados público, contendo o histórico de todas as transações realizadas.

As transações são todas interligadas umas as outras formando assim uma cadeia de transações.

Exchanges ou Casas de Câmbio

Conhecidas como casas de câmbio, bolsa de valores ou plataformas de negociação, as *exchanges* representam um mercado organizado, que possibilitam a livre negociação de ativos, títulos, mercadorias, câmbio, futuros, dentre outros.

Utilizando essas plataformas de negociações é possível facilmente adquirir *criptoativos* e trocá-los por outros tipos de moedas digitais e também por moedas correntes, sendo o maior exemplo o par USD/BTC (Dólar/*Bitcoin*).

O indivíduo que utiliza esse método como fonte de renda ou trabalho é denominado *trader*. O *trader* seria como um investidor de bolsa de valores, comprando e vendendo ações, fazendo análise gráfica, especulando e estudando o mercado e cumprindo suas metas a curto, médio ou longo prazo, obtendo lucros com a valorização e desvalorização dos ativos.

No Brasil existem alguns exemplos de casas de câmbio, são elas: Mercado Bitcoin; FoxBit; WallTime; Bitcoin Trade; CoinExchange; Coinext; MultCripto dentre outras, possibilitando a aquisição e troca de ativos digitais por físicos ou vice-versa.

Oferta Inicial de Moedas - ICOs

Do inglês *Initial Coin Offering* -ICO, a oferta inicial de moedas é o meio pelo qual um novo projeto ou empreendimento envolvendo novos *criptoativos* é lançado ao mercado.

Como as ICOs não possuem regulamentação, elas são usadas frequentemente por empresas emergentes, chamadas *startups*, com intuito de evitar regulamentos que são exigidos pelo mercado.

O termo ICO é semelhante ao termo IPO que se refere à Oferta Pública Inicial, do inglês *Initial Public Offering*, que é quando uma determinada empresa emergente vende suas ações para o público em geral pela primeira vez, visando arrecadar fundos. A diferença é que a pessoa que investe em ICO não é um acionista, como no caso do investidor da IPO.

O projeto envolvendo o novo *criptoativo* normalmente é lançado de maneira semelhante ao *Bitcoin*, em um *White Paper*, esclarecendo vários pontos sobre aquela determinada oferta inicial.

Por não possuir regulamentação o número de fraudes envolvendo as ICOs é um caso alarmante.

Da necessidade de regulamentação jurídica sobre as ICOs

A falta de conhecimento envolvendo o particular criador, grupo ou empresa envolvida facilita o desenvolvimento de atividades ilícitas.

Sobre ICOs se manifesta a sociedade de advogados Pedro Miguel Law Advogados:

A CVM está tendo uma postura ativa na análise de ICOs, como, por exemplo, no caso da emissão de tokens da Niobium Coin, na Bolsa de Moedas Digitais Empresariais de São Paulo – BOMESP, para verificar se cumprem, ou não, a legislação e regulamentação aplicáveis, e já manifestou o entendimento de que imporá sanções, como a suspensão da oferta e a imposição de multas, caso o ICO de um valor mobiliário não respeite o regramento aplicável. Em ICOs, emissores devem buscar, portanto, assessoramento especializado para se definir com clareza se o token sendo ofertado se caracteriza como security token, sujeito à regulamentação da CVM, ou utility token, fora do escopo de atuação da CVM. Essa análise se baseará, dentre outros, no denominado teste de Howey.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, impôs regras quanto à emissão dos *tokens* da *Niobium Coin*, como citado acima, porém Ofertas Iniciais de Moedas podem ser lançadas no mercado a qualquer momento, e este foi apenas um ativo, o qual foi vigiado por uma regulamentação prematura.

Da necessidade de regulamentação jurídica sobre a Mineração

Tratando o *Bitcoin* como um valor mobiliário, a CVM comunicou que uma empresa de mineração não estava autorizada a exercer atividades no mercado de valores mobiliários.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) comunicou que a empresa Andre Luis Paulo Tomasi Vshivtsev 83435174072 e o Sr. Andre Paulo Tomasi Vshivtsev não estão autorizados a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários. (CVM, 2017)

Não há como prever como o *Bitcoin* será definido para fins legais, porém este não é o caso para que não haja legislação.

A mineração é algo que é visado primeiramente pela maioria das pessoas que querem investir no mercado de ativos digitais, as quais buscam investir dinheiro para que retorne lucro dentro de alguns meses.

Existem dois meios de mineração, o primeiro se baseia em uma pessoa que adquire o equipamento para minerar; o segundo, no caso a mineração em nuvem, é uma pessoa que não possui o equipamento, mas deseja alugar poder de mineração de quem possui.

A problemática apresentada pela mineração em nuvem, é que vários sites maliciosos são criados, oferecendo a mineração em nuvem, ou seja, a possibilidade de alugar poder de mineração por tempo limitado.

Da necessidade de regulamentação jurídica sobre as *Exchanges*

As *exchanges* são responsáveis por grande parte dos ativos digitais em circulação, algumas delas como exemplo a *Binance* tem um volume diário de aproximadamente R\$ 1.300.000.000,00, isso apenas em *Bitcoins*, podendo ser acompanhado através do site <https://www.binance.com/en>. Consubstanciando maior parte das casas de câmbio envolvendo ativos digitais, seriam presenciadas 12 (doze) casas decimais à esquerda da vírgula, em reais, sendo centenas de bilhões de reais transacionados.

Não há dúvida quanto à necessidade de regulamentar as *exchanges*, tanto que vários países ao redor do mundo já tem um posicionamento sobre o assunto.

Em parte das *exchanges* é necessário o KYC, sendo um sistema que requer alguns dados para a criação do usuário, como foto, RG, CNH, passaporte, CPF, endereço, dentre outros.

Da necessidade de regulamentação jurídica sobre os ativos digitais centralizados e descentralizados

Principalmente antes de adentrar ao assunto de regulamentação das criptomoedas é necessário notar se o ativo em questão é centralizado ou descentralizado.

Ativos centralizados serão mais fáceis de serem regulamentados, tendo em vista que possuem alguém ou algo que fiscaliza ou que administra aquele ativo.

Seguindo o exemplo do Real Digital, esse ativo seguiria as mesmas regras que incidem sobre a moeda-fiduciária Real (R\$).

Não há grandes dificuldades quando o assunto tratado é o ativo digital centralizado, a problemática advém dos ativos digitais descentralizados, os quais não possuem alguém ou algo regulamentando o seu funcionamento.

Os ativos descentralizados deixam uma questão: como serão regulamentados?

O *Bitcoin*, como exemplo, foi criado e todo o seu funcionamento preestabelecido, como quantidade total de emissão, modelo de transações, carteiras contendo chaves públicas e privadas, taxas de mineração, a mineração propriamente dita.

Ativos semelhantes ao BTC que são descentralizados podem ser transacionados em qualquer parte do mundo e para qualquer parte do mundo, não é possível que apenas um governo seja responsável por sua regulamentação, isso deveria envolver os governos de vários países.

É defendido neste trabalho que os ativos digitais com as qualidades semelhantes ao *Bitcoin*, apenas poderão ser regulamentados por tratados internacionais, tendo em vista que esses ativos são imunes às fronteiras.

Em suma, a ideia defendida no presente trabalho não faz alusão somente ao *Bitcoin* e às criptomoedas existentes, mas sim a essa possível evolução dos meios de troca e pagamentos.

O assunto principal aqui tratado é sobre as criptomoedas em geral. Existe total possibilidade de o *Bitcoin* ser substituído por outro ativo digital com uma tecnologia superior e/ou mais confiável, mais útil, mais rápida, enfim.

Regulamentar juridicamente o mundo dos ativos digitais centralizados e descentralizados é algo que deve ser positivado pelo legislador, para que o direito no futuro não seja surpreendido por essa tecnologia que já é uma realidade.

Considerações Finais

Existe a necessidade de regulamentar juridicamente as criptomoedas para fornecer segurança jurídica para que novos investidores ou demais pessoas que queiram utilizar do novo meio de troca possam ter um maior grau de confiabilidade, uma vez que tal regulamentação é necessária em assuntos como *exchanges*, mineração, ICOs, ativos digitais centralizados e ativos digitais descentralizados.

As *exchanges* devem ser regulamentadas por representarem uma grande parcela de vendas e compras de ativos digitais, sendo grande responsável pela circulação desses ativos. Além do comércio de *criptomoedas*, as *exchanges* retém dados de seus clientes como CPF, RG, foto, passaporte, e-mail.

A mineração oferecida em nuvem deve ser regulamentada para evitar a fraude de comercializar poder de mineração e enganar os clientes com dados em

tempo real, porém falsos. Ocorre que a pessoa paga pela mineração consegue visualizar o processo de mineração, mas não passa de uma fraude, e que não será possível realizar qualquer saque daquele valor minerado.

Ofertas Iniciais de Moedas por serem responsáveis por grande parte das fraudes envolvendo o mundo dos ativos digitais não deixam dúvidas quanto à necessidade de regulamentação.

Quanto à regulamentação sobre os ativos digitais primeiro deve-se saber se o ativo é centralizado ou descentralizado, também é necessário existir uma definição jurídica para uma criptomoeda para saber o seu enquadramento no ramo do Direito e as regras a serem seguidas.

Alguns estudiosos definem os ativos digitais como bens móveis incorpóreos. Caso aos ativos digitais seja dada a mesma definição do dinheiro fiduciário, sobre as criptomoedas centralizadas recairiam todas as regras impostas ao dinheiro comum.

Os ativos digitais descentralizados por serem imunes às fronteiras devem ser regulamentados por tratados internacionais, tendo em vista que envolvem governos diversos.

Referências Bibliográficas

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. 1ª ed. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

MEIRELLES, Aluísio T. **Comércio: História do Comércio Internacional**. 3ª vol. ed. São Paulo: Século XXI Editorial, 1984.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Origem e evolução do dinheiro**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CVM. **Relatório Semestral Julho/Dezembro**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acao_informacao/planos/sbr/Relatorio_Semestral_julhodezembro_2017.pdf>. Acesso em 24 set. 2018.

LAW, Pedro M. **O ICO é a oferta pública inicial de ativos virtuais baseados em tecnologia de blockchain conhecidos como tokens ou criptomoedas**. Disponível em: <https://pedromiguellaw.com/2018/07/ico-no-brasil/>. Acesso em 03 out. 2018.

Co-culpabilidade: A responsabilidade do Estado e da sociedade nas infrações penais

Co-culpability: The responsibility of the State and of society in criminal offenses

Ingrid Juliana Gonçalves Fernandes¹
Valéria de Oliveira²
Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

É fundamental estabelecer a existência de responsabilidade do Estado nas infrações penais, uma vez que este deve assegurar possibilidades mínimas de existência digna aos indivíduos. O Estado garante a todos diversos direitos e ainda preceitua que todos que cometem infrações penais devem responder na medida de sua culpabilidade, portanto o Estado e a Sociedade também devem responder por suas condutas omissivas, tendo em vista que tal omissão fere diretamente a dignidade da pessoa humana. Através da pesquisa aprofundada sobre o princípio da co-culpabilidade, verificou-se a possibilidade de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro e na legislação estrangeira. Por fim, abordou-se o entendimento dos Tribunais de Justiça Brasileiro. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, tais como doutrinas, jurisprudências e monografias.

Palavras-chave: Co-culpabilidade, Culpabilidade, Oportunidade.

ABSTRACT

It is essential to establish the existence of State responsibility for criminal offenses, since it should ensure minimal possibilities for the dignified existence of individuals. The State guarantees to all of them diverse rights and also states that all those who commit criminal offenses must respond to their guilt, therefore the State and Society must also respond for their omissive conduct, since such omission directly injures the dignity of the person human. Through in-depth research on the principle of co-culpability, it will be possible to apply it in the Brazilian legal system and in foreign law. Finally, the understanding of the Brazilian Courts of Justice will be addressed. The methodology used was bibliographical, such as doctrines, jurisprudence and monographs.

Keywords: Co-guilt. Guilt. Opportunity.

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura a todos os cidadãos diversas garantias fundamentais, tais como: moradia, saúde e educação, no entanto, por muitas vezes tem-se uma parcela de pessoas que vivem à margem da sociedade, pessoas as quais não possuem as mesmas condições e oportunidades da maioria da sociedade, causando a vulnerabilidade desses indivíduos, o que gera desigualdades imensuráveis.

¹Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

²Docente do Centro Universitário Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba

³Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

Tal marginalização tem como consequência o cometimento de infrações penais, uma vez que a maioria da população carcerária brasileira é constituída por infratores que não tiveram durante sua vida condições mínimas de dignidade. Assim, a ausência de educação de qualidade e de condições igualitárias de acesso ao mercado de trabalho acarreta, na maioria das vezes, em criminalidade, sem contar que tal conduta (não fazer do Estado) ofende diretamente princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do Princípio da Dignidade da Humana.

Portanto, o presente artigo buscou compreender os motivos pelos quais o princípio aqui estudado deve ser aplicado no caso concreto, analisando as circunstâncias que levaram o indivíduo a cometer a infração penal e a possibilidade de atenuação da pena como forma de divisão de responsabilidade entre o agente delinquente e o Estado/Sociedade, cada qual na proporção de sua culpabilidade, proporcionando segurança jurídica no que tange a individualização da pena, desta forma visando atingir a tão almejada justiça.

Os princípios processuais penais e constitucionais

O primeiro princípio a ser tratado é o da legalidade que está previsto no Art. 5º, XXXIX da Constituição Federal de 1988 e no próprio Código Penal em seu artigo 1º, e é a base de todo direito penal democrático moderno.

Para Greco (2015, p. 144):

É o princípio da legalidade, sem dúvida alguma, o mais importante do Direito Penal. Conforme se extrai do art. 1º do Código Penal, bem como do inciso XXXIX do art. 5º da Constituição Federal, não se fala na existência de crime se não houver uma lei definindo-o como tal. A lei é a única fonte do Direito Penal quando se quer proibir ou impor condutas sob a ameaça de sanção. Tudo o que não for expressamente proibido é lícito em Direito Penal.

Desta forma, o Princípio da legalidade consiste na ideia de que todo crime só pode existir se houver antes uma lei descrevendo exatamente a conduta proibida e dizendo qual será a pena prevista caso alguém cometa aquela delito, sendo fundamental para que se tenha segurança jurídica.

O segundo princípio fundamental para o entendimento do presente artigo é o da culpabilidade, que consiste exatamente no fato de que alguém praticou uma conduta reprovável e, portanto, é culpado pelos atos realizados.

Em decorrência desse princípio é necessário que o fato seja típico, ou seja,

esteja expressamente descrito no ordenamento jurídico, bem como que seja ilícito. A partir de então, depois de constatada a prática delituosa é que se passa a analisar a culpabilidade, ou seja, a possibilidade de responsabilização do agente, que nada mais é que o terceiro elemento integrante do conceito analítico de crime.

A respeito do assunto leciona Greco (2015, p. 140):

A culpabilidade é a terceira característica ou elemento integrante do conceito analítico de crime, sendo estudada, segundo o magistral ensinamento de Welzel, após a análise do fato típico e da ilicitude, ou seja, após concluir-se que o agente praticou um injusto penal. Uma vez chegada a essa conclusão, vale dizer, de que a conduta do agente é típica e antijurídica, inicia-se um novo estudo, que agora terá seu foco dirigido à possibilidade ou não de censura sobre o fato praticado.

Em suma, a culpabilidade está diretamente ligada à conduta típica e antijurídica do agente, exigindo a existência do dolo ou da culpa. Não existe responsabilidade penal objetiva no sistema jurídico brasileiro, pois para a condenação criminal é preciso que esteja presente o elemento subjetivo do tipo, ou seja, a intenção em produzir o resultado (dolo) ou, pelo menos, a culpa, manifestada pela imprudência, negligência ou imperícia na prática do ato.

Já o princípio da proporcionalidade está relacionado ao legislador, ou seja, aquele que cria a lei, devendo estabelecer penas proporcionais ao tipo penal. Também está relacionado com o julgador, aquele que irá aplicar a lei, pois este tem que impor a pena ao autor de acordo com a gravidade de sua conduta.

O princípio da proporcionalidade não está previsto expressamente na Constituição Brasileira de 1988. Porém, trata-se, inequivocamente, de princípio implícito, que traz limitações ao arbítrio estatal.

A dignidade da pessoa humana é parâmetro na aplicação da pena e está diretamente ligada à proporcionalidade, pois deve haver ponderação entre a conduta e a pena aplicada para que não haja conflito entre os princípios e direitos constitucionais.

Já o princípio da intervenção mínima é aquele que estabelece que o Estado só deve utilizar o direito penal em último caso, isto é, quando os demais mecanismos do Estado não forem suficientes para fazer com que o indivíduo se comporte do jeito que o Estado determina como adequado.

Outro princípio fundamental é o da dignidade da pessoa humana, o qual está

expressamente disposto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Importante ainda destacar que tal princípio não se encontra resguardado apenas no artigo 1º, mas em diversos outros trechos da Constituição de 1988, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Tem-se, portanto, a dignidade da pessoa humana como sendo de extrema relevância no direito brasileiro e tem que servir como diretriz no ordenamento jurídico, bem como na aplicação das normas.

Este é o entendimento de Novellino, (2013):

Consagrada expressamente no inciso III do art. 1.º da Constituição brasileira de 1988, a dignidade da pessoa humana desempenha um papel de proeminência entre os fundamentos do Estado brasileiro. Núcleo axiológico do constitucionalismo contemporâneo, a dignidade é considerada o valor constitucional supremo e, enquanto tal, deve servir, não apenas como razão para a decisão de casos concretos, mas principalmente como diretriz para a elaboração, interpretação e aplicação das normas que compõem a ordem jurídica em geral, e o sistema de direitos fundamentais, em particular.

Portanto, a dignidade da pessoa humana é um dos mais importantes princípios norteadores não só do direito penal, mas do ordenamento jurídico como um todo e, necessariamente, deve ser observado pelo Estado, sendo que este tem a obrigação de garantir ao indivíduo meios pelos quais os cidadãos possam ter uma vida digna.

Teoria do crime

A teoria do crime é o alicerce do Direito Penal. Portanto, é imprescindível abordarmos os requisitos do crime. Importante destacar que existem, basicamente, duas correntes sobre conceito de crime, são elas: teoria bipartida e a teoria tripartida.

No entanto, a corrente majoritária tanto na doutrina nacional, quanto na estrangeira é a teoria tripartida, que consiste em conceituar crime como sendo fato típico, ilícito e culpável.

Com relação à punibilidade, esta compreende a consequência jurídica do crime, não integrando, portanto, o conceito analítico de crime para a teoria tripartida.

A partir do entendimento acima explanado, qual seja, que crime corresponde

a fato típico, ilícito (antijurídico) e culpável, passa-se a detalhar cada um desses elementos.

O fato típico é composto por conduta (dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva), nexo causal, tipicidade (formal e material), e pelo resultado.

A conduta deve ser dolosa ou culposa, pois não existe crime por ato meramente fortuito.

O dolo é a vontade livre e consciente dirigida à produção do resultado e pode ser: direto, isto é, quando o agente deseja o resultado; ou indireto, que ocorre quando o agente não direciona sua conduta especificamente para a produção do resultado, mas, caso ele ocorra, lhe é indiferente.

Já a culpa é a inobservância de um dever de cuidado objetivo que gera um resultado danoso, e este resultado pode se dar por imprudência, negligência ou imperícia. A culpa tem por característica fundamental a previsibilidade.

O nexo causal nada mais é que a ligação entre a conduta e o resultado. É a modificação causada no mundo exterior produzida por uma ação ou omissão do agente.

Na tipicidade há adequação da conduta realizada no mundo real com o dispositivo previsto na lei, sendo que deve ser analisada a tipicidade formal e a tipicidade material. No que tange a tipicidade formal, esta se refere à adequação literal, a qual não há qualquer juízo de valor, ou seja, é simplesmente o perfeito amoldamento da conduta do agente com a conduta descrita no tipo penal.

Já a tipicidade material possui adequação valorativa. Assim é necessário que haja uma grave lesão ao bem jurídico.

Desta forma, para haver tipicidade é essencial que a tipicidade formal e material estejam presentes. Na falta de lesão grave, há entendimento jurisprudencial do Princípio da Insignificância.

Por fim, o resultado é basicamente a lesão ou o perigo de lesão de um bem jurídico protegido pela norma penal.

Já a ilicitude é também conhecida como antijuridicidade, consiste na contrariedade da conduta do agente com o ordenamento jurídico.

Muito embora todo crime, em regra, ser considerado ato ilícito, há algumas situações em que, apesar do agente praticar uma conduta expressamente prevista no tipo penal incriminador, isto é, praticar uma conduta proibida por lei, o agente

não cometerá crime.

A respeito do tema é fundamental conhecer as causas de exclusão da ilicitude, quais sejam: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever do legal e o exercício regular de direito.

No que tange a culpabilidade, esta tem três funções. A primeira é ser elemento do crime; a segunda função da culpabilidade é ser vetor de dosimetria da pena, pois há a possibilidade de graduar a culpabilidade, a exemplo disso tem-se o artigo 59 do Código Penal que dispõe sobre as “circunstâncias judiciais”, que nada mais é que as circunstâncias levadas em consideração pelo Juiz para estabelecer a pena base; já a terceira função da culpabilidade é servir como vedação ao direito penal objetivo, ou seja, tem objeto de valoração, analisa a vontade do agente em alcançar um resultado, a vontade de agir de forma indiferente ou descuidada.

Importante ainda destacar quais são os elementos da culpabilidade: Imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa e potencial consciência da ilicitude.

Do princípio da co-culpabilidade

A palavra co-culpabilidade vem de concorrência de culpabilidades. É o partilhamento da culpabilidade entre o infrator, excluído socialmente, e o próprio Estado. Esta divisão da culpabilidade entre criminoso e Estado, ocorre, em razão da omissão deste em proporcionar oportunidades sociais iguais entre todos os cidadãos.

Zaffaroni; Pierangeli (2011, p.529) assim definem o presente princípio:

Todo sujeito age numa circunstância determinada e com um âmbito de autodeterminação também determinado. Em sua própria personalidade há uma contribuição para esse âmbito de autodeterminação, posto que a sociedade—por melhor organizada que seja — nunca tem a possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades. Em consequência, há sujeitos que têm um menor âmbito de autodeterminação, condicionado desta maneira por causas sociais. Não será possível atribuir estas causas sociais ao sujeito e sobrecarregá-lo com elas no momento da reprovação de culpabilidade. Costuma-se dizer que há, aqui, uma "cocalpabilidade", com a qual a própria sociedade deve arcar.

Ressalta-se que não se pode interpretar equivocadamente que em razão do Estado ter parcela de culpa em determinado delito, este será autor de uma infração penal, tendo em vista que o detentor do direito de punir não pode aplicar pena a si próprio. No mais, o Estado não pode figurar na qualidade de sujeito ativo de uma

infração penal, seja por dolo ou culpa.

O princípio da co-culpabilidade tem como objetivo diminuir o grau de reprovação que recai sobre o agente do delito, uma vez que o mesmo, via de regra, é motivado a praticar o crime por motivos de menosprezo da sociedade, de condições de vida desfavoráveis e desumanas, ou ainda pelo descaso do Estado.

É justamente em razão da notória diferença social e da indiferença do poder Estatal que o sentimento de exclusão dos menos favorecidos é potencializado. Com isso, surgem teorias como o da co-culpabilidade para tentar atenuar os danos causados pelo sistema, que utiliza um direito punitivo seletivo.

Neste contexto, o juiz, ao fixar a pena, deve reconhecer as condições do autor do delito, impondo uma pena reduzida, pois se, de fato, for necessária a aplicação de penalidade, que seja de forma justa, considerando a condição pessoal de vulnerabilidade do autor do delito e mitigando-a com o Estado, cada qual na medida de sua culpabilidade.

Importante destacar que, assim como o Estado, a sociedade também tem parcela de culpa na infração penal cometida pelo agente vítima de exclusão social, uma vez que a sociedade, ao se deparar com a realidade brasileira, repleta de grandes diferenças entre classes sociais, possui responsabilidade e obrigação, enquanto cidadãos, frente as gerações presentes e futuras.

No mais, o presente princípio somente atinge aqueles que estão em uma situação de hipossuficiência, excluídos da sociedade e em razão disso tiveram condições indignas e precárias de vida, portanto, não atinge a todos de forma indiferente. Desta forma, aqueles que são alcançados pelo princípio da co-culpabilidade tem uma redução no juízo de reprovabilidade da conduta delitiva, considerando os fatores socioeconômicos que interferem nas ações desses indivíduos marginalizados.

A co-culpabilidade é um princípio cabível nos casos em que o agente comete determinado delito em razão de sua vulnerabilidade e marginalização, sendo possível, inclusive, que sua pena seja diminuída tendo em vista a parcela de culpa do Estado, ao não assegurar condições de desenvolvimento social igualitário para todos os cidadãos.

Assim, aqueles que receberam do poder Estatal todas as condições e oportunidades para seu desenvolvimento transformam-se em pessoas mais

instruídas e de certa forma privilegiadas.

A partir daí surge a chamada co-culpabilidade às avessas que consiste na ideia de aplicação do princípio da co-culpabilidade de forma inversa, isto é, se o indivíduo excluído socialmente comete um delito e tem sua culpa dividida com o Estado e sua pena diminuída, aquele sujeito que recebeu do poder Estatal todas as oportunidades e garantias previstas na legislação e mesmo assim comete uma infração penal, poderá ter sua pena aumentada, tendo em vista que cometeu o crime mesmo munido de seu conhecimento.

Desta forma, quanto melhor as condições socioeconômicas do agente, maior será a reprovação social de suas condutas, e assim, menor será a co-responsabilidade do Estado, todavia, esta co-responsabilidade Estatal pode aumentar na medida em que as condições sociais do indivíduo diminuam.

Na legislação brasileira há alguns dispositivos que trazem indiretamente a possibilidade da co-culpabilidade como fator de aumento da reprovação penal. O artigo 76, inciso IV, alínea a, da lei 8.078/90 que trata sobre a defesa do consumidor, bem como o artigo 4º, §2º da lei 1.521/51.

Portanto, a co-culpabilidade às avessas se manifesta ao aplicar penas mais brandas aos crimes contra o sistema financeiro, crimes tributários, ou seja, em geral nos crimes do colarinho branco.

O Estado, além de não oferecer as devidas condições sociais e econômicas ao indivíduo, ao tipificar a conduta descrita no artigo citado acima, faz transparecer ainda mais sua omissão, o que vai contra ao que defende o princípio da co-culpabilidade.

Analisando a legislação estrangeira constata-se que existem alguns países em que, embora nem todos tenham previsão específica e expressa sobre a aplicação do princípio da co-culpabilidade do Estado e da Sociedade, existem dispositivos que podem ser utilizados para efetivar este pensamento, a exemplo desses países tem-se: Colômbia, Argentina, Peru, México, Equador entre outros.

Nota-se que cada Estado tem sua própria maneira de interpretar a legislação, assim sendo, importante trazer ao presente trabalho as diferentes visões do tema em questão na legislação alienígena.

a) O Direito Penal Argentino

O direito penal argentino traz expressamente a possibilidade de aplicação do

princípio da co-culpabilidade como forma de atenuar a pena do agente delituoso. Percebe-se da singela leitura do dispositivo que o princípio em tela está previsto como circunstância legal, podendo agravar ou atenuar a pena.

Assim sendo, dispõe o artigo 40 e 41, ambos do Código Penal Argentino:

Artículo 40. En las penas divisibles por razón de tiempo o de cantidad, los tribunales fijarán la condenación de acuerdo con las circunstancias atenuantes o agravantes particulares a cada caso y de conformidad a las reglas del artículo siguiente.(ARGENTINA, 1984).

Artículo 41. A los efectos del artículo anterior, se tendrá en cuenta:
1º. La naturaleza de la acción y de los medios empleados para ejecutarla y la extensión del daño y del peligro causados.
2º. La edad, la educación, las costumbres y la conducta precedente del sujeto, la calidad de los motivos que lo determinaron a delinquir, especialmente la miseria o la dificultad de ganarse el sustento propio necesario y el de los suyos, la participación que haya tomado en el hecho, las reincidencias en que hubiera incurrido y los demás antecedentes y condiciones personales, así como los vínculos personales, la calidad de las personas y las circunstancias de tiempo, lugar, modo y ocasión que demuestren su mayor o menor peligrosidad. El juez deberá tomar conocimiento directo y de visu del sujeto, de la víctima y de las circunstancias del hecho y de la medida requerida para cada caso. (ARGENTINA, 1984).

Ao fazer uma breve comparação dos artigos citados com a legislação brasileira, pode-se afirmar que a aplicação de tal dispositivo aconteceria na segunda fase da aplicação da pena, tendo em vista tratar-se de circunstâncias legais.

b) O Direito Penal Mexicano

Muito parecido com o direito penal argentino, a legislação mexicana trouxe previsão expressa a respeito da teoria da co-culpabilidade.

O artigo 52 do Código Penal Mexicano assim dispõe:

Artículo 52 .- El juez fijará las penas y medidas de seguridad que estime justas y procedentes dentro de los límites señalados para cada delito, con base en la gravedad del ilícito y el grado de culpabilidad del agente, teniendo en cuenta:

[...]

5. La edad, la educación, la ilustración, las costumbres, las condiciones sociales y económicas del sujeto, así como los motivos que lo impulsaron o determinaron a delinquir. Cuando el procesado perteneciere a algún pueblo o comunidad indígena, se tomarán en cuenta, además, sus usos y costumbres;(MÉXICO, 1931)

Moura (2015) traz a seguinte consideração a respeito do tema:

Nessa legislação, a co-culpabilidade é uma circunstância judicial, incidindo na primeira fase de aplicação da pena, sendo também estendida expressamente à aplicação das medidas de segurança, o que nos parece ser uma inovação.

Entende-se, portanto, que a legislação mexicana considera as condições sociais e econômicas do sujeito no momento da fixação da pena, mais precisamente na primeira fase da dosimetria da pena, assim, tal princípio está positivado no ordenamento do jurídico do país.

Já o Direito Penal brasileiro não trouxe explicitamente o princípio da co-culpabilidade, desta forma, é preciso buscar sua aplicação na legislação penal, para que seja dada efetividade e execução prática para tal princípio.

Há alguns reconhecimentos do presente princípio no Direito Processual Penal que serão estudados a seguir.

O artigo 187, §1º, do Código de Processo Penal (CPP) dispõe que no momento do interrogatório serão incluídas perguntas a respeito das oportunidades sociais e meios de vida do acusado.

Tal artigo estabelece com precisão o que resguarda a co-culpabilidade, tendo em vista que prevê a importância das circunstâncias que contribuíram para o cometimento do crime, assim, trata-se de uma forma de calcular a culpabilidade do agente pela vulnerabilidade.

Existem ainda outras possibilidades de aplicação do princípio da co-culpabilidade no momento da fixação da pena, para isso, é preciso entender a dosimetria da pena, ou seja, o critério trifásico previsto no artigo 68 do Código Penal que assim prevê: *A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento* (BRASIL, 1940). Desta forma, devem ser analisadas três fases para a dosimetria da pena.

Na primeira etapa da dosimetria da pena, o julgador irá fixar a pena base conforme artigo 59 do Código Penal, atendendo à culpabilidade do indivíduo, deverá observar circunstâncias de caráter subjetivo, tais como a conduta social do agente e seus antecedentes, bem como sua personalidade.

Já na segunda fase da dosimetria da pena, o juiz considerará as circunstâncias agravantes e atenuantes que estão previstas nos artigos 61, 62, 65 e 66 do Código Penal.

Todavia, é no artigo 66 do Código Penal que a co-culpabilidade se manifesta.

Evidencia-se que o referido artigo traz uma atenuante inominada, que pode ser utilizada pelo juiz para reduzir a pena. Assim sendo, ao deparar-se com uma

situação que não está prevista expressamente em lei, o magistrado pode utilizar-se do artigo 66 do Código Penal para minoração da pena, individualizando a pena de acordo com o caso concreto. Este é o entendimento de Moura (2015):

Vale lembrar que a doutrina tem admitido a aplicação da co-culpabilidade com base no art. 66 do Código Penal que se refere às atenuantes inominadas. Esse artigo dá maior liberdade ao juiz para aplicar a pena, atendendo às peculiaridades do caso concreto.

Esta atenuante genérica existe, justamente, pois não há possibilidade de aplicar pena ao próprio Estado, assim, o magistrado ao verificar a incidência do princípio da co-culpabilidade pode valer-se do referido artigo para reduzir a pena do agente. Ocorre que é importante lembrar que as circunstâncias atenuantes não permitem a fixação da pena abaixo do mínimo legal, conforme entendimento majoritário da doutrina, bem como do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, através da súmula nº 231.

Por fim, no que diz respeito à terceira fase de aplicação da pena, de acordo com o entendimento doutrinário é possível a aplicação da pena abaixo do mínimo legal ou acima do máximo.

Portanto, constata-se que existe possibilidade de aplicação do princípio da co-culpabilidade no direito penal brasileiro, muito embora seja de forma bem restrita.

A maioria dos julgados dos Tribunais de Justiça Brasileiros não têm admitido a aplicação do princípio da co-culpabilidade. Muitos são os motivos da não aceitação do presente princípio como forma de atenuação da pena, no entanto, o mais recorrente é pela ausência de amparo legal, bem como que não se pode responsabilizar a sociedade por um delito cometido por alguém que viveu na pobreza e não teve oportunidades, vez que o crime esta presente em todas as camadas sociais.

Em contrapartida, embora sejam poucos, há casos em que a jurisprudência brasileira tem admitido a aplicação do princípio da co-culpabilidade. Como exemplo tem-se julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

FURTO EM RESIDÊNCIA. CONCURSO DE AGENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. FATO TÍPICO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. Além da inexistência de resultado patrimonial, a ocorrência de crime bagatela exige análise acerca do desvalor da conduta do agente. A invasão da residência da vítima imprime

desvalor à ação, tornando incabível a aplicação do princípio da insignificância. JUÍZO CONDENATÓRIO MANTIDO. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE GENÉRICA PREVISTA NO ART. 66 DO CP. RÉU SEMI-ALFABETIZADO. INSTITUTO DA CO-CULPABILIDADE. REDUÇÃO DA PENA. MULTA. ISENÇÃO DE PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. PENA QUE TRANSCENDE DA PESSOA DO CONDENADO POBRE, ATINGINDO SEUS FAMILIARES. Apelação parcialmente provida. (RIO GRANDE DO SUL, 2006)

Diante do exposto, verifica-se que a maioria dos Tribunais Brasileiros acreditam que o princípio da co-culpabilidade não possui amparo legal e que a sociedade e o Estado não podem ser responsabilizados pelo crime, no entanto, embora sejam poucos, existem casos em que o presente princípio foi reconhecido, fazendo com que o assunto seja passível de debates e estudo.

Considerações Finais

Após a análise do presente trabalho, verificou-se que há a possibilidade de divisão de responsabilidade entre o Estado e o agente que pratica o delito, em razão daquele ser omissor em proporcionar oportunidades sociais iguais a todos os cidadãos, constata-se assim, que o princípio da co-culpabilidade consiste na idéia de uma maior humanização do Direito Penal.

Assim sendo, a própria sociedade e o Estado são parcialmente culpados de alguns crimes cometidos por aqueles excluídos socialmente, tendo em vista que não é razoável exigir de um mendigo, por exemplo, o mesmo comportamento de quem teve acesso a todas as garantias, direitos e oportunidade oferecidas pelo Estado.

O que se quer, neste princípio, nada mais é que cada um seja responsabilizado na medida de sua culpabilidade, nem mais, nem menos, apenas na medida exata de sua culpa, uma vez que não é justo fazer com que o indivíduo arque sozinho por uma responsabilidade que não é apenas sua.

Por fim, conclui-se que não se tem dado o devido valor ao princípio da co-culpabilidade aqui abordado. Tal desvalorização é fruto dos costumes de uma sociedade que menospreza o real conceito de justiça, uma vez que mesmo frente ao fato de que ela mesma – sociedade – diante de sua omissão colaborou para que aquele indivíduo excluído da sociedade, que se encontra em estado de vulnerabilidade cometesse determinada infração penal, não admite sua parcela de culpa. E não admite, por quê? Simples: pois, precisa que alguém “pague” pela criminalidade e não quer aceitar ou ao menos entender que possui parcela de culpa

nas infrações penais praticadas por aqueles menos favorecidos e marginalizados por ela, em razão de sua omissão.

Referências Bibliográficas

ARGENTINA. Código Penal De La Nacion Argentina. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm#>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. V. I

JOENCK, Gilnei J. **O Princípio da Co-culpabilidade do Estado nas Infrações Penais**. 2011. Monografia – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/04/O-PRINCIPIO-DA-CO-CULPABILIDADE-DO-ESTADO-NAS-INFRACOES-PENAIIS.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MÉXICO. Código Penal Federal. Disponível em: <<https://mexico.justia.com/federales/codigos/codigo-penal-federal/libro-primero/titulo-tercero/capitulo-i/#articulo-52>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MOURA, Grégore M. **Do Princípio da Co-culpabilidade no Direito Penal**. D'plácido, 2015. Formato e-book.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 8ª ed. São Paulo: Método, 2013. Formato pdf.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Crime nº 70013886742**. Apelante: Alexsandro Pierre Tavares Miguel. Apelado: Ministério Público. Relator Marco Antônio Bandeira Scapini. Data do Julgamento: 20/04/2006. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a_politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&requiredfields=ct%3A3%7Cct%3A4.cr%3A12.crr%3A255&partialfields>

ZAFFARONI, Eugênio R; PIERANGELI, José H. **Manual de direito penal brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Estupro pena perpétua

Perpetual sentence rape

Stara Regiman Pinheiro¹
Sérgio Henrique dos Santos Matheus²
Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

O trabalho científico buscou estudar as sequelas do crime de estupro nas vítimas, considerando que trata-se de um crime violento, seja por meio da violência física ou social, que acaba por abalar e causar sofrimento nas vítimas. Durante o trabalho priorizou-se a violência contra a dignidade sexual das mulheres porque os dados demonstram que elas são a maioria das vítimas nestes crimes, embora sabe-se que a cifra negra deste crime é imensurável. O crime de estupro deixa várias sequelas nas vítimas, podendo ser físicas, psicológicas, comportamental, sexual, social. Por meio da pesquisa explicativa foi possível analisar os tratamentos que são dispensados às vítimas, de acordo com as normas jurídicas, e também os principais efeitos biopsicossociais causados nas vítimas de estupro.

Palavras-chave: Efeitos biopsicossociais causados nas vítimas, Estupro, Pena da Vítima.

ABSTRACT

The scientific study sought to study the sequels of the crime of rape in the victims, because it is a violent crime, be it physical or social violence, which ends up shaking and causing suffering in the victims. Violence against women's sexual dignity was prioritized during this work, as the data show that they are the majority of victims of such crimes, although it is known that the black figure of this crime is immeasurable. The crime of rape leaves several sequels in the victims, being physical, psychosocial, behavioral, sexual, social, and through the explanatory it was possible to analyze the treatments that are to the victims according to the legal norms to the professionals and also the main biopsychosocial effects caused by rape victims.

Keywords: Biopsychosocial effects on the victims. Rape. Penalty of the victim.

Introdução

Em breve síntese, a conduta tipificada em nosso Código Penal como crime de estupro sempre esteve presente na sociedade, mas nem sempre foi encarada como uma conduta que atenta contra os direitos individuais, isto porque, cabe lembrar os tempos onde a mulher era vista somente como “objeto de reprodução” para a sociedade em geral e muitos homens forçavam o ato sexual para poderem passar os seus genes para as próximas gerações.

Ao longo da história da humanidade a mulher ganhou espaço e passou a ter garantidos seus direitos, mesmo assim, continuou existindo abusos no seu corpo

¹ Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

² Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - Unisalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

havendo a impossibilidade de se punir tal conduta, pois era encarada como uma obrigação da mulher dentro do próprio contexto familiar a prática de sexo, independentemente de sua vontade.

A conduta de estupro é um crime previsto no Código Penal brasileiro, no artigo 213: *Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso* (BRASIL, 1940), teve sua última alteração realizada pela lei nº 12.015 de 2009.

Esta lei nº 12.015 de 2009 mudou o texto normativo do artigo para definir o agente passivo do crime “alguém”, ao invés de “mulher”, exercendo o princípio constitucional da igualdade entre os sexos, portanto, atualmente tanto o homem como a mulher podem ser vítimas do crime de estupro.

Neste contexto, diariamente os jornais publicam fatos aterrorizantes sobre a prática de crimes de estupro, isto porque a violência está presente em todos os tipos de sociedade e das mais diversas formas, não havendo distinção entre classe social, cor, religião, etnia etc. Embora existam diversas leis que trazem sanções como forma de coerção para prevenção, não são suficientes para evitar ou diminuir a incidência dessas práticas.

O autor deste crime responderá perante o Estado, que por sua vez aplica as penas cabíveis no ordenamento jurídico, como privação da liberdade, mas, por outro lado, muito pouco é feito em relação às vítimas no que tange aos seus direitos.

A conduta do estupro é de tamanha violência que acarreta uma série de consequências, entre as quais destacamos a psicológica, considerada, pela sua gravidade e extensão, um dano até irreparável, podendo inclusive, levar ao suicídio, desta forma, a simples prisão do autor do crime, não esgota as consequências do crime em relação à vítima.

O presente trabalho analisou são os tipos de traumas psicológicos sofridos pelas vítimas e a situação as quais fica “condenada” a conviver pelo resto de sua vida, o que chamaremos de pena perpétua da vítima.

Assim, serão pesquisadas as legislações em vigor com a finalidade de criticar o amparo que o Estado e a justiça fornecem para as vítimas do crime de estupro.

O crime de Estupro

Na história da humanidade sempre houve condutas consideradas imorais aos costumes da época, antes mesmo de qualquer lei escrita estas condutas eram reprimidas pela sociedade, porque havia necessidade de proteger os cidadãos em relação àqueles que não tinham limites de comportamento, aplicando algumas penas, mas sem usar a proporcionalidade e o processo que hoje existem.

Como já destacado anteriormente, a prática do estupro, e as suas punições estão presentes na história da humanidade em suas diversas fases.

No Código de Hamurabi, primeira legislação penal escrita, datado de 1.700 a.C, trazia em seu texto a seguinte determinação: *se alguém viola a mulher que ainda não conheceu homem e vive na casa paterna e tem contato com ela e é surpreendido, este homem deverá ser morto, a mulher irá livre* (CÓDIGO, 2018).

Na Bíblia⁴ no livro de Deuteronômio, capítulo 22, versículo 24 encontramos a seguinte determinação: *quando houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade, e se deitar com ela, Então trareis ambos à porta daquela cidade, e os apedrejareis, até que morram.*

Na época da Grécia e Roma Antiga, o termo *stuprum* foi criado para conceituar a conjunção carnal ilícita, com a mulher virgem ou honesta, mas a conjunção não poderia ter violência. Assim, embora já existisse previsão de violação sexual na idade antiga, em razão do homem ser visto como superior a mulher, muitas vezes estas eram consideradas culpadas, por ter consentido a prática, ou ainda, em razão da alta posição social do autor do crime não havia interesse em apurar. O direito romano distinguiu *adulterius* e *stuprum*, o primeiro se refere à união conjugal com mulher casada e o segundo à união ilícita com viúva.

Na Idade média, o estupro também tinha pena de morte, as Ordenações Filipinas previam com o seguinte texto: *todo homem, de qualquer estado e condição que seja, que forçadamente dormir com qualquer mulher.* (BITENCOURT, 2012, p. 54).

Portanto, destaca-se a relevância do crime de estupro nas antigas sociedades, sempre tratado como um crime repugnante, punido com uma das penas mais severas que era a morte, porém, como só a mulher virgem e criança podiam ser vítima desse crime, muitas mulheres sofriam caladas.

No Brasil, o estupro veio inserido de forma branda no Código Penal do Império de 1830, trazendo a pena de prisão de um a seis meses, e obrigação de dotar

⁴ Bíblia Sagrada. Barueri: Sociedade Bíblica Brasileira, 2012

a ofendida, mas faziam o julgamento de honestidade da vítima para saber se ela contribuiu para a prática do crime. Assim, o elemento objetivo do tipo passava pelo crivo da honestidade da vítima, ou seja, se ela não fosse virgem, não haveria crime. Trazia também a possibilidade de extinção de punibilidade do réu que se cassasse com a vítima. As penas foram aumentando aos poucos e no Código Penal de 1940 a pena atingiu o patamar de três a oito anos de reclusão.

Na atualidade, após modificação normativa, lei nº 12015/09, o crime passou a ser apenado com penas entre 06 e 10 anos de reclusão, além de garantir às vítimas alguns direitos, como é o caso das vítimas menores, que tem o prazo prescricional interrompido até que esta complete 18 anos de idade.

Diante da rápida evolução da sociedade as mulheres passaram a ter mais liberdade sobre seu corpo e deixaram de ser vistas somente sexualmente. Neste contexto, a já mencionada lei nº 12.015/09, modificou o Título IV do Código Penal de 1940, estabelecendo três crimes contra a liberdade sexual: o Estupro, a Violação Sexual Mediante Fraude e o Assédio Sexual, além disso, a vítima do crime de estupro deixa de ser somente a mulher, para ser qualquer pessoa, homem ou mulher, além disso, deixa de lado a preconceituosa ideia de que a prostituta não podia ser vítima, ou merece menos proteção, focando o elemento principal do tipo dirigido não ao gênero, mas a dignidade da pessoa humana.

Outra importantíssima alteração trazida pela lei nº 12.015/09 foi a introdução do artigo 217-A ao ordenamento penal, o qual prevê o crime de Estupro de Vulnerável, encerrando a discussão que havia nos Tribunais, acerca da natureza da presunção de violência quando a vítima era menor de 14 anos, classificando como vulnerável os menores de 14 anos de idade, deficientes mentais ou aqueles que por alguma enfermidade não tem discernimento para a prática do ato sexual, ou que não tenha condições de oferecer resistência.

Violência contra a mulher

Embora houve mudança legislativa, a mulher continua sendo a maior vítima em crimes de Estupro. Em 2011, após a mudança legislativa que acrescentou ato violento ao pudor no tipo penal de estupro, o número de vítimas do sexo feminino era de 88,5%, mais da metade tem menor de 13 anos de idade (dado fornecido pelo *site* IPEA, publicado em março de 2014).

Há tanta incidência de crimes violentos contra as mulheres que eles são tratados praticamente como fenômeno natural pelas pessoas. Entre as violências sofridas estão castigos, lesões corporais, estupros, estupros de guerra, escravidão sexual, assédios sexuais, homicídios etc. A habitualidade da prática desses crimes contra a mulher explica-se pelo uso da violência para solucionar conflitos do cotidiano, em que está presente a hierarquização do homem sobre a mulher, o qual o comete por honra e vergonha masculina.

Até tempos remotos, no século XVIII, muitos países ainda tinham leis que autorizavam a violência do marido contra a mulher. No fim do século XIX e no século XX houve mobilização para conscientização nacional e internacional para defender os direitos das mulheres nos Estados Unidos e na Europa, desencadeando diversos movimentos feministas em vários cantos do mundo em meio a luta da sociedade industrial e político liberal, buscando igualdade de acesso, direitos, espaço e oportunidade para as mulheres. Outro marco do movimento feminista foi pós-guerra, nas décadas de 1960 a 1970, caracterizado como libertação das mulheres, a defesa de igualdade em casa e no trabalho.

Em 1980, houve intensa luta contra a violência e sua prevenção através das denúncias, os movimentos feministas aduziam os direitos de segurança das mulheres. Em resposta ao movimento, o Estado criou a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher -DEAM, em 1985, em São Paulo, a qual teve bons efeitos na sociedade de classe mais baixa.

Diante de um cenário de intensa luta por direitos humanos, o Estado criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres em 2000, mas só foi efetivada em 2003 e até hoje registra dados assustadores.

No dia 22 de setembro de 2006 passou a vigorar no Brasil a Lei denominada Maria da Penha, que trouxe mudança institucional e jurídica em situações de violência contra mulher, desagrupando os conjuntos classificatórios para tornar mais específicas a condutas de violência praticada contra elas, além disso, exige das vítimas e do Estado uma nova forma de agir, determinando que o Estado conceda as medidas protetivas que trazem segurança as mulheres para cessarem as situações de conflitos, sem deixar de usufruir de suas necessidade básicas, por exemplo a resistência dos agressores para sair de casa.

Conforme as lições de Grego (2017), a pena fundamentada no critério de prevenção se divide em prevenção geral e especial, a primeira atua na forma negativa, fazendo as pessoas pensarem na pena antes de praticar qualquer infração e na forma positiva infundindo na consciência a necessidade de respeito a determinados valores; a segunda atua no caráter negativo retirando o agente do convívio social para impedir que pratique novas infrações e no caráter positivo para não voltar a cometer delitos.

Ora, com o exposto, é possível perceber que as penas atualmente aplicadas pelo poder judiciário não mais causam temor aos agressores, portanto pode-se dizer que não está exercendo a finalidade de prevenir o estupro e nem mesmo de impedir que os agentes voltem a praticar.

Estupro como arma de guerra

O chamado estupro de guerra é encontrado desde os tempos mais remotos, com os povos Hebreus, Egípcios, Gregos para conquista territoriais dos Bárbaros como um ataque psicológico para causar pressão emocional contra homens e mulheres, e também era usado para saciar e acalmar os combatentes.

Durante o período de guerra em determinado território não há distinção entre inimigos e seu povo, o que pode ser chamado de uso indiscriminado da “Lei de Talião”, onde independente de ser homem, mulher, idoso ou criança, são todos vítimas das guerras e todas as formas de humilhação são válidas no território.

Na Guerra da Bósnia (1992 a 1995) os militares dos grupos islâmicos (*Mujahideen*) ao ingressar nas cidades para dominá-las aplicavam a ideia de “limpeza étnica”, matando homens, mulheres e crianças, e estuprando mulheres para que essas tivessem filhos de sérvios.

Na Guerra no Congo as milícias utilizam o estupro como arma de guerra de forma desastrosa, cerca de 22% dos homens e 30% da mulheres do congo já haviam sido vítimas de estupro em 2010. Os homens sofrem com sequelas físicas e também estigmatização da comunidade.

Na Guerra na Líbia (2011), inúmeros homens e mulheres foram vítimas de estupro, e, em razão da população ser de cultura islâmica, muitas mulheres ao serem estupradas imploraram para ser mortas, porque temem voltar para casa por causa da humilhação e vergonha a sua família por ter sido violada.

Ressalta-se que em episódios de guerra os homens tem tratamento igual ou as vezes até pior que as vítimas de estupro, pois são abusados diversas vezes, por inúmeros homens, são só pelos membros, mas também com madeiras e outros objetos para que se sintam ainda mais humilhados.

Atualmente há muita luta contra este tipo de conduta, no Congo a guerra perdura desde 2012 e ainda, em 2018, não se chegou ao fim, deixando imensuráveis vítimas de violência sexual, como arma de guerra, o tema ganhou tanta repercussão neste ano o Prêmio Nobel da Paz de 2018 foi dedicado a Denis Mukwege, médico, e Nadia Murad, ativista e ex-escrava sexual do grupo extremista Estado Islâmico, que lutam para pôr fim à violência sexual como arma de guerra.

A vítima do crime de estupro e os efeitos psicológicos

A importância desses efeitos deve-se ao fato de que, na maior parte dos crimes contra a dignidade sexual da pessoa humana, quem acaba sendo punida é a própria vítima e, infelizmente, na maioria das vezes é uma pena perpétua, pois ela carrega pelo resto da sua vida marcas psicológicas, ou físicas também, ao contrário do autor do crime, que não é punido com medidas muito severas, até porque possui em sua defesa as garantias constitucionais, e quando terminar de cumpri-la, pode ser que nem lembre o crime que cometeu anteriormente, e nem quem era a vítima.

Portanto, há uma preponderância que deve ser levada em consideração que é o interesse do Estado em punir o autor do crime e a moral da vítima; lembrando que a moral é o constrangimento, a dor, o mal sofrido por ela, o qual deve prevalecer para não aumentar os efeitos pós-traumáticos do delito.

O estupro é considerado um crime tão repugnante por causa do sofrimento e marcas físicas e mentais deixadas nas vítimas, a maioria delas sofrem de distúrbios pós-traumáticos.

As consequências, a curto prazo, podem ser físicas relacionadas a: insônias, pesadelos, alimentação ou perda do controle de esfíncteres. Comportamentais como: diminuição do rendimento escolar, ingestão de álcool e drogas, atitudes suicidas ou de autoflagelo, falta de concentração e hiperatividade. Emocionais trazendo: culpa, vergonha, insegurança, rejeição ao próprio corpo, medo, agressividade, baixo autoestima, ansiedade etc. Sexuais: antecipação da iniciação sexual, masturbação compulsiva, exibicionismo, identidade sexual,

desenvolvimento do órgão sexual. Sociais: dificuldade de relacionamento com outras pessoas, retratação social e comportamento antissociais. Ao longo prazo as consequências podem se tornar mais graves.

No aspecto sexual pode geral fobia sexual, disfunção sexual, dificuldade de ter prazer/orgasmo, dificuldade de estabelecer relações sexuais, ingressar na prostituição.

Além disso, ressalta-se que muitas vezes o sofrimento causado à vítima é tão intenso que por não conseguirem controlar ou superar os sentimentos e traumas acabam descontando em algo, como por exemplo em vícios, em álcool, drogas etc. ou na própria vida (suicídio).

Quando as vítimas do estupro são crianças e jovens a principal consequência é refletida nos problemas escolares com dificuldades de aprendizagem e mal comportamento (MATTAR, *et al*, 2007).

Outra consequência que merece destaque quando se trata de crianças é em razão dos órgãos sexuais não estarem plenamente desenvolvidos, resultando em lesão, além de estarem está mais vulneráveis à contaminação de doenças sexualmente transmissíveis.

As vítimas de violência, muitas vezes ficam constrangidas ou aterrorizadas em realizar os procedimentos legais que poderiam determinar punição ao agressor (MATTAR, *et al*, 2007, p. 2).

A mulher que é abusada sexualmente pelo marido/companheiro é tão vítima de estupro quanto àquela que foi estuprada por um desconhecido, passando a não aceitar mais o corpo, se sentir suja, depressão, stress pós-traumático, desconfiança a todas as pessoas e culpada.

Em relação às normas públicas de saúde, as mesmas ocorrem da seguinte forma: após a realização do boletim de ocorrência relatando a prática do fato criminoso, a vítima é encaminhada para fazer a realização do exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal, em casos que houver violência física ou carnal. Em seguida, são fornecidos medicamentos contra as doenças sexualmente transmissíveis e anticoncepção de emergência (se houve possibilidade de gravidez) em um prazo de 72 horas. Pode ser necessária a realização de outros exames para detectar doenças sexualmente transmissíveis e para verificar possíveis vestígios de esperma nas regiões envolvidas na violência. Em seguida, vítima passa pelo serviço

social, onde se farão avaliações com o intuito de saber se a vítima pode ir para casa, ou se for necessário solicita a presença do Conselho Tutelar para os casos de abuso infantil.

O prazo de seis meses é para realização do tratamento psicoterapêutico, onde se trabalha em cima da superação das consequências, dos efeitos pós-traumático, do transtorno de ansiedade e sofrimento. Em um primeiro momento exalta-se os sintomas agudos, como desmotivação para vida social e trabalho, depois a vítima começa a evitar encontros que possa lembrá-la do abuso sexual. Segundo Daniela Pedroso é importante que logo no início a vítima seja conscientizada do procedimento, inquisitivo e processual, de modo a diminuir ao menos um pouco da angústia e ansiedade (OLIVEIRA, 2017).

O segundo momento da avaliação psiquiátrica trata da reorganização da vida e as atividades do cotidiano como a prevenção das consequências da vida pessoal como estado depressivo e relacionamentos, a repercussão no sentimento frente à figura masculina para que recupere a autoestima. No terceiro momento, serão levantados os sentimentos relacionados sobre a gravidez, possibilidade de aborto, devendo a mulher se sentir livre para tomar a decisão, sem dar margem a preconceito e julgamentos, principalmente, ter o apoio das pessoas próximas (OS TRAUMAS, 2016).

Mattar *et al* (2007), ressalta a importância de que durante o tratamento nos centros especializados a paciente seja acompanhada do início ao fim pelo mesmo profissional daquela área, com o fim de passar maior segurança e tranquilidade.

Conclusão

A punição do autor do crime de violência sexual é apenas uma das formas de justiça, porque, para vítima, há muitas consequências psicológicas e físicas, sendo que para haver a real sensação de justiça é preciso que as vítimas sejam amparadas por profissionais preparados para tentar reduzir os danos causados.

As pessoas que foram e são vítimas do crime de estupro sofrem com uma das mais cruéis penas contra o ser humano, porque além de ferir da dignidade da pessoa humana, a dignidade à vida, à liberdade de escolha, à liberdade sobre o próprio corpo. São carregadas as consequências de forma explícita ou implícita para o resto de sua vida, por isso de cunho perpétuo, criando nas vítimas os sentimentos de

insegurança, medo e culpa, e a realidade pior é que muitas delas se quer vão atrás de profissionais para amenizar os traumas, ou, até mesmo, não têm condições ao amparo para se submeter a uma terapêutica capaz de minimizar os efeitos aqui descritos.

Enfatiza-se que os danos não são causados somente pelos atos que ocasionaram a violência sexual, mas também pelos procedimentos inquisitivos e processuais que a vítima tem de enfrentar para poder ver o autor do crime responsabilizado.

Lamentavelmente, sabe-se que o Brasil é um país onde há muito o que evoluir nos aspectos relacionados a saúde, por isso faltam locais e centros especializados para atender as vítimas sexuais e também profissionais na rede pública treinados para receber as vítimas de violência sexual, o que gera insegurança nas vítimas e acabam não procurando ajuda.

É necessário maior preocupação com estas vítimas porque da mesma forma que o judiciário pune o agente da prática delituosa com restrição de direitos ou privando a liberdade, com a finalidade de ressocializá-lo para a vida em sociedade, também deveria se preocupar com a dignidade e direitos da vítima. Com o mesmo intento que o judiciário pune deveria acompanhar e solicitar diagnósticos para averiguar a situação da vítima.

Ao analisar os danos e traumas sofridos pelas vítimas, considera-se que pode ser usados tanto na esfera penal para aplicar aumento de pena em casos que o mal causado fosse mais grave do que o comum, como na esfera preventiva para evitar danos maiores às vítimas, mostrando que embora o tempo não volte, é possível amenizar os sintomas pós-traumáticos e quem sabe, em alguns casos, até mesmo superá-los, para seguir sua vida sem carregar a pena perpétua que a violência sexual lhe causou.

Assim, ficam os protestos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde da mulher vítima do crime hediondo aqui examinado, para que sejam mais eficazes e melhores preparadas para atrair estas vítimas de violência sexual, rompendo os tabus impostos pela sociedade e fazendo-as se sentirem mais confortáveis para procurar ajuda e tratamentos.

A efetividade das medidas porventura aqui pleiteadas como forma de amparo e suporte aos indivíduos vítimas de abusos sexuais devem ser cada vez mais

procuradas e alcançadas pelo Governo, já que sem tais medidas o desamparo e a vulnerabilidade das pessoas objeto desta pesquisa continuaram no mesmo estado atual, ou seja, aprisionadas por um crime em que é vítima.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/dt/22>>. Acesso em: 17 set. 2018.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial 4**. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL, **Código Penal 1940 (07/12/1.940)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 06 ago. 2018.

_____. IPEA. **Crianças e adolescentes são 70% das vítimas de estupro** (27/03/2014). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848&catid=8&Itemid=6> Acesso em: 12 maio 2018.

CÓDIGO de Hamurabi. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>>. Acesso em 26 abr. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal, Parte especial art. 213 a 361**. 14ª edição. Niterói: Impetus, 2017.

MATTAR, Rosiane, *et al.* **Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo** (2007). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000200023&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 08 ago. 2018.

OLIVEIRA, Monique. **Como é o atendimento médico a uma vítima de estupro** (04/09/2017). Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/como-e-o-atendimento-medico-a-uma-vitima-de-estupro.ghtml>> Acesso em: 17 set. 2018.

PACCOLA, Natália. **Fãs da Psicanálise**. Os traumas que um estupro traz a mulher (29/05/2016). Disponível em: <<https://www.fasdapsicanalise.com.br/os-traumas-que-um-estupro-traz-mulher/>> Acesso em 10 ago. 2018.

Psicopatia: Medida de Segurança versus Pena Privativa de Liberdade

Psychopathy: Security Measure versus Private Feather of Freedom.

Thaís de Oliveira Fernandes¹
Marcelo Pereira dos Reis²
Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

O presente tema em análise, ainda pouco discutido no ramo do Direito, visa preliminarmente elucidar a psicopatia como transtorno de personalidade e como sancioná-la adequadamente. A psicopatia é sinalizada por insensibilidade aos sentimentos alheios, levando o indivíduo a uma acentuada indiferença afetiva, podendo assumir um comportamento delituoso recorrente. A psicopatia na infância é denominada de transtorno de conduta, nestes casos, a medida socioeducativa é analisada como forma de sanção a estes infantes. O poder de persuasão dos psicopatas para o cometimento de crimes é exposto através da análise de crimes ocorridos no Brasil utilizando-se de uma abordagem explorativa.

Palavras-chaves: Direito Penal, Inimputabilidade, Medida de Segurança, Penas, Psicopatas, Sanção, Transtorno de Personalidade Antissocial.

ABSTRACT

The present theme in analysis, present to the requested the branch of Law, aims preliminarily of the psychopathy as psychiatric behavior and the sancioná-the approach. Psychopathy is signaled by insensitivity to feelings, leading the individual to an undifferentiated rate, in order to have a recurring criminal behavior. Psychopathology in childhood is called conduct disorder, a socioeducative measure is analyzed as a form of sanction of these infants. The power of persuasion of psychological crimes to commit crimes is exposed through the analysis of crimes in Brazil using an explorative approach.

Keywords: Antisocial Personality Disorder, Criminal Law, Feathers, Imputability, Psychopaths, Sanction, Security Measure.

Introdução

O tema em estudo tem sido objeto de discussão entre os operadores do direito e a própria sociedade, devido aos crimes chocantes que os psicopatas cometem, nos quais há algo muito peculiar os ligando: o poder de influência nato que os psicopatas detêm.

¹ Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

Houve a evolução do estudo da psicopatia através das décadas a exemplo de autores como Checkley e Hare, importantes psiquiatras que se debruçaram a fundo sobre o tema.

Um psicopata pode demonstrar traços do transtorno desde a infância, através do denominado Transtorno de Conduta, por este motivo é necessário o apoio familiar e multidisciplinar profissional para que estes indivíduos não lesem outros seres humanos. Com efeito, o tratamento deve ser feito a tempo ou não surtirá efeitos. Nesta última hipótese há o nascimento de uma corrente doutrinária densa em relação à responsabilidade penal destes infantes e adolescentes.

Há a análise de crimes cometidos por psicopatas no Brasil e o que estes possuem em comum: o poder persuasivo psicopata. Por fim, o foco é passado para o Direito Penal e de como este sanciona os indivíduos acometidos por psicopatia, sendo demonstradas diversas correntes doutrinárias acerca do tema.

Transtorno de Personalidade e Psicopatia

A psicopatia, utiliza-se de termos como termos Transtorno de Personalidade Antissocial ou Transtorno de Personalidade Dissocial por profissionais da psiquiatria, psicólogos, pesquisadores e autores, recebe, atualmente, várias denominações sinônimas, tais como, personalidades psicopáticas (correntes que acreditam que fatores genéticos, psicológicos e biológicos possam causar o problema), sociopatas (correntes que defendem que fatores sociais prejudiciais podem ser causadores do comportamento anômalo), dentre outras.

Devido à falta de consenso sobre a real denominação de seres que possuem esse tipo de disfunção comportamental é válido usar o termo psicopatia para uma compreensão mais hábil.

A psicopatia, de maneira coesa, caracteriza-se como uma espécie de transtorno de personalidade, a palavra personalidade, em latim, significa *personare*, *persona*, ou seja, ressoar, máscara.

Um psicopata é um indivíduo desprovido de emoções, tendo a maneira de ver e ser diferenciada dos seres que não possuem este tipo de transtorno de personalidade.

Psicopatas possuem o hemisfério esquerdo do cérebro, a parte responsável pela razão, muito mais ativa do que o hemisfério direito, responsável pelas emoções.

A personalidade é composta por duas facetas principais, sendo o temperamento que, é imutável, porém pode ser controlado e o caráter que, em geral, é formado com a experiência. Falhas nestes dois hemisférios podem dar causa a transtornos.

Um transtorno é diagnosticado quando vários indivíduos começam a agir de forma semelhante, ou seja, formando padrões característicos análogos. Estes padrões comportamentais são diferentes dos tidos como comportamentos normais da maioria dos seres humanos comuns. Deste modo, estes seres têm afecções psiquiátricas que alteram demasiadamente o convívio social e as relações interpessoais próximas. Situações cotidianas e tidas como usuais são distorcidas nas mentes destes indivíduos e as reações a estas situações são incognoscíveis.

Segundo Cleckley existem 4 (quatro) subgrupos diferentes de psicopatas:

Os PSICOPATAS PRIMÁRIOS: não respondem ao castigo, à apreensão, à tensão e nem à desaprovação. Parecem ser capazes de inibir seus impulsos antissociais quase todo o tempo, não devido à consciência, mas sim porque isso atende ao seu propósito naquele momento. Os PSICOPATAS SECUNDÁRIOS: são arriscados, mas são indivíduos mais propensos a reagir frente a situações de estresse, são beligerantes e propensos ao sentimento de culpa. Os psicopatas desse tipo se expõem a situações mais estressantes do que uma pessoa comum, mas são tão vulneráveis ao estresse como a pessoa comum. PSICOPATAS DESCONTROLADOS: são os que parecem se aborrecer ou enlouquecer mais facilmente e com mais frequência do que outros subtipos. PSICOPATAS CARISMÁTICOS: são mentirosos, encantadores e atraentes. (CLECKLEY, 1941, p. 456)

Após os avanços de Checkley sobre o tema, Hare, importante estudioso concluiu que os psicopatas dispunham de total falta de empatia ou arrependimento; possuíam, algo diferente do resto dos indivíduos comuns.

Os psicopatas agiam perversamente, com atos maléficos e ardilosos e em suas atitudes forçavam o nascimento de uma forte e gritante interrogação na mente de toda a sociedade, não importando em qual época ou contexto social onde está estava inclusa.

Os atos psicopáticos mostravam-se impactantes e não possuíam uma motivação aparente.

[...] um psicopata ama alguém da mesma forma como eu, digamos, amo meu carro – e não da forma como eu amo minha mulher. Usa o termo amor, mas não o sente da maneira como nós entendemos. Em geral, é um sentimento de posse, de propriedade. Se você perguntar a um psicopata por que ele ama certa mulher, ele lhe dará respostas muito concretas, tais como “porque ela é bonita”, “porque o sexo é ótimo” ou “porque ela está sempre lá quando preciso”. As emoções estão para o psicopata assim como está o vermelho para o daltônico. Ele simplesmente não consegue vivenciá-las. (HARE, 2009, p. 76).

Após mais de 25 anos de estudo em populações carcerárias Hare finalmente conseguiu montar um requintado questionário, denominado PCL-R, usado até os dias de hoje, considerado o método mais confiável da psicologia forense para identificar um possível psicopata.

A escala Hare prioriza os traços de personalidade, ou seja, como os indivíduos se comportam em diversas situações. Todos os seres humanos detêm traços cardeais, centrais e secundários, sendo assim a escala Hare é mais precisa, pois prioriza a análise da estrutura da personalidade.

Baseado nas ideias de Cleckley (1941/1988) e nos avanços de Hare (2009) pode-se inferir que a psicopatia sempre envolve comportamentos antissociais, porém, nem todos os comportamentos antissociais devem ser atribuídos à psicopatia.

Na infância e adolescência a psicopatia apresenta seus traços e seu diagnóstico é denominado de Transtorno de Conduta.

A UNICEF, órgão destinado à infância e à adolescência criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, recomenda em seu manual que a responsabilidade penal se inicie entre os 7 (sete) e 18 (dezoito) anos.

O Brasil adota a idade de 18 (dezoito) anos para a responsabilidade criminal. Em seu art. 228 a Constituição Federal dispõe que *são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial [...]* (VADE MECUM JUS PODIVM, BRASIL, 2018, p. 122)

Sendo assim, os menores de 18 (dezoito) anos são considerados inimputáveis.

Há imputabilidade quando o sujeito é capaz de compreender a ilicitude de sua conduta e agir de acordo com esse entendimento. Só é reprovável a conduta se o sujeito tem certo grau de capacidade psíquica que lhe permita compreender a antijuridicidade do fato e também de adequar essa conduta a sua consciência. Quem não tem essa capacidade de entendimento e de

determinação é inimputável, eliminando-se a culpabilidade. (MIRABETE, 2000, p. 210).

Conforme ressalta Nucci (2006) os critérios para se averiguar a inimputabilidade, quando à higidez mental, são os seguintes:

a) Critério biológico: a simples presença de uma psicopatogenia já é suficiente para comprovar a inimputabilidade. Assim, presente a enfermidade mental, o desenvolvimento psíquico deficiente ou a perturbação transitória da mente, o agente deve ser considerado inimputável.

b) Critério psicológico: verificam-se apenas as condições mentais do agente no momento da ação, sendo que a verificação da presença de doenças mentais ou distúrbio psíquico patológico é afastado.

c) Critério bio-psicológico: é o adotado pelo Código Penal em vigor. Tal sistema é a junção dos critérios anteriores e leva em consideração dois momentos distintos para atendimento da inimputabilidade. Num primeiro momento, deve-se verificar se o agente apresenta alguma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Em caso negativo, não é inimputável. Caso positivo, será necessário analisar se o indivíduo era capaz de entender o caráter ilícito do fato; será inimputável se não tiver essa capacidade.

Os artigos 26, *caput*, 27 e 28, § 1º do Código Penal, enumeram as causas de exclusão de imputabilidade. São elas:

- a) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
- b) desenvolvimento mental incompleto por presunção legal, do menor de dezoito anos;
- c) embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

Por estas razões um indivíduo menor de 18 anos não poderá responder criminalmente por seus atos ilícitos, e, terá sanção imposta pela Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), tendo como penalidade a denominada medida sócio educativa:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;*
- II - obrigação de reparar o dano;*
- III - prestação de serviços à comunidade;*
- IV - liberdade assistida;*
- V - inserção em regime de semi-liberdade;*

VI - internação em estabelecimento educacional. (VADE MECUM JUS PODIVM, BRASIL, 2018, p. 456)

Em continuidade as sanções impostas pelo ECA, temos:

Art. 101. [...] a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

(VADE MECUM JUS PODIVM, BRASIL, 2018, p. 455)

Silva (2008), resume bem as sanções impostas aos infantes e adolescentes que cometem infrações penais:

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o tempo máximo permitido em internações na Fundação Casa (ex-Febem) é de três anos, mesmo que o crime cometido tenha sido de natureza cruel. Acrescenta-se a isso o fato de que, após ter cumprido as medidas socioeducativas, seus antecedentes criminais não ficam registrados. Se eles reincidirem após os 18 anos, são considerados réus primários. Isso implica dizer que suas fichas criminais voltam a ficar limpas, como se nunca tivessem cometido nenhum delito (SILVA, 2008, p. 78).

A maioria penal foi um tema fortemente discutido nos últimos anos, tanto pelo crescimento exponencial de atos infracionais envolvendo menores de 18 anos, tanto pela crueldade incluída nestes.

[...] A manutenção da idade de 18 anos para o afastamento do menor, criança e adolescente, do Código Penal é uma bandeira de todos, minoristas e estatutistas. [...]. Quando lutamos pela conservação dessa idade, é comum ouvir-se, até de pessoas cultas, a afirmação de que ela é absurda, 'porque, mesmo com muito menos de 18 anos eles[...] sabem o que fazem.' Não lhes ocorre que o conhecimento está ligado à imputabilidade e que, quando os doutos afirmam que os menores de 18 são inimputáveis, querem dizer que se trata de presunção [...] de inimputabilidade. Mas, porque falar-se em presunção, se temos a realidade? É obvio que a partir de tenra idade, eles sabem o que fazem. [...]. Toda esta dúvida tem sua origem na Exposição de Motivos do Código Penal de 1940, quando o Ministro Francisco Campos

escreveu que os menores ficavam fora daquela lei, porque eram imaturos (CAVALLIERI, 1997, p. 56).

Porém, há estudiosos que são contra a maioria penal.

Os citados juristas entendem que a questão não é legal, mas sim de injustiça social, que acaba condenando os nossos jovens e crianças à formação de sucessivas gerações de débeis mentais, subnutridos, analfabetos, carentes de carinho e candidatos em potencial aos hospitais, internatos e casas de internatos e casas de detenção (PEREIRA, 2006, p. 569).

Importante frisar que reduzir a maioria penal aumentaria a população carcerária brasileira, já sendo a terceira maior do mundo e, os adolescentes que forem inseridos nestas penitenciárias serão alienados por criminosos experientes e sairão da prisão com mais bagagem criminosa do que quando entraram e este não é o papel do sistema repressivo à violência.

Em relação aos infantes e adolescentes que possuem uma personalidade disfuncional:

[...] podemos afirmar que alguns indivíduos menores de 18 anos, independentemente da maturidade biológica de seus cérebros, já possuem uma personalidade disfuncional. O comportamento e o temperamento desses jovens funcionam como os de pessoas plenamente desenvolvidas, que sabem perfeitamente distinguir o certo do errado e que compreendem o caráter ilícito dos seus atos. Dessa forma, já deveriam ser responsabilizados e penalizados pelos seus comportamentos transgressores com o mesmo rigor das leis aplicadas aos adultos. Sem incorrer em qualquer erro, podemos afirmar que esses jovens (crianças ou adolescentes) são os responsáveis por grande parte dos crimes brutais, que despertam nossos sentimentos de perplexidade e de repulsa frente às suas ações (SILVA, 2008, p. 65).

Com base em tudo o que foi exposto é possível constatar que alguns dos infantes e adolescentes que demonstram serem seres maquiavélicos, cruéis e insensíveis podem ser acometidos por Transtorno da Conduta que, futuramente, se não for realizado o tratamento correto, poderão ter seu quadro evoluído, resultando assim o acometimento do Transtorno de personalidade dissocial/antissocial.

Crimes famosos cometidos por psicopatas no Brasil

Os crimes elencados abaixo são crimes que chocaram a população brasileira em determinada época, não há um diagnóstico concreto de que estes assassinos e torturadores sejam psicopatas, porém seus perfis criminológicos se assemelham

muito a um indivíduo acometido por transtorno de personalidade antissocial/dissocial.

São crimes com total falta de empatia e, após o cometimento de tais crueldades os assassinos/torturadores demonstraram frieza.

Segundo a psiquiatra Silva (2008):

Muitos seres humanos são destituídos desse senso de responsabilidade ética, que deveria ser a base essencial de nossas relações emocionais com os outros. Sei que é difícil de acreditar, mas algumas pessoas nunca experimentaram ou jamais experimentarão a inquietude mental, ou o menor sentimento de culpa ou remorso por desapontar, magoar, enganar ou até mesmo tirar a vida de alguém (SILVA, 2008 p. 78).

Tais crimes revoltam e preocupam por sua total violência e gera um questionamento coletivo de até aonde chega a maldade humana.

Como exemplo temos o assassinato de Daniela Perez, 22 anos. Na época de sua morte ela interpretava Yasmin em uma novela escrita por sua mãe, Glória Perez, e, tinha como par romântico Bira, interpretado por Guilherme de Pádua Thomaz, 23 anos.

Daniela foi encontrada sem vida a poucos quilômetros do estúdio Globo Tycoon, em um matagal, Zona Oeste do Rio de Janeiro no dia 28 de dezembro de 1992.

Segundo a perícia, ela foi morta com 16 golpes de um instrumento perfuro-cortante, (punhal) desferidos no pescoço e no tórax, perfurando a traqueia, o pulmão e o coração.

Daniela Perez interpretava uma doce bailarina, namorada do ciumento e machão Bira. Algumas horas após as gravações da novela De Corpo e Alma o corpo da atriz foi encontrado. Na última cena em que gravou interpretando Yasmin, ela terminava o noivado com Bira.

O corpo da atriz foi encontrado após moradores próximos ao local do crime avistarem uma movimentação estranha de 2 veículos e acionarem a polícia. Um dos moradores anotou as placas dos carros o que levou a polícia ao assassino de Daniela Perez: Guilherme de Pádua Tomaz, seu par romântico na novela.

Guilherme foi um assassino frio e calculista. A mãe de Daniela Perez, Glória Perez, ligou para este na noite do assassinato preocupada com sua filha, pois esta não havia retornado para casa. Guilherme foi capaz de dizer que não havia visto a atriz e que

Glória poderia ligar a qualquer tempo para ele, prestando assim solidariedade à mãe da atriz que acabara de assassinar.

Guilherme, *a priori*, negou a autoria do crime, porém, ao perceber que as provas estavam demonstrando indubitavelmente sua culpa, confessou.

Há também o caso de Silvia Capresi Lima. O crime ocorreu em 2008, no dia 17 de março. Através de uma ligação anônima a polícia chegou até o local onde a tortura ocorria: um apartamento localizado em um bairro de classe média alta na cidade de Goiânia-GO. Dois policiais – um homem e uma mulher – ao chegarem ao apartamento 401 indagaram a empregada Vanice Maria Novais acerca de uma criança acorrentada no apartamento ela disse não saber de nada, pressionada pelos policiais ela acabou cedendo: A menina está lá em cima.

Ao adentrarem no apartamento os policiais se depararam com o filho dos donos da casa, Tiago, que não morava lá, estava apenas visitando. A empregada que laborava no apartamento disse que a patroa havia levado a chave da lavanderia e que não poderia abrir a porta.

Os policiais recorreram ao porteiro que trouxe um pé-de-cabra para arrombar a porta e neste momento os policiais se surpreenderam com uma menina com os braços acorrentados à escada de ferro que dava acesso a caixa d'água.

Os braços da infante estavam erguidos, os pés quase não tocavam o chão. Ela usava nas mãos luvas de borracha, posteriormente a polícia averiguou que se tratava de um método para evitar marcas das correntes. Nos pés da menina, tênis e meias cobertos por sacos plásticos, em sua boca havia um esparadrapo o que a impedia de pedir ajuda, dentro da mesma; um pedaço de fralda de bebe.

Silvia Cabrese Lima, 42 anos, dona da casa e de uma loja de cosméticos foi presa no mesmo dia, Vanice – a empregada – também foi presa.

Lucélia possuía marcas de ferro quente em seu corpo, unhas das mãos e dos pés pretas, pois a torturadora prendia os dedos da menina em portas. A menor, em um dos golpes que levava, quebrou um de seus dentes. Ela também era obrigada a tocar um fio desencapado da máquina de lavar para levar choques.

Em 2008 o STJ negou exame de insanidade mental para Silvia, alegando que apenas a declaração desta sobre ter sofrido abusos na infância não era suficiente para a instauração de incidente de insanidade mental.

Por fim, o caso de Suzane Von Richthofen, no dia 31 de outubro de 2002, Suzane, 19 anos, uma jovem de classe média alta que arquitetou a morte de seus próprios pais, em um crime que chocou o país.

Neste fatídico dia Suzane facilitou a entrada de seu namorado Daniel Cravinhos, na época com 19 anos e seu irmão Cristian Cravinhos, com 26 anos de idade, à residência onde morava com seus pais.

Os irmãos cravinhos assassinaram brutalmente Marísia e Albert Von Richtofen usando uma barra de ferro, desferindo pancadas na cabeça em ambos. O casal dormia antes de serem assassinados cruelmente.

Após matarem os pais de Suzane, os irmãos espalharam objetos e papéis por toda a casa e levaram joias e dinheiros que conseguiram encontrar com o intuito de simular um latrocínio. Inacreditavelmente, após o assassinato brutal de Marísia e Albert, o casal Suzane e Daniel foram até um motel na Zona Sul da cidade de São Paulo.

Após as investigações constatou-se que os pais de Suzane não concordavam com seu namoro. O crime foi planejado durante dois meses, segundo a polícia.

Logo após o enterro dos pais, a polícia foi até a casa de Suzane para uma vistoria e se deparou com a jovem, o namorado e amigos ouvindo músicas e cantando alegremente junto à piscina. No dia seguinte, Suzane e o namorado Daniel foram ao sítio da família comemorar seu aniversário de 19 anos.

Não a vi derramar uma lágrima desde o primeiro dia, disse Daniel Cohen, primeiro delegado a ir ao local do crime. Na delegacia a jovem estava mais preocupada com a herança e com a venda da casa do que com a morte de seus pais. A frieza de Suzane impressionou os investigadores.

Decorridos quatro anos do assassinato, em 22 de julho de 2006 Suzane e o namorado Daniel foram condenados pelo júri popular a 39 anos de reclusão e seis meses de detenção. Christian foi condenado a 38 anos de reclusão e seis meses de detenção pelo crime.

Nos casos citados acima foi possível concluir que:

- a)Guilherme Thomaz de Pádua influenciou sua esposa a assassinar Daniela Perez.
- b)Silvia influenciou sua empregada Valeria para que esta lhe auxiliasse com as torturas na criança Lucélia.

a) Suzane Von Richthofen influenciou os irmãos Cravinhos para estes assassinarem seus pais.

Estes crimes têm em comum o poder influenciador que os seres que, de acordo com as circunstâncias em que cometeram os crimes, são acometidos por transtorno de personalidade antissocial/dissocial.

Os indivíduos supracitados exerceram sobre terceiros o poder de influência, a fim de chegarem até onde ambicionam. Tais terceiros funcionam como *longa manus* para que o psicopata possa alcançar seu objetivo perverso. O que, em muitos casos, é bem sucedido.

Cabe ressaltar que os coautores ou partícipes destes crimes são culpados pelo ato ilícito que cometeram, porém há por detrás da cortina da consumação do delito um poder influenciador obscuro exercido pelo autor acometido pelo transtorno de personalidade aqui estudado.

Os psicopatas usam do poder de influência por dois motivos: o temor em serem descobertos pela polícia é muito grande, então controlam terceiros que estão ao seu redor para não serem desmascarados na conclusão de seus delitos; e, em segundo motivo há o prazer que sentem ao usar seres humanos como objetos e depois descartá-los, por esta razão que após os crimes citados os autores não mais tiveram contato com os coautores ou partícipes.

Medida de segurança versus pena privativa de liberdade

De acordo com tudo o que foi tratado nos tópicos e Capítulos anteriores é notório que os indivíduos acometidos pelo Transtorno de Personalidade Antissocial/Dissocial não devam ser tratados como criminosos comuns pois, ao contrário destes, os psicopatas respiram e anseiam pelo crime, resultado de sua inerente natureza criminosa.

A problemática se inicia porque os acometidos por psicopatia não têm um lugar definido dentro do sistema criminal brasileiro, ou seja, estes indivíduos são tratados como criminosos comuns, pois lhe faltam os atributos concernentes à inimputabilidade penal.

Há três causas de inimputabilidade em nosso CP, que podem ser encontradas no art. 26, *in verbis*:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
(VADE MECUM JUS PODIVM, BRASIL, 2018, p. 255)

Neste sentido, sobre a inimputabilidade:

Não havendo a imputabilidade, primeiro elemento da culpabilidade, não há culpabilidade e, em consequência, não há pena. Assim, em caso de inimputabilidade, o agente que praticou o fato típico e antijurídico deve ser absolvido, aplicando-se medida de segurança (JESUS, 1999, p. 499).

Os indivíduos acometidos por psicoses, neuroses, ou seja, condições psíquicas, nas quais o sujeito não consegue diferenciar a realidade de suas paranoias, a exemplo do transtorno obsessivo-compulsivo, o sujeito não detêm a capacidade de autodeterminação ou de autogoverno para refrear suas ações. Assim, para o Direito Penal é considerado um doente mental, absolutamente incapaz.

Se o agente for considerado inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26, CP). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.

O internado será recolhido a estabelecimento dotado de características hospitalares e será submetido a tratamento.

O prazo da internação será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, a cessação da periculosidade do agente, mediante perícia médica. O prazo mínimo de internação deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos. Supracitada perícia deverá ocorrer de 1 (um) em 1 (um) ano, porém a requisito do juiz esta poderá ser realizada a qualquer tempo.

A desinternação ou a liberação do agente será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior deste, antes do decurso de 1 (um) ano, se praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

Importante ressaltar, que, em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.

A pena privativa de liberdade poderá substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, se o condenado necessitar de especial tratamento curativo.

Há diversas correntes doutrinárias acerca da punibilidade do agente acometido pelo transtorno aqui estudado. A primeira reconhece a inimputabilidade destes sujeitos usando de critérios estabelecidos pela legislação penal vigente. A segunda, classifica o psicopata no rol dos semi-imputáveis, considerando o transtorno como uma perturbação da saúde mental, de acordo com o artigo 26, parágrafo único, CP. A terceira corrente se baseia no entendimento de que cabe ao magistrado analisar o caso concreto e proferir sua sanção. Por fim, a última corrente sustenta a ausência total de culpabilidade de tais seres.

É possível perceber que a função retributiva/preventiva da pena, bem como seu fundamento, que é a culpabilidade, é inadequada. Os portadores de psicopatia e os mentalmente sadios representam realidades distintas e, portanto, exigem do Estado atitudes diferenciadas como sanção.

Quanto à responsabilização penal do autor psicopata, os julgadores tendem a considerar a semi-imputabilidade, pois a psicopatia não poderia ser tida como uma espécie de doença mental, mas como perturbação da saúde mental, ficando assim, estes seres em uma linha fronteira. Deve-se, então, o Estado buscar alternativas que garantam não só a proteção da sociedade, o perigo fica bem claro quando estudados os casos que envolvem psicopatas- mas também assegurem a dignidade a esses indivíduos acometidos pelo transtorno.

Considerações Finais

O tema objeto desta pesquisa visou fazer uma análise sobre a legislação vigente no Brasil em relação a indivíduos acometidos pelo Transtorno de Personalidade Dissocial/Antissocial, bem como na incongruência deste em suas respectivas sanções.

A psicopatia é uma realidade que afeta 3% dos homens e 1% das mulheres mundialmente. O que em primeiro olhar parece um número diminuto de indivíduos, esconde uma perversidade gigantesca em razão da maneira como estes crimes são cometidos.

O Transtorno de Personalidade Antissocial/Dissocial é caracterizado por indivíduos apáticos, que não se arrependem de seus atos e procuram compreender as emoções humanas apenas para atrair possíveis vítimas. É claro que existem

vários graus do transtorno, porém é indubitável que os crimes cometidos por estes indivíduos geram grande repercussão na sociedade devido à violência empregada. Imensa discussão se materializa no campo das sanções impostas aos infantes e adolescentes, que possivelmente são acometidos pelo denominado Transtorno de Conduta devido à responsabilidade infracional imposta a estes.

O ECA sanciona estes indivíduos através das denominadas medidas socioeducativas, tendo o tema maioridade penal criado diversas correntes e discussões. O Transtorno de Conduta que, se não acompanhado por profissionais, poderá se tornar Transtorno de Personalidade Antissocial/Dissocial.

O presente trabalho focou em crimes ocorridos no Brasil, citando três deles. Foi possível concluir que o poder influenciador dos psicopatas é um pressuposto importantíssimo para que estes cometam crimes. A persuasão é empregada tanto para convencer terceiros a serem coautores ou partícipes, tanto para satisfazer o prazer psicopata em convencer terceiros e os controlarem.

A psicopatia foi abordada em sua esfera criminal com base em diversos dispositivos legais, a exemplo do art. 26, CP, que trata da inimputabilidade penal. Ademais demonstrou-se as diferentes correntes que tratam sobre a sanção que deve ser imposta aos psicopatas.

Em conclusão, temos que as penas atualmente impostas, ou seja, os seres acometidos pelo transtorno de personalidade antissocial/dissocial, em sua grande maioria, são tratados como criminosos comuns, o que gera um imenso impasse, pois os psicopatas saem das penitenciárias sabendo onde erraram no primeiro crime e continuam cometendo outros, porém de maneira mais aprimorada.

A escala Hare deveria ser usada no Brasil a fim de se constatar veementemente as taxas de psicopatas nas penitenciárias e em conseguinte prevenir que mais crimes ocorram. Ademais, uma sanção focada em conjunto com hospitais psiquiátricos surtiria mais efeitos nestas pessoas do que apenas privar-lhes da liberdade em penitenciárias comuns.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Vade Mecum**. Jus Podivm. 9^a. ed. São Paulo, 2018.

CAVALIERI, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 12^a. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

CLECKLEY, Hervey. **The Mask of Sanity: An Attempt to Clarify Some Issues About the So-Called Psychopathic Personality.** 5ª ed. Augusta, Georgia, 1988.

HARE , Robert. **Manuel for the Hare Psychopathy Checklist - Revised.** 1ª ed. Toronto. Multi-Health System, 1991.

HARE, Robert. **Without Conscience: The disturbing world of psychopats among us.** 1ª ed. New York: Pocket Books, 1993.

HARE, Robert.. **The Psychology of Criminal Investigations.** New York: Pocket Books, 8ª ed. 2009.

JESUS, Damásio. **Direito penal.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

NUCCI, Guilherme. **Manual de Direito Penal.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Ana. B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Responsabilidade civil pelo abandono afetivo inverso

Civil liability for reverse affective abandonment

Denise Garcia Xavier¹

Cibele Rodrigues²

Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

Através da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto do Idoso, Lei 10.7401 de 1º de outubro de 2003, a legislação vem tentando garantir a efetivação dos direitos dos idosos assegurando-lhe qualidade de vida e dignidade, impondo a sociedade, a família e ao Estado a obrigação de garantirem o seu bem-estar e amparo independente da sua condição financeira. Neste contexto, o presente trabalho analisou brevemente os princípios da dignidade da pessoa humana, da afetividade e da solidariedade familiar bem como da proteção integral aos idosos com a finalidade de apresentar o amparo legal que alicerça o dever de auxílio material e imaterial dos filhos e a Responsabilidade Civil que os filhos têm perante os pais idosos.

Palavras-chave: Afeto, Amparo, Filhos, Pais idosos.

ABSTRACT

Through the Federal Constitution of 1988 and the Statute of the Elderly, Law 10.7401 of October 1, 2003, the legislation has been trying to guarantee the realization of the rights of the elderly, ensuring their quality of life and dignity, imposing society, the family and the State the obligation to guarantee their welfare and protection regardless of their financial condition. In this context, the present work gives a brief analysis of the principles of human dignity, affectivity and family solidarity as well as integral protection for the elderly with the purpose of presenting the legal protection that underlies the obligation of material and immaterial assistance of the children and the Civil Responsibility that the children have before the elderly parents.

Keywords: Affect. Protection. Sons. Elderly parents

Introdução

Envelhecer é um fenômeno natural do ser humano, porém as implicações físicas, sociais e econômicas provenientes deste fenômeno, nem sempre são as mais esperadas pelos filhos e responsáveis pelos idosos. Essas implicações devem ser cuidadas de maneira a garantir a dignidade humana e assegurar os direitos dos idosos na legislação do país.

Cabe observar que o Abandono Afetivo Inverso é pouco pleiteado e se deriva conseqüentemente do Abandono Afetivo comum, o qual alcançou respaldo na

¹ Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

Teoria do Desamor e obteve espaço nos julgados recentes.

Inicialmente se analisará a família apresentando o conceito e evolução, trazendo a visão pluralista e alguns tipos de família como: a matrimonial, a informal e finalmente a homoafetiva; além do estudo do elemento afeto como núcleo principal da família e a obrigação entre pais e filhos dentro deste contexto.

Em seguida será apresentado um estudo sobre os direitos dos idosos, no qual será abordado o Estatuto do Idoso e a teoria da proteção integral, fazendo referência sobre: o Princípio da dignidade da pessoa humana, o Princípio da afetividade no direito de família e o Princípio da solidariedade familiar; não podendo deixar de abordar sobre a obrigação dos filhos para com os pais idosos.

Para dar sequência ao estudo e atingir o objetivo principal da pesquisa será trazido a tona a Responsabilidade Civil e seus pressupostos: conduta,nexo causal e dano; além do breve estudo sobre o dano moral decorrente do abandono afetivo e o abandono afetivo inverso.

Finalmente nas considerações finais abordar-se-á os tópicos mais expressivos do tema e suas características fornecendo outros horizontes para novas pesquisas.

Da família

Originado do Latim, o vocábulo família significa grupo doméstico, o qual no início incluía os serviços da casa, os FAMULI. (MIYAZAWA, 2010)

Inicialmente, quando se pensa em família, a primeira imagem que se forma na mente de qualquer pessoa é a *família patriarcal: o homem como figura central, tendo a esposa ao lado, rodeado de filhos, genros, noras e netos.* (DIAS, 2016, p. 231)

Peres (2006) pondera que, através da CF de 1988, o direito que conduz o poder familiar constitui novos conceitos no que diz respeito à família, no intuito de acolher todas as pessoas que almejam a felicidade de forma coletiva, por meio da união, e tem os mesmos interesses familiares, atribuindo-lhes igualdade nos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal conforme seu art. 226, § 5º.

Dentre os vários tipos que fazem parte do novo conceito de família, este trabalho se restringiu ao tema proposto, concentrando-se nos estudos dos tipos de família que mais atendem as especificações necessárias para o objetivo final do estudo, que são: a matrimonial, a informal e a homoafetiva; conforme a seguir.

Mesmo sendo rejeitadas pela lei, essas estruturas familiares foram aceitas pela sociedade, este fato fez com que a CF de 1988 as abrigasse no conceito de entidade familiar chamando-as de união estável, mediante a recomendação de promover sua conversão em casamento. (HIRONAKA, 1999)

Reconhecida tardiamente, a família homoafetiva passou por grandes dificuldades e preconceito para ter seus direitos reconhecidos. A CF que tanto ajudou as entidades familiares que não eram formadas através do matrimônio, concedeu juridicidade somente para as uniões estáveis entre um homem e uma mulher se esquecendo da igualdade de direitos e do respeito à dignidade das pessoas do mesmo sexo que baseada no afeto e no amor decidiam se unir.

Dias (2016, p. 238) faz a seguinte consideração:

Só pode ser por preconceito que a Constituição emprestou, de modo expresso, juridicidade somente às uniões estáveis entre um homem e uma mulher. Ora, a nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto pode-se deixar de conferir status de família, merecedora da proteção do Estado, pois a Constituição (1.º III) consagra, em norma pétrea, o respeito à dignidade da pessoa. Em nada se diferencie a convivência homossexual da união estável heterossexual. A homoafetividade não é uma doença nem uma opção livre. Assim, descabe estigmatizar a orientação homossexual de alguém, já que negar a realidade não soluciona as questões que emergem quando do rompimento dessas uniões. As inúmeras decisões judiciais atribuindo consequências jurídicas a essas relações levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecê-las como união estável, com iguais direitos e deveres. A partir desta decisão passou a Justiça a admitir a conversão da união homoafetiva em casamento. De imediato o Superior Tribunal de Justiça admitiu a habilitação para o casamento diretamente junto ao Registro Civil, sem ser preciso antes formalizar a união para depois transformá-la em casamento. Até que o Conselho Nacional de Justiça proibiu que seja negado acesso ao casamento e reconhecida a união homoafetiva como união estável.

Felizmente e conforme anotado pela nobre autora, a lei definitivamente enxergou esse tipo de grupo familiar e lhe conferiu os direitos respeitando os princípios da igualdade, da solidariedade, da afetividade e da dignidade da pessoa humana.

Desde os primórdios o homem foi levado a viver em grupos – famílias – por conta de suas necessidades e carências. No início cabia ao homem a conservação do grupo e a mulher cabia a continuação da espécie. Essas utilidades naturais, o trabalho do *homem no fornecimento de alimentos e o trabalho da mulher na criação, eram sujeitas à mesma premência da vida. Posto isto, a vida em família está relacionada às condições de vida do homem, na sua história sobre o Planeta Terra.*

(ARENDDT, 1972, p. 39-40)

Segundo Gonçalves (2015) a família é fruto da evolução da sociedade e com a inclusão dos novos princípios basilares na CF de 1988, a pluralidade nos modelos de família foi consagrada junto com a proteção da família, da Criança, do Adolescente, do jovem e do idoso.

Outro ponto importante destacado pelo nobre autor é a constitucionalização do Direito Civil (DC) através da adoção de princípios constitucionais fundamentais, os quais elencam a afetividade, a solidariedade e a dignidade das pessoas. (Gonçalves, 2015)

Neste sentido, Pereira (2005, p. 94) preceitua que

a dignidade é um macro princípio sob o qual irradiam e estão contidos outros princípios e valores essenciais como a liberdade, a autonomia privada, a cidadania, a igualdade, a alteridade e a solidariedade.

No tocante a afetividade, ela é intrínseca as pessoas que vivem no contexto familiar, pois resguarda o bem material, o bem moral e também o indivíduo e sua dignidade. Sendo assim, a afetividade está contida na CF *como um corolário ao princípio da solidariedade, se expandindo para todo o ordenamento jurídico e condicionando as ações na vida comunitária.* (SANTOS, 2009, p. 68)

Nota-se que o conceito de família não está mais baseado em laços sanguíneos, atualmente o que vale é o afeto de seus membros. A CF de 1988 resguarda os deveres que os pais têm para com os filhos e os deveres inversos dos filhos maiores de amparar os pais na velhice, na carência ou enfermidade, deixando claro o comprometimento simultâneo dos membros da família.

Os direitos dos idosos

A Declaração Universal dos Direitos do Homem consagra o direito à segurança na velhice. A CF, em seu art. 3º inciso IV, veda discriminação em razão da idade, e em seu art. 230, *caput*, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, ao idoso, participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, bem como garantindo o direito à vida. *Não se refere o preceito, apenas à assistência material ou econômica, mas também às necessidades afetivas e psíquicas.* (DIAS, 2016, p. 1102)

Contudo, o art. 230 da CF sofreu várias críticas no sentido de que apenas os

idosos hipossuficientes mereciam o amparo da família, da sociedade e do Estado, conforme comentários de Bastos; Martins (1988, p. 1.109):

Idosos a que se refere é aquele sem condições de auto-sustentação, dependente, como o são as crianças na sua primeira infância ou os adolescentes que não trabalham, com o que tanto a própria família, quanto a sociedade em que se integram, ou o Estado, que tem a obrigação de por eles zelar, são responsáveis por seu bem-estar, devendo ampará-los.

Independentemente a condição do idoso e segundo a teoria da proteção integral Dias (2016, p. 1102) elucida:

Assegurada assistência social à velhice, independentemente de contribuição securitária, é garantido ao idoso um salário mínimo de benefício mensal, quando comprovado não possuir ele ou sua família condições de prover à própria manutenção (CF 203 V). Determinada a adoção de políticas de amparo aos idosos, devem os programas ser executados, preferentemente, em seus lares (CF 230 § 1.º). Também é deferido, aos maiores de 65 anos, transporte gratuito nos coletivos urbanos.

Com a criação do Estatuto do Idoso, através da Lei 10.741/2003, foi consagrado uma série infindável de prerrogativas e direitos às pessoas de mais de 60 anos, e aos maiores de 65 anos os cuidados foram ainda mais significativos.

O Estatuto do Idoso corresponde a um verdadeiro composto legislativo, pois determina regras e diretrizes materiais e processuais, na seara civil, penal e administrativa, conferindo direitos, garantias e proteções à pessoa idosa.

Através do art. 8º, do referido diploma, o envelhecimento digno também é garantido e adquire status de direito fundamental quando é previsto que: *Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.* (BRASIL, 2003)

Após a CF de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro passa a contar com uma inovadora disciplina no que diz respeito às relações familiares consagradas, de modo que, além de impor a eficácia a todas as normas definidora de direitos e de garantias fundamentais, ainda constitucionalizaram o Direito de Família.

Sendo assim, a perspectiva proposta inicia-se no entendimento do princípio da dignidade da pessoa humana, da afetividade, da solidariedade familiar, além de outros ligados aos direitos dos idosos especificamente, a fim de buscar fundamentar em momento posterior a responsabilização dos filhos pelo abandono dos pais idosos.

No que tange ao Direito de Família, a dignidade da pessoa humana é assegurada pela CF aos idosos, de forma expressa no seu art. 230, conferindo à família, ao Estado e à sociedade conjuntamente o dever de ampará-los: *A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.* (BRASIL, 1988)

O Estatuto do Idoso evidencia de forma específica, em diversos dispositivos legais a obrigação de respeito à dignidade do idoso:

Art. 3º - É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art.10 - É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito, e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

(...)

§ 3º. É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 2003)

Deste modo, é primordial entre os membros de uma família o dever de zelar pela dignidade de cada um de seus membros, sob pena de configurar-se um ato lesivo passível de reparação civil.

O Direito de Família é fundamentado pelo princípio da afetividade. Corolário da dignidade da pessoa humana, este princípio estabiliza as relações socioafetivas e a comunhão de vida, e deixa de lado as considerações de caráter patrimonial e biológico.

Não obstante, a palavra afeto não se encontra expressa no texto constitucional, porém está *enlaçada no âmbito de sua proteção*. Como exemplo cita-se a união estável que se forma sem o selo do casamento, significando que o afeto entre as pessoas que se uniram *adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico*. (DIAS, 2016, p. 84-85)

Segundo Lôbo (2011, p. 47) os fundamentos essenciais do princípio da afetividade dentro da CF são:

(a) a igualdade de todos os filhos independentemente da origem (CF 227 § 6.º); (b) a adoção, como escolha afetiva com igualdade de direitos (CF 227 §§ 5.º e 6.º); (c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo os adotivos, com a mesma dignidade da família (CF

226 § 4.º); e (d) o direito à convivência familiar como prioridade absoluta da criança, do adolescente e do jovem (CF 227)

Quando se trata de idosos, além do dever de cuidar imposto à família pelo Estatuto do Idoso, há ainda um dever determinado pelo respeito e pelo afeto dos laços familiares o qual não depende da jurisdição e nem de regulamentação. A afetividade é, então, o meio principal que tutela a dignidade garantida expressamente a cada um dos entes familiares.

A falta de compreensão do real significado do afeto e a resistência do reconhecimento da afetividade como valor jurídico faz com que cresça as demandas judiciais.

Deste modo, o conceito de afeto deve ser o marco crucial do Direito de Família e deve também ser um dever jurídico, na medida em que é o único elo responsável por manter as pessoas unidas nas relações familiares. (DIAS, 2016)

Conforme prevê a CF: *Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;* (BRASIL, 1988).

No âmbito do direito de família, a solidariedade entre seus membros é real e sólida e são tuteladas justamente as formas de associações humanas mais singelas, verdadeiras bases da sociedade.

Cabe ressaltar que a previsão dos alimentos no caso dos idosos foi disciplinada não só à luz do princípio da solidariedade familiar, mas em atenção ao melhor interesse do idoso, conforme art. 12 do Estatuto do Idoso que dispõe: *Art. 12 A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.* (BRASIL, 2003)

Ao que cabe aos filhos, a CF é a primeira a estabelecer tal dever dispondo em seu art. 229 que: *Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.* (BRASIL, 1988)

O Estatuto do Idoso em seu art. 10 determina que:

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.
§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:
I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;
IV – prática de esportes e de diversões;
V – participação na vida familiar e comunitária;
VI – participação na vida política, na forma da lei;
VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.
§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 2003) (grifo do autor)

Nota-se claramente que a fundamentação legal, explanada até o momento, coloca sobre a família o dever de proporcionar um ambiente seguro e saudável para os idosos.

O Estatuto do Idoso estabelece que a família deve garantir aos idosos o direito à vida, à alimentação, à educação, à saúde, ao lazer e esporte, ao trabalho à cultura, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar. E a violação destes direitos e garantias significa a responsabilização dos filhos, que conforme os artigos 186 e 927 do CC fundamentam essa responsabilização:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002)

Neste contexto, toda a violação destes direitos e garantias legais significará não só o abandono afetivo, mas também uma ação que poderá ser punida na forma da lei tanto civil como penal. E para a caracterização do dano moral, será necessário estudar os conceitos da responsabilidade civil no caso do abandono afetivo.

Responsabilidade civil

A questão primordial é identificar se o comportamento do agente que age voluntariamente embasa-se numa ação ou numa omissão, seja ela culposa ou dolosa. O que as diferencia são aspectos tratados pela doutrina justamente pela vontade ou não de ter o resultado final.

Neste contexto, quando um indivíduo não age ou se exime de agir perante uma situação que deveria agir ou minimizar os efeitos de ato temos a conduta

omissiva. Em contrapartida, quando ele se mobiliza para a execução de um resultado pretendido temos a conduta comissiva positiva. (SILVA, 2014)

Quando se trata do abandono no qual o filho se nega a prestar auxílio aos pais idosos, cabe a aplicação da conduta tendo em vista a omissão do filho em prestar os devidos deveres legais de cuidado, atenção e afeto. Neste sentido, o filho apresenta uma conduta inadequada e omissa, pois está se eximindo da responsabilidade de cuidar de pessoas que são tuteladas pela CF em seu art. 229.

A composição do nexa causal no ordenamento jurídico trata do vínculo entre o fato ilícito ocorrido e o dano recorrente dele, ou seja, é a necessidade de causa e efeito entre a conduta praticada e o resultado gerado por essa conduta. É o elo que interliga os dois pressupostos, sendo de extrema necessidade para dar sentido à responsabilização.

Quanto ao tema proposto neste trabalho, sobre o abandono do idoso, faz-se necessário uma análise do comportamento, no caso concreto, para que se configure o nexa causal, ou seja, deverá ser analisada a conduta do indivíduo responsável pelo idoso.

É o dano que põe fim ao fato ilícito. Como terceiro elemento da Responsabilidade Civil, significa um descumprimento de uma obrigação, seja ela contratual ou extracontratual exigindo uma reparação. (BRITO, 2011)

Doutrinariamente, partem desse instituto duas categorias principais: o dano patrimonial ou material e o dano moral ou extrapatrimonial. O primeiro expressa uma *lesão concreta* que ocasiona uma perda, uma diminuição ou deterioração, *total ou parcial, dos bens materiais que pertenciam a vítima sendo suscetível de avaliação pecuniária e de indenização pelo responsável.* (DINIZ, 2007, p.66)

Já o dano moral ou extrapatrimonial configura um bem que não é mensurável e lesa os direitos de personalidade, não possui valor e sua reparação é praticamente impossível.

No que tange ao Direito de Família, principalmente nas relações entre pais e filhos, nota-se que o dano moral é uma figura constante, tendo em vista que em tais relações não há um prejuízo ou lesão de bens patrimoniais, mas sim uma violação à dignidade humana, sendo ela um princípio constitucional já abordado anteriormente.

Neste contexto, o que acontece, na realidade, são lesões à dignidade em que

um indivíduo, já debilitado pela idade, sofre constrangimento, humilhação e ofensa de outros membros da família, ocasionando uma situação em que o indivíduo exposto e indefeso não encontra saída, e nem recorre ao judiciário. *É o que ocorre nos casos de Abandono Afetivo, onde nem sempre o sujeito ativo precisa praticar alguma ação para assegurar o dano, a própria omissão já caracteriza um abandono.* (MORAES, 2009, p. 132).

O dano nesse caso é o aspecto mais difícil de se caracterizar e mensurar, tendo em vista que nem sempre ele se apresenta tão claramente no indivíduo. Considerando os idosos, ainda que não haja efetivamente agressão, notam-se os danos causados pelo abandono através da falta de apetite, o desinteresse pelos acontecimentos diários e principalmente pela vida, originando doenças de fundo depressivo. Tudo isso ocasionado por maus tratos, falta de respeito, anos de abandono e de falta de assistência física e emocional.

A CF em seu art. 5º e em seus incisos V e X prevê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (BRASIL,1988)

Neste mesmo sentido o CC nos artigos 186,187 e 927 dispõe não só da violação dos direitos e do dano causado por ato ilícito, como também da obrigação de repará-lo.

Em 2012, a ministra Fátima Nancy Andrichi, da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirma que: *Amar é faculdade, cuidar é dever.* Neste sentido, é possível exigir indenização por dano moral decorrente de abandono afetivo pelos pais. *Apesar de ser tema polêmico, desde esse julgamento ficou estabelecido o entendimento, na jurisprudência, de que cabe pena civil em razão do abandono afetivo.* (IBDFAM, 2013, p. 1)

Todavia, é importante salientar que os tribunais brasileiros estão preocupados com o grau de abandono que sofrem tanto os idosos quanto as crianças e adolescentes nas situações de abandono e os danos que os mesmos sofreram com

a separação de seus laços familiares. Sendo assim,

é primordial a cautela na utilização da ação de indenização por danos morais por abandono afetivo, pois é necessário se evitar a comercialização do afeto. O que se pretende é a conscientização dos autores do abandono afetivo do prejuízo que causaram, e fazer com que outras pessoas não tenham a mesma conduta. (GONÇALVES, 2012, p.86)

Considerando, dessa forma, que esta conduta é grave e reprovável, no sentido moral e social.

Conforme observado, o abandono afetivo é um ato ilícito civil que gera um dano moral a ser compensado pelo pai para o filho. Quando ocorre o contrário, os filhos abandonam os pais e ocorre a negação de afeto para com estes dá-se o nome de Abando Afetivo Inverso.

O desembargador Jones Figueirêdo Alves declara que:

Diz-se abandono afetivo inverso a inação de afeto, ou mais precisamente, a não permanência do cuidar, dos filhos para com os genitores, de regra idosos, quando o cuidado tem o seu valor jurídico imaterial servindo de base fundante para o estabelecimento da solidariedade familiar e da segurança afetiva da família.

O vocábulo “inverso” da expressão do abandono corresponde a uma equação às avessas do binômio da relação paterno-filial, dado que ao dever de cuidado repercussivo da paternidade responsável, coincide valor jurídico idêntico atribuído aos deveres filiais, extraídos estes deveres do preceito constitucional do artigo 229 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “...os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência e enfermidade”. (IBDFAM, 2013, p. 2)

Marchioro, (2014, p. 28) pondera que:

Assim, é saliente que o abandono afetivo inverso não possui o escopo de obrigar aos filhos a amarem seus pais idosos, mas possui como verdadeiro fim a proteção dos indivíduos acobertados por maior vulnerabilidade, como os menores e os próprios idosos. Saliente que tal instituto encontra respaldo no princípio de que a ninguém é dado o direito de ocasionar prejuízos a outrem, materializado pelo art. 186 do Código Civil e base fundadora da Responsabilidade Civil, e se assim o fizer deverá compensar o dano causado.

Percebe-se que, a partir do momento em que o judiciários brasileiro criou jurisprudência para o abandono afetivo, conseqüentemente criou precedentes para a utilização do abandono afetivo inverso, o qual além de consolidar os direitos que os idosos adquiriram através dos princípios constitucionais do Direito de Família, na CF, no Estatuto do Idoso e nas demais legislações pertinentes ao tema, ainda incluiu a obrigação dos filhos em amparar os pais na velhice. (GONÇALVES, 2012)

Do mesmo modo que os filhos reclamam o afeto dos pais e sofrem com a falta deles, os pais na velhice também vivem a triste realidade do abandono experimentando igualmente os prejuízos de ordem moral, resultado do sentimento de rejeição, ocasionando angustia, a saudade, a tristeza e outros dissabores negativos que levam ao surgimento de diversas doenças e, por conseguinte, a diminuição dos anos de vida. (DIAS, 2016).

Considerações Finais

Ao ser protegida pela Constituição Federal, a família tem como finalidade a dignidade da pessoa humana da qual nascem todos os outros direitos, ou seja, a família deixa de ter apenas uma função produtiva e reprodutiva e passa a ser uma entidade de afeto e de solidariedade, pautada em relações pessoais, cujo principal foco é o desenvolvimento da pessoa humana.

Deste modo, os princípios de direito de família estudados neste trabalho, afetividade, solidariedade, dignidade da pessoa humana e a própria teoria da proteção integral – garantem o dever de proteção aos membros do instituto familiar, cada um na sua individualidade, incluindo-se aí o idoso. O dever de assistência imaterial caracteriza-se como fundamental na relação paterno-filial, determinando a prestação de cuidados e atenção.

É justamente nesse ponto que se observa as divergências doutrinárias acerca do assunto. Inúmeros são os argumentos de juízes e doutrinadores relativos à monetarização do afeto e à impossibilidade de se cobrar o amor.

Por outro lado, vários doutrinadores promovem o entendimento de que a dor, a humilhação, o sofrimento e o desprezo, quando afetam de maneira intensa no comportamento psicológico do indivíduo, são considerados como dano moral, conforme a Constituição Federal. No mesmo entendimento, o Código Civil em seus artigos 186, 187 e 927 qualifica o ato ilícito e configura a obrigação de reparar os danos causados.

Em nenhum momento o presente trabalho pretendeu atribuir um direcionamento quanto à valorização do amor ou do afeto, mas procurou comprovar através da análise de diversas normas, o reconhecimento do abandono afetivo inverso como conceito de ato ilícito, qualificado para gerar a responsabilidade civil.

Do mesmo modo que os pais devem amparar seus filhos na infância e na

adolescência, os filhos devem amparar igualmente, seja material ou imaterialmente, os pais na velhice, fazendo assim prevalecer o direito do idoso a convivência familiar conforme a legislação brasileira, ou seja, o filho que desrespeitar está obrigação estará desrespeitando a lei.

É obvio que cada caso deve ser analisado e ninguém, nem mesmo a lei, pode obrigar uma pessoa a amar ou sentir carinho por outra, mas é dever do direito garantir o mínimo necessário para que a dignidade das pessoas seja atendida, através da sanção daqueles que não cumprem com esse dever.

Neste contexto, e independente do tema ser questionável, espera-se que o estabelecimento da possibilidade de indenização por danos morais no abandono afetivo seja reconhecido e que este reconhecimento se estenda também ao abandono afetivo inverso, fazendo com que as questões futuras sejam analisadas de maneira tal que atendam aos requisitos necessários para a responsabilização civil.

Espera-se que a proposta de projeto de lei sobre o tema busque a modificação de legislações já existentes, com a finalidade de remover a insegurança jurídica que existente no fato do abandono afetivo depender de interpretação para ser configurado como ilícito civil e reparável.

Por fim, como estudado até o momento, as decisões judiciais, atualmente, baseiam-se no afeto e na responsabilidade civil do abandono afetivo e serve de respaldo para modificação das legislações existente e de novos estudos que garantam juridicamente a qualidade de vida na melhor idade.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro** (Between Past and Future, 1961), trad. Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo, Perspectiva, 1972.

BASTOS, Celso R; MARTINS, Ives G S. **Comentários à Constituição do Brasil**, 2 ed. 8v. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____, **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm >. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL, **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____, **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm >. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.159.242**- SP. Recorrente: Antônio Carlos Jamas dos Santos. Recorrido: Luciane Nunes de Oliveira Souza. Relatora: Ministra Nancy Andrigui, São Paulo, 24 de abril de 2012. Disponível em: < https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.2&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=200901937019 >. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRITO, Ronaldo F. **Direito da personalidade pessoa e indivíduo. Justiça do Direito**. v.1, n.1, jan/ jun. 2011 - p. 136-151. Disponível em:< <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/2320> > Acesso em: 26 ago. 20187.

DIAS, José A. **Da Responsabilidade Civil**. 12 ed., ver., atual. de acordo com o Código Civil de 2002 e aumentada por Rui Berfod Dias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DIAS, Maria B. **Manual de Direito das famílias**. De acordo com o novo CPC. 11. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 21. ed. v.7 São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Bruno. **Responsabilidade civil nas relações familiares: o abandono afetivo inverso**. Revista Jus Navegandi, jun. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40499/responsabilidade-civil-nasrelacoes-familiares-o-abandono-afetivo-inverso> > Acesso em: 14 jun. 2018.

GONÇALVES, Carlos R. **Curso de Direito Civil Brasileiro- Responsabilidade Civil**. 7. ed. v.4. São Paulo: Saraiva, 2012.

HIRONAKA, Giselda M. F. N. **Família e casamento em evolução**. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, 1999.

IBDFAM. **Abandono afetivo inverso pode gerar indenização**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5086/+Abandono+afetivo+inverso+pode+gerar+indeniza%C3%A7%C3%A3o> >. Acesso em: 25 ago. 2018.

LISBOA, Roberto S. **Manual Elementar de Direito Civil: direito de família e das sucessões**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LÔBO, Paulo L. N. **Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCHIORO, Mariana De. **Abandono afetivo inverso e a necessidade de tutela jurídica**. 2014. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/37782/98.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MIYAZAWA, João. **Origem da Palavra**, 2010. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/familia/>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SANTOS, Romualdo B. **A tutela jurídica da afetividade: os laços humanos como valor jurídico na pós-modernidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, Myrela L. Responsabilidade civil familiar por infringência ao dever de cuidar. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3951, 26 abr. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27932>>. Acesso em: 5 ago 2018.

MORAES, Maria C. B. **Danos à pessoa humana: uma leitura Civil Constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

Usucapião familiar: análise dos requisitos para a aplicação deste instituto em casos concretos

Family use: analysis of the requirements for the application of this institute in concrete cases

Marilce Amaral Camargo¹
João Francisco de Azevedo Barreto²
Helton Laurindo Simoncelli³

RESUMO

A Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011 inseriu no Código Civil vigente o art. 1.240-A que dispõe sobre uma nova modalidade de usucapião, a “usucapião familiar”, que segundo diversos doutrinadores, apresentam requisitos polêmicos, provocando repercussão no âmbito jurídico. Assim, o presente trabalho objetivou analisar a usucapião familiar verificando a sua constitucionalidade, os seus requisitos gerais e a aplicabilidade em casos concretos, por meio de uma pesquisa exploratória bibliográfica, realizada a partir da análise de materiais já publicados na literatura. Concluiu-se que a usucapião familiar, pode ser uma solução que se mostra viável, porém, ainda apresenta muitas lacunas. Portanto, são necessários mais estudos que tenha como embasamento teórico as recentes decisões judiciais, verificando assim, aplicabilidade deste instituto.

Palavras-chave: Aquisição, Propriedade, Usucapião familiar.

ABSTRACT

In Law nº 12.424 of 16 June of 2011 inserted in the current Civil Code art. 1240-A that has a new modality of usucaption, the "family misuse", which according to several writers, presents controversial requirements, causing repercussion in the legal scope. Thus, the present work aimed to analyze the familiar usucapião verifying its constitutionality, its general requirements and the applicability in concrete cases, through an exploratory bibliographical research, made from the analysis of materials already published in the literature. We conclude that family cannibalization may be a viable solution, but it still has many shortcomings. Therefore, further studies are needed that have as theoretical background the recent decisions judicial decisions, verifying, thus, the applicability of this institute.

Keywords: Acquisition. Property. Family Usucaption.

Introdução

¹ Acadêmico do curso de direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba – SP.

² Docente do curso de direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba – SP.

³ Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

O cenário inconstante da sociedade contemporânea demanda do surgimento de novas questões ao Direito, e o anseio de buscar respostas imediatas para algumas destas intrigantes questões tem como consequência a incerteza ou precipitação que nem sempre é recomendável aos juristas.

Aliado a esse cenário, temos ainda que alguns institutos, como é o caso da Usucapião, não é estático e acompanha as evoluções da sociedade, adaptando-se às necessidades quando necessário, assim, como consequência temos o surgimento de diversas modalidades da usucapião (BALÉM, 2012).

A lei 12.424/11 inseriu no Código Civil um novo artigo, o 1.240-A, que se refere a uma nova modalidade de usucapião, denominado de Usucapião Familiar ou Usucapião pró-família e também como Usucapião por abandono do lar (BRASIL, 2011). Tal inserção vem revelando-se como instrumento de efetivação do direito à moradia e proteção da família e reúne dois temas do direito civil: o do direito das coisas, com respaldo nos direitos reais e no direito de família (AMGARTEN, 2016).

A usucapião familiar viabiliza a um dos ex- cônjuges usucapir um bem imóvel de propriedade pertencente ao casal, quando atestado o abandono do lar, por parte de um deles, após comprovados todos os requisitos exigidos pela lei (VIEGAS; MOREIRA, 2015). Infere-se que o legislador concedeu proteção ao cônjuge ou ao companheiro o qual permaneceu residindo na propriedade comum do casal (MARIANI; NERILO, 2017).

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo analisar a Usucapião Familiar verificando a sua constitucionalidade, requisitos gerais e a sua aplicabilidade em casos concretos. Para alcançar os objetivos propostos, o presente estudo teve como roteiro de abordagem, os aspectos gerais da usucapião; definição e o histórico e o fundamento da usucapião; das diferentes modalidades da usucapião; da Usucapião Familiar, o qual é o foco do presente trabalho.

Aspectos gerais da usucapião

Trata-se dos aspectos gerais da usucapião, um importante instituto dos direitos reais pelo qual o possuidor, que exerce posse sobre um bem adquire o seu domínio, assim nesta parte do trabalho será discutido acerca da Usucapião de bens de imóveis, fazendo um levantamento bibliográfico sobre o seu fundamento, evolução histórica, modalidades e requisitos.

A usucapião é um dos mais antigos institutos de Direito, admitida pelos homens nos mais diversos ordenamentos jurídicos, a sua definição não é única e tampouco estática, sendo aprimorada ao longo dos anos (BALÉM, 2012).

Segundo o Dicionário Compacto Jurídico a usucapião pode ser definida como [...] *a tomada ou aquisição pelo uso prolongado, não dependente da vontade do titular anterior, pela posse mansa e pacífica de alguém com ânimo de dono, por tempo determinado, sem interrupção e sem oposição* (GUIMARÃES, 2000, p.200).

Diversas definições podem ser extraídas dos textos doutrinários, dentre elas podem citar, Nunes (1953, p.11), [...] *usucapião (de usu capere – tomar pelo uso). Meio de adquirir o domínio da coisa pela sua posse continuada durante certo lapso de tempo, com o concurso dos requisitos que a lei estabelece para este fim.*

No entanto, outros doutrinadores, referem-se a dois institutos distintos, onde a usucapião trata da aquisição da propriedade e a prescrição é uma forma de extinção, que implica em perda dos direitos reais (VENOSA, 2011).

Definição e o histórico e o fundamento da usucapião

Embora haja divergências sobre a sua origem, Romana ou Grega, a maioria dos doutrinadores entende que este instituto, atualmente denominado como usucapião teve origem em Roma, há 450 anos a. C. onde a sua primeira modalidade foi consagrada com a Lei das XII Tábuas, cujo objetivo era de resguardar ao cidadão a garantia de alguns direitos, onde no item V, de sua VI Tábua, estabelecendo que; as terras serão adquiridas por usucapião depois de dois anos de posse, as coisas móveis depois de um ano. A “usucapio”, todavia, era um direito reservado aos cidadãos de Roma (GUIMARÃES, 2000).

A segunda modalidade surgiu no período Clássico do Direito Romano, chamada de *praescriptio*. Diferente da usucapio, que só poderia ser utilizada em relação aos imóveis itálicos, a *praescriptio* atingia os imóveis de terrenos provinciais, podendo ser utilizada por estrangeiros e cidadãos romanos. Posteriormente, os institutos foram unificados, e hoje a aquisição da propriedade pela posse prolongada é conhecida como usucapião (VENOSA, 2013).

Os primeiros resquícios da usucapião no ordenamento jurídico brasileiro são identificados na Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império. No tocante a usucapião, a referida lei estabelecia no seu artigo

5º, que a posse do imóvel ocupado de forma mansa e pacífica, com fins de cultivo ou moradia habitual, poderia ser legitimada aos seus posseiros.

A primeira Constituição a prever a usucapião, foi a Constituição de 1934, ratificando a relevância social causada pelo mencionado instituto, o preceito foi reproduzido nas Constituições que se seguiram, tendo passado por algumas alterações, como, por exemplo, o aumento na dimensão do imóvel a ser adquirido.

Ainda sobre a função social da propriedade a constituição de 1988 discute uma nova perspectiva, sendo atribuída de forma subsidiária, a fim que tal instituto se estenda também para o Código Civil de 2002. Assim, a usucapião se torna um instrumento efetivo para a moradia, surgindo diferentes modalidades desse instituto e, apesar de pequenas alterações, tem as suas peculiaridades especialmente no que se refere aos prazos, a cada modalidade sendo simplificado (FERREIRA; SCHWENCK, 2013).

E por fim, a Constituição Federal de 1988, que estendeu a usucapião antes concedida apenas aos imóveis rurais, aos imóveis urbanos (LANDO; LANDO, 2015).

As modalidades da usucapião e seus requisitos

Dois requisitos são inerentes a todas as modalidades de usucapião; a posse e o tempo. A posse caracterizadora da usucapião é aquela exercida de forma mansa, pacífica, ininterrupta e com animus domini, já o requisito tempo, agrega-se um prazo determinado para cada modalidade de usucapião, sendo estes, alterados levando-se em conta a realidade vivida pela sociedade (MONTEIRO; MALUF, 2012).

A usucapião extraordinária

A modalidade Extraordinária está prevista no artigo 1.238 do Código Civil de 2002, portanto, é a que exige um lapso temporal maior para o bem ser usucapido, ou seja, é necessário que o tempo de posse do imóvel seja de quinze anos.

A usucapião ordinária

Disposta no artigo 1.242, também do Código Civil de 2002, Em contrapartida, da usucapião extraordinária, o diferencial desta modalidade é o preenchimento de dois requisitos importantes; a existência de justo título e a boa-fé, juntamente com a posse prolongada (10 anos) e sem oposição (LANDO; LANDO, 2015).

A usucapião Especial

A Especial se divide em duas modalidades, rural que as características fundamentais desta categoria, estão legitimadas tanto pela, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 191, quanto pelo Código Civil de 2002 em seu art. 1.239 e a urbana que dividi em usucapião individual e usucapião coletiva, prevista no art. 183/56, da Constituição Federal.

A usucapião extrajudicial

Recentemente introduzida no novo Código de Processo Civil e na ordem jurídica brasileira, por meio da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, em um formato opcional ao jurisdicionado, a usucapião “Extrajudicial”, pode ser processada pelo registro de imóveis, como uma desjudicialização de procedimentos que ficou mais evidente a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, sendo conhecida como emenda da reforma do judiciário.

A usucapião de bens móveis

A de Bens móveis se divide entre ordinária (art. 1.26061, do Código Civil) onde além da posse exercida por um espaço de tempo de 3 anos, ainda há necessidade de justo título e boa-fé e, a usucapião extraordinária (art. 1.26162, do Código Civil) cuja posse deve ser por um período de cinco anos, independente do justo título e boa-fé (ACOSTA, 2013; BARBOSA; CARBONI, 2016).

E recentemente, a nova modalidade que vem sendo amplamente e discutida, a Usucapião familiar, cujos requisitos e impactos serão objeto específico do estudo adiante.

Aspectos materiais da usucapião familiar

A usucapião Familiar surgiu por meio da Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011 que alterou, assim, a Lei 11.977/2008, a qual trata do programa social Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2011). Tal lei inseriu no Código Civil vigente (BRASIL, 2002), o art. 1.240-A que especifica da usucapião familiar, também denominada usucapião pró-família ou, ainda, usucapião especial urbana, por abandono do lar conjugal, a qual assevera o sentido social do instituto (BRASIL, 2011).

O caminho percorrido até a sua efetivação teve início com Medida Provisória n.º 514 de 2010 encaminhada em 01 de dezembro de 2010 pela Presidência da República ao Congresso Nacional, o qual pretendia alterar de forma substancial a Lei 11.977/2009, cujo alvo principal era o Programa Minha Casa, Minha Vida, além da alteração de outras leis como a Lei 10.188/2001 (Programa de Arrendamento Residencial), 6.015/1973 (Registros Públicos), 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 4.591/1964 (Condomínios Edifícios e Incorporações Imobiliárias) (ACOSTA, 2013).

Fundamentos e constitucionalidade da usucapião familiar

Para diversos doutrinadores a usucapião familiar está fundamentada como uma forma de proteção ao princípio constitucional do direito a moradia. Molina (2013).

Assim, o direito à moradia torna-se ao principal atributo da usucapião familiar, haja vista que permite privilegiar àquele que permaneceu na posse do imóvel, dando-lhe-à propriedade uma função social, é bem claro que este instituto apresenta solução rápida e objetiva à (casos) onde o cônjuge/companheiro(a) se ausenta do lar conjugal, sem dar a localização de seu paradeiro e, deixando àquele que ficou no lar sozinho, tendo que arcar individualmente com os ônus, inclusive tributários, para a manutenção do imóvel (ACOSTA, 2013).

No entanto, para alguns doutrinadores ao proteger esse direito a moradia acaba conflitando com outros princípios constitucionais, tais como, o princípio da igualdade, o princípio da liberdade, bem como, o direito a intimidade (LANDO; LANDO, 2015).

Observa-se ainda que a usucapião familiar ao impor uma sanção patrimonial ao cônjuge que deseja desfazer o enlace conjugal torna-se um entrave para ele exerça seu direito a liberdade, uma vez que ele corre o risco de perder seu bem material.

Usucapião familiar e seus requisitos

Com relação aos requisitos da usucapião familiar é importante ressaltar que eles são semelhantes aos da usucapião especial urbana, uma vez que, em ambos os

institutos o legislador considerou o intuito de garantir o acesso ao direito fundamental à moradia (BARBOSA; CARBONI, 2016).

Porém, existem alguns requisitos característicos desta modalidade de usucapião, tais como, a propriedade bem comum do casal e ter um dos cônjuges ou companheiros (a) abandonado o lar (LANDO; LANDO, 2015).

Para Guerra (2017) os requisitos do artigo 1.240-A podem ainda ser classificados como requisitos pessoais, reais, formais e especiais. Os chamados pessoais são aqueles relacionados às características ou qualidades do sujeito que busca usucapir utilizando a usucapião familiar.

Os pressupostos reais são aqueles ligados à propriedade, ao bem, que será usucapido, bem como a relação do usucapiente com a coisa. Os requisitos formais, por sua vez, trazem aspectos ligados ao tempo e às características da posse.

Nesta perspectiva, os seguintes requisitos serão discutidos adiante; o abandono do lar; o prazo de posse do imóvel; posse direta e com exclusividade; limitação do imóvel; a copropriedade do imóvel; uso do imóvel para moradia própria e, não ser proprietário de outro imóvel de qualquer tipo.

Abandono do lar

O abandono do lar é um elemento fundamental na usucapião familiar e está inteiramente ligado ao caráter de o ex-cônjuge ou ex-companheiro abandonar a família, ficando inerte quanto aos deveres e obrigações que este adquire no momento (FERREIRA; SCHWENCK, 2013).

É, provavelmente, o quesito que mais gerou questionamentos do instituto por diferentes doutrinadores, Gonçalves aduz que [...] *a principal crítica que se tem feito à nova espécie é que ela ressuscita a discussão sobre a causa do término do relacionamento afetivo* (GONÇALVES, 2014, p. 275).

Prazo

Em relação ao prazo, a usucapião familiar trouxe como lapso temporal o prazo de 2 (dois) anos para aquele que exerça a posse sobre o imóvel, trata-se do menor prazo de todas as modalidades de usucapião imobiliária, menor até mesmo do que a usucapião de bens móveis quando se tem justo título e boa-fé.

Tal instituto exige ainda que a posse seja direta, de forma ininterrupta e sem a oposição, sendo que esse imóvel deve ter sido dividido com o cônjuge/companheiro durante o matrimônio, e que um deles tenha abandonado o lar, a partir desse momento é que começa a correr o prazo de 2 (dois) anos (SILVA *et al.*, 2015).

Posse direta

A posse exercida de forma justa e contínua é dita como posse direta, exercida de forma contínua e justa. Para que ela ocorra de forma justa o ex-cônjuge ou o ex-companheiro não poderá ter sido expulso da residência (ARAÚJO, 2013).

Tartuce (2014) define a posse direta como aquela que é exercida por quem está em contato direto e imediato com a coisa, tendo-a sob seu poder e domínio de fato. Ainda, *sobre o conceito e a natureza jurídica da posse*. Miranda (2001, p. 31).

Limitação do imóvel e do pedido

No que tange a limitação do imóvel, a usucapião familiar se assemelha a usucapião especial urbana, cujo imóvel deverá ser urbano, com área inferior a 250 metros quadrados, observando-se que imóveis de maior área são objetos da usucapião extraordinária e outras modalidades, desde que sejam atendidos os requisitos legais específicos.

No que diz respeito à limitação da usucapião familiar para apenas imóveis urbanos, segundo Silva (2012, p. 34), *este requisito afronta ao princípio da isonomia, haja vista que não há razões para que este benefício não se estenda também aos imóveis localizados em área rural*.

Quanto ao pedido, como apresenta o § 1º do art. 1.240-A: “O direito previsto no caput, não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.” Nessa concepção, Diniz (2014, p.194) afirma [...] *tal direito não poderá ser concedido ao mesmo possuidor mais de uma vez. Assim, para fazer o pedido é fundamental que o cônjuge ou companheiro que está exercendo a posse sobre o imóvel não seja proprietário ou coproprietário de qualquer outro imóvel, seja urbano, seja rural*.

Propriedade conjunta com ex-cônjuge que abandonou o lar

No que se refere à usucapião familiar, o legislador exige que a propriedade, a qual se deseja usucapir, seja conjunta entre os cônjuges, podendo também ser definido como copropriedade dos ex-cônjuges e ex-companheiros sobre o usucapiendo. Portanto, ambos devem ser titulares do domínio do imóvel (coproprietários) (BARBOSA; CARBONI, 2016).

Assim, para fazer valer a usucapião familiar, é necessário que a propriedade do imóvel seja dividida entre os ex-cônjuges ou ex-companheiros, ou seja, há necessidade da existência de um condomínio entre o ex-casal (SCHVAMBACH, 2013).

Aspectos processuais e procedimentais da usucapião familiar

Imprescindível se discutir também, neste presente estudo, os aspectos processuais e procedimentais deste instituto, trazendo também uma pesquisa de jurisprudências com as devidas decisões de casos concretos julgados pelo TJ do Estado de São Paulo.

Vigência de lei

A vigência da lei foi um dos primeiros questionamentos acerca deste instituto, ou seja, ao marco temporal inicial da contagem do prazo da prescrição aquisitiva pela incidência do instituto em razão da sua eficácia no tempo.

Tendo em vista que o art. 1.24-A do Código Civil foi inserido pela Lei 12.424 de 16 de junho de 2011, cujo prazo é de 2 (dois) anos para aquele que exerça a posse sobre o imóvel, emerge uma indagação em relação ao início da contagem do tempo para efeito da lei. De acordo com o art. 6º da Lei do decreto lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942 [...] Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Desta forma, os pedidos iniciais só poderiam surgir após dois anos da vigência da lei, a partir de 16 de junho de 2013. Não poderia a nova modalidade de usucapião retroagir, isso surpreenderia o outro proprietário do imóvel, haja vista que não existia norma prevista. (GONÇALVES, 2014).

Juízo competente para processar e julgar

No que diz respeito ao juízo competente para julgar ação de usucapião familiar, não há consenso entre a doutrina, embora alguns autores afirmem ser de competência das varas da justiça comum, grande parte dos doutrinadores defendem ser de competência das varas de família (MONI, 2014).

Casos de jurisprudências aplicadas

Com objetivo de verificar a aplicabilidade de instituto em casos concretos, abordaremos algumas jurisprudências e suas devidas decisões. Foram considerados para esta pesquisa apenas casos julgados pelo TJ do Estado de São Paulo por meio de pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM (21 jurisprudências no período de 22/03/2011 a 03/09/2018).

No que se refere à competência para julgar foi verificado conflitos de competência entre as varas da família e cível na maioria das jurisprudências julgadas pelo TJ-SP no período pesquisado, o número elevado pode estar relacionado às lacunas deste instituto.

Considerações Finais

O presente trabalho analisou a Usucapião Familiar à luz da legislação vigente no país, os preceitos constitucionais desse instituto, bem como a sua aplicabilidade em casos concretos. Observou-se que por ser a usucapião familiar um instituto bastante recente do direito, não existem muitas decisões nos Tribunais de Justiça de São Paulo que deliberam sobre os requisitos do instituto, sendo a maioria delas pela extinção do processo sem resolução do mérito, dada a ausência do transcurso de dois anos.

No que se refere aos problemas propostos na introdução, verificamos que, apesar de muito semelhante a usucapião urbana, a nova modalidade de usucapião, acrescentada ao Código Civil (artigo 1.240-A) pela Lei 12.424/2011, apresenta algumas particularidades. Dentre elas, tem-se o lapso temporal diminuto em relação as outras modalidades, bem como, a necessidade de copropriedade entre os cônjuges, a sua aplicação somente em caso de abandono voluntário o lar, cujo cônjuge que permaneceu no lar utilize-a para sua moradia.

Verificou-se ainda que para caracterizar o abandono ao qual a Lei se referiu e evitar o que caracteriza uma posse com vícios é essencial que o abandono seja

voluntário. Além disso, o prazo de dois anos da saída do lar apenas poderá ser contado a partir da promulgação da Lei, ou seja, em 16 de junho de 2011.

No que se refere à competência julgadora, especialmente a atribuição das Varas de Família ou Cíveis responsáveis por definir o Juízo para julgamento, verificou-se forte discordância acerca dessa nova espécie de usucapião entre os juristas, o número elevado pode estar relacionado às lacunas deste instituto, para o Tribunal de Justiça de São Paulo, quando a ação não se refere ao estado das pessoas, mas sim, à aquisição de propriedade imobiliária, com efeitos registrários, não há como afastar a competência dos Juízos das Varas Cíveis.

Finalmente, concluiu-se que a usucapião familiar pode ser uma solução que se mostra viável em alguns casos específicos. Entretanto, a forma como se incluiu o reconhecimento de usucapião entre cônjuges ou companheiros. O Código Civil de 2002 apresenta muitas lacunas e, caso elas sejam interpretada de forma equivocada, resultará em reacender a discussão a respeito de assuntos que em boa hora foram sepultados, como a noção de culpa na dissolução de vínculos e os seus reflexos para o Direito Patrimonial de Família.

Portanto, constatou-se que, por ser uma norma recente, com grande repercussão social, ainda são necessários mais estudos que tenha como embasamento teórico as diversas situações que foram apresentadas, consideradas também as recentes decisões judiciais, para possibilitar, assim, a melhor aplicação do instituto da usucapião familiar.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Renata K. M.. **A usucapião familiar**. 2013. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

AMGARTEN, Maria C.. **Usucapião familiar**. Revista Jurídica Luso. São Paulo, v.2 n. 1, p. 389-415, 2016.

ARAÚJO, Fábio C.. **Usucapião**. 2ªed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

BALEM, Isadora F.. **Usucapião familiar: avanço ou retrocesso legislativo** Análise dos requisitos para a verificação do instituto previsto no artigo 1240-A do Código Civil. 2012. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

BARBOSA, Maysa B.; CARBONI, Fabio P.. **A usucapião familiar e o direito fundamental à moradia**. Revista Factus Jurídica, v. 2, n. 1, p.54-72, 2016.

DINIZ, Maria H.. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Vol. 4 - Direito das Coisas - 28ª Ed. 2014.

_____. Lei n. 12.424, de 16 de junho de 2011. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de junho de 2011.

GONÇALVES, Carlos R.. **Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. 9ª.ed. v.5. São Paulo: Saraiva 2014.

GUERRA, Vitor O. G.. **Um estudo acerca da usucapião familiar e sua harmonia no ordenamento jurídico brasileiro**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

GUIMARÃES, Deocleciano T.. **Dicionário Compacto Jurídico**. 11ª ed. São Paulo: Rideel, 2000.

MALUF, Carlos A. D.; MONTEIRO, Washington B.. **Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações**, 1ª parte. V. 04. 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARIANI, Jéssica I.; NERILO, Lucíola F. L.. **A usucapião Familiar e a (Im) possibilidade de Extensão do Instituto para Aquisição de Imóvel Rural**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc, São Miguel do Oeste, v. 2, p. 13388, 2017.

MOLINA, Fernanda S.. **Usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal**. Intertem@s, v. 24, n. 24, 2013.

MONI, Alexandre R.. **Análise constitucional da usucapião familiar**. 2014. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS.

SCHVAMBACH, Juliana et al. **A usucapião familiar e a discussão a cerca de sua (in) constitucionalidade**. 2013. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

SCHWENCK, Terezinha C.. **Usucapião familiar: Abandono do imóvel ou abandono do lar**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, n. 2, 2014.

SILVA, Luciano F.; SOARES, Renata. G., VASCONCELOS, Thais. P.; RIBEIRO, Bruno. M.. **Usucapião familiar: Uma análise sobre a reintrodução da culpa**. Idea, v. 6, n. 1, 2015.

SILVA, Luciana S.. **Uma nova afronta à Carta Constitucional: Usucapião Pró-Família.** Revista Síntese Direito de Família. V. 14, n. 71, abr. 2012.

VENOSA, Silvio S.. Direito civil. Direitos reais. 11^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Direito civil.** Direitos reais. 13^a. Ed. São Paulo: Atlas, v. V, 2013.

VIEGAS, Cláudia M.; MOREIRA, Samantha C.. **A observância dos pressupostos constitucionais do Direito ao contraditório e da ampla defesa na usucapião familiar.** Percurso Acadêmico, v.5, n.9, p. 94-117, 2015.

PSICOLOGIA

Refletindo sobre a importância da comunicação como ferramenta na prestação de serviços

Reflecting on the importance of communication as a tool in the provision of services

Leandro Cândido¹
Mariana Marcussi²
Milton dos Reis³
Gislene Marcelino⁴
Cláudia Cristina Cyrillo Pereira⁵
Mirella Martins Justi⁶

RESUMO

A comunicação é um importante meio para a construção de vínculo entre os profissionais e clientes. Esse processo deve acontecer constantemente a fim de organizar, agilizar atividades, proporcionando informação, motivação e satisfação. O objetivo do estudo foi refletir sobre a importância da comunicação como uma ferramenta na prestação de serviços. Trata-se de uma revisão bibliográfica, qualitativa, descritiva, utilizando dados dos indexadores LILACS e SCIELO. Vê-se que a comunicação é uma ação ou integração e partilha entre os indivíduos, com intuito de transmitir ou receber ideias, conhecimentos, diferenciando-os através de suas reações emocionais. Conclui-se que uma boa comunicação transforma-se em uma ferramenta indispensável na prestação de serviços, incluindo os serviços de saúde para uma melhor recuperação e reabilitação do cliente.

Palavras-chave: Comunicação, Prestação de serviço, Relação cliente-profissional.

ABSTRACT

Communication is an important means for building link between professionals and clients. This process must happen constantly in order to organize, streamline activities, providing information, motivation and satisfaction. The objective of this study was to reflect on the importance of communication as a tool in the provision of services. This is a literature review, qualitative, descriptive using data of indexers LILACS and SCIELO. See if that communication is an action or integration and sharing between individuals, in order to transmit or receive ideas, knowledge, differentiating them through their emotional reactions. It is concluded that good communication becomes an indispensable tool in the provision of services, including health services for a better recovery and rehabilitation.

Keywords: Communication, Service Delivery, Professional-client relationship.

Introdução

Originado do latim, o termo *comunicare* significa colocar em comum. Proveniente desta definição, a comunicação é a troca compreensiva de significação

¹ Enfermeiro graduado pelo Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Araçatuba-UniSALESIANO

² Enfermeira graduada pelo Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Araçatuba-UniSALESIANO

³ Enfermeiro graduado pelo Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Araçatuba-UniSALESIANO

⁴ Cirurgiã-dentista, graduada pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba – UNESP Especialista em Educação em Saúde Pública pela UNAERP-Ribeirão Preto. Mestre em Odontologia Preventiva e Social pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba – UNESP. Doutora em Ciências da Educação pela UNIGRAN, Especialista em Preceptoría do SUS pelo Hospital Sírio Libanês, Docente dos Cursos de Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Biomedicina e Nutrição do UniSalesiano de Araçatuba

⁵ Enfermeira, Mestre em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, Coordenadora do Curso de Enfermagem no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Araçatuba

⁶ Psicóloga, Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Araçatuba

através de símbolos, tendo ou devendo ter, reciprocidade em ambas as interpretações da mensagem verbal ou não verbal. Tais sinais não verbais podem ser utilizados para complementar, substituir ou contradizer a forma verbal e/ou também mostrar sentimentos.

A comunicação é um processo de transmissão de informação de pessoa para pessoa por meio da fala, da escrita, da imagem e do som com intuito de gerar conhecimento. Dentro das áreas da saúde, valoriza-se e percebe-se a importância que a comunicação tem nas relações entre profissionais e clientes, possibilitando o entendimento e a satisfação a todos e uma harmonia para a instituição.

Atualmente, a comunicação tem sido utilizada como um processo de compreensão, compartilhamento de mensagens enviadas e recebidas, promovendo intercâmbio e influenciando o comportamento das pessoas envolvidas a curto, médio ou longo prazo.

As profissões, incluindo as da saúde, como Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, dentre outras, têm, em sua essência, o cuidar, fazendo-se necessário que a prestação do cuidado seja eficiente, de forma humana. É preciso ouvir o que o cliente está expressando, acalmando-o, acolhendo-o, valorizando-o em todas as dimensões.

Estes profissionais precisam ter consciência da importância da comunicação verbal e não verbal na interação com o cliente e familiar, estando sempre atentos, principalmente aos seus clientes que, por várias vezes, usam a forma não verbal, como expressões corporais na transmissão das mensagens.

A comunicação não se dá como uma simples troca de mensagens entre os indivíduos, mas como uma ação que deve ser arquitetada e individualizada, não realizada somente a um impulso e de forma intuitiva, e sim de uma forma natural. As necessidades dos clientes devem ser identificadas a partir da comunicação desenvolvida, da explicação sobre o procedimento a ser realizado ou quaisquer situações que ele deseja saber.

No entanto, a comunicação requer dos profissionais, principalmente os da saúde, planejamento no desenvolvimento das ações junto ao cliente, no qual o mesmo deixa de ser visto como apenas a doença, o ser doente, e passa ser visto como um todo, de forma integral.

Desta forma, o uso da comunicação como um instrumento básico é necessário para os profissionais de saúde, sendo um meio utilizado para atender as suas necessidades. Esse processo deve acontecer constantemente a fim de organizar, agilizar atividades, proporcionando informação, motivação e satisfação na interação cliente e profissional. O poder da comunicação na assistência pode garantir uma clareza e suavidade nessas relações desde que aconteça de forma sistematizada e eficiente, tornando-se essencial para a gestão das ações e serviços.

Para a sustentação do processo de cuidar, a comunicação é uma ferramenta básica; revela-se como um essencial elo de cuidado por aproximar os sujeitos, proporcionando momentos de troca, interesse e preocupação com o outro.

Portanto, a comunicação visa ampliar e interagir sobre o real princípio da saúde, apresentando uma visão holística e complementar sobre o indivíduo atendido, com um olhar para fatores cultural, social, ético e político. Em todos os processos onde o cliente é o foco central nas ações desenvolvidas, a comunicação tem-se mostrado uma ferramenta primordial na interação e integração, gerando bons e grandes frutos nas políticas e estratégias para o excelente trabalho desses profissionais e a todos que lhe são atendidos e assistidos.

Justifica-se, portanto, que a comunicação com o outro sempre existiu e foi diretamente envolvida com a educação do ser humano. Desde sempre é preciso comunicar-se para sobreviver; desta forma são desenvolvidas as relações e as capacidades de atender às necessidades humanas e assim promover uma interação de qualidade com os semelhantes.

Objetivo

O referido trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da comunicação verbal e não verbal como uma ferramenta na prestação de serviços.

Métodos

Trata-se de uma revisão analítica e reflexiva de literatura, utilizando a abordagem qualitativa e descritiva. Uma revisão bibliográfica trata da observação dos dados contidos nas fontes pesquisadas, onde se imprime sobre teoria, a compreensão crítica dos significados deles (GIL, 2002).

A pesquisa qualitativa procura o entendimento de certo fenômeno, dentro de um assunto em que ele se manifesta: político, econômico, cultural e institucional. As pesquisas descritivas juntamente com as exploratórias têm como principal fato, caracterizar uma população estabelecida ou um fenômeno determinado entre suas variáveis (GIL, 2002).

Para a realização deste estudo, utilizaram-se as palavras-chave: comunicação, prestação de serviços, relação cliente-profissional, tendo como base de dados, os sites SciELO, Google Acadêmico e LILACS.

Foram encontrados 40 artigos científicos, dos quais 16 foram selecionados por estarem relacionados com o objetivo deste estudo e que tivessem relevância com o tema, correspondentes aos anos de 1993 a 2015. A busca bibliográfica foi realizada no período de janeiro a outubro de 2018.

Discussão

Vê-se a comunicação como uma ação ou integração e partilha entre os indivíduos, com intuito de transmitir ou receber ideias, conhecimentos, diferenciando-os através de suas reações emocionais (BERTACHINI, 2012).

Contudo, ela é composta e objetivada pelo conceito de estabelecer relações na troca de informações/opiniões e o entendimento, vista como um ato humano que gera a transmissão e a recepção de mensagens (SILVA; BARROS, 2015).

Neste sentido, trata-se de relacionamentos interpessoais entre os profissionais e cliente, uma vez que esta interação precisa fluir de forma a auxiliar os processos dialogais verbais e não verbais (STEFANELLI, 1993).

A comunicação na prestação de serviços, incluindo os da área da saúde, é definida como sendo uma habilidade que o profissional apresenta para abordagens, utilizando-a como ferramenta fundamental, podendo e garantindo o auxílio no enfrentamento de situações de estresse que seus clientes estão vivenciando. Ajuda assim a interagir ou discernir, superar os bloqueios, favorecendo no tratamento e desenvolvimento dos clientes de maneira positiva, tornando-os ativos no seu processo do cuidar (STEFANELLI, 1993).

Em contraposição, estes profissionais podem encontrar dificuldades para uma comunicação efetiva, tendo como desafios e elementos enfrentados: o não contato olho a olho, a escuta ineficaz, número inadequado destes, o que acarreta

uma sobrecarga extra de serviço, provocando, assim, fadiga, desmotivação, descontentamento; conseqüentemente, refletindo sobre a má comunicação entre a equipe e clientes (BEZERRA et al. 2014).

No entanto, um bom processo de comunicação é uma habilidade a ser treinada e adquirida por todos. Na relação entre profissional e cliente não seria diferente, sendo de grande competência ao profissional, pois visa compreender a interação e integração do mesmo (FASSARELLA et al. 2013).

A comunicação faz com que as pessoas consigam se expressar, dizendo quem elas são, relacionando-se e também satisfazendo suas necessidades. Por isto que esta relação profissional- cliente tem tanta relevância no processo da prestação de serviços (PONTES; LEITÃO; RAMOS, 2008).

Para uma boa comunicação, são fundamentais elementos, como: empatia, compreensão, interesse, clareza e a objetividade da transmissão de mensagens, fazendo com que minimizem os obstáculos que, porventura, surgem (BERTACHINI, 2012).

As famílias devem ser levadas em consideração, pois possuem a chave para uma prestação de serviços mais efetiva, principalmente no que diz respeito à saúde. Quando a confiança é estabelecida, as informações proporcionadas às pessoas levam-na a encorajar-se para tornar-se parte ativa, maximizando sua capacidade de funcionamento. Assim, os profissionais criam ações para atingir a saúde ideal, abrindo as portas à satisfação dos seus clientes e leva a eficiência da sua assistência prestada (PONTES; LEITÃO; RAMOS, 2008).

Tipos de comunicação

No instante em que se emprega a comunicação, é relevante que os profissionais utilizem recursos de forma que simplifique o diálogo, proporcionando, assim, maior segurança e conforto resultando em um vínculo entre cliente e profissional (SILVA; BARROS, 2015).

É importante compreender que a comunicação está alinhada às necessidades de cada cliente, sendo um processo que proporciona uma relação de confiança e satisfação (FASSARELLA et al. 2013).

Apesar disto, existem métodos que tangem e facilitam a troca de mensagens, podendo ser: verbal e não verbal. A comunicação verbal trata-se de palavras, sendo

elas na forma escrita ou ditas verbalmente. Existem técnicas de comunicação por dialogação verbal usadas para facilitar uma conexão entre profissional e cliente, sendo a interação face a face, verbalizar como eu compreendo, mostrar interesse no que está sendo dito, como se sente, conte-me mais sob o ocorrido, repetir as últimas palavras ditas, fazer perguntas (STEFANELLI, 1993).

Estes cuidados na hora da comunicação trarão o contato com o profissional de forma eficaz com o cliente; este desenvolverá um cuidado melhor no momento de orientar, instruir e expressar-se (JESUS; SIMÕES; VOEGELI, 2013).

A comunicação não-verbal, também classificada como linguagem, é todo e qualquer som emitido ou produzido que não pertence ao sistema oral escrito da língua, do tipo, ruídos vocais, suspiros, sendo de grande importância e relevância para estabelecer as relações interpessoais, auxiliando para fortalecer atitudes de humanização na prestação de serviços de saúde. Entretanto encontra-se a linguagem proxêmica, que se compreende quando o profissional e cliente interagem em qualquer relação interpessoal fora do contato corpóreo, havendo a distância física entre os locutores (SILVA; BARROS, 2015).

A linguagem tacésica é definida pelo toque e suas características envolvidas. Já a comunicação cinésica é a mensagem transmitida através de movimentos do corpo ou parte dele como, balanço de cabeça, expressões faciais e tiques, sendo do tipo de comunicação não verbal (SILVA; BARROS, 2015).

É um tipo de comunicação não verbal, que deve estar presente na prestação de ações e serviços com finalidade de demonstrar proximidade, segurança e empatia; contudo requer dos profissionais da saúde habilidade na compreensão desses sinais, pois está relacionadas à mobilidade de seu corpo (RAMOS; BORTAGARAI, 2012).

Toda comunicação não-verbal tem por finalidade substituir, contradizer ou complementar a comunicação verbal e demonstrar sentimentos. As expressões não verbais complementam a comunicação verbal ou qualquer sinal não verbal que a reforce, reitera ou completa o que foi dito anteriormente de forma verbal (BROCA; FERREIRA, 2014).

A comunicação na prestação de serviços de saúde

Uma boa comunicação é uma ferramenta indispensável para o processo de recuperação e reabilitação da vida do cliente. O diálogo entre cliente e profissionais da saúde ajuda no relacionamento e confiança, alcançando resultados positivos que influenciam no bem-estar, pois o cliente bem assistido consegue lidar melhor com a hospitalização (FASSARELLA et al. 2013).

O uso da comunicação como um instrumento básico é necessário para os profissionais, sendo um meio utilizado para atender as necessidades dos seus clientes. Psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas e equipe não se restringem apenas a executar técnicas ou procedimentos, necessitam também, propor uma ação de cuidados humanizados, entre outros aspectos que ajudam no desenvolvimento de habilidades na assistência à saúde (SILVA; BARROS, 2015).

A interpretação que o cliente tem dos profissionais de saúde, do que ele está falando, tem impacto nas relações de custo-benefício do seu tratamento (SILVA; BARROS, 2015). Desta forma, a comunicação voltada para os clientes que se encontram doentes tornam-nos mais independentes da assistência direta destes profissionais, da sua família, favorecendo a sua recuperação (FASSARELLA et al. 2013).

Em seus aspectos mais diversos, a comunicação é um instrumento da prática da saúde, assim como a destreza, habilidade manual, o conhecimento científico, observação, permitindo aos enfermeiros a interação com os clientes, relacionando-se e implementando a assistência à saúde, delimitando suas metas de intervenção e cumprindo os objetivos propostos (ROCHA OLIVEIRA; FARIA SIMÕES, 2013).

A postura dos profissionais e sua equipe na assistência à saúde é capaz de criar uma imagem positiva aos olhos do cliente, favorecendo, assim, o contato pessoal de uma forma espontânea e natural (SANTOS; TANAKA; CARMAGNANI, 2015).

Neste sentido, é necessária uma comunicação adequada entre todos da equipe, a qual irá refletir nas relações interpessoais para com o companheiro de trabalho e o cliente (BROCA; FERREIRA, 2015).

É de grande importância que o processo de comunicação (verbal ou não verbal) seja entendido e dinamizado para que os profissionais garantam e criem vínculo com o cliente de maneira harmoniosa, recíproca e que esse processo

dinâmico traga mudanças comportamentais, sociais e éticas aos indivíduos (BARLEM et al. 2008).

Em qualquer ambiente de trabalho, a comunicação far-se-á presente, bem como a interação entre profissional-cliente. O desenvolvimento de habilidades em comunicação conduz a uma prestação de serviços de forma abrangente, promovendo um aperfeiçoamento do saber, fazer profissional, havendo uma colaboração para com a qualidade dos serviços oferecidos (ROCHA OLIVEIRA; FARIA SIMÕES, 2013).

A comunicação é compreendida como um processo utilizado como instrumento de ajuda, sendo necessário conhecer e adquirir certas habilidades interpessoais de relacionamento, agindo positivamente na assistência ao cliente. Essas ações são algumas das funções que envolvem os profissionais, podendo incluir o cliente como sujeito ativo dessas ações (MOURÃO et al. 2009).

A partir da comunicação desenvolvida na assistência à saúde, psicólogo e enfermeiro, dentre outros, identificam suas necessidades e informam sobre procedimentos ou qualquer situação que o cliente deseja saber, facilitando assim a comunicação para com o cliente e familiar, tornando-os mais ativos nas ações prestadas (MOURÃO et al. 2009).

A objetividade na comunicação torna os profissionais capazes de observar o que realmente está acontecendo com seus clientes, não podendo se deixar influenciar por sentimentos subjetivos, nem por uma posição imparcial. Assim, este fenômeno revela-se através de um processo comunicativo e interativo, exigindo, também, envolvimento e o comprometimento daquele que presta e recebe assistência (ROCHA OLIVEIRA; FARIA SIMÕES, 2013).

Os profissionais, incluindo os da saúde, devem aprender, desde a sua formação, o real significado da comunicação; assim eles conseguem levá-la à prática mais facilmente, contribuindo para que a mensagem seja transmitida com mais clareza e compreensão (MOURÃO et al. 2009).

Sendo assim, uma comunicação adequada e eficaz na abordagem ao cliente resulta em uma assistência segura, permitindo uma relação interpessoal com informações claras, objetivas e de excelência (SILVA; BARROS, 2015).

Dentre todo o processo de comunicação na prestação de serviços, há uma necessidade crucial de olhar o cliente com outra visão, o sujeito e o cidadão que o

mesmo carrega em si, seus temores, desejos, sofrimentos e expectativas. Somente pela comunicação efetiva, bem assistida, é que a Psicologia, a Enfermagem e outras áreas da saúde poderão traçar planos e ações individuais e concretas para uma excelente prática assistencial (BARLEM et al. 2008).

Considerações Finais

Quando se define a comunicação como ato de informar, está se restringindo à sua abrangência. Contudo, quando se amplia o conceito como troca de informações, empatia, cordialidade, honestidade, ética, respeito, dinamicidade ao diálogo, a comunicação torna-se mais ampla, ou seja, suas qualidades de atendimento e competências estão sendo desenvolvidas com totalidade, e seu objetivo está sendo alcançado.

Para que uma comunicação verbal ou mesmo a comunicação não verbal seja adequada, é necessário que os profissionais sejam treinados, habilitados e sensíveis, pois possibilita a melhora e ganhos na assistência e cuidado praticado.

Discutir sobre a comunicação e a prestação de serviços tem-se tornado de grande valia para uma assistência humanizada, pois viabiliza e fortalece relacionamentos interpessoais, colaborando para um cuidado integral.

A discussão do tema contribui para um melhor aprendizado e empoderamento das profissões de saúde, trazendo inúmeros benefícios para a prática profissional e, conseqüentemente, melhoria na assistência ao cliente e familiar.

Este trabalho tem como relevância social a reflexão da comunicação como princípio de vínculo com cliente, objetivando sempre a melhoria no aprendizado do atendimento, no crescimento e na ascensão profissional cotidiana, para promover a reflexão a respeito da importância e significância do processo com uma visão holística, dinâmica, sempre sensível ao lidar com o ser humano, como um ser único, complexo, autônomo e corresponsável pelas ações que lhe são dirigidas.

Referências Bibliográficas

BARLEM Edison L. D.; ROSENHEIN, Daniele P. N., LUNARDILL Valéria L.; LUNARDI FILHO, Wilson D.. Comunicação como instrumento de humanização do cuidado de enfermagem: experiências em unidade de terapia intensiva. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2008;10(4):1041-9. Disponível em:

<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n4/v10n4a16.htm>. Acesso em 13 de março de 2018.

BERTACHINI, Luciana. A comunicação terapêutica como fator de humanização da atenção primária. **Rev. O Mundo da Saúde**, São Paulo – 2012;36(3):507-520. [periódico da internet]. Disponível em: https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/95/14.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2018.

BEZERRA, Italla M. P.; MACHADO, Maria de Fátima A. S.; DUARTE, Anailza S.; COSTA, Elciane A. P.; ANTÃO, Jennifer F. L. Comunicação no processo educativo desenvolvido pelos enfermeiros: as tecnologias de saúde em análise. **Rev. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change** 5 (3), 42-48. Out.2014. [periódico da internet]. Disponível em: <http://stat.ijkem.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2448>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

BROCA Priscilla V., FERREIRA Márcia. A. equipe de enfermagem e a comunicação não verbal. **Rev. Revista Mineira de Enfermagem**. 2014 jul/set; 18(3) 697-702. Disponível em : <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=27011&indexSearch=ID>. Acesso em 12 de abril de 2018.

FASSARELLA, Cintia S.; BUENO, Andressa A. B.; GUARILHA, Juliana B.; ANDRADE, Michelle A.. Comunicação no contexto hospitalar como estratégia para a segurança do paciente. **Rev. Rede de Cuidados em Saúde** ISSN 1982-6451. Jun 2013 [periódico da internet]. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcc/article/view/1901/905>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

GIL, Antonio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed – São Paulo 2002 [periódico da internet]. Disponível em: <http://www.mandani.adv.br/aula/Frederico/GIL.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2018.

JESUS, Luis M. T.; SIMÕES, João F. F. L.; VOEGELI, David. Comunicação verbal com pacientes inconscientes. Comunicação verbal com pacientes inconscientes. **Rev. Acta Paul Enferm**. 2013; 26(5):506-13. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3070/307029420016/>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

MOURÃO Carla M. L., ALBUQUERQUE Aline M. S., SILVA Ana P. S., OLIVEIRA M S., FERNANDES Ana F. C.. Comunicação em enfermagem: uma revisão bibliográfica. **Rev. Rene**. Fortaleza, 3 139-145, jul-set 2009. [periódico da internet]. Disponível em: <http://www.redalyc.otg/html/3240/324027967017/>. Acesso em 15 de março de 2018.

PONTES, Alexandra C.; LEITÃO, Ilse M. T. A.; RAMOS, Islane C.. Comunicação terapêutica em enfermagem: Instrumento essencial do cuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 6(3), 312-318. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n3/a06v61n3.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2018.

POTT, Franciele S.; STAHLHOEFER, Taniclaer; FELIX, Jorge V. C.; MEIER, Marineli J.. Medidas de conforto e comunicação nas ações de cuidado de enfermagem ao paciente crítico. **Rev. Bras Enferm**, Brasilia 2013 mar-abr, 66(2): 174-9. [periódico da internet]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2670/267028666004/>. Acesso em 16 de abril de 2018.

RAMOS, Ana P.; BORTAGARAI, Franciane M.. A comunicação não verbal na área da saúde. **Rev. CEFAC** [online]. 2012, vol.14, n.1, pp.164-170. Epub July 08, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/186_10.pdf. Acesso em 09 de julho de 2018.

OLIVEIRA, T. R.; SIMÕES, Sonia M.. F.A comunicação enfermeira-cliente no cuidado em unidade de pronto atendimento 24h (upa 24h): uma interpretação em Travelbee. **Enferm Global**. 2013; (30): 91-105. Disponível em: <https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/30525/2/A%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20enfermeira-cliente%20no%20cuidado%20em%20unidade....pdf>. Acesso em 30 de maio de 2018.

SANTOS, Amanda B. S.; TANAKA, Luiza H.; CARMAGNANI, Maria I. S.. Significados da comunicação não verbal para as entrevistadoras na seleção de profissionais de enfermagem. **Rev. Min. Enferm**. Vol. 19 (4): 877-885 Out/Dez.2015. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622015000400007&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20150068>. Acesso em 23 de março de 2018.

SANTOS, Maria C.; BERNARDES, Andrea. Comunicação da equipe de enfermagem e a relação com a gerencia nas instituições de saúde. **Rev. Gaucha de Enfermagem** (online), 359-366, [periódico da internet] 2010. Disponível em: <http://producao.usp.br/handle/BDPI/3486>. Acesso em 13 de setembro de 2018.

SILVA, Rodrigo C.; BARROS, Cleiciane V. L. Comunicação terapêutica relacionada ao cuidado humanizado e a segurança do paciente em unidade hospitalar. **Rev. Saúde & Ciência em Ação – Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**. Jul-dez. 2015. [periódico da internet]. Disponível em: <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/view/110>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

STEFANELLI, Maguida C. **Comunicação com paciente: teoria e ensino**. 2ª Ed. São Paulo: Robe Editorial; 1993. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/maguida-c-stefanelli/comunicacao-com-paciente-teoria-e-ensino/3808258079>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

Relação entre os Cantos de Aprendizagem no desenvolvimento da autonomia, cooperação e identidade

Relationship between the Songs of Learning in the development of autonomy, cooperation and identity

Renata Jodas Tafner¹
Joicimar Cristina Cozza²
Larise Boaventura Rodrigues³

RESUMO

O presente trabalho relata a importância dos Espaços Educadores na Educação Infantil como instrumento auxiliar do desenvolvimento moral e autônomo, além da identidade e cooperação, através da ludicidade e do concreto, das crianças dos Maternais 1 e 2, de dois a quatro anos, dos períodos matutino e vespertino de uma Escola Municipal de Educação Básica na cidade de Araçatuba, na região noroeste do estado de São Paulo, Brasil, nos anos de 2016 a 2017. O foco está na importância do papel da rotina nos espaços escolares, mais especificamente nos Cantos de Aprendizagem, para aprimorar habilidades, competências e melhor convívio social. De acordo com Forneiro (1998), os espaços comunicam-se, transmitem experiências e propiciam conhecimentos. O RCNEI (1998), na perspectiva autônoma dos atos educativos, defende que os espaços na Educação Infantil devem promover condições para que sejam usufruídos em benefício do desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Esta pesquisa possibilita perceber que o bom planejamento e organização dos espaços educativos na Educação Infantil contribuem visivelmente para desenvolver e ampliar habilidades e competências das crianças, focando na sua identidade, autonomia e capacidade de cooperação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Espaço Educador; Desenvolvimento; Autonomia; Identidade; Cooperação

ABSTRACT

This paper reports on the importance of Educational Spaces in Child Education as an auxiliary tool for moral and autonomous development, as well as the identity and cooperation, through playfulness and concrete, of Maternal 1 and 2 children, from two to four years, from periods morning and evening classes at a Municipal School of Basic Education in the city of Araçatuba, in the northwest region of the state of São Paulo, Brazil, from 2016 to 2017. The focus is on the importance of the role of routine in school spaces, Learning Corners, to improve skills, skills and better social interaction. According to Forneiro (1998) the spaces communicate, transmit experiences and provide knowledge. The RCNEI (1998), in the autonomous perspective of the educational acts, argues that the spaces in the Infantile Education must promote conditions so that it is enjoyed for the benefit of the development and learning of the children. Extremely relevant items were worked out, such as the importance of recognizing oneself as a subject, play as an educational situation that leads to cooperation, always emphasizing the role of well-planned space in the institution of Early Childhood Education to promote opportunities for

¹ Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

² Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Psicóloga, Mestre em Medicina Preventiva (FMUSP), com ênfase em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas à Saúde.

³ Professora da Prefeitura Municipal de Araçatuba e Zeta Objetivo de Birigui, Pedagoga e Psicopedagoga. (FUNPEPE e FAI)

growth. This research makes it possible to perceive that the good planning and organization of educational spaces in Child Education visibly contribute to develop and expand children's skills and competences, focusing on their identity, autonomy and capacity for cooperation.

Keywords: Autonomy, identity, cooperation, early childhood education, space educator, skills, competencies.

Introdução

Este estudo proporcionou reflexões sobre a relação entre os Cantos de Aprendizagens e o desenvolvimento dos temas autonomia, identidade e cooperação na Educação Infantil através de gráficos, analisando os espaços oferecidos para os alunos na faixa etária de dois a quatro anos, de acordo com o desenvolvimento da criança e as diversas linguagens que norteiam a Educação Infantil na rede regular do município de Araçatuba.

Esta problemática teve início de acordo com diferentes olhares e verificações de leituras sobre a importância da organização dos espaços educadores e como ele reflete acerca do desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

A concepção a ser abordada aqui, em relação à organização dos espaços e suas possibilidades de aprendizado, parte do princípio de que estas crianças, frequentadoras destes ambientes, realizam diversas e significativas mudanças nestes espaços, produzindo culturas.

Para tal propósito, buscaram-se subsídios teóricos nas documentações legais inerentes à Educação Infantil: Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006); Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (2009a); Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009b) e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009c), no intuito de buscar considerações sobre a importância da organização dos espaços e autonomia da criança.

Desde muito cedo, mediadas pelas relações com este mundo, suas linguagens, costumes, culturas, relações humanas e técnicas, as crianças tentam aprendê-las e significá-las num contexto rodeado por adultos ou professores, direta ou indiretamente. Assim, quando se olha como a escola tece as relações com o cotidiano, pergunta-se: quais são as atividades com que as crianças se ocupam? Quais experiências são necessárias para que estas transitem e interajam com

autonomia e desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais? Qual o papel da organização do espaço neste mote de ideais, crenças e valores? Como é o tempo na Educação Infantil e sua rotina? Há, de fato, planejamento e olhar atento para a promoção da identidade e autonomia neste espaço coletivo?

O objetivo geral deste estudo é analisar diversas situações de desenvolvimento, priorizando a autonomia, além da valorização da identidade e consequente socialização da criança de dois a quatro anos de idade, tendo, como elemento fundamental do processo, o espaço educador, definindo-o enquanto ambiente de aprendizagem.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998, p. 69) destaca:

O espaço da educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades em que estão sendo desenvolvidos.

Na Educação Infantil, deve-se pensar e organizar os espaços, levando em conta o desenvolvimento das crianças.

A Educação Infantil é um momento importante e diferente na educação do ser humano. Em outras fases da vida, nenhuma outra como esta terá características e necessidades tão específicas e, de certo modo, estruturantes. Neste nível de ensino (primeira etapa da Educação Básica), as interações, as vivências, os aprendizados individuais e coletivos têm demasiada importância para o percurso cultural do sujeito, por isso a importância de reconhecer e valorizar a ludicidade como elemento notável na caminhada pessoal da criança. Assim, por meio de atividades próprias da cultura infantil (lúdicas e imaginativas), utilizam-se conteúdos pedagógicos (brinquedos, fantoches, peças de encaixes, fantasias, entre outros), que vão garantindo o interesse e a motivação das crianças em ficar e também gostar dos espaços da escola.

Os conteúdos desenvolvidos devem abarcar, de forma lúdica e significativa, uma série de saberes, os quais, no decorrer do trabalho, vão adquirindo significado

e curiosidade, levando os docentes a instigarem e mediarerem essas hipóteses e descobertas realizadas pelas crianças.

O arranjo espacial deve estar coerente com a proposta pedagógica, entendendo o ambiente como recurso planejado para o desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2011, p.197), *Não basta organizar a sala em cantinhos, se nela persistir uma pedagogia centrada nas instruções do professor.*

Os Cantos de Aprendizagem, também chamados de Temáticos ou de Atividades Diversificadas, são arranjos espaciais pensados e montados pelos professores com participação ativa dos alunos.

Tem sido muito valorizada a organização de áreas de atividade diversificada, os “cantinhos” - da casinha, do cabeleireiro, do médico e do dentista, do supermercado, da leitura, do descanso - que permitem a cada criança interagir com pequeno número de companheiros, possibilitando-lhes melhor coordenação de suas ações e a criação de um enredo comum na brincadeira o que aumenta a troca e o aperfeiçoamento da linguagem. (OLIVEIRA, 2005, p. 195).

Constituem-se importante ferramenta de interação e saberes simbólicos para a criança, pois, na primeira infância, estas trazem, como característica principal, a intensidade de suas atividades motoras, o seu mundo simbólico e lúdico com muita imaginação.

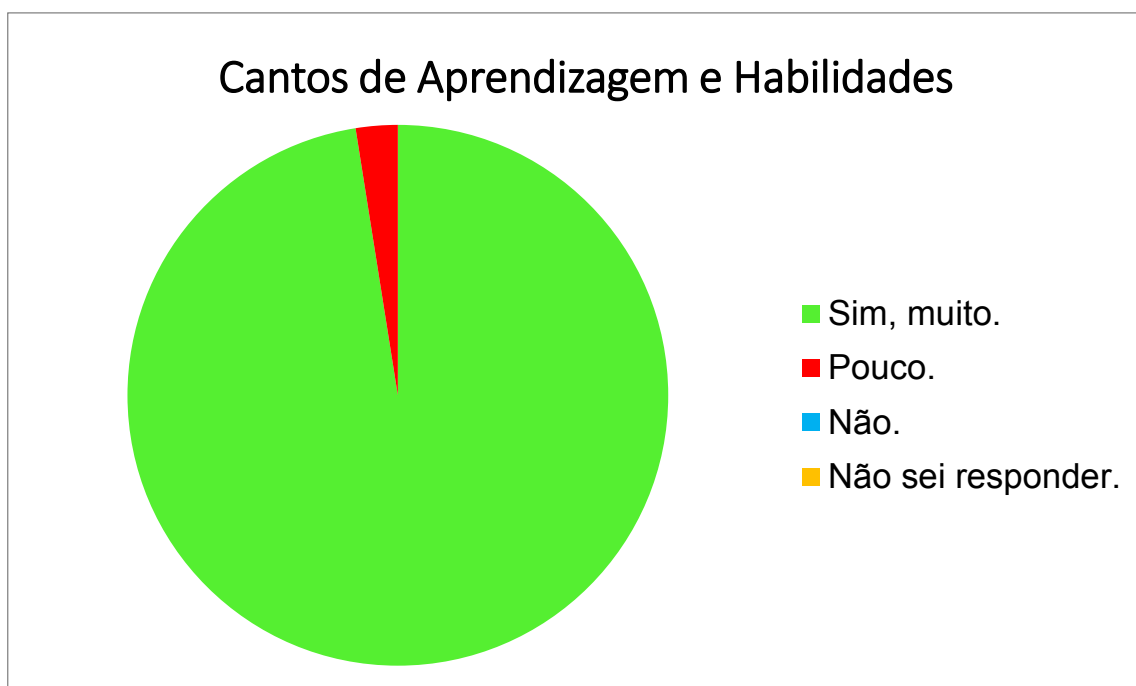
Nessa faixa etária, seus movimentos trar-lhe-ão muitas impressões – positivas ou negativas –; tais marcas dependem exclusivamente do oferecimento dos estímulos ofertados. É preciso conceber práticas que integrem o cognitivo e o motor, nas quais a criança não permaneça estática, imóvel, pois ambos devem interagir.

Essa ideia deve ser trabalhada e desenvolvida com recursos, brinquedos e, sobretudo, com o planejamento pedagógico de atividades em que a criança possa interagir com outros e com o ambiente escolar de maneira coletiva.

Relação entre os Cantos de Aprendizagem e desenvolvimento das habilidades

Para iniciar o questionário, foi feita a seguinte pergunta: Os Cantos de Aprendizagem auxiliam no desenvolvimento de habilidades nas crianças? Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Gráfico 1: Cantos de Aprendizagem e Habilidades



Fonte: própria, gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B. Prof. Cláudio Evangelista Teixeira.

Do universo de quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar, todos defendem a ideia de que os Cantos de Aprendizagem auxiliam no desenvolvimento de habilidades, havendo divergência na intensidade desse auxílio em apenas um participante, o qual declara que estes contribuem pouco; já os outros trinta e nove afirmam que os Cantos ajudam muito no desenvolvimento de habilidades das crianças; nenhum dos participantes julgou-se incapaz de avaliá-lo.

Cada Canto de Aprendizagem é pensado, com suas características próprias, visando alcançar algum crescimento nas crianças.

Eles são construídos buscando imitar a realidade dos lares e a vida comunitária das crianças, para que estas, usando as brincadeiras de Faz de Conta aprendam a interagir individualmente e em grupo em cada um desses ambientes, utilizando-se dos objetos que o compõem como ferramentas para desenvolvimento de habilidades específicas.

Nas séries finais da Educação Infantil em escolas pertencentes à proposta pedagógica Fazer em Cantos, por exemplo, é comum existirem os Cantos do Mercadinho, os quais possibilitam assimilar o conhecimento de vários alimentos diversificados; saber como funciona a dinâmica desse tipo de espaço, bem como

escolher os produtos nas prateleiras, colocá-los no carrinho, pagar no caixa; além de oferecer uma diversidade de funções a serem interpretadas pelos alunos, como fazer o papel de caixa ou de consumidor, trabalhando com números nos dinheirinhos de brinquedo, etc, viabilizando o desenvolvimento e até aprimorando várias habilidades e competências nas crianças.

Objetivos dos Cantos de Aprendizagem

Dando continuidade ao questionário, a segunda pergunta trata dos objetivos dos Cantos: Os Cantos de Aprendizagem promovem melhor socialização, respeito e resolução de conflitos para as crianças?

Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Gráfico 2: Objetivos dos Cantos de Aprendizagem



Fonte própria, gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B. Prof. Cláudio Evangelista Teixeira

Do universo de quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar participantes da pesquisa, todos os entrevistados concordaram que os Cantos de Aprendizagem promovem melhor socialização, respeito e resolução de

conflitos para as crianças; apenas uma opinião divergiu das demais quanto à intensidade desse feito, dizendo que estes contribuem pouco para esses fins; já os outros trinta e nove entrevistados declaram que os Cantos favorecem muito tais objetivos. A opção Não sei responder não foi citada por ninguém.

Diante dos dados coletados e apresentados nesses gráficos, pode-se observar que a comunidade escolar em geral, a maioria quase absoluta dos entrevistados, reconhece a importância dos Cantos de Aprendizagem como ferramenta de grande valia para o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e também que estes melhoram a socialização, respeito e resolução de conflitos na convivência das crianças proporcionada por esses ambientes privilegiados, conhecimento que não era totalmente esperado, por exemplo, para os pais de alunos, os quais, por não fazerem parte do meio acadêmico, não teriam obrigatoriedade de demonstrar esse conhecimento.

Foi gratificante notar que eles reconhecem essa forma de trabalho como uma maneira de agregar vários aspectos positivos que podem contribuir para a das crianças atendidas pela referida escola, fazendo com que melhore a aprendizagem qualidade da educação.

Relação entre os Cantos de Aprendizagem e rotinas

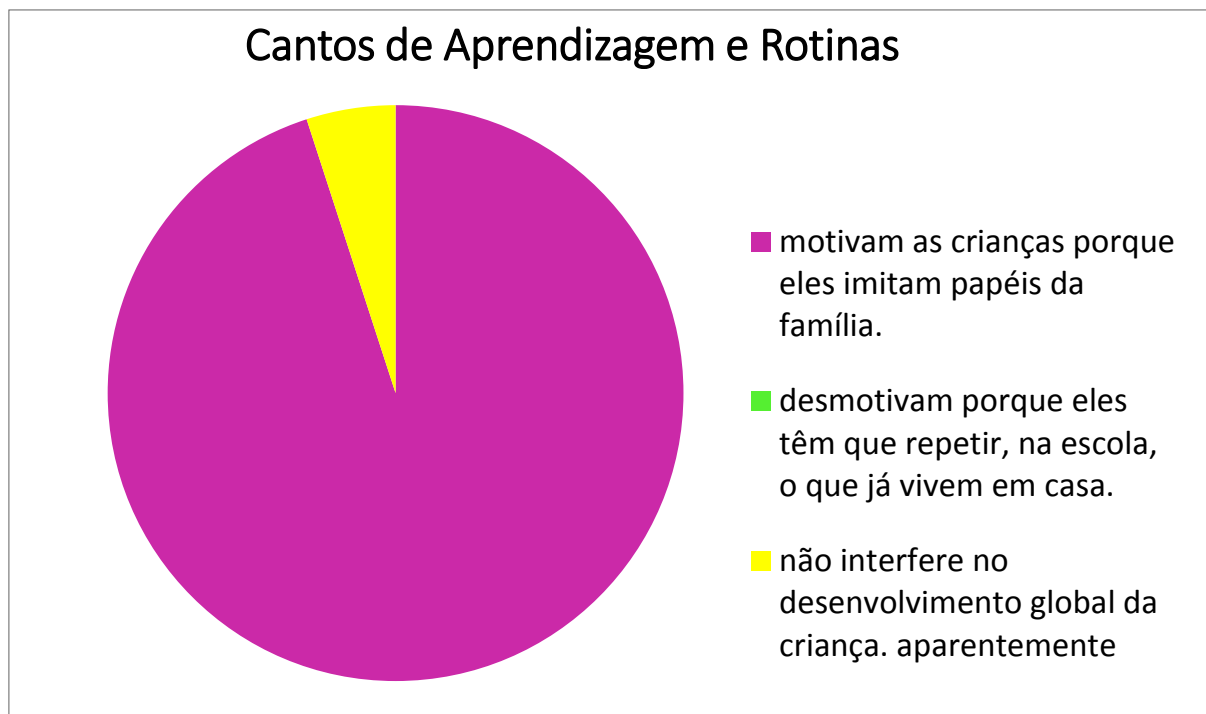
A terceira questão aborda a influência dos Cantos nas rotinas diárias das crianças, tanto em casa como na escola: Os Cantos simulam a rotina diária das crianças. Assim sendo, sobre eles, pode-se afirmar que:

Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Do universo de quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar, apenas dois pais de alunos disseram que os Cantos não interferem no desenvolvimento global da criança, embora essa afirmação vá em desencontro aos apontamentos das respostas anteriores em sua maioria plena que os reconhece como fortes auxiliares no desenvolvimento de habilidades, socialização, respeito e resolução de conflitos; talvez essa opção deva-se ao fato de não serem da área e não terem domínio pleno de temas mais específicos. Porém, nota-se que trinta e oito participantes permanecem na mesma linha de raciocínio das questões anteriores e responderam que os Cantos motivam as crianças justamente porque estes imitam

papéis da família já conhecidos e vivenciados pelas crianças, trazendo-lhes mais segurança.

Gráfico 3: Cantos de Aprendizagem e Rotinas



Fonte própria: gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B. Prof. Cláudio Evangelista Teixeira

A alternativa que trata os Cantos como desmotivadores por repetirem, na escola, o cotidiano doméstico não foi mencionada por nenhum participante da pesquisa.

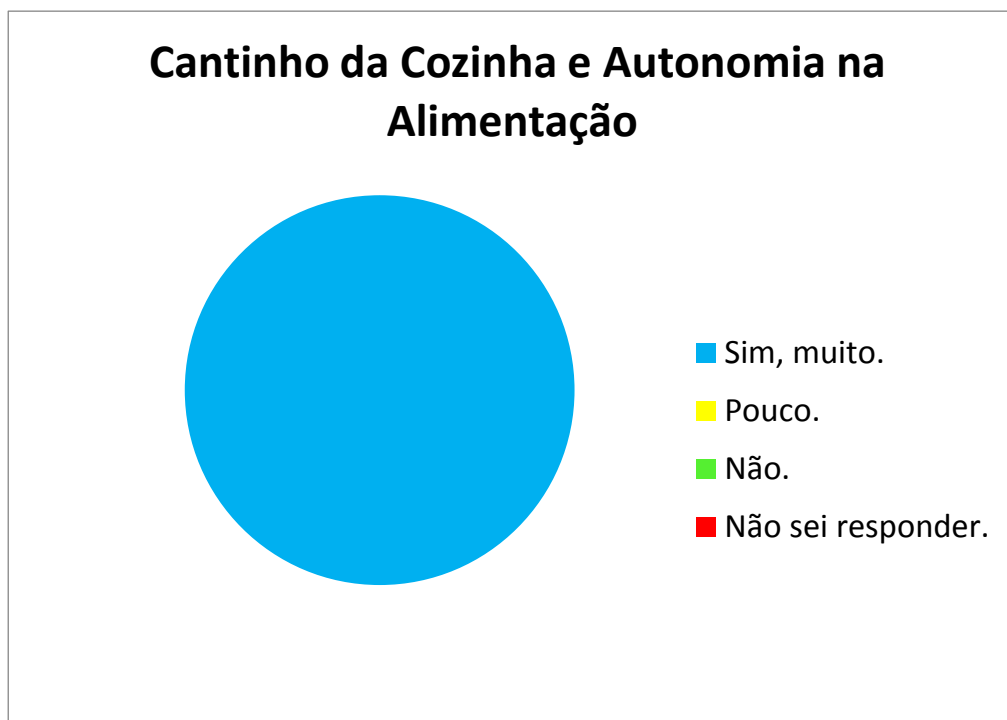
Essa pergunta destinou-se para que houvesse reflexão sobre a importância ou irrelevância dos Cantos de Aprendizagem para a rotina escolar da criança, associando-a à sua vida cotidiana no ambiente familiar.

Relação entre o Cantinho da Cozinha e autonomia na alimentação

A questão de número quatro fala da possível influência do Canto da Cozinha sobre o desenvolvimento da autonomia das crianças no que tange à seu processo de alimentação: O Cantinho da Cozinha estimula as crianças a alimentarem-se sozinhas?

Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Gráfico 4: Cantinho da Cozinha e Autonomia na Alimentação



Fonte: própria gerada aFonte própria: gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B Prof. Cláudio Evangelista Teixeira.

Do universo das quarenta pessoas entrevistadas, por unanimidade, todos acham que o Cantinho da Cozinha estimula muito as crianças a alimentarem-se sozinhas; portanto, nenhuma das outras três opções foi citada.

Ressalta-se aqui o reconhecimento da importância desse Canto como elemento motivador da autonomia da criança para aprender a alimentar-se sozinha, aproveitando as brincadeiras de casinha nesse ambiente e imitando a vida cotidiana, fazendo comidinha e servindo-as para os colegas.

Também é relevante citar que, nas séries seguintes, Etapas 1 e 2, quando os alunos já são maiores, eles mesmo se servem, nas mesas do refeitório, dos alimentos dispostos em vasilhas de vidro, utilizando pratos do mesmo material, garfo e faca (o que nem sempre ocorre em casa, já que muitos pais comem com colheres). Dessa forma, é possível que selecionem os alimentos e, portanto, evitem desperdício de comida, porque são orientados a colocarem no prato apenas o que vão comer, além de aprenderem também a respeitar a vez do colega servir-se e também a noção de repartir os alimentos com os demais.

Essa forma de alimentação *self-service*, na E.M.E.B. Prof. Cláudio Evangelista Teixeira, é bastante eficaz e proveitosa, visto que possibilita o aprimoramento de

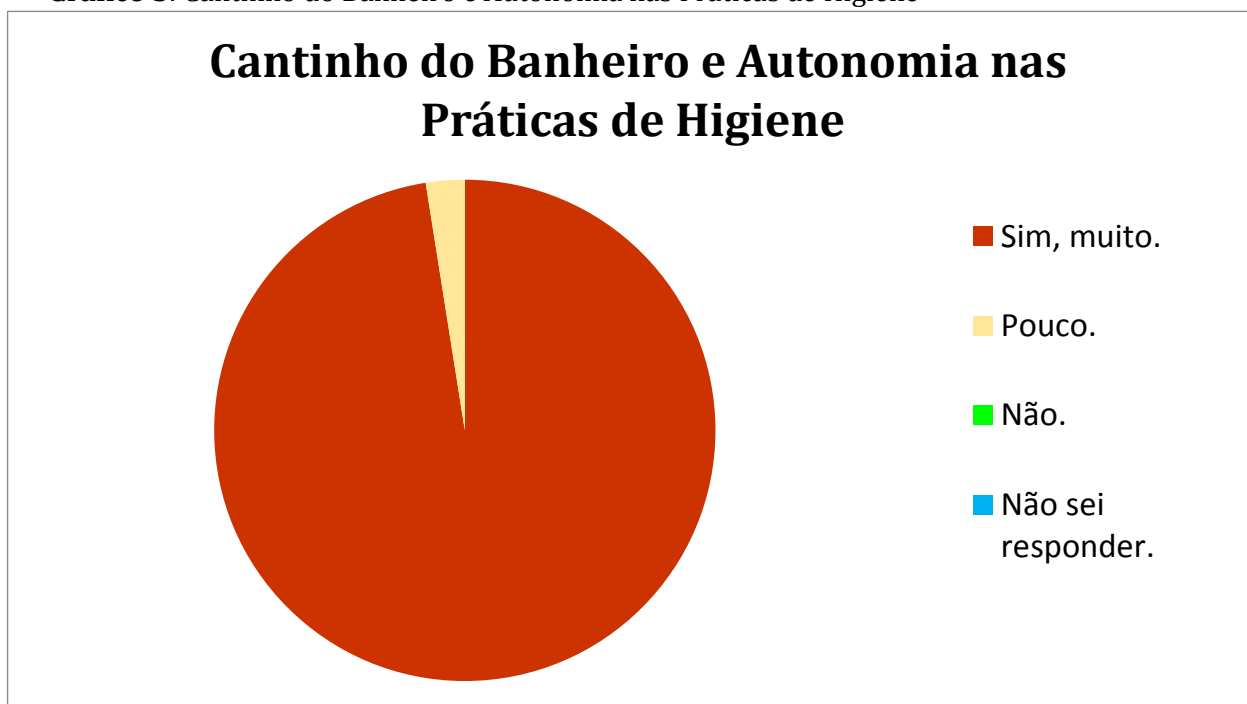
valores e habilidades de maneira bem mais completa, trabalhando, além da autonomia, respeito, evitando o desperdício e até a gula desmedida.

Relação entre o Cantinho do Banheiro e autonomia nas práticas de higiene pessoal

Nessa questão, é discutida a função do Cantinho do Banheiro como auxiliar do processo de desenvolvimento da autonomia das crianças quanto a seus hábitos de higiene pessoal: O Cantinho do Banheiro, de maneira lúdica, ajuda a criança adquirir autonomia em atividades cotidianas, como tomar banho, lavar as mãos, usar o sanitário?

Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Gráfico 5: Cantinho do Banheiro e Autonomia nas Práticas de Higiene



Fonte: própria, gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B Prof. Cláudio Evangelista Teixeira

Do universo de quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar, todos afirmam que o Cantinho do Banheiro, de maneira lúdica, ajuda a criança adquirir autonomia em atividades cotidianas, como tomar banho, lavar as mãos, usar o sanitário, dentre outras. Destes, trinta e nove defendem que esse ambiente é de grande valia para tal fim e apenas um pai diverge dos anteriores, dizendo que, apesar de auxiliar, interfere pouco nessas práticas. As outras duas

alternativas não foram citadas por nenhum participante da pesquisa, tornando evidente a importância desse ambiente para crianças dessa faixa etária, como ferramenta para desenvolver autonomia nesse hábito de higiene.

Vale ressaltar que o Canto do Banheiro é permanente no Maternal 1, visto que, nessa fase, existe um trabalho bem intenso para o controle de esfíncter e desfraldamento das crianças, além de uma forte motivação para a autonomia, pelo menos parcial, dos banhos destas na escola, os quais objetivam refrescá-las, tirar a areia do parque e dar início ao domínio pleno das normas de higienização de seu corpo.

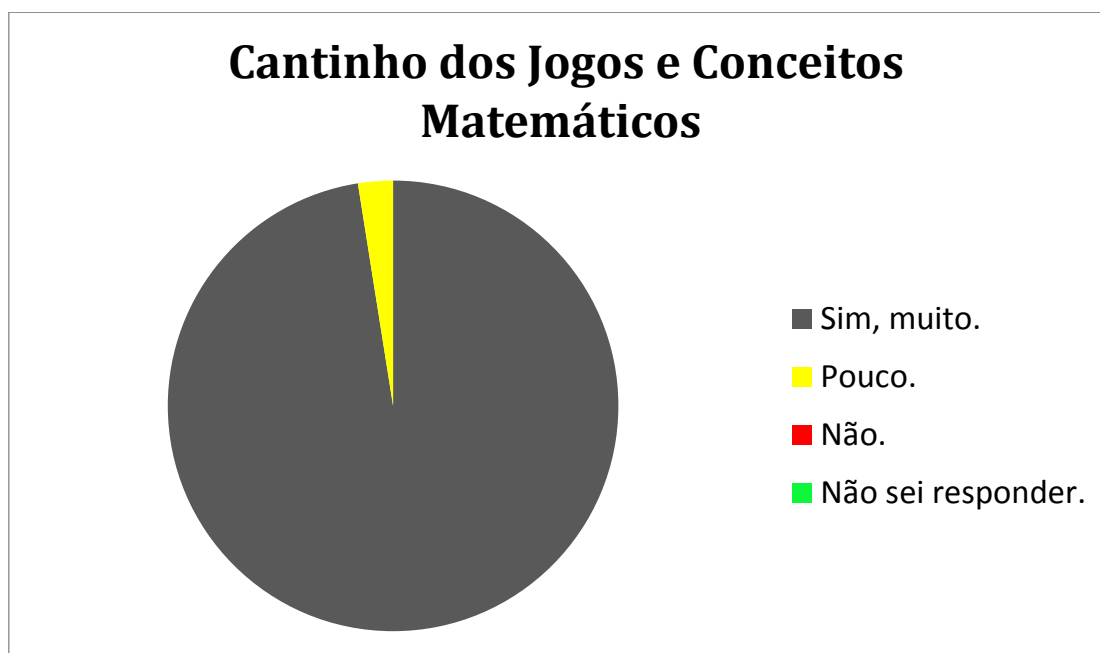
Já no Maternal 2, fica a critério da sala, de seu perfil e necessidade, a existência ou não desse Canto.

Relação entre o Cantinho dos Jogos e aquisição de conceitos matemáticos

A sexta questão aborda a possibilidade ou não de o Cantinho dos Jogos ser um instrumento facilitador do processo de aquisição de conceitos matemáticos elementares: O Canto dos Jogos facilita a identificação das principais cores e formas geométricas?

Quantidade de entrevistados: quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar.

Gráfico 6: Cantinho dos Jogos e Conceitos Matemáticos



Fonte: própria, gerada através das informações do questionário investigativo aplicado na E.M.E.B. Prof. Cláudio Evangelista Teixeira

Do universo de quarenta pessoas entre pais de alunos e membros da equipe escolar, trinta e nove acham que o Canto dos Jogos facilita muito a identificação de cores e formas geométricas principais; apenas um participante entende que esse espaço contribui em pequena intensidade para adquirir tais conhecimentos. Ninguém disse que esse Canto não favorece esse tipo de aprendizagem, nem sentiu-se incapaz de responder a questão.

Cabe aqui destacar que os Cantos dos Jogos são montados utilizando peças de encaixe de diferentes cores, formas e tamanhos, sempre respeitando as medidas de segurança para a idade, além de diversos quebra-cabeças, jogos e brinquedos envolvendo números, etc. Portanto, os materiais são facilitadores desses conceitos e aprendizagens matemáticas, porém também é extremamente significativo mencionar que esses, por si só, não cumprem tal objetivo. Devem ser utilizados com incentivo, orientação e supervisão de educadores, além da troca de informações e conhecimentos com os demais alunos que se encontram no mesmo Canto no momento destinado a eles.

Considerações Finais

Para preparar a criança para o exercício da cidadania, faz-se necessário que o professor e demais profissionais vivenciem a atenção permanente às questões da independência e autonomia, abrindo mão de qualquer atitude de autoritarismo, sem perder de vista a autoridade.

A ação do cotidiano escolar deve oportunizar a escolha e o autogoverno, mediante a prática de tomada de decisões, desde as atividades mais simples, como por exemplo, a escolha dos recursos didáticos de que se dispõe ao escolher as cores (lápiz, giz de cera, canetinhas, papéis, tintas e outros).

Muitos educadores esperam que suas crianças sejam obedientes, quietinhas e estejam constantemente em silêncio.

Os professores e educadores precisam de clareza nas suas ações e, no que diz respeito a esse eixo de trabalho, reafirma-se que a construção da pessoa em relação ao afetivo, o relacionamento com o outro e o convívio social é a base para o desenvolvimento integral da criança. Então, o conviver, o ser e o estar bem consigo e com os outros dependem de uma ação pedagógica que trabalhe, a cada dia, atitudes como aceitação, respeito, confiança, socialização e independência; a começar pelo

conhecimento da sequência da rotina e da compreensão do jeito como cada criança relaciona-se, sente, pensa e constrói conhecimentos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil** - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BARBOSA, Maria C. S.; HORN, Maria da G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros de Qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF. 2 v, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: SEB, 2006.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009.

DBRASIL. Lei n.9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

FARIA, Sílvia B.; SALES, Fátima R. T. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FORNEIRO, Lina I. A organização dos espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Tradução de Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.p. 229-281

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, C.M. (Org.). **Perspectivas para a educação infantil**.1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005. p. 181-203 GANDINI, 1999,

MENEZES, Cláudia C. L. C. **A Organização dos Espaços de Ensinar e Aprender nas instituições de Educação Infantil.** Salvador: Scielo Livros, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998, VOL. 1,2,3.

OLIVEIRA, Zilma R. **Educação Infantil: muitos olhares.** São Paulo: Cortez, 2010.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1989.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A memorização da marca através do *jingle*: estudo de caso Celso Lanches Araçatuba/SP

The brand's mind by jingle: Celso Lanches Araçatuba/SP's case study

Lilian Pacchioni Pereira de Sousa¹

João Geraldo Nunes Rubelo²

Elton Tonello Albuquerque³

Fernando Sávio Rodrigues dos Santos⁴

RESUMO

O objetivo do estudo foi compreender sobre a memorização de marcas através de anúncios em rádio no formato *jingle*. Delimitou-se, como objetivo específico, analisar o *jingle* da empresa Celso Lanches, de Araçatuba/SP, e assim verificar em que medida o nome do anunciante é mesmo memorizado pelos ouvintes das rádios. A escolha desse anunciante deveu-se ao fato de que o mesmo investe em rádio desde 1990, e é um dos maiores anunciantes da Cultura FM 95.5. Além de revisar a bibliografia sobre temas relacionados à publicidade, mídia e lembrança de Marcas, realizou-se uma pesquisa de campo com o anunciante e a população de ouvintes. Considerou-se que o rádio ainda é uma mídia de grande cobertura e o formato *Jingle* contribui para a lembrança de marca.

Palavras-chave: Publicidade, *jingle*, rádio.

ABSTRACT

This current descriptive case study has as its purpose to understand the brand's mind by radio's advertisement in this case, *jingle*. The specific purposes were delimited as to analyze the Celso Lanches's *jingle*, a company from Araçatuba, and to check how much the advertiser's name's mind is really memorized by radio's listeners. This choice became from the company Celso Lanches has announced on radio since the 1990s and they're one of the biggers Cultura FM 95.5's advertisers. It was revised advertising and publicity, radio, music and brand's mind's specialized bibliography. Also, it was realized a field research with the advertiser and the public. Radio was considered a large coverage's media and the *jingle* was considered a contributor of brand's mind.

Key words: Publicity, *jingle*, radio.

Introdução

Ter a sua marca lembrada pelo público é o desejo de qualquer empresa. A partir deste ponto, então, fazem-se necessários vários mecanismos da publicidade para atingir tal feito. Armando Sant'Anna afirma que existem três fases do ciclo de vida de um produto, serviço ou marca: introdução/lançamento; sustentação frente

¹ Publicitária, mestre em Administração, Comunicação e Educação (UNIMARCO/SP). Docente do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda do UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba/SP.

² Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UNISALESIANO de Araçatuba.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda no Centro Universitário Católico UniSalesiano Auxilium de Araçatuba

⁴ Coordenador do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda - do UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba/SP

à concorrência; maturidade. Portanto, uma ação ou campanha publicitária terá seu planejamento criativo de acordo com o estágio em que seu cliente se encontra.

O presente estudo concentrou-se nos anúncios para rádio, mais especificamente, no formato *jingle*. Sendo assim, foi necessário entender como se deu a memorização da marca por meio da peça publicitária - *jingle* -, especificamente concentrando em um estudo de caso regional, com o anunciante Celso Lanches, uma lanchonete localizada em Araçatuba. A escolha da empresa deu-se pelo fato da mesma anunciar sua por meio do rádio há anos, tornando-se um dos anunciantes mais antigos da emissora Cultura FM 95,5. O recorte temporal da pesquisa foi entre os anos de 1990 e 2017.

Para a construção do trabalho, primeiramente se explanou-se a respeito da mídia rádio, sua história, evolução e principais características. Em seguida, tratou-se de compreender a importância da emissora Cultura FM para Araçatuba, bem como a trajetória do anunciante Celso lanches, lanchonete tradicional na cidade.

Para complementar o estudo, realizou-se uma pesquisa de campo em dois universos: o anunciante, por meio de uma entrevista com perguntas abertas e análise interpretativa das respostas e, em seguida, com a população araçatubense, por meio de *facebook*, *e-mail* e *whatsApp*, de um formulário enviado pelo *Google* (modelo *Google Forms*) com a população de Araçatuba.

Tal estudo mostrou-se necessário para a investigação da influência da peça publicitária em rádio, no formato *jingle* para a memorização de uma marca. Além disso, por tratar de um estudo regional, mostrou-se importante também para toda a sociedade que compõe tal região, agregando conhecimentos a respeito das criações publicitárias radiofônicas na cidade de Araçatuba. As considerações relataram a confirmação da hipótese de que realmente o *jingle* é um formato de peça publicitária que contribui para a memorização da marca e o anunciante, por meio do relato do atual proprietário, mostrou-se satisfeito com os investimentos que já vem, há anos, fazendo na mídia rádio.

Métodos: a pesquisa com anunciante e público de Araçatuba

O método que se considerou adequado para este trabalho foi a realização de um estudo descritivo de caso e consulta de bibliografia especializada em temas relacionados à Publicidade e Propaganda, Mídia Rádio, Música e lembrança de

marca, autores como Armando Sant'anna, Clóvis Reis e Luis Ferraretto, anuário de mídia da SECOM - Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira - no qual é apresentando um panorama geral sobre o rádio como meio de divulgação publicitária, e ainda pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o acesso da população brasileira a meios de comunicação deram relevância ao estudo em questão. Aplicou-se uma pesquisa de opinião e mídia, com perguntas abertas e, anvaliação qualitativa das respostas, com o anunciante Celso Lanches, e outra pesquisa de *recall*, com avaliação estatística com a população de Araçatuba, por meio do envio de um formulário (*Google Forms*).

Discussão

A partir das respostas obtidas na pesquisa de opinião e mídia, confirmou-se a hipótese de que o anunciante considera a mídia rádio importante para a lembrança de marca de sua empresa. O anunciante ainda acredita que a mídia continua sendo importante mesmo após a marca Celso Lanches já ter sido consolidada na cidade de Araçatuba.

Outra questão a destacar é a opinião do anunciante a respeito da mídia rádio: insistentemente, o proprietário citou o fato de ser uma mídia com excelente custo/benefício, que é uma das qualidades positivas desta, segundo enfatiza, em sua obra *Contatos Imediatos com Mídia*. (TAHARA, 2004). Ainda, na opinião do proprietário da empresa, o rádio tem grande aceitação na região de Araçatuba e bastante audiência, sendo, portanto, um investimento totalmente positivo.

Além dos pontos positivos já citados sob o ponto de vista do anunciante, ainda há o fato de que, para ele, o anúncio em rádio, além de contribuir para a lembrança de marca, também desperta, no ouvinte, a vontade de consumir seu produto, levando o cliente a uma etapa comportamental e não apenas cognitiva (lembrança).

Sobre a relação entre marca e emissora, em termos mercadológicos, a opinião do anunciante sobre a emissora é muito positiva tanto nos setores de criação do *jingle* (anunciante gosta da letra da música), quanto em termos de alcance da mídia, uma vez que a emissora tem significativa audiência na região.

A respeito do perfil do público que frequenta e consome os lanches da lanchonete Celso Lanches, foi identificado como bastante diversificado, composto

por jovens, adultos e idosos, homens e mulheres de diferentes faixas etárias e variados perfis de consumo.

Em relação ao objetivo principal, o de avaliar se todo o investimento realizado no veículo rádio até hoje contribuiu positivamente para os negócios e também para a lembrança de marca do anunciante, na perspectiva do anunciante, foi alcançado, visto que o proprietário da lanchonete acredita que:

[...] foi um dos principais pontos positivos para o nosso sistema de delivery evoluir e chegar onde chegou hoje, pois é uma mídia barata que boa parte da população utiliza no dia a dia.⁵

Ainda, segundo o mesmo, a mídia é muito importante para despertar a vontade de consumir sua marca.

Quanto aos objetivos específicos, não foi possível investigar o que levou o anunciante a investir em rádio, já que o fundador da empresa – o qual fechou os primeiros contratos com a Rádio Cultura FM – hoje é falecido; uma vez que não há informações por parte do anunciante sobre a primeira abordagem por parte dos contatos comerciais da emissora, nem a emissora conseguiu fornecer esse relato. Foi possível compreender, parcialmente, a relação da marca (Celso Lanches) com a emissora Cultura FM 95,5, em termos comerciais; sobre os atuais contratos, os períodos de veiculação, porém, o dono preferiu não abrir estes valores de negociação. Por fim, atingiu-se o objetivo de saber a opinião do anunciante a respeito da mídia rádio, sendo esta de fato extremamente positiva, principalmente pela relação custo/benefício, de acordo com o ponto de vista do anunciante.

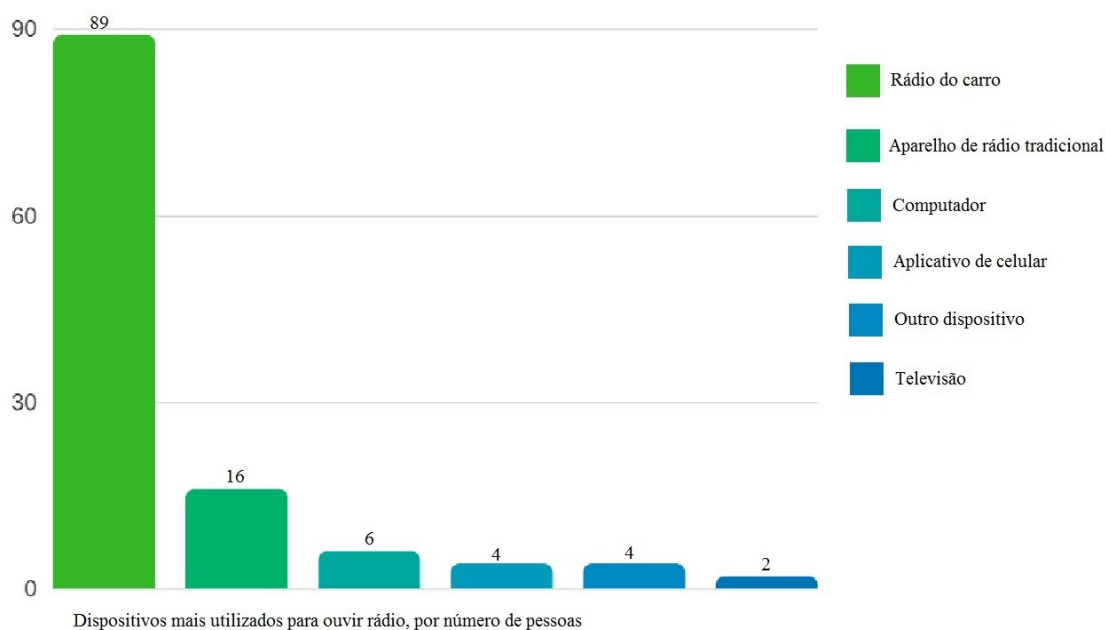
A partir dos dados coletados na pesquisa de *recall*, foi possível correlacionar diversas informações. Das pessoas que se recordaram do *jingle* da empresa Celso Lanches, apenas 42% ouvem, com mais frequência, a Rádio Cultura FM 95,5 (única emissora no qual o *jingle* é veiculado atualmente) e 8% sequer ouvem rádio atualmente. Esse fato é uma possibilidade de confirmação da lembrança de marca, visto que os ouvintes foram expostos à peça publicitária da empresa em algum momento de um passado mais antigo.

Notou-se, também, que o dispositivo rádio do carro é o instrumento mais utilizado para ouvir rádio pela amostra. Também a Rádio Cultura FM 95.5 mostrou

⁵ Trecho retirado da pesquisa de mídia com o anunciante Celso Lanches, aplicada neste projeto.

destaque na amostra, sendo a mais ouvida pela mesma (30%), o que confirma a declaração da empresa, na pesquisa A, de que a emissora é uma das mais ouvidas de Araçatuba. Ainda em relação aos dispositivos, nota-se que a maior parte da amostra ouviu rádio das maneiras mais convencionais, aparelho de rádio e rádio do carro, e nem tanto pelas novas tecnologias, como aplicativo de celular e computador, conforme o gráfico 01.

Gráfico 01 – Dispositivos mais utilizados pela amostra



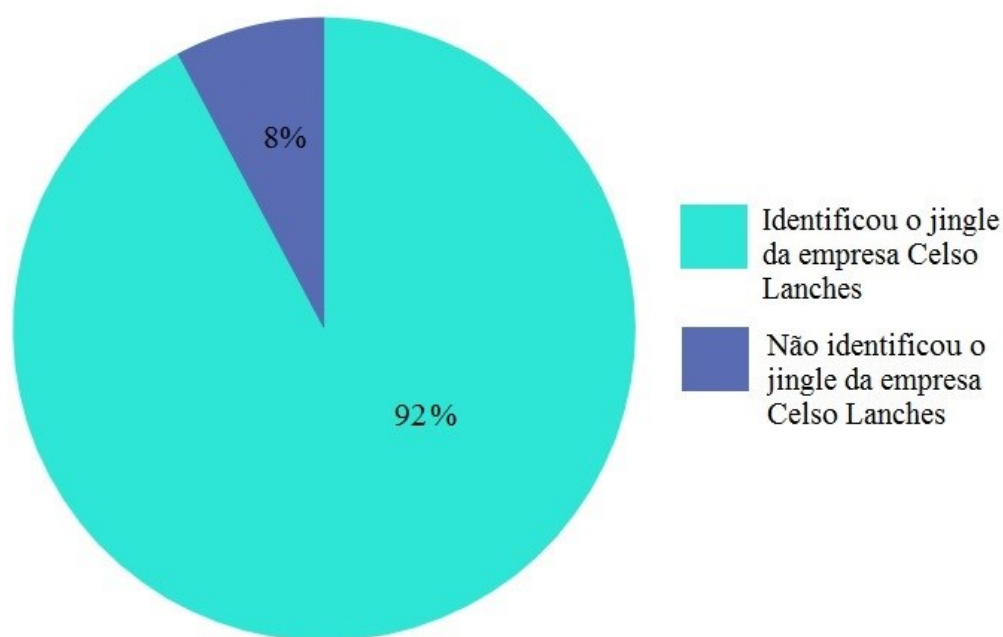
Fonte: Albuquerque, 2018.

Outro ponto analisado foi com relação ao gênero: as mulheres recordam-se de *jingle* mais que os homens – do total de mulheres, 74% se recordam de algum anúncio nesse formato enquanto, entre homens, esse percentual é de 71%.

Após a mensuração dos resultados da Pesquisa B, pode-se concluir que o objetivo principal de medir a relevância do anúncio em rádio (formato *jingle*) na lembrança da marca Celso Lanches na cidade de Araçatuba/SP foi alcançado, já que, dentre a amostra que se recordava de um *jingle*, 92% reconheceu o da empresa em questão, gráfico 02.

Como, no formulário de pesquisa, o campo era aberto para o participante escrever, diversas respostas continham expressões como Mas é claro que é do Celso Lanches ou Essa é fácil. , mostrando que a referida peça publicitária realmente contribuiu para a lembrança de marca da empresa.

Gráfico 02 – Lembrança de marca da empresa Celso Lanches

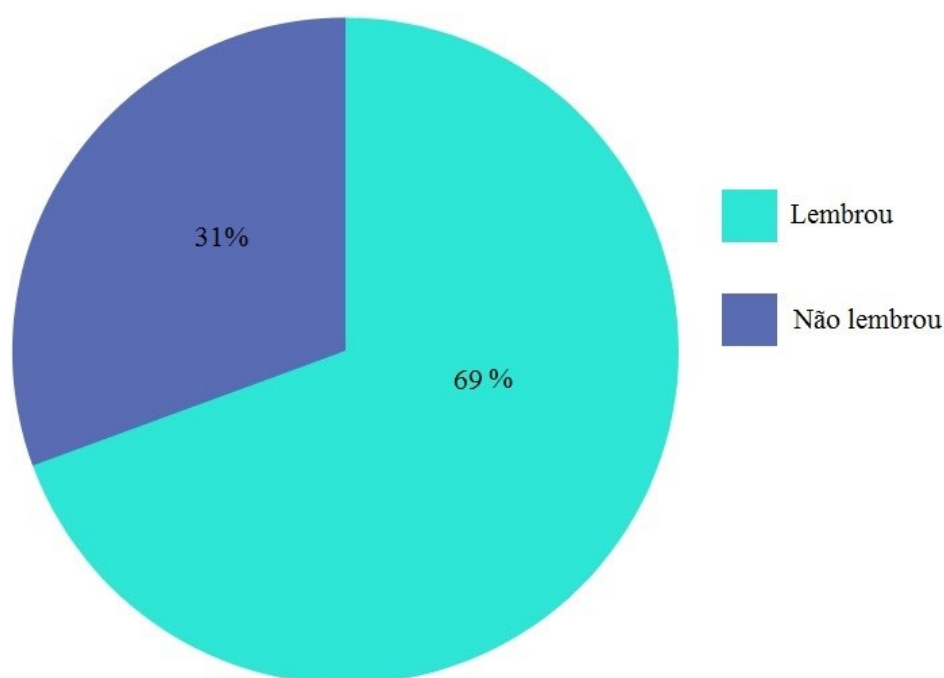


Fonte: Albuquerque, 2018.

Quanto ao objetivo específico, o de verificar se a amostra tem o costume de ouvir rádio e identificar quem o ouve (segmentação por idade) foi atingido, já foi constatado que 83% da amostra ouve rádio e sua idade em média simples é de 26,9 anos; sobre investigar se a amostra recorda-se de alguma trilha sonora de comercial que já ouviu no rádio, pôde-se auferir que 69% da amostra recorda-se de alguma trilha sonora publicitária; a respeito de aferir se a amostra recorda-se do *jingle* estudado neste projeto, no caso, o da empresa Celso Lanches, tal objetivo foi totalmente alcançado, visto que já foi citada e confirmada tal possibilidade, gráfico 03:

Quanto às hipóteses, 69% da amostra afirmou recordar-se de alguma trilha sonora de comercial, o que confirmou a hipótese de a amostra recordar-se de alguma trilha sonora que já ouviu no rádio. A hipótese de a amostra lembra-se especificamente da trilha sonora contida no anúncio radiofônico da empresa Celso Lanches também foi confirmada, visto que, das pessoas que se recordavam de algum *jingle*, 92% lembrou-se da peça publicitária objeto de estudo deste trabalho.

Gráfico 03 – Pessoas que se recordam de algum *jingle*



Fonte: Albuquerque, 2018.

Em relação à hipótese de o anúncio em rádio no formato *jingle* contribuir para a lembrança de marca do anunciante, esta foi também confirmada, já que a pesquisa apontou que a marca Celso Lanches é muito conhecida em Araçatuba. Tal afirmação pode ser comprovada devido ao fato de a empresa ter sido citada vinte vezes na questão que perguntava se a amostra recordava-se de qualquer *jingle* e também sendo lembrada (a partir da reprodução de parte do seu *jingle*) por 92% das

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância do *jingle* na memorização de marca. Para isso, primeiramente se selecionou o *jingle* da empresa Celso Lanches de Araçatuba, objeto do estudo de caso. A partir da pesquisa bibliográfica, informações a respeito da história e características do meio Rádio foram coletadas, seguidas de informações a respeito da publicidade no rádio e os formatos de anúncio compatíveis com a mídia. Em seguida, buscaram informações do veículo especificamente na cidade de Araçatuba, além da investigação de uma emissora localizada na cidade, Rádio Cultura FM 95.5. Tal seleção se deu devido ao

fato de, atualmente, ser a única emissora que veicula o *jingle* objeto de estudo deste trabalho. A seguir, o *jingle* da empresa Celso Lanches foi analisado e informações a respeito da empresa foram coletadas.

Posteriormente, foram desenvolvidos dois projetos de pesquisa: o primeiro, denominado pesquisa A, consiste em uma entrevista com o anunciante; o segundo, denominado pesquisa B, compreende uma pesquisa de *Recall* aplicada na população de Araçatuba, com o objetivo de medir a relevância do *jingle* na lembrança de marca da empresa Celso Lanches. Após a coleta das informações, estas foram tabuladas, interpretadas e analisadas.

A partir da análise de todas as informações coletadas, pode-se chegar à confirmação da relevância no anúncio em formato *jingle* para a memorização da marca da empresa Celso Lanches. O fato de a empresa anunciar, neste formato, há aproximadamente vinte e oito anos exerce grande influência em tal memorização. A escolha da emissora na qual a peça publicitária é veiculada mostra-se relevante para tal feito, visto que o anunciante estudado veicula seu *jingle* na emissora que foi apontada como a mais ouvida na Pesquisa B, Rádio Cultura FM 95.5.

A peça publicitária analisada, o *jingle* da empresa Celso Lanches, é composto por termos repetidos: o nome da empresa é citado cinco vezes e o número do *delivery*, quatro vezes. O trecho [...] *discou, lanchou* [...], que aparece duas vezes na letra da música, passa a ideia de agilidade e praticidade, agregando valor ao serviço da marca. Tais elementos, associados à inserção de longa data numa emissora escolhida de maneira estratégica, fortalecem a memorização da marca da empresa.

Mesmo com o advento das mídias digitais e, em consequência, das redes sociais, o investimento nas mídias tradicionais (especificamente, neste trabalho, no rádio) continua sendo de extrema relevância. O que confirma esse apontamento é a Pesquisa B, na qual 83% da amostra tem o costume de ouvir rádio. Além desse fato, a comprovação da memorização da marca através do *jingle* também sustenta a afirmação anterior.

É nítida a importância da parceria entre anunciante e emissora, principalmente para a empresa Celso Lanches, visto que o longo período no qual o *jingle* desta é veiculado naquela contribui para que os ouvintes reconheçam a marca.

Sendo assim, o problema do estudo – como o *jingle* de uma marca contribui para sua memorização e o que ele deve conter para atingir tal feito? – foi solucionado

e o presente trabalho desdobra-se em sugestões de novos estudos a respeito das mídias tradicionais no município de Araçatuba, como por exemplo, a associação das mídias tradicionais e mídias digitais na memorização de marca.

Referências Bibliográficas

ABRATEL – Associação Brasileira de Televisão e Rádio. **O rádio no Brasil: no ar há 91 anos.** Disponível em <<http://abratel.org.br/noticia/radio-brasil-ar-ha-91-anos>> Acesso em: 10 set 2018.

ALTO ASTRAL. **O que foi a Era do Rádio: um dos símbolos da Era Vargas.** Disponível em <<https://www.altoastral.com.br/era-radio-simbolo-era-vargas/>> Acesso em: 10 set 2018.

ALVES, Eduardo J. de A. **Os jingles e sua capacidade de proporcionar credibilidade à marca.** Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade), Brasília, 2006.

BANCO DE DADOS FOLHA. **Frequencia modulada: maravilha do rádio moderno.** Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_24nov1948.htm> . Acesso em: 11 set 2018.

BLOG DO ZÉ MARCOS. **Os 30 anos de Cultura FM.** Disponível em <<https://www.blogdozemarkos.com/2009/09/30-anos-de-cultura-fm.html>> . Acesso em: 10 set 2018.

EXAME. **Aplicativos representam 30% da audiência online das rádios brasileiras.** Disponível em <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/aplicativos-representam-30-da-audiencia-online-das-radios-brasileiras-dino89095582131/>. Acesso em: 19 set 2018.

FACEBOOK. **Rádio Cultura FM 95.5 de Araçatuba.** Disponível em: www.facebook.com/95cultura. Acesso em: 14 set 2018.

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio: O veículo, a história e a técnica.** 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

IBGE – Agência de Notícias. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>>. Aceso em: 19 set 2018.

IBGE - Agência de Notícias: **Dia mundial do rádio celebra esporte e incentiva tolerância em 2018.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/20004-dia-mundial-do-radio-celebra-esporte-e-incentiva-tolerancia-em-2018 >. Acesso em: 08 mai 2018.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAUAD, Sêmia. **A história do rádio no Brasil e em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009.

RANIERI, Danieli. et al. **Cultura FM “30 Anos. É Demais!”**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Araçatuba.

REIS, Clóvis. **Publicidade no rádio: Classificação dos formatos de anúncio a partir do critério de ordenamento dos conteúdos na estrutura narrativa da programação. Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo: ano 9 vol. 9 n. 24 p. 227-244 mai. 2012.

SAMARA, Beatriz S. **Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia**. 4. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SANT'ANNA, Armando; JÚNIOR, Ismael R.; GARCIA, Luiz F. D. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECOM. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2016. 120 p.

TELECO. **Rádio e TV: Estatísticas de Rádio e TV**. Disponível em <<https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/18076-ibge-divulgados-estatisticos-de-radio-e-tv>> . Acesso em: 08 mai. 2018.

TAHHARA, Mizuho. **Mídia**. 8 ed. São Paulo: Global, 2004.

VERONEZZI, José C. **Mídia de A a Z**. 2 ed. São Paulo: Fligh Editora, 2005.

A publicidade infantil e a ética: o papel dos *youtubers* diante às recomendações do CONAR

*The ethic of children's advertising on Youtube
through the lens of the CONAR*

Lilian Pacchioni Pereira de Sousa¹
João Geraldo Nunes Rubelo²
Ricardo Tadeu Leoncini de Carvalho³
Fernando Sávio Rodrigues dos Santos⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a prática da publicidade infantil na *internet*, estabelecendo uma conexão com os artigos do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), bem como a atuação da entidade e o comportamento de consumo das crianças no Brasil, lançando um olhar sobre os valores éticos da publicidade veiculada ao público infantil, Buscou-se compreender o CONAR sob a visão da ética para delinear condutas e atividades nocivas ou maliciosas presentes na publicidade infantil na plataforma: *Youtube*. O estudo analisará o impacto da *internet* na rotina das crianças e por meio da metodologia de pesquisa do Levantamento Bibliográfico, procurará identificar violações das recomendações dos órgãos regulamentadores. Este estudo refletirá acerca da criança na contemporaneidade.

Palavras-chave: Publicidade infantil, CONAR, *Youtube*, Ética.

ABSTRACT

This scientific article has the primary objective to investigate the practice of the publicity for children on the internet establishing a connection with the articles of the Brazilian publicity Code of Self-regulation. The specific objective is to give an ethical point of view of the marketing targeting the infant. It was very important to have full comprehension of the self-regulation entity so it's possible to delineate the actions that are harmful present in the publicity for children on the *Youtube*. The study will analyze the impact of the internet on the daily routine of children, and using the bibliographic survey methodology of research, it will try to identify possible violations of the recommendations of the regulatory entities. This paper will expose the contemporary infancy and the influence of the internet in the transmission of this type of advertisement.

Key-words: Children's advertisement, *Youtube*, Ethics.

Introdução

Com o aumento das restrições da publicidade em meios de comunicação tradicional, a publicidade infantil tem encontrado um novo lar na *internet*, onde o controle de material é ínfimo e há possibilidade de filtrar o público de maneira

¹ Publicitária, mestre em Administração, Comunicação e Educação (UNIMARCO/SP). Docente do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda do UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba/SP.

² Filósofo e Mestre em Geografia. Docente no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda no Centro Universitário Católico UniSalesiano Auxilium de Araçatuba

⁴ Coordenador do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda - do UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba/SP

eficiente com base em algoritmos refinados que recomendam conteúdos baseados nas preferências dos usuários.

O Brasil é hoje o quarto país com maior número absoluto de usuários de internet, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China, conforme levantamento divulgado em 2017, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no documento Economia da Informação 2017: Digitalização, Comércio e Desenvolvimento. E o acesso à rede tem crescido, principalmente entre os mais jovens.

De acordo com dados divulgados em 2017 pelo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), oito em cada dez crianças e adolescentes (82%) com idades entre 9 e 17 anos o que representa cerca de 24,3 milhões usam a rede. O uso de *smartphones* para acessar a *internet* é quase predominante nesta faixa etária. Estima-se que 91% tenham utilizado *smartphones* para navegar na *internet* no último ano. Em 2012, essa proporção era de 21%. Esse cenário é preocupante pois a precocidade com que as crianças estão sendo expostas à publicidade é motivo de alerta tanto para os pais, quanto para a sociedade. Isso se dá principalmente pelo fato de que as crianças são hipossuficientes, vulneráveis e facilmente influenciáveis. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, em 2014, implantou uma nova regulamentação que tem como objetivo a máxima fiscalização para com os anunciantes de produtos destinados ao público infantil. O avanço da legislação pretende proibir qualquer tipo de comercial mercadológico voltado às crianças. Embora o interesse pelas crianças, suas preferências e seu poder de consumo, bem como seu comportamento como consumidor, venha aumentando, não há, no mercado, a existência de conhecimentos suficientes sobre o tema.

Para que a influência da publicidade infantil não se torne algo incontrolável e abusivo, existem órgãos regulamentadores, leis e projetos, que auxiliam na prevenção e regulação destas informações. Todavia, estes meios mostram-se insuficientes no cenário atual, pois o acesso à internet indiscriminado como parte da rotina das crianças é algo recente que ainda não foi claramente observado e compreendido. Atualmente, as recomendações de publicidade infantil ainda não

*O CONANDA, é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal foi criado pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 e é o órgão responsável por tornar efetivo os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

predominam no território da *internet*, onde as regulamentações são praticamente inexistentes e quase sempre são ignoradas por completo. Diante do exposto e com o intuito de contribuir essa discussão, elegeram-se a seguinte questão problema: As recomendações do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária estão sendo seguidas pelos criadores de conteúdo, denominados *Digital Influencers* (Influenciadores Digitais) para crianças no *Youtube*?

Posto isso, é importante destacar que este trabalho visa investigar a integridade moral da publicidade em canais de *Youtube* com foco no público infantil, considerando o acesso precoce à *internet* e os artigos do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

No início desta pesquisa, foram apresentados os conceitos de publicidade e como a área se constituiu diante ao panorama socio-cultural no Brasil, os conceitos de publicidade, propaganda, bem como as denominações que caracterizam a infância e, em especial, a publicidade infantil, sobretudo, a realidade da criança que consome e, por fim a ética e a moralidade da publicidade diante a infância.

A seguir, serão expostos os artigos que constituem o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, as leis e os projetos de leis relevantes ao tema abordado que compõem o atual cenário Nacional.

Com o tema devidamente contextualizado, será apresentada a realidade das plataformas digitais onde as crianças passam o seu tempo ocioso e como o fenômeno da *internet* deu força extraordinária para o acesso ilimitado desse público com conteúdos feitos sob medida que visam influencia-los e favorecer campanhas e empresas. Mereceu destaque, nesta pesquisa, reflexos sobre a relação da criança e a plataforma de criação e rede social, o *Youtube*, no qual abordou os aspectos históricos e quão impactado é esse público infantil com relação ao conteúdo produzido neste canal.

E então, através da metodologia científica de pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico, serão exibidas uma série de casos onde ficou provada a atuação maliciosa e malevolente dos *Influenciadores Digitais* no *Youtube*. Conteúdos em vídeos de campanhas fraudulentas destinadas às crianças. Serão também expostos os processos jurídicos envolvendo as denúncias feitas ao CONAR e as decisões deliberadas pela justiça.

Por fim, uma reflexão sobre os dados obtidos através da análise documental será empenhada em busca de responder a hipótese levantada de que, de fato, os Influenciadores Digitais mais importantes do Brasil agem com total descaso à legalidade de seus conteúdos e, em diversas vezes, influenciam as crianças de forma inapropriada. Buscou-se dessa forma, alcançar o objetivo específico dessa pesquisa, que é expor e compreender esse momento atípico da publicidade, no qual, os órgãos de fiscalização e a própria justiça têm tanta dificuldade para delinear limites e parâmetros para regulamentar os conteúdos veiculados para o público infantil na *internet*.

Números e Estatísticas do CONAR

De acordo com os números providos pelo *site* do CONAR, pode-se visualizar, através de tabelas e gráficos, as estatísticas do histórico dos últimos cinco anos de atuação do CONAR e analisar, de forma didática para compreender, com mais clareza, a dimensão e a forma com que a entidade atua no panorama nacional. As tabelas 01, 02, 03 e 04 são sobre os Processos que foram instaurados:

Tabela 01: Processos instaurados e anúncios sustados

Ano	n°. de Processos Instaurados	Anúncios sustados
2017	300	75
2016	308	67
2015	241	44
2014	308	49
2013	340	72

Fonte: Portal do Conar, 2018

Tabela 02: Processos por queixa do consumidor

Ano	Instaurados por Queixa do Consumidor
2017	188
2016	196
2015	128
2014	175
2013	185

Fonte: Portal do Conar, 2018

Tabela 3: Processos por denúncia de autoridades

Ano	Instaurados por Denúncia de Autoridade
2017	9
2016	13
2015	7
2014	15
2013	7

Fonte: Portal do Conar, 2018

Tabela 4: Conciliações

Ano	Conciliações
2017	39
2016	45
2015	53
2014	44
2013	65

Fonte: Portal do Conar, 2018

No ano de 2017, foram instaurados 300 processos e o gráfico 01 demonstra, mensalmente, esse número durante o ano:

Gráfico 1: Processos mensais de 2017

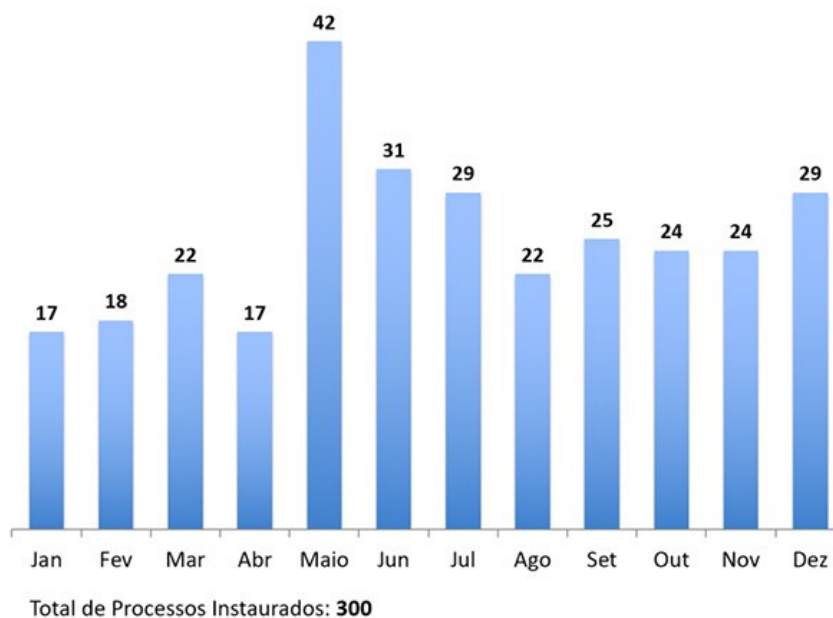
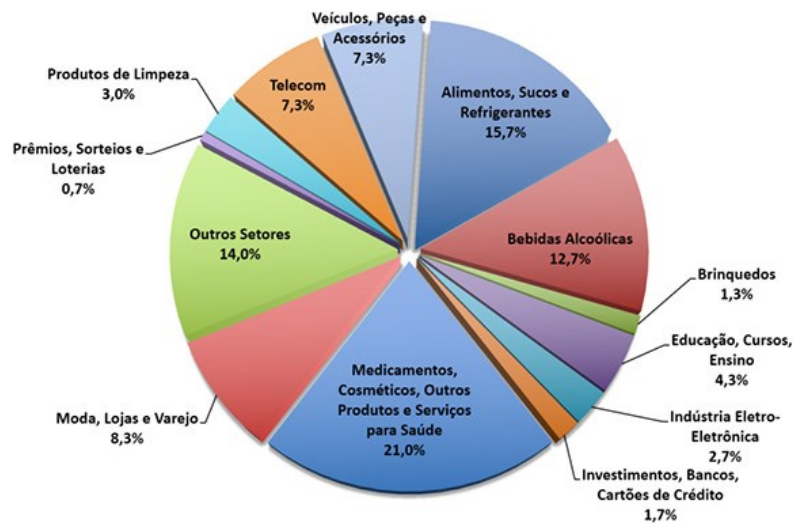


Gráfico 1: Processos por setores do comércio

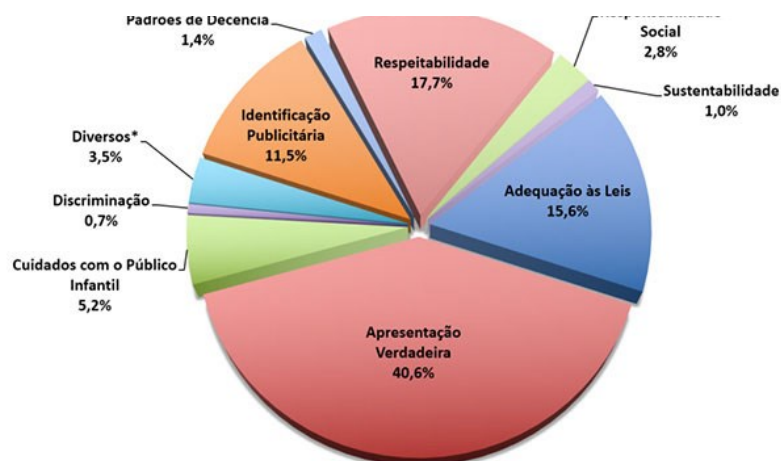


Total de Processos Instaurados: 300

Fonte: Portal do Conar, 2018

A grande maioria das denúncias feitas ao CONAR são provenientes de queixas do próprio consumidor. Como se pode observar no gráfico 03 circular abaixo, pouco mais de 5% dos processos instaurados em 2017 são decorrente de denúncias do consumidor em relação aos cuidados com o público infantil. Sendo assim, as propagandas para o público infantil estão entre as 5 que mais frequentemente são denunciadas pelos consumidores.

Gráfico 2: Processos por queixa de consumidores

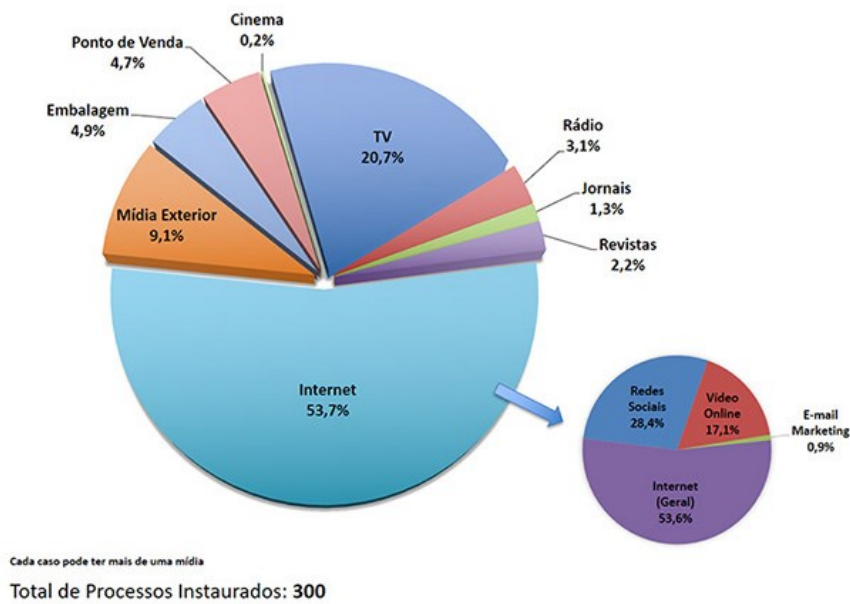


Total de Processos Instaurados por queixa de consumidores: 188

Fonte: Portal do Conar, 2018

O gráfico 04 apresenta os setores de mídia e suas proporções de casos instaurados em 2017. Como se pode ver, a *Internet*, com mais de 50% dos processos, é a mídia que possui o maior número de denúncias e casos, sendo que um pouco mais de 17% desses casos são provenientes de vídeos *online*.

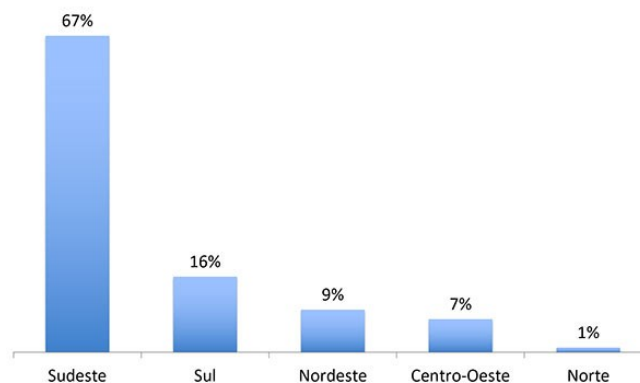
Gráfico 3: Processos por setores de mídia



Fonte: Portal do Conar, 2018

O gráfico 05 evidencia distribuição geográfica das queixas de consumidores, recebida no ano de 2017. Sendo os estados do sudeste brasileiro os que mais denunciam.

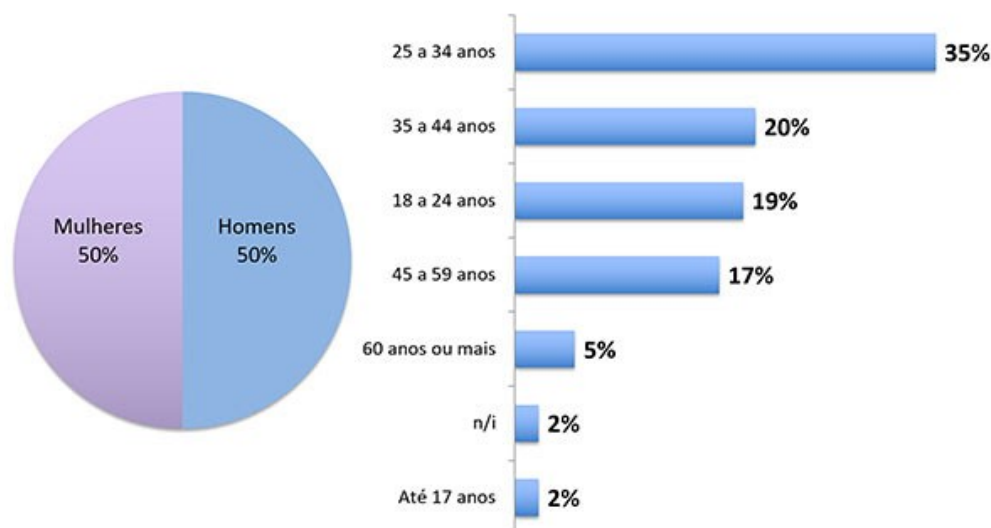
Gráfico 4: Denúncias por região



Fonte: Portal do Conar, 2018

O gráfico 06 aprofunda ainda mais a realidade daqueles que denunciam para o CONAR:

Gráfico 5: Quem denuncia para o Conar



Fonte: Portal do Conar. 2018

Metodologia

Para esse trabalho, a metodologia escolhida para apresentar as ideias e alcançar os objetivos e respostas foi o Levantamento Bibliográfico realizado a partir da pesquisa de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como: livros, artigos científicos, páginas de *websites*. O estudo baseia-se unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências documentais e teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do tema para o qual se procura a resposta. O objeto de estudo consisti-se na seleção e agrupamento de informações que servirão como base e fonte de informação e dados sobre o tema determinado para a pesquisa. Muitas pesquisas científicas tem como base a pesquisa bibliográfica, pois é ela que vai definir o conhecimento sobre o tema definido até ali. A busca por fontes fidedignas é primordial nessa etapa do trabalho, a qual impactará também nas próximas etapas. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo proporcionar o histórico e a atualização de informações, confrontar ou refutar hipóteses até aqui já pesquisadas do tema escolhido e evitar repetição de problemas já levantados.

A pesquisa exploratória é uma metodologia de pesquisa para levantamento bibliográfico sobre um tema determinado; tem como característica aproximar o pesquisador do objeto estudado.

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52)

Neste tipo de pesquisa, não existem ainda muitas informações sobre o tema analisado. O pesquisador tem como objetivo realizar a construção do levantamento bibliográfico sobre o tema. A busca de informações exploratórias foi feita a partir da procura em bancos de dados secundários, documentos, etc. A pesquisa exploratória é considerada uma metodologia aplicada inicialmente num trabalho científico, sendo que, posteriormente, poderá ser melhor desenvolvida com a pesquisa descritiva.

Tendo sido formulada provisoriamente, a questão inicial necessita ter certa qualidade de informações sobre o objeto em estudo e encontrar a melhor forma de abordá-lo. Esta é a função do trabalho exploratório. Este se compõe de duas partes, que podem ser realizadas paralelamente: a leitura, como visto acima, e a coleta de informações através de entrevistas, documentos, observações.

As leituras servem primeiramente para informar sobre as pesquisas já realizadas sobre o tema e obter contribuições para o projeto de pesquisa. Graças a essas leituras, o pesquisador pode evidenciar a perspectiva que lhe parece mais pertinente para abordar seu objeto de estudo. A escolha das leituras requer ser feita em função de critérios precisos: ligações com a questão inicial, dimensão razoável de leituras, elementos de análise e interpretação, abordagens diversificadas, tempo consagrado à reflexão pessoal e às trocas de pontos de vista. Enfim, os resumos corretamente estruturados permitirão tirar ideias essenciais dos textos estudados e compará-los.

As entrevistas e observações completam as leituras. Elas permitem ao pesquisador tomar consciência dos aspectos da questão que sua própria experiência e leituras não puderam evidenciar. As entrevistas ou observações exploratórias

podem preencher essa função quando não são muito diretivas, pois o objetivo não consiste em validar as ideias preconcebidas do pesquisador, mas em encontrar outras ideias. Três tipos de interlocutores são interessantes para desenvolver essas técnicas: especialistas científicos sobre o tema em estudo, informantes privilegiados e pessoas diretamente envolvidas. Ao final desta etapa, o pesquisador poderá ser levado a reformular sua questão inicial de modo que ela leve em conta o trabalho exploratório.

Conclusão

Diante da problemática apresentada nesse artigo, espera-se que o leitor possa ter melhor compreensão do assunto e possa municiar teoria, no que concerne a publicidade infantil na *internet*. É preciso estar mais atentos aos conteúdos, pois só assim se pode ter um controle maior do que é nocivo ou não, como também é o caso dos influenciadores digitais. O prestígio que lhes é atribuído parte diretamente de seus espectadores. O que os fazem estar onde estão e fazer o que fazem, são os expectadores, a audiência. Sendo assim, a proposta que fica é uma análise com mais criticidade sobre conteúdos que estão disponíveis e sendo acessados pelas crianças.

Ao não estimular e ao não ser condescendentes com a ideologia consumista nas crianças, moldam-se e semeiam-se, mudanças positivas na sociedade. A preservação da criança em seu período de crescimento e amadurecimento é imprescindível no seu processo de formação, por isso a publicidade velada é muito mais nociva e seus efeitos delineiam a sociedade a cada dia, tornando as pessoas cada vez mais consumistas. O papel dos órgãos regulamentadores vai além de estabelecer as normativas a serem cumpridas. Passa-se a ser um papel de educação social.

Os influenciadores digitais percorrem um longo caminho até conquistar a influência. Produção, conteúdo, relevância de conteúdo, gestão dos relacionamentos, conseguir destaque em um ambiente desejado, para então conquistarem sua influência. Muitos influenciadores digitais promovem debates, discussões sobre temas atuais, conquistando assim um grande número de seguidores. É essa grande quantidade de pessoas influenciáveis que chama a atenção de grandes marcas. Sim, são pessoas influenciáveis. Isso demonstra o quão desafiador é ter a garantia mínima dos direitos, pois evidencia o confronto dos

direitos fundamentais ao pleno desenvolvimento saudável da criança e a não exposição a qualquer tipo de violência a sua integridade física ou psíquica com a regulamentação da publicidade destinada a esse mesmo público na *internet*.

Com este trabalho pôde-se perceber que, de fato, os Influenciadores Digitais nem sempre usam as plataformas digitais para se comunicar com o público infantil de forma decente, e que o Brasil carece de legislações preocupadas em diminuir o não cumprimento dos direitos da criança, e ainda não apresenta propostas voltadas à proteção da vulnerabilidade que este público de internautas possui. As políticas de privacidade são pouco ou quase nada eficientes, sendo facilmente engodadas pelas próprias crianças que desejam, por exemplo, criar uma rede social, e mentir sua idade para isto.

A União Europeia e Estados Unidos da América, por exemplo, possuem leis que regulam o uso das redes sociais por crianças. Dentro destas redes, existe uma imensa diversidade de conteúdos impróprios à faixa etária da criança, e o debate sobre a regulação do que a criança vê ou posta em uma rede social, aqui no Brasil, ainda nem é comentado.

O tema proposto por esse artigo demonstra o grande desafio que o país tem em relação a essa regulamentação, principalmente pela falta de fiscalização no ambiente virtual. A implementação de políticas que visem à prevenção e à preservação da criança e dos adolescentes na *internet* é imprescindível e urgente. As opiniões divergem sobre este assunto, pois é preciso preservar a infância de publicidades adversas e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de expressão sem censura.

A educação financeira, especialmente para as crianças, mostra-se uma solução sustentável. Não é própria da cultura, receber educação financeira, ou entender os princípios básicos da economia. Então a criança nem terá ideia do que foi citado acima, até que ela se torne um adulto, pleno de suas faculdades, e passe a entender e ver como sistema social e financeiro funciona. Agora, soma-se isso dito acima, mais a falta do saber, com a publicidade agressiva presente na mídia, principalmente no *Youtube*, e temos a equação exata de uma próxima geração muito mais consumista e impulsiva.

Essa problemática, tratada com educação financeira, impactará no comportamento das crianças, tornando-as assim, uma próxima geração mais

consciente. A imposição de limites à publicidade se faz inescusável, principalmente a publicidade que fere os direitos do público infantil. Mas é de responsabilidade da família não transferir a culpa somente para as empresas, órgãos governamentais, escola e etc., a educação começa em casa. Os pais são fatores determinantes na limitação e controle do acesso das crianças às mensagens publicitárias.

Embora seja evidente que a publicidade direcionada ao público infantil é de fato mais sensível a potenciais restrições e limitações deve-se, também, considerar que nem todos os que fazem esse tipo de anúncio buscam alienar as crianças de forma dolosa. A grande maioria das agências de publicidade do Brasil e do mundo buscam a inovação criativa e veiculam mensagens justas que não interferem no direito de ninguém. Os publicitários devem trilhar uma linha tênue entre a informação e a propaganda e nem sempre isso é uma tarefa simples. Quanto recomendações e mais instituições para fiscalizar a qualidade das mensagens publicitárias, mais fronteiras serão delineadas. Esse tema será sempre algo a ser considerado pelos profissionais da área que deverão encontrar meios para que seus anúncios sejam efetivos ao mesmo tempo que não sejam barrados por inconveniências legais.

Referências Bibliográficas

PASQUALOTTO, Adalberto; AZAMBUJA, Mariana M. B. **A comédia da publicidade: entre a sátira e o politicamente correto.** Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 23, n.º 96, p. 89-105, nov./dez. 2014

PRODANOV, Carlos C.; FREITAS, Erico. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

SERVIÇO SOCIAL

A contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

The contribution of Feminism on the intervention of Social Workers in relation to the emancipation of women on facing the existing gender inequalities on the patriarchal society

Bruna Oliveira Timóteo¹
Thatiany Harumi Bando Ferreira²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O Feminismo, considerada uma postura política, representa a tomada de consciência das mulheres que buscam conquistar o acesso a direitos iguais entre os gêneros. Por meio de pesquisa bibliográfica evidenciou-se a importância do Feminismo no Serviço Social, o qual nasceu no momento histórico em que se exigiam profissionais capacitados para contribuir na atenuação dos conflitos sociais e na invisibilidade das desigualdades de gênero. A partir da década de 1960 ocorreu o processo de renovação da profissão com nova construção teórico-metodológica. Nesse sentido, a contribuição do Feminismo possibilitou uma fase de grande efervescência na luta pela emancipação das mulheres e na eliminação das desigualdades de gênero, contribuição essa que veio sendo apropriada pelo Serviço Social até os dias de hoje.

Palavras-chave: emancipação, feminismo, gênero, mulheres, serviço social.

ABSTRACT

The feminism, which is a political stance, represents the awareness of women whose search to conquer the access to equal rights amongst genders. Through bibliographic research, has become evident the importance of feminism on Social Service, which was born on the historical moment that demanded qualified professionals to contribute in the attenuation of social conflicts and on the invisibility of genre inequalities. From the 1960s occurred the process of renewal of profession with a new theoretical-methodological construction. In this sense, the contribution of feminism made possible a phase of great effervescence in the struggle for the emancipation of women and in the elimination of gender inequalities, contribution that keeps being appropriate by Social Service until the present days.

Keywords: emancipation, feminism, gender, women, social service.

Introdução

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

A pesquisa bibliográfica ora apresentada traz informações sobre a contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal. Como corrente intelectual, o Feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela equidade entre os gêneros com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Representa a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, e tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres através da luta pela equidade entre todos os seres humanos.

Devido à sociedade ser estruturada pela dominação masculina, a posição que as mulheres ocupam é marcada pela subalternidade, por possuírem menos acesso às posições de poder e, conseqüentemente, estão mais sujeitas à violação de seus direitos. A exclusão das mulheres se deve a um longo processo que resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio sobre todas as relações sociais e a noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e relaciona-se ao poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino.

É de extrema importância para o Serviço Social a contribuição do Feminismo, para que as mulheres busquem criar meios para conquistarem o protagonismo de sua vida e história, e atuem na busca pela erradicação dos discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal. O desafio do Serviço Social no debate sobre gênero constitui-se na garantia da orientação dada pela construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Diante disso, torna-se necessária a intervenção de Assistentes Sociais frente às situações de violências e humilhações que as mulheres estão sujeitas a passar, contribuindo para que haja um possível processo de conscientização destas, para que possam lutar coletivamente por uma sociedade mais justa, a fim de romperem com o silêncio imposto e desenvolverem o protagonismo de suas vidas, se reconhecendo enquanto cidadãos sujeitos de direitos.

Ao adquirirem uma consciência feminista, as mulheres passam a se reconhecerem de fato como pessoas que sentem vontades e desejos, que podem ser

expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas. Portanto, a importância da apropriação de si está na percepção da mulher como sujeitos de sua vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo, por esse processo compreende-se o que é chamado de empoderamento das mulheres.

O artigo teve por objetivo geral pesquisar a relação do Feminismo com o Serviço Social, e por objetivos específicos verificar se o processo de emancipação implica na libertação das mulheres em relação às amarras das desigualdades de gênero e, sobretudo, investigar como o Serviço Social desenvolve o processo de emancipação das mulheres que está associado à luta pela emancipação humana e à construção de uma nova sociedade, tendo como perspectiva ações voltadas para o coletivo e pesquisar também se o Feminismo contribui para a melhoria do processo de conscientização das mulheres enquanto cidadãs sujeitos de direitos. Como pressuposto teórico ficou definido se o Feminismo contribui para a intervenção de Assistentes Sociais no processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres, a partir da conscientização destas, sendo extremamente relevante para o Serviço Social.

O Feminismo no Serviço Social

O Serviço Social emerge como profissão radicalmente associada à caridade e a uma moral cristã patriarcal que impusera às mulheres a obrigação de serem bondosas e caridosas, sendo assim, o Serviço Social vai se constituindo como algo vinculado ao dom ou mesmo um papel feminino, pois não se considerava a importância da profissão como uma especialidade da divisão sociotécnica do trabalho. (CISNE; SANTOS, 2018).

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional do Serviço Social, bem como no seu público usuário, não é algo natural, mas socialmente determinado pela divisão sexual do trabalho patriarcal que responsabiliza as mulheres pelas expressões da questão social. No entanto, o sistema patriarcal não mede esforços em desenvolver uma ideologia que naturaliza o papel da mulher na sociedade por meio de uma cultura e educação sexista que fomenta que ser mulher é sinônimo de sacrifício e doação ao outro, ainda que em detrimento de si, dos seus desejos, das suas necessidades e do seu tempo. (CISNE; SANTOS, 2018).

Com o surgimento do Serviço Social na transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, passou-se a exigir profissionais capacitados para a função de articulação da população, que operassem com a coerção e a construção de consensos para contribuir na atenuação dos conflitos sociais. Porém, a partir dos anos 1960 o processo de renovação do Serviço Social se deu a partir da virada teórico-metodológica através da incansável luta e resistência dos/as Assistentes Sociais frente às contradições da sociedade capitalista. Essa categoria vem construindo um agir profissional em defesa da emancipação humana e da exclusão das desigualdades de gênero, através da contribuição do Feminismo que se contrapõe radicalmente ao poder patriarcal e propõe uma transformação social. Portanto, entende-se que esse processo é contínuo, ou seja, o movimento de renovação do Serviço Social se faz necessário enquanto houver influência do conservadorismo na formação e intervenção de profissionais. (LOURDES, 2014); (CISNE; SANTOS, 2018).

A articulação entre o Serviço Social e o Feminismo vai sendo construída ao longo do tempo, pois possibilitou para ambos uma fase de grande efervescência na luta pela emancipação das mulheres e na equidade entre os gêneros.

Dessa forma, o Feminismo, que é um movimento social e político existente desde o século XVIII, tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres, contrapondo-se radicalmente ao poder patriarcal e propondo dessa forma uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, a fim de libertar as mulheres e levar a sociedade a ser mais justa do ponto de vista de suas estruturas econômicas, mas sem perder de vista as especificidades de gênero. (MARQUES, 2015); (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O Feminismo é uma consciência crítica que ressalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal. (GARCIA, 2011, p. 14).

O Feminismo representa a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano e, através dele, buscam criar meios para conquistarem o protagonismo de suas histórias, por meio da denúncia do conservadorismo presente nas leis, nos costumes e nos casos concretos de violação de seus direitos. (GARCIA, 2011).

O termo Feminismo foi primeiro empregado nos Estados Unidos por volta de

1911, quando escritores começaram a usá-lo no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como: o movimento das mulheres, para descrever um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres. (GARCIA, 2011).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da agudização da questão social, que aprofundava as opressões sofridas pelas mulheres é que as lutas e manifestações feministas passam a adquirir uma maior organicidade. O movimento sufragista brasileiro ganhou impulso com o retorno da cientista Bertha Lutz ao Brasil na década de 1910, fortalecendo a luta das brasileiras pelos direitos políticos, exercido de modo especial pelo voto. Bertha Lutz liderou o movimento e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez a campanha pública pelo voto feminino. Com isso, o voto foi o primeiro direito político conquistado em 1932 logo após a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro. Esse momento de conquista do voto foi chamado de primeira onda do Feminismo. (CISNE, 2014); (PINTO, 2010).

Já em 1960, surge uma segunda onda que questiona radicalmente a naturalização dos papéis sociais de gênero, através da denúncia do processo de socialização que ensina meninos e meninas a cumprirem papéis de dominantes e dominadas, respectivamente. Defendendo dessa forma que o masculino e o feminino são construções culturais, fruto do processo histórico e que, portanto, a hierarquia entre os gêneros pode ser combatida em todas as áreas. (ALVES; PITANGUY, 1985).

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. (PINTO, 2010, p. 15).

Com a redemocratização dos anos 1980, o Feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres, as quais não se limitaram a lutar pela equidade entre os gêneros. Ao confrontar a ordem burguesa e a democracia representativa formal, lutaram pela consolidação do poder popular e iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública e social. (GURGEL, 2011, *apud* CISNE, 2014).

No processo de suas próprias lutas, o Feminismo foi capaz de transformar sua agenda e sua reflexão sobre o mundo social, através da exigência em relação à cidadania igual para mulheres e homens. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

A contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

A exclusão das mulheres é o resultado de um longo processo que resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens. A articulação desses elementos ao longo do desenvolvimento social possibilitou a supremacia masculina, como um sistema que, ainda que se modifique, se mantém atuante. A noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e relaciona-se ao poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio sobre todas as relações sociais. (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível. (GARCIA, 2011, p. 17).

O poder do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência dos homens, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso ocorre devido ao patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo, estabelecido em uma sociedade atravessada por relações de alienação. Dessa forma, atendendo aos interesses das classes dominantes, a cultura não pode ser entendida de forma isolada das relações estruturais da sociedade. (CISNE, 2014).

As mulheres não nascem naturalmente submissas e passivas, mas incorporam essa ideologia da classe dominante pelo fato de viverem em uma sociedade historicamente machista e repleta de alienação. É fundamental esclarecer esse sistema de opressão no qual as mulheres estão sujeitas para que se possa analisar crítica e politicamente as relações sociais de gênero, e com isso, ter a possibilidade para a construção de relações equitativas. (BEAUVOIR, 1980, *apud* CISNE, 2014).

Portanto, considera-se que o patriarcado desvaloriza e exerce controle e

dominação sobre o corpo e a sexualidade da mulher e do que é identificado como feminino. Dessa forma, a ideologia patriarcal atende aos interesses da classe dominante pela influência da mulher na família, considerada base da reprodução material e ideológica da força de trabalho, considerada fundamental para assegurar a reprodução social. (CISNE; SANTOS, 2018).

A crítica Feminista ganha radicalidade e força quando as abordagens são capazes de incorporar o fato de que as relações de gênero impactam as experiências, pelo exercício do poder, assim como as formas de dominação e de exploração se dá também internamente ao grupo mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A construção social de gênero se dá a partir das diferenças percebidas entre o sexo masculino e feminino. Propõe como saída o processo de desconstrução da ordem social ancorada na lógica masculina e na substituição por outra lógica não falocêntrica, centrado na possibilidade em romper com os estereótipos e, assim, lançar as bases para um novo patamar de relações entre os gêneros. (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

Assim, o Serviço Social nasceu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No caso do Serviço Social, foi o surgimento do Feminismo que demandou a atuação de profissionais capacitados para lidar com a questão das desigualdades de gênero. (LOURDES, 2014).

A década de 1970 representou um marco histórico na vida das mulheres, pois com o apogeu do Feminismo que surgiu para denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, houve a emergência na análise da categoria mulheres devido a necessidade de visibilidade histórica da opressão que estas sofriam por estarem em uma condição de subordinação em relação aos homens. (LOURENÇO; ROSENAIDE, 2011).

Contudo, o Feminismo contribui para que o/a Assistente Social trabalhe o empoderamento de mulheres a fim de conquistarem sua autonomia, implicando na libertação das amarras da opressão de gênero e do patriarcado. Todavia, o objetivo maior da emancipação das mulheres para o Serviço Social é eliminar a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero na sociedade contemporânea. (SARDENBERG, 2012).

A relação do Feminismo com o Serviço Social

O Projeto Ético-Político do Serviço Social construído a partir das últimas cinco décadas aponta para uma direção clara anti-capitalista e anti-conservadora, ou seja, tem como horizonte a superação da ordem burguesa e a construção de uma nova ordem societária, sem desigualdade de gênero, classe, etnia ou de qualquer natureza. (CISNE; SANTOS, 2018); (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

O objetivo fundamental do Feminismo é eliminar o patriarcado como forma de organização política, através da luta pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para as mulheres, de forma a conquistar a emancipação humana. (GARCIA, 2011).

O Feminismo se encontra com o Projeto Ético-Político do Serviço Social no horizonte de uma luta contínua contra todas as formas de opressão e exploração, para conquistar uma sociedade sem preconceitos, violências e violações. Portanto, a relação do Feminismo com o Serviço Social se estabelece para ressaltar e fortalecer o compromisso com a luta pela liberdade das mulheres, o que corresponde ao processo contínuo de enfrentamento aos conservadorismos e, ao mesmo tempo, com a afirmação da renovação da profissão ao aliançar-se com a emancipação humana. (CISNE; SANTOS, 2018).

Processo de libertação e emancipação das mulheres em relação às amarras das desigualdades de gênero

A princípio, as feministas começaram a utilizar gênero como uma forma de se referir à organização social da relação entre os sexos. A expansão dos movimentos feministas mostrou que as mulheres, ao mesmo tempo em que têm uma identidade social que as unifica, têm também sua identidade construída em torno de elementos que as diferenciam: a orientação sexual, a etnia, a classe social, a cultura de seus respectivos países, a ideologia política e, por fim, a corrente do Feminismo que defendem. (LOURDES, 2014).

Como corrente intelectual, o Feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela equidade entre os gêneros com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução masculina. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

As discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente no final da década de 1990, sendo considerada uma discussão de extrema relevância que deve perpassar a formação profissional. (LOURDES, 2014).

O Código de Ética do Serviço Social tem como um dos princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Dessa forma, relacionando à defesa da liberdade de gênero com a luta pela expansão da emancipação das mulheres, evidenciam-se implicações na superação da heteronomia e conseqüentemente a luta dos/as Assistentes Sociais pela efetivação do acesso dos direitos sociais para todos/as e pela plena realização de homens e mulheres. A liberdade, nessa concepção, vincula-se a uma ética coletivista, logo, é inerente a esta direção social a vinculação a uma perspectiva de defesa e construção de uma sociedade equitativa e radicalmente humana, sem dominação, exploração, discriminação ou preconceitos. (REGINA *et al.* 2014).

Portanto, o processo de empoderamento que resulta na emancipação das mulheres questiona as relações patriarcais, o que implica em transformações no que refere ao controle dos homens que se encontram na condição de opressores em relação às mulheres, que se encontram na condição de oprimidas. Sendo assim, a emancipação das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação de seus direitos. (SARDENBERG, 2012)

O Serviço Social no desenvolvimento do processo de emancipação das mulheres por meio de ações coletivas

O foco da atuação profissional do/a Assistente Social se constrói no processo de articulação do poder dos sujeitos e no enfrentamento das demandas referentes às expressões da questão social de cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional, através de estratégias de ação. Contudo, os/as Assistentes Sociais, ao participarem da formulação e gestão de políticas públicas, tem como intuito atender as demandas trazidas pelas mulheres, levando em consideração a particularidade das situações vivenciadas por estas. (MOREIRA, 2006 *apud* REGINA, 2018).

A maioria das mulheres tem pouquíssimo tempo livre e, portanto, menos condição de refletir, de estudar, de intervir e se organizar politicamente. Isso é um desafio enorme para o Serviço Social e também para todas as mulheres que socialmente permanecem sendo fortemente responsabilizadas pela reprodução social. Portanto, cabe aos/às Assistentes Sociais, não potencializarem práticas conservadoras que responsabilizem ainda mais as mulheres no que diz respeito às expressões da questão social. (CISNE; SANTOS, 2018).

É no processo de reconhecimento nas outras mulheres que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força pública para o enfrentamento das opressões. Na medida em que as mulheres se percebem enquanto cidadãos sujeitos de direitos, ocorre um processo de fortalecimento coletivo que desnaturaliza as opressões, subordinações e violações de direitos destas. Com isso, desloca-se a acomodação para a ação coletiva, e a descrença de que é impossível transformar, por meio de luta, a sociedade patriarcal. (CISNE, 2014).

Os/as Assistentes Sociais oferecem elementos para que as mulheres percebam as desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal a fim de refletirem sobre a capacidade de organização e mobilização enquanto coletivo humano, diante do contexto sócio-histórico em que estão inseridas. Portanto, a consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade associa-se a uma consciência coletiva, que entende que todas as mulheres devem ser livres, o que, demanda a transformação do sistema patriarcal. (CISNE, 2014).

A contribuição do Feminismo para a cidadania das mulheres

A ideologia patriarcal penetra na consciência das mulheres devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de pensar e agir de forma transformadora, com isso, muitas delas não percebem que estão naturalizando e reproduzindo sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato e biológico. (CISNE, 2014).

Para questionar sua situação subordinada, as mulheres têm que reconhecer a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e compreender como isso perpetua a opressão (p. 131), ou seja, o primeiro passo é a “conscientização”. (SARDENBERG, 2012, p. 8).

A consciência não é algo estático, tampouco progressivo, uma vez que pode continuamente sofrer avanços e recuos e vice-versa. No capitalismo, a formação da consciência crítica é dificultada pela forte ideologia e alienação, que naturalizam as relações de desigualdades sociais e se insere em um processo social que, embora processado individualmente, também está vinculado com as relações sociais que cada indivíduo estabelece. (CISNE, 2014).

Ao adquirirem uma consciência feminista, as mulheres passam a se reconhecer de fato como pessoas que sentem vontades e desejos próprios. O empoderamento tem a ver com a questão da construção de sua autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões em relação à sua vida, já a emancipação é quando reconhecem as forças sistêmicas que as oprimem e passam a atuar no sentido de mudar as relações de poder existentes, assumindo o controle de suas vidas. (CISNE, 2014); (SARDENBERG, 2012).

A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo. Esse processo de apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feminista. (CISNE, 2014, p. 177).

A existência dos Movimentos Feministas é fundamental para a formação da consciência militante feminista, pois, esses contribuem com a desnaturalização da ideologia patriarcal e de uma suposta natureza feminina que as situam como inferiores, sendo que através deles, as mulheres passam a se perceber e a se constituírem como sujeitos políticos. (CISNE, 2014).

O Feminismo, portanto, para chegar a uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo. Por isso, há a valorização no Feminismo à dimensão subjetiva, individual. Sem a valoração das experiências de cada uma das mulheres, o Feminismo não consegue constituir-se como sujeito político, tampouco contribuir para a formação da consciência militante. (CISNE, 2014, p. 256).

Dessa forma, além da ruptura com a ideologia burguesa, as mulheres necessitam romper radicalmente com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si enquanto cidadãs sujeitos de direitos. Com isso, a descoberta da força individual das mulheres, torna-se força política coletiva, posto que mexe com as estruturas sociais. Dessa forma, ocorre o estabelecimento de conflitos e enfrentamentos à medida em que a mulher

sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui sujeito histórico ou, simplesmente, passa a existir politicamente, tendo voz no lugar do medo. As mulheres ao se reconhecerem enquanto cidadãs sujeitos de direitos e ao se conscientizarem da opressão que sofrem, mais condições de resistência e enfrentamento podem-se construir. (CISNE, 2014).

Análise da contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

O Feminismo no Serviço Social possui extrema relevância para que se possa somar na luta diária das mulheres, as quais clamam por uma sociedade mais justa, por uma vida sem violência e pela conquista da equidade entre os gêneros.

Portanto, entende-se a importância do Feminismo para o Serviço Social não só pelo compromisso ético-político com o público usuário predominantemente feminino, mas, também, para o entendimento do sentido sócio-histórico da profissão que, com o passar dos anos, precisou de um agir profissional emancipatório, trazendo reflexões críticas que permitem ações transformadoras, voltadas à desnaturalização e ao enfrentamento às opressões e explorações em relação às mulheres, condições fortemente presentes no cotidiano destas. A equidade de gênero contribui para a justiça social que atinge diretamente a vida de mulheres e homens.

Conclusão

Ao término da pesquisa desenvolvida, concluiu-se que os objetivos foram alcançados, de forma a entender que a relação do Feminismo com o Serviço Social se estabelece para fortalecer o compromisso com a luta pela liberdade das mulheres, o que corresponde ao processo contínuo de enfrentamento ao conservadorismo. Diante disso, o Feminismo se encontra com o Projeto Ético-Político do Serviço Social no horizonte de uma luta contínua contra todas as formas de opressão e exploração, a fim de conquistar uma sociedade sem preconceitos, violências e violações.

Sendo assim, o pressuposto teórico foi confirmado devido ao Feminismo contribuir para a intervenção de Assistentes Sociais no processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres, a partir da conscientização da força que possuem coletivamente e da importância da inserção destas em processos de

formação política, organizações feministas e lutas protagonizadas pelos movimentos.

Contudo, o empoderamento contribui na emancipação das mulheres, fazendo com que se organizem e lutem coletivamente pelo fim da opressão patriarcal a fim de alcançarem a libertação das amarras da opressão de gênero. A emancipação feminina é vista como um instrumento de desenvolvimento para a democracia, e tem relação com a questão da construção da autonomia das mulheres, da capacidade de tomarem decisões em relação às suas vidas e da assertividade individual até à resistência que possibilita o questionamento às bases das relações de poder.

Como proposta de intervenção para os/as Assistentes Sociais em relação aos seus atendimentos, propõe-se que trabalhem com ações emancipatórias que busquem desenvolver a autonomia de seus/suas usuários/as seguindo os pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Os/as profissionais, como o restante da população, são socializados/as numa cultura machista e patriarcal e, portanto, podem ter a tendência de agirem de acordo com tais padrões. Diante disso, faz-se necessária a inclusão do tema e do debate sobre os Feminismos na graduação para formar profissionais que compreendam que mulheres possuem o direito de não aceitarem a violência imposta pela sociedade patriarcal e que também tenham comprometimento em socializar as informações para os/as usuários/as de modo a trazer reflexões sobre as suas vivências. É de extrema importância que as políticas públicas atuem na eliminação da discriminação e do desconhecimento sobre os direitos das mulheres como direitos humanos. Para isso é fundamental estabelecer o fortalecimento e a articulação entre as redes de serviços, entre elas a educação, a saúde, a cultura e a política de assistência social.

Os/as Assistentes Sociais poderiam buscar, nas redes de serviços e nos grupos socioeducativos, o incentivo de palestras e oficinas que desmistifiquem o Feminismo e apresente a importância das práticas e atitudes feministas. Além disso, poderiam ser desenvolvidos assuntos que contribuam para a reflexão dos direitos das mulheres e sobre a estrutura da sociedade patriarcal, de forma que estas possam se apropriar de ferramentas para alcançar a emancipação, fazer ouvir sua voz e contribuir para o rompimento da discriminação e dos preconceitos de gênero. Sendo assim, através da reflexão e conscientização poderá ser possível que as mulheres estabeleçam estratégias políticas capazes de questionar a ordem social patriarcal

que coloca o sexo feminino em condição de inferioridade e subordinação em relação ao sexo masculino.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** 1981. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira>> Acesso em: 19 fev. 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE DIREITO – FENED. **Cartilha Feminista**. FENED: Brasília, 2012.

GARCIA, Carla C.. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

LOURENÇO, Albenício S.; ROSENAIDE, Marta L.. **Gênero e emancipação humana: uma reflexão sócio-cultural**. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.1>> Acesso em: 8 jul. 2018.

LOURDES, Rita L.. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações**. 2014. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.5>> Acesso em: 8 jul. 2018.

MARQUES, Rafaela. **O que é feminismo?** 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-feminismo-2198.html>> Acesso em: 10 out. 2017.

MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia.. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PINTO, Céli R. J.. **Feminismo, História e Poder**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2018.

REGINA, Maria A. M. *et al.* **O lugar de gênero na formação da/o assistente social**. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.3>> Acesso em: 8 jul. 2018.

SARDENBERG, Cecília M.B.. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminina**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

O Serviço Social no enfrentamento da fome sob o contexto da ofensiva neoliberal

The Social Work in confrontation under the contexto of the neoliberal offensive

Eliane Cristina Oliveira¹
Tainá Sanches Rabal²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

Como resultado do modelo econômico capitalista, a fome é um flagelo social que mata quase um bilhão de pessoas por ano. Após a introdução do neoliberalismo no Brasil, entende-se a necessidade do Serviço Social para evidenciar conflitos e ampliar direitos, uma vez que pouco se investiu em políticas públicas para cercear a fome e a miséria. A crescente ofensiva neoliberal impõe acúmulo de capital, privatiza os bens brasileiros, criminaliza o trabalhador e ameaça os direitos já conquistados. Com a livre regulação do mercado, o Estado protetivo se ausenta, fazendo crescer o número de pessoas subalimentadas, em que o mínimo que se recebe não garante o custo de uma cesta básica.

Palavras-chave: Fome, miséria, neoliberalismo, Serviço Social.

ABSTRACT

As a result of the capitalist economic model, famine is a social scourge that kills almost one billion people a year. After the introduction of neoliberalismo in Brazil, it is understood the need of Social Work to appease conflicts and enlarge rights, since little was invested in public policies to curb hunger and misery. The growing neoliberal offensive imposes capital accumulation, privatizes Brazilian goods, criminalizes the worker and puts in check the rights already won. With the free regulation of the Market, the protective state is absent, increasing the number of undernourished people, where the minimum that is received does not guarantee the cost of a basic food basket.

Keywords: Hunger, misery, neoliberalismo, Social Work.

Introdução

A colonização, a monopolização da terra e a monocultura são responsáveis, simultaneamente, pela baixa produtividade de gêneros alimentícios e pela má distribuição das colheitas.

Enquanto a luta de classes existir, na ausência de justiça social, deveria ser garantida para cada trabalhador, políticas públicas emancipatórias que efetivassem o acesso

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba

³ Assistente Social; Doutorada em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

ao direito a alimentos de qualidade - ricos em micro e macro nutrientes - para atender suas necessidades diárias e, assim, terem condições básicas para a reprodução social.

Este artigo teve como objetivo geral pesquisar como a ofensiva neoliberal desencadeia a expansão da fome. Para o desenvolvimento da pesquisa, os objetivos específicos foram: investigar como procede a fome estrutural; verificar se a fome estrutural é expressão do neoliberalismo; descrever se existe uma política que fabrica uma população faminta; esclarecer como o Serviço social se posiciona contra a expansão da ofensiva neoliberal; pesquisar como o agronegócio influencia no crescimento da fome estrutural e identificar a importância da agricultura familiar na erradicação da fome.

Ainda que sejam ações paliativas, limitadas pelo modelo econômico atual – no Capitalismo Neoliberal, a má distribuição de alimentos não permite a emancipação de muitas famílias - o Serviço Social vem lutando junto à população faminta para que o acesso à alimentação seja um direito efetivo.

Portanto, através da Política de Assistência Social, o Serviço Social contribui parcialmente no enfrentamento da fome, sendo uma solução eventual e uma intervenção temporária que não modifica a real causa da fome.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, foi realizada Pesquisa Bibliográfica, numa perspectiva crítico-dialética.

Neoliberalismo/ Ofensiva Neoliberal

Ao final do século XIX surge na Europa Ocidental e América do Norte no pós-Segunda Guerra Mundial, o Neoliberalismo. A ideologia neoliberal nasce com o intuito de recuperar as ideias liberais da economia, ganhando força na década de 1970, quando a recessão econômica nos países capitalistas apresentou altos índices de inflação, desemprego e baixas taxas de crescimento.

A proposta Neoliberal para combater a crise econômica era oposta ao modelo de Bem-Estar Social – Welfare State – da Europa, em que o Estado Social era amplo e interventivo, enquanto no neoliberalismo, o Estado deveria ser mínimo nos investimentos sociais e nas intervenções da economia, ao mesmo tempo em que seria necessário fortalecer o Estado para manter o controle monetário e romper as ações sindicais que fortaleciam o movimento operário. (MATOS, 2008).

Soares (2009) afirma que os pobres passaram a ser uma nova categoria classificatória, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo e não superando sua condição de pobreza, reproduzindo assim o ciclo de sustentação da lógica capitalista: [...] *no domínio do mercado existem ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora* (SOARES, 2009, p. 13). Neste sentido, o neoliberalismo pode ser comparado ao pensamento darwinista da luta pela sobrevivência das espécies no reino animal.

Tal modelo econômico fere a garantia, a efetivação e a ampliação dos direitos sociais – descaracterizados como direitos e entendidos como favor – trazendo à tona práticas assistencialistas nas desigualdades sociais resultantes.

Com o modelo neoliberal os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz a ampliação do assistencialismo. (SOARES, 2009, p. 13).

A retirada do Estado como agente econômico produtivo e empresarial é, talvez, a proposta principal do projeto neoliberal, pois é a partir daí que derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui – estrategicamente - para a redução do setor público – e a reformulação de toda a máquina estatal (SOARES, 2009).

O Estado mínimo e de recessão cresce e solidifica-se em detrimento de um Estado Social amplo, ou seja, a proposta é que o Estado se afaste das funções não prioritárias para a economia e, assim, alavanque um desenvolvimento autônomo e autossustentado, instigando o individualismo, a disputa pela sobrevivência e pregando a meritocracia num contexto em que a desigualdade de condições é real e tirânica.

A desregulamentação da economia por parte do poder público traz consequências negativas sobre uma estrutura extremamente desigual como a brasileira, tanto do ponto de vista do capital quanto do trabalho, uma vez que fortalece os mais fortes – os que detêm capital e os meios de produção – e, simultaneamente, há o agravamento da impossibilidade da livre concorrência por parte dos mais fracos – os que não detêm capital e vendem sua força de trabalho como meio de sobrevivência (SOARES, 2009).

Com a ofensiva neoliberal o acúmulo de capital é o objetivo e as desigualdades geradas por ela são inevitáveis. Famílias inteiras são submetidas compulsoriamente a subalimentação, a miséria e, fatalmente, à fome.

Como cita Behring (2010, p. 46),

Como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto às demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção e barbarização da vida social, considerando que este é um mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza.

As possibilidades de reversão dos resultados das mudanças provocadas pelo ajuste econômico neoliberal são muito mais letárgicas que seu poder de destruição.

Segundo Soares (2009), estima-se que na América Latina entre 20% e 40% da população empregada receba uma renda inferior ao mínimo necessário para cobrir o custo da cesta básica, ou seja, um número significativo de seres humanos que sobrevivem subalimentados ou até mesmo, morrem de fome por serem vítimas de tais ajustes criminosos da ofensiva neoliberal.

São as políticas de ajuste impostas aos países latino-americanos que impedem, no momento, mudanças que permitem uma verdadeira transição a uma sociedade mais justa, em que as mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas sejam efetivamente o retrato de um desenvolvimento social com mais equidade, fruto de uma distribuição mais igualitária da riqueza e das oportunidades. (SOARES, 2009, p. 64).

Com a concepção neoliberal introjetada na conjuntura brasileira, ao invés de evoluir-se para um conceito de política social como constitutiva do direito de cidadania, de emancipação humana e de transformação social, retrocede-se a uma concepção focalista, emergencial e parcial em que a população empobrecida tem que dar conta de suas próprias mazelas.

Portanto, a ofensiva neoliberal precisa ser entendida não apenas como princípios de exclusividade econômica, mas também como um projeto global societário, articulador com políticas de todos os seguimentos, inclusive social (SOARES, 2009).

Agricultura Patronal / Agricultura familiar

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO - e o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - definiram dois modelos na divisão da agricultura: a Patronal e a Familiar. A principal diferença entre os dois modelos, é o tamanho geográfico da propriedade (LUSTOSA, 2012).

A agricultura Patronal está no segmento fundiário empresarial que incorpora o agronegócio, aportando um grande número de hectares de terras produtivas, maquinários e tendo o trabalho assalariado como base desse modelo. Tal modelo não está voltado apenas para o mercado interno, mas também, principalmente, está a serviço do mercado de exportação daquilo que produz.

Duzentas sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de $\frac{1}{4}$ dos recursos produtivos mundiais. Conforme Ziegler (2013, p. 152),

Os gigantes do negócio agroalimentar controlam não apenas a formação dos preços e o comércio dos alimentos, mas também os setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes, entre outros. Mais detalhadamente, apenas 10 sociedades controlam 1/3 do mercado mundial de sementes, cujo volume é estimado em 23 bilhões de dólares por ano e 80% do mercado mundial de pesticidas, estimado em 28 bilhões de dólares. Outras 10 sociedades controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo. Meramente, 06 empresas controlam 77% do mercado de adubos. Outras 06 sociedades concentram cerca de 85% do comércio mundial de cereais; 8 dividem cerca de 60% das vendas mundiais de café; 03 controlam mais de 80% das vendas de cacau e 03 dividem entre si 80% do comércio mundial de bananas.

Já na agricultura familiar, as terras produtivas são mais enxutas no que diz respeito às dimensões, tendo como base a mão de obra familiar não assalariada, produzindo sem excedentes, apenas para o consumo da própria família e/ou para vender aos pequenos mercados da cidade e aos programas firmados com prefeituras advindos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, criado nos anos 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Uma importante característica da divisão social do Brasil é a apropriação privada da terra, o que gera uma acumulação de capital arduamente desigual, pois os agricultores familiares, por questões de poder no capitalismo, não conseguem terras de iguais proporções aos dos agricultores patronais (LUSTOSA, 2012).

Do ponto de vista da produção, a agricultura familiar responde por 80% do pessoal que trabalha e é responsável pela metade de toda produção agropecuária brasileira. Porém, esse contingente ocupa somente 25% da área total do país, enquanto os 75% restantes são ocupados por 500 mil estabelecimentos considerados patronais. (LUSTOSA, 2012, p. 52)

De acordo com os dados que Lustosa (2012) traz, pode-se perceber a gritante

diferença da ocupação das terras e o avanço cada vez maior da agricultura na integração da lógica do mercado.

A agricultura no Brasil é permeada por contradições. Por um lado, produzem muito para alimentar o mercado financeiro; por outro, resta a degradação ambiental, a poluição dos rios e dos solos. Cultiva-se muita cana-de-açúcar – agricultura que deixa o solo infértil, milho, soja entre outros gêneros alimentícios para fomentar a indústria automobilística, enquanto a fome se alastra e impera sob as mazelas que o capitalismo produz.

A produção dos agrocarburentes - ou biocombustível - em grande escala, contribui para a existência da subalimentação e da fome. A cada ano, não dizem somente centenas de milhões de toneladas de alimentos; liberam ainda, na atmosfera milhões de toneladas de dióxido de carbono, provocando desastres sociais nos países onde as sociedades transcontinentais que os fabricam se tornaram dominantes. (ZIEGLER, 2013).

Percebe-se que a agricultura está intrinsecamente ligada à segurança alimentar, uma vez que tal atividade representa parte - de extrema importância - da reprodução social e que dependendo das escolhas de sua condução, resulta em melhorias sociais ou no agravamento da pobreza.

Conceito de fome estrutural

A fome estrutural é consequência da má produção e distribuição de alimentos. Ziegler (2013), em seus estudos sobre a fome mundial, relata que a fome estrutural é permanente, reproduzida biologicamente.

Conforme Ziegler (2013), a fome estrutural deixa sequelas evidentes, a pessoa fica selada a um destino sem nenhuma expectativa de vida, se sobreviver, será um adulto com lesões cerebrais, sem condições para raciocínio próprio.

A fome estrutural é permanente, aquela que destrói o corpo, a mente e a dignidade da pessoa, a principal responsável por impor um sofrimento que somente será extinto com a morte física aquele ser humano (ROSANELI et al. 2015, p. 93).

Uma pessoa que foi privada desde o ventre de sua mãe a uma alimentação saudável, com nutrientes necessários para o desenvolvimento do corpo e da mente, terá para o resto de sua vida sequelas irreversível provocado pela desolação da fome

estrutural. Será uma pessoa apática não tendo capacidade de domínio da sua própria vida (ZIEGLER, 2013).

Conceito de fome conjuntural

Fome conjuntural é produzida por catástrofes naturais, como terremotos, enchentes, guerras que afetam o desenvolvimento econômico dos países envolvidos, (ROSANELLI, 2015).

Outra situação que provoca a fome conjuntural no relato de Ziegler (2013) são os pobres rurais e urbanos. Os pobres urbanos são famílias que vem da zona rural para as cidades e sem terem onde morar vão para as favelas, sem recursos de saneamento básico e o que ganham mal dá para se alimentar. Segundo Ziegler (2013), têm que se limitar a um orçamento familiar muito restrito.

Castro (1984) descreve a fome como algo mais além que fome estrutural e conjuntural, é a junção dos dois e se transforma em fome coletiva. Devido à desigualdade de classes torna-se um fenômeno geograficamente universal.

O poderio do capitalismo para o crescimento do comércio permite a má distribuição dos alimentos para atender os interesses do comércio, deixando grande parte da população pobre em extrema miséria, padecendo de fome, por não ter condições de comprar alimentos para sua subsistência.

Todos os países podem ser afligidos pela fome, seja estrutural ou conjuntural, todos sofrem seus efeitos (Ziegler, 2013) uma catástrofe natural, guerras, ataques de gafanhotos destroem a economia enfraquecendo a muitas sociedades.

O país não consegue recuperar-se. Não consegue retomar um mínimo de equilíbrio. O Estado de urgência converte-se em normalidade na vida dos habitantes. [...] a insegurança alimentar é a manifestação exterior mais evidente dessas crises prolongadas. (ZIEGLER, 2013, p. 61).

Castro (1984) demonstrou que o latifúndio – propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração intensiva de seus recursos – é a causa original da subalimentação e da fome.

Se a fome pode ser relacionada e imputada, por uma parte, às condições geográficas, ela é, de fato e antes de tudo, uma questão política. A continuidade de sua existência não se deve à morfologia dos solos, mas a prática do homem (CASTRO, 1951 apud ZIEGLER, 2013, p. 116).

De acordo com Castro (1984), é preciso garantir o direito à alimentação. Se a fome continua em algumas regiões do Brasil, é porque os políticos não colocam em prática Políticas Públicas que garantam o direito da alimentação de todos e não criam oportunidades de programa de acesso à alimentação, diminuindo assim o número de pessoas que vivem nesta situação, a fome.

[...] a solução para o problema da fome e da pobreza absoluta somente seria alcançada por meio de políticas públicas de inclusão social e de acesso à alimentação segura para todos os habitantes da polis moderna, o que obrigaria realização de reforma agrária e justa distribuição de rendas (CASTRO, 1935 apud ROSANELI et al. 2015, p. 94)

O impasse da fome nos países em desenvolvimento é que a maior parte da população pobre e subalimentada vive nas zonas rurais, nas quais a agricultura familiar é o único meio de sobrevivência. Os poucos investimentos em políticas públicas não oferecem aos pequenos agricultores emancipação econômica, a injusta distribuição de renda é o suficiente para mal alimentar suas famílias.

Em 16 de outubro de 1945 foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, mais conhecida como FAO. A Organização das Nações Unidas tem 191 países membros, e tem por objetivo concentrar esforços para erradicação da fome. No dia 16 de outubro do ano de 1979, em homenagem a data de sua criação, o dia 16 de outubro, foi estabelecido o Dia Mundial da Alimentação, com o intuito de provocar reflexões a respeito da alimentação, nutrição e, sobretudo, a fome mundial, (FAO, 2018).

No Brasil, como resultado de muita luta social, o direito à alimentação é garantido a partir da Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal (PLANALTO, 2014).

Desafios e possibilidades do Serviço Social no enfrentamento da fome

O Serviço Social nasceu na Europa na segunda metade do século XVIII devido à necessidade do capitalismo em apaziguar a luta de classes entre burgueses e proletariado.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais da produção e reprodução dos meios de vida e do trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2008, p.16).

A passagem da sociedade feudal para a sociedade industrial trouxe novas formas de relações sociais e novos conflitos. O pequeno comerciante que tinha seu comércio foi substituído por grandes indústrias e se viu obrigado a ter novas metodologias de trabalho, diante do crescimento do novo modelo econômico, o capitalismo.

A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. (MARX, 1999, p. 9).

O desenvolvimento do capitalismo industrial fez com que os trabalhadores vivessem na extrema miséria. O trabalho transformado em mercadoria fez com que a vida do proletariado inaugurasse uma nova forma reprodução de exclusão social, [...] *a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. (IAMAMOTO, 2008, p. 17).*

Para que o trabalhador não se revoltasse, a burguesia desenvolveu a ideologia da dignidade do trabalho. Essa é uma ideologia que naturaliza todas as mazelas dessa sociedade burguesa.

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. (MARTINELLI, 2000, p. 122).

O período da industrialização evidencia a luta de classes entre burguesia e proletariado, transformando proletariado em problema de questão social que é definida quando duas classes antagônicas disputam direitos, poder e riquezas. Para Iamamoto (2008, p. 114), *a questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta.*

No Brasil, o capitalismo foi introduzido tardiamente, passando de uma economia agrária para uma economia industrial e o Serviço Social teve suas origens profundamente ligadas às mudanças sociais, com bases nos propósitos da Igreja. Nesse período surgem as damas de caridade, realizando ações filantrópicas. O Serviço Social, então, se desenvolve com a perspectiva de apaziguar a luta de classes, sob influência da Igreja Católica no intuito de prestar assistência aos pobres numa perspectiva de conciliação entre as classes.

Da aliança da alta burguesia inglesa da igreja com o Estado nascera, sob a iniciativa da primeira, a sociedade de Organização de Sociedade. Em seus

esforços de racionalizar a assistência, ela criara a primeira proposta do serviço social no terço final do século XIX. (MARTINELLI, 2000, p. 99).

O Serviço Social vai adquirindo a percepção de que o empobrecimento dos trabalhadores é devido às desigualdades de classes, conforme Martinelli (2000, p. 66),

O profissional passa a ter identidade própria, para quem trabalha e o porquê, numa visão crítica, entende que suas práticas são conservadoras e de modo repressivo a fim de controlar a população, tendo que fornecer respostas imediatas e não de solucionar os problemas. A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

O profissional de Serviço Social entende que a realidade está em constante movimento; o que anteriormente se constituía como uma atuação profissional marcada pela influência da Igreja e com aspecto de controle social, na atualidade, já se compreende o surgimento de novas contradições, novas demandas, passando então a ter uma visão macro sobre a realidade em sua totalidade, onde o empobrecimento das pessoas é causado pelo sistema e não pelo próprio indivíduo. Nesse momento, conforme Yamamoto (2008, p.121),

Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares e de sua organização autônoma.

Para o Serviço Social, a fome é compreendida como consequência da má distribuição dos alimentos estrategicamente derivada de uma política econômica mundial. O Estado deveria canalizar sua capacidade de arrecadação para investir adequadamente em políticas públicas, já que as ações focalizadas ou de intervenção do terceiro setor não são o suficiente para que se acabe com a pobreza, se caracterizando como soluções paliativas.

Toda a proposta de desenvolvimento econômico como forma de combater a pobreza (sem enfrentar a acumulação de riqueza, sem questionar a propriedade privada) não faz outra coisa senão ampliar a pauperização. (MONTANO, 2012, p. 280)

Os profissionais assistentes sociais enfrentam os preceitos neoliberais sob a direção do projeto ético-político do Serviço Social. As possibilidades no enfrentamento da fome vão além das necessidades reais de viabilizar melhores políticas sociais, no intuito de igualar as diferenças de classes. Conforme Piana (2009) por meio de uma intervenção competente poderão atender os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

O Serviço Social como operacionalizador da Política de Assistência Social

A política de Assistência Social é uma política de ações da iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas, ainda confundidas como assistencialismo [...] *esse termo é entendido como atenção à pobreza.* (YASBEK, 1997, p.10).

A sociedade capitalista se ocupa em gerar riquezas, mas não se preocupa com a distribuição de alimentos e não oferece condições para que os trabalhadores se alimentem o suficiente para sua sobrevivência e de suas famílias.

O Estado assume as políticas de Assistência, [...] *a assistência deixa de ser um serviço prestado exclusivamente pelas instituições privadas* (PIANA, 2009, p. 90), Por causa do aumento da questão social se fez necessário novos métodos de investimentos em políticas de assistência social.

As políticas assistenciais emergenciais, com caráter regulador, são apresentadas à classe trabalhadora como favor, não como direito dos que delas necessitam, fazendo com que seja mantido o Estado neoliberal, gerando mais desigualdades.

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto à classe subalternas, como sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. (YASBECK, 1997, p. 53).

Segundo Piana (2009), a partir da década de 1980 os profissionais orientados pela concepção Marxista assumem a vanguarda da profissão,

É possível atestar que a profissão nas últimas décadas deu um salto qualitativo em sua formação acadêmica e em sua presença política na sociedade, sabendo de qual lado está (PIANA, 2009, p. 104).

Esse período desencadeou um processo de renovação do Serviço Social, quando em 1993 foi elaborado o novo Código de Ética e um projeto ético-político, dando uma nova direção teórico- metodológica e técnico-operativa para a profissão.

Assim, o projeto profissional tem de oferecer respostas concretas para uma democracia social, política e econômica, indicando os meios de concretizá-las. (PIANA, 2009, p. 111).

As políticas sociais têm caráter universal , porém há uma espécie de seletividade, porque ao mesmo tempo em que é para todos, o acesso sofre uma seleção.

O projeto neoliberal obriga a participação da sociedade assumindo a responsabilidade que é do Estado, assim, a intervenção do Estado é diminuída, as desigualdades sociais se aprofundam, o povo perde a esperança e não se reconhece como classe trabalhadora, perde a consciência a que classe pertence.

A lógica neoliberal é a de reduzir os recursos das políticas sociais universais, transferindo-os para os pagamentos dos juros da dívida pública. (FILGUEIRAS, 2003, p. 202).

Enquanto um pequeno grupo está comprometido com a defesa dos interesses da burguesia, a classe trabalhadora não encontra respostas para sua condição de pobreza, desalento e fome. À classe trabalhadora são destinadas ações paliativas e temporárias em que onde o próprio indivíduo tem que inventar sua própria independência econômica.

Os assistentes sociais, embasados no projeto ético-político, buscam condições objetivas de construção de outra forma de sociedade, que está em constante movimento.

O Serviço Social pela cidadania

Faz-se necessário não só a ampliação de debates sobre a miséria, a subalimentação e a fome, mas também, ações que proponham transformações estruturais de fato, para que então a fome seja apenas uma palavra do passado, que caiu em desuso.

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas (BAUMAN, 2009)

É inegociável aos Assistentes Sociais a empatia, a garra e a ânsia pela transformação societária. É preciso ter ciência da intenção da ação e não ser negligente. Enquanto existir uma pessoa vivenciando a fome, a luta precisa continuar, ela precisa se intensificar.

É imperioso resistir ao pensamento único de solução de mercado para os problemas nacionais, que invalidam o planejamento público como ferramenta de governo e de direção. Esse planejamento, no Brasil, tem que aspirar à construção de um legado, ser marcada pela ousadia de quebrar a espinha dorsal do capitalismo: a apropriação concentrada da riqueza e a expansão destrutiva da natureza, ambas geradoras de violência, miséria e fome (BARATA, 2009, p. 21).

Para isso, o planejamento público demanda elaborar planos, programas e projetos que possibilitem a agricultura nacional alçar voo na modalidade familiar e que a população tenha autonomia de escolha ao ter acesso ao direito à alimentação, para que então, a fome seja apenas uma expressão do pretérito brasileiro.

Finda-se este trabalho, com a crítica do poema do autor cearense Bráulio Bessa: A origem da fome,

Eu procurei entender	De tudo que é do mal
Qual a receita da fome	É consertando a origem
[...]	Que a gente muda o final
Na origem da receita	Fiz uma ponte ligeiro
No egoísmo do homem	Se juntar todo dinheiro
Na partilha que é ma feita!	Dessa tal corrupção
Pro pobre que lhe consome!	Mata a fome em todo o canto
[...]	E ainda sobra outro tanto
Sendo assim	Pra saúde e educação! (BESSA, 2018)

O egoísmo do homem alimentado pelo sistema capitalista neoliberal e a gana pelo acúmulo de capital não permitem que a distribuição dos bens produzidos seja dividida socialmente em equidade; assim, promove a miséria, a subalimentação e fatalmente a fome. A corrupção também é um elemento existente dentro da política mantenedora da fome para que existam tantas pessoas padecendo de fome, que também acarreta na falta do acesso à saúde e educação.

Conclusão

Através da pesquisa bibliográfica, numa perspectiva crítico-dialética, foi possível alcançar os objetivos iniciais, verificando a procedência da fome estrutural

e como ela se dá no neoliberalismo, descrevendo a política econômica do agronegócio que gera uma população faminta e ressaltando a importância do fortalecimento da agricultura familiar na erradicação da fome.

As informações aqui pesquisadas esclareceram que embora o Serviço Social se posicione contra a expansão da ofensiva neoliberal, as políticas públicas não são criadas com o intuito de resolutividade, mas sim para apaziguar os conflitos gerados pelo capitalismo, limitando as ações efetivas do profissional e o acesso da população ao direito à alimentação.

Portanto, o pressuposto teórico foi confirmado; através da Política de Assistência Social, o Serviço social contribui parcialmente no enfrentamento da fome, sendo uma solução paliativa e uma intervenção temporária que não modifica a real causa da fome.

Tem-se como proposta de intervenção para o enfrentamento da subalimentação e da fome no Brasil, o fortalecimento e o investimento em políticas públicas sociais e econômicas referentes à agricultura familiar, à reforma agrária, à distribuição de alimentos que supram as necessidades diárias e programas de transferência de renda.

Referências Bibliográficas

BARATA, Joaquina. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://www.cressrn.or.br/files>aquivos>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista: Zygmunt Bauman, 2009. In: **blog Zahar**. Disponível em: <<https://zahar.com.br/blog/post/entrevista-zygmunt-bauman-2>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BEHRING, Elaine R. *et al.* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BESSA, Bráulio. **Um poema mais que oportuno**: A origem da fome. In: blog o bem viver. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/obemviver.blog.br/2017/08/26/umpoema-mais-do-que-oportuno-a-origem-da-fome-brauliobessa/amp/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984. disponível em:

<<https://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-de-fome-josue-de-castro.pdf>> . Acesso em: 15 jun. 2017.

FAO - **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.**

Disponível em: <<https://polis.org.br/acoes/fao-organizacao-das-nacoes-unidas-para-alimentar-e-agricultura/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**, 2003. Disponível em: <<https://www.flexibilização.ufba.br/c05/filgueiras.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IAMAMOTO, Marilda. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 22. ed. São Paulo: Cortez/CELASTS, 2008.

LUSTOSA, Maria das Graças O. P.. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria L.. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Sidney T. S.. Conceitos Primeiros de Neoliberalismo. **Mediações**. Londrina, v., 13, n., 1-2, p. 192 – 213, Jan/Jun e Jul/Dez, 2008.

MONTANO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Disponível em: <www.scielo.br/scielophp?pid=S0101-66282012000200004>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PIANA, Maria. C.. **O Serviço Social na Contemporaneidade: demandas e respostas**. Disponível em: <books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana9788579830389-4.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PLANALTO. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**.

Disponível em:

<www4.planalto.gov.br/consea/comunicação/artigos/2014/direito-humano-a-alimentação-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 01 out. 2018.

ROSANELI, Caroline F. *et al.* 2015. **A fragilidade humana diante da pobreza e da fome**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bioet/v23n1/1983-8034-bioet-23-10089.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

SOARES, Laura T.. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed., v. 78. São Paulo: Cortez, 2009.

YASBECK, Carmelita. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

ZIEGLER, Jean.. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 2013.

Políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Public policies for the fight against domestic violence against women

Amanda Valeri Dias¹
Maíza Aparecida Moreira²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O trabalho realizado por meio de pesquisa bibliográfica evidencia a gravidade da violência crescente na sociedade, sendo que o alvo principal são as mulheres. A violência doméstica é uma expressão da questão social que atinge mulheres, independente da classe social, raça e etnia. Assim, a importância de políticas públicas que executam a proteção sobre essas mulheres é primordial para a consolidação de seus direitos, sendo indispensável a participação do Estado para garantir a liberdade e vida digna das mulheres em situação de violência. Além do mais, também a participação da sociedade é fundamental para combatermos esse fenômeno crescente.

Palavras – chave: Mulheres, Políticas Públicas, Sociedade, Violência doméstica.

ABSTRACT

The work carried out by means of bibliographic researches highlights the seriousness of the growing violence in society, being women the main target. The violence is an expression of social issues that affects women, regardless of social class, race and ethnicity. Thus, the importance of public policies that perform the protection over these women is essential for the consolidation of their rights, being indispensable the participation of the State to ensure the freedom and dignified life of women in situations of violence. In addition, also the participation of the society is essential to combat this growing phenomenon.

Keywords: Women, Public Policy, Society, Domestic Violence.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada sobre a violência contra as mulheres, especificamente a violência doméstica, que ocorrem nas relações entre pessoas da família independente de faixa etária, raça e classe social.

Apesar de muito antigo, o fenômeno da violência existente na sociedade vem tentando ser superado pelas mulheres desde meados da década de 1930, quando estas tiveram que lutar para conquistar seus direitos que não eram efetivados pela condição de serem mulheres.

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Com essa demanda intensa de mulheres em situação de violência doméstica, a efetivação de políticas públicas foi um grande marco para as mulheres, em que os objetivos iniciais da pesquisa foram: analisar e conhecer as formas de combater a violência doméstica contra mulheres na garantia de acessos aos direitos à saúde e segurança; analisar a procedência dos mesmos aos atendimentos as vítimas e articulação da sociedade quanto ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

A pesquisa analisou de que forma a Lei Maria da Penha está garantindo a proteção das mulheres, dessa forma, procurou conhecer o atendimento prestado pela Saúde, pelas Delegacias de Defesa da Mulher - DDMs e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, políticas que reforçam o direito a proteção das mulheres.

As vítimas de violência apresentam resistência em procurar os serviços, pois, de fato, a violência ocorre em ciclos e um profissional mal instruído não compreenderá sua situação. Portanto, analisar se os serviços prestados são especializados e se há profissionais capacitados para o atendimento das vítimas.

Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foi definido como pressuposto teórico que a Lei Maria da Penha trouxe avanços para a política de enfrentamento á violência contra as mulheres, apesar de ainda prevalecer às interpretações baseadas numa visão patriarcal para a aplicação da referida Lei.

Violência contra as mulheres

A violência sofrida por mulheres se define como expressões da questão social de natureza grave, manifesta-se por diversas formas: a violência psicológica, violência física, violência sexual, violência moral e violência patrimonial.

Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2002, p. 15)

No Brasil, a violência é um fenômeno que atinge a sociedade independente das classes sociais, de raça, gênero. Um projeto realizado pelo G1 (PORTAL G1, 2018), no qual foram apresentados os dados de vítimas de crimes violentos mês a mês no país, indicou que ao menos 11.578 pessoas foram assassinadas nos três primeiros meses deste ano no Brasil. O número de vítimas é ainda maior que esse –

isso porque a estatística não comporta os dados de cinco estados, que não divulgaram todos os números. Dois deles não informam os números de nenhum dos três meses.

Em outra pesquisa realizada no segundo semestre de 2018, pelo site Instituto Patrícia Galvão, estima-se que há 1 estupro a cada 11 minutos, 1 mulher assassinada a cada 2 horas, 503 mulheres vítimas de agressão a cada hora e 5 espancamentos a cada 2 minutos. Assim o Brasil continua sendo um dos Países que mais existe a violência.

Violência doméstica contra as mulheres

Outro tipo de violência que demonstra dados alarmantes é a violência de gênero, [...] *que pode ser entendida como “violência contra a mulher”, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70, por ser esta o alvo principal da violência de gênero.* (TELLES; MELO, 2002, p. 19), contra a pessoa do sexo feminino, cometida por homens, que se dá pelo machismo impregnado na sociedade. A violência contra as mulheres está presente em todos os lugares, além de ser uma violação dos direitos das mulheres, é também questão de saúde pública, pois em suas proporções afetam fisicamente e psicologicamente as mulheres.

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2016),

Estima-se que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido qualquer violência físico e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não-parceiro em algum momento de suas vidas. Ao mesmo tempo, alguns estudos nacionais mostram que até 70% das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo.

A violência doméstica psicológica traz muitas consequências à mulher porque destrói sua liberdade, autoestima e prejudica sua autonomia, deixando-a cada vez mais vulnerável.

Das violências abordadas neste artigo, a doméstica contra as mulheres, que segundo Machado; Gonçalves (2003, p. 26) caracteriza-se como,

Qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens

adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital.

Efetivamente as mulheres são o maior público afetado nesta violência. Frequentemente na maioria dos casos, as mulheres não conseguem quebrar o vínculo com o agressor por depender financeiramente deles, ou/e emocionalmente, ocasionando a submissão. Isso tem a ver, justamente com essa cobrança no papel atribuído às mulheres na sociedade: quando não cumprido suas atribuições no lar, por exemplo, acabam sofrendo punições.

Embora as mulheres fossem conquistando alguns direitos, como por exemplo, o voto, o direito ao trabalho assalariado, a participação na política e acesso à educação, o olhar voltado ao lar era e ainda é mais evidente. Esses papéis foram construídos pela sociedade patriarcal, no qual o homem é sempre mostrado como forte e a mulher inferior e submissa.

Em 2016, tramitaram na Justiça do Brasil mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o que corresponde, em média, a 1 processo para cada 100 mulheres brasileiras. Desses, pelo menos 13,5 mil são casos de Femicídio, fora os casos que não são registrados. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017)

Segundo Soares (2005), na maioria dos casos, a violência doméstica segue de um ciclo com três fases:

a) Momento de tensão: nessa fase podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos. Nesse período de duração indefinida, a mulher geralmente tenta acalmar seu agressor, mostrando-se dócil, prestativa, capaz de antecipar cada um de seus caprichos ou buscando sair do seu caminho. Ela acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizerem as coisas corretamente os incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais.

b) Explosão: A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna administrável e tudo se transforma em descontrole e

destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que essa é a fase mais curta e que será seguida pela fase c, da lua-de-mel.

c) Lua de mel: Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou.

As fases se sucedem em intervalos cada vez menores, tornando os episódios de violência mais frequentes. Para combater essa cultura machista são necessárias políticas públicas que atuem para combater a discriminação de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos.

É possível notar que a política pública é um fenômeno complexo que faz parte da sociedade atual, é uma ferramenta muito importante para o governo atingir seus objetivos. No Brasil a Carta Magna de 1988 estabelece no artigo 5º os direitos e garantias fundamentais de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, estes direitos e garantias apesar de estarem garantidos pela lei são, na prática, diversas vezes desrespeitados. A formulação e implementação de políticas públicas são ferramentas para combater o desrespeito aos direitos estabelecidos na Constituição e na formação de uma sociedade mais justa (BUFÁIÇAL, 2016).

Na década de 19, movimentos feministas agregaram-se para atuar a favor dos direitos iguais as mulheres e homens, e estes estão lutando até hoje para garantir os direitos das mulheres na sociedade.

Para Blay (2003),

A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Com esse movimento, a violência contra a mulher foi ganhando visibilidade, tornando-se público.

Políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Em 2006, as mulheres brasileiras passaram a ter uma lei que a protege da violência. A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha é um marco para as conquistas históricas dos movimentos das mulheres e movimentos feministas, e muito mais que isso, além de trazer medidas de punição prevê também ações públicas para prevenir a violência doméstica e ampliar a proteção à vítima.

A Lei Maria da Penha tem esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cearense e biofarmacêutica; foi casada com Marco Antonio Herredia Viveiros, professor universitário, que a agrediu durante 6 anos. Em maio de 1983, tentou assassiná-la duas vezes, primeiramente com um tiro de espingarda enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Seu marido relatou à polícia que assaltantes invadiram a casa e dispararam o tiro; e a segunda vez foi na tentativa de eletrocutá-la e afogá-la durante o banho. Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha procurou a delegacia de polícia para buscar proteção do Estado, tendo primeiramente conseguindo resguardo judicial para ela e suas filhas contra o marido agressor. Somente após 20 anos o julgamento foi concluído, no entanto, o agressor foi condenado, mas ficou poucos meses encarcerado.

Após ter passado parte da vida sendo agredida, Maria da Penha escreveu o livro *Sobrevivi... posso contar*, e juntamente com defensores dos direitos humanos, no ano de 1998 sua denúncia conseguiu chegar até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil foi condenado, devido ao reconhecimento da tolerância diante a situação vivida por muitas mulheres, não punindo de forma efetiva o agressor e nem garantindo a proteção e prevenção da violência doméstica. (RIBEIRO, 2016).

Essa lei traz a proteção para todo tipo de violência cometido contra as mulheres, uma delas a violência doméstica, que não é apenas física, a Lei Maria da Penha também pune toda agressão psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS

No processo de estruturação da Assistência Social no Brasil pós CF/88, em 2004 surge a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que,

Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (MDS, 2004, p. 05).

Reconhecida como direito do cidadão é responsabilidade do Estado a efetivação de serviços públicos de assistência social para atender a demanda nacional a PNAS tem como objetivo,

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (MDS, 2004, p. 19).

A PNAS enfatiza a proteção social da família e indivíduos, portanto, a violência doméstica se caracteriza como demanda social dos serviços de proteção contra toda a forma de violência contra mulheres e apresenta caminhos para combater a violência nas suas diversas formas, pois fortalece o papel do Estado e a política como direito. (MDS, 2004).

Delegacia de Defesa da Mulher – DDM

A DDM foi um marco histórico para os movimentos feministas,

As DDMs, como já se situou, foram criadas pontualmente no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Foi uma resposta do Estado às reivindicações feminista que, na época, já se referenciavam nos debates dos direitos humanos. Esse serviço significou a objetivação de condições de incorporação das questões relacionadas à violência de gênero e de âmbito privado ao Sistema Judiciário, embora não se tenha generalizado como um serviço disponível aos municípios em geral. (MIRALES, 2013, p. 99-100).

A violência decorrente da diversidade de gênero encontra-se inserida em um contexto social marcado por um pensamento que fortalece a desigualdade entre os sexos. No sentido que tal pensamento, baseados na desigualdade de gênero e na inferioridade feminina, ocasionou a inovação legislativa para proteger essa parte da população vítima da violência de gênero. (MIRALES, 2013.)

A legislação de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, a Lei Maria da Penha, reconhece que é necessário, no interior do sistema

judiciário, a criação de espaços específicos para o atendimento as mulheres, o que supostamente reafirma a necessidade da DDM. (MIRALES, 2013, p. 101-102).

Toda e qualquer forma de violência deve ser coibida pelo Estado, recusada pela sociedade e combatida pela família, para que as mulheres sejam amparadas os serviços devem contar com profissionais preparados a atender a demanda de vítimas de violência doméstica, pois é este o momento em que os profissionais iram orientar e acolher as vítimas para que a violência possa ser cuidada. (MIRALES, 2013).

A demanda crescente de violência contra mulheres posta a DDMs ocasionou na luta por especialização no atendimento.

Com avaliação das experiências que tiveram fonte na análise dos documentos gerados nos atendimentos realizados nas delegacias, puderam ser observados os limites dos serviços realizados pelas DDMs. Um destes limites é a pouca resolução apresentada nas situações atendidas, demonstradas ora pelo retorno da mulher ao serviço, ora pela não apresentação de resultados nos processos judiciais desencadeados, que eram arquivados ou, pode-se dizer, apresentavam resultados que não correspondiam à dissolução do conflito entre casal. (MIRALES, 2013, p.100).

Sendo assim, a demanda transpassa a estrutura dos serviços de acolhimento às vítimas e ocasiona na resistência das mulheres a procurar os serviços, portanto a vítima não correspondida e fortalecida continuam na situação de violência, a demora dos processos e as situações por conta da precarização do serviço ao decorrer levam a desmoralização das vítimas e ao conformismo da população.

Política de Saúde

A Constituição brasileira de 1988 garante saúde como um direito universal e dever do Estado a garantia à população a promoção à saúde pública. Segundo a Lei nº 8.080,

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

A lei fortalece a necessidade da política de saúde e enfatiza o papel do Estado com relações às questões emergentes e na proteção intransigente do ser humano. O

combate deve ser com relação a todas as formas de violência, sendo elas: ameaça, violência física, moral e psicológica, independente de raça, etnia e classe social, por isso a necessidade de profissionais capacitados a atender a demanda posta. (BRASIL, 1988).

Os direitos humanos são definidos como direitos próprios de qualquer ser humano, independentemente das nacionalidades ou de quaisquer outras condições, sendo, portanto, todos os seres humanos, sem distinção, os titulares desses direitos. Determinados direito, como direito a vida, á liberdade e á dignidade, devem ser universalmente protegidos. Isso significa que os Estados não podem violar esses direitos- na verdade, devem efetivar políticas e ações que os promovam. (SCHRAIBER, 2005, p. 106).

A efetivação de políticas públicas e sociais são pilares para o começo de uma proteção e orientação social a demanda de violência doméstica, porém os avanços após as políticas são aos poucos efetivados de maneira ainda fragmentados pelo próprio sistema.

Toda política social é apenas um fragmento das políticas públicas. Não se tem o esgotamento da questão social por meio da ação dos profissionais que atuam e executam as políticas sociais, mesmo porque não é interesse da ordem econômica e social vigente que isso de fato se concretize. As instituições empregadoras dos assistentes sociais dependem de uma previa fragmentação das políticas definidas pelos organismos empregadores que estabelecem a prioridades das políticas públicas como um todo. Atuar na questão social por meio das políticas sociais representa apenas uma parte da ação de um todo que o compromisso profissional do serviço social quer extinguir: as múltiplas expressões da questão social. (SCHRAIBER, 2005, p. 472).

A saúde, historicamente, priorizava a questão da saúde das mulheres voltadas para a reprodução, tornado – se uma imposição da sociedade promovendo questionamentos das mulheres gerando reivindicações por meios para a prevenção da reprodução.

O uso reiterado e ineficaz dos serviços de saúde, tanto de urgência e emergência como de atenção primária, decorre, a nosso ver, da redução do problema às suas manifestações no corpo entendido da perspectiva biomédica, e da conseqüente invisibilização das situações de violências envolvidas. Este processo se tem historicamente uma comprovada eficácia técnica e simbólica, é concebido como medicalização, reduzindo à patologias, problemas que, além de médico-sanitários, são sociais. Desvelar a violência no interior dos serviços de saúde é, portanto, fundamental para que a situação possa ser compreendida em seu todo médico e

social e práticas assistenciais adequadas e intersetoriais, com a qualidade de um cuidado integral, possam ser oferecidas.

Este processo resultaria no entrosamento da saúde com os direitos humanos, e o das mulheres, lidando-se com sua violação em busca da recuperação desses direitos no restabelecimento da ética nas relações interpessoais, além do tratamento integrado dos agravos à saúde constatados e recorrentes. Esta perspectiva recoloca, portanto, os objetivos e o papel dos serviços de saúde, reorientando-os para um cuidado integral na assistência cotidiana e, sobretudo, fazendo-os somar com outras atuações sociais em movimentos ético-políticos contra a violência e a favor de seu controle e prevenção. (PIRES, 2009).

Análise das Políticas Públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Após levantamento de referências bibliográficas é possível verificar que há políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, porém ainda prevalece a interpretação patriarcal na articulação das políticas para as mulheres em situação de violência doméstica. Há resistência das mulheres para que as políticas públicas no processo de enfrentamento da violência contra mulheres se amplie e seja articulada de forma que acesse todas as vítimas.

Conclusão

Após a pesquisa realizada concluiu-se que a violência doméstica contra as mulheres está no seu estágio de aligeiramento constante e existente em suas múltiplas expressões, afetando quaisquer mulheres, independentemente da classe social, da raça e da idade. Após anos de lutas dos movimentos feministas, as mulheres foram conquistando seus direitos, tais como o direito a votar, ao trabalho assalariado, acesso a educação e participação na política. Quebrando assim, um pouco do paradigma de que a mulher é inferior e submissa ao homem.

Com toda essa demanda intensa de mulheres em situação de violência doméstica, o objetivo geral do projeto de pesquisa foi alcançado, pois demonstrou-se a efetivação de políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Chegou-se à conclusão que foram instituídas várias tentativas para a criação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência

contra as mulheres. Além disso, os serviços de saúde também foram ganhando visibilidade para atender mulheres em situação de violência, pois, além de ser uma violação de direitos, também é uma questão de saúde pública.

O pressuposto teórico foi confirmado, pois após anos de lutas, as mulheres conquistaram uma lei que passou a enxergá-las como mulheres de direitos e protegê-las da violência. Conhecida como Lei Maria da Pena, ganhou repercussão e com isso, busca a proteção também para outros tipos de violência contra as mulheres, sendo essas, a violência física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial. Porém, ainda prevalece a interpretação patriarcal da sociedade na aplicação da Lei, tornando-se fragmentada a proteção para as mulheres em situação de violência doméstica.

Referências Bibliográficas

BUFÁIÇAL, Ligia S.. **A importância de Políticas públicas para o combate à violência contra a mulher.** Disponível em: <<https://ligiasillos.jusbrasil.com.br/artigos/353933377/a-importancia-de-politicas-publicas-para-o-combate-a-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 12 de maio 2018.

BLAY, Eva A.. **Violência contra a mulher e políticas públicas.** São Paulo: 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006> Acesso em: 12 de maio 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dados do judiciário sobre violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85640-cnj-publica-dados-sobre-violencia-contra-a-mulher-no-judiciario>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

G1, Portal. **Monitor da Violência.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/mapa-mostra-mais-de-11-mil-assassinados-no-1-trimestre-do-ano-no-brasil.ghtml>> Acesso em: 14 abr. 2018.

Galvão, Patrícia. **Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil.** Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>> Acesso em: 29 nov.2018

_____. **Lei do Femicídio,** Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Lei Maria da Penha**, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

_____. **Lei Orgânica da Saúde**, Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui A.. **Violência e vítimas de crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

MACHADO, Rosana P.. **Cartilha da violência contra a mulher: O Femicídio emerge de uma base social em que diversas formas de abuso da integridade da mulher são naturalizadas no cotidiano**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cartilha-da-violencia-contra-a-mulher.htm>> Acesso em: 30 abr. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS – SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 08 de maio 2018.

MIRALES, Rosana. **Violência de gênero: dimensões da lesão corporal**. Cascavel: Edunioeste, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Alguns números sobre a violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>> Acesso em: 15 abr. 2018.

PIRES, Ana Flávia. **Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para atenção primária em saúde**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400011> Acesso em: 30 nov. 2018.

RIBEIRO, Maiara. **O surgimento da Lei Maria da Penha e a violência doméstica no Brasil**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52584/o-surgimento-da-lei-maria-da-penha-e-a-violencia-domestica-no-brasil>> Acesso em: 09 de maio 2018.

SCHWARTZ, Germano A. D.. **Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHRAIBER, Lilia B.. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Marlise. **Violência contra mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Barbara M.. **Ciclo da violência.** Disponível em:
<<http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/violencia.pdf>>.
Acesso em: 18 jun. 2018.

TELES, Maria; MELO, Mônica. **O que é violência contra mulher.** São Paulo:
Brasiliense, 2002.

População em Situação de Rua

Population in Street Situation

Ana Carolina Bernardes de Oliveira¹
Maria Celma de Jesus Dutra²
Lívia Marinho de Moura³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O avanço tecnológico, a industrialização e a conseqüente migração dos campos para as cidades fizeram com que aumentasse o contingente de pessoas nas áreas urbanas, levando muitas pessoas a viver em situação de rua. Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS buscou elaborar medidas que permitissem ao cidadão em situação de rua ter suas necessidades básicas atendidas. Por meio do Centro Pop o MDS busca-se promover a inclusão social destas pessoas. A partir de revisão bibliográfica, este estudo mostrou a atuação do Assistente Social na garantia de direitos à população em situação de rua, identificando quem são e analisando as políticas para esse grupo e observando a atuação do Assistente Social junto no Centro Pop.

Palavras-chave: Assistente Social, Centro Pop, Garantia de Direitos, População em Situação de Rua.

ABSTRACT

Technological advancement, industrialization and the consequent migration from the countryside to the cities has causing an increase in the number of people in urban areas, leading many people to live on the streets. In this context, the Ministry of Social Development MSD sought to elaborate measures that would allow the citizens in a street situation to have their basic needs attended. Through the Pop Center MSD seeks to promote the social inclusion of these people. Based on a bibliographical review, this study shows the role of the social worker in guaranteeing rights to the population living in the street, identifying who they are, analyzing policies for this group and observing the work of the social worker together at the Pop Center.

Keywords: Social Worker, Pop Center, Guarantee of Rights, Population in Street Situation.

Introdução

Esta pesquisa teve como tema a População em Situação de Rua, delimitando-se nas formas de contribuição do Assistente Social na garantia de direitos a essa população.

Como objetivo geral buscou-se pesquisar a atuação do Assistente Social na garantia de direitos à População em Situação de Rua, e como objetivos específicos

¹Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

²Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

procurou identificar a população em situação de rua, quanto aos aspectos sócio-econômico-culturais; analisar as políticas voltadas para a população em situação de rua e observar a atuação profissional do Assistente Social junto aos usuários do Centro Pop.

O pressuposto teórico que norteou a pesquisa foi o de que o Assistente Social, durante o atendimento, acolhe o usuário avalia a demanda e diante dessa demanda realiza atendimento e, se necessário, realiza os encaminhamentos para a rede de serviços, em uma perspectiva de garantia dos direitos.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, na qual se buscou conceituar o objeto de estudo, bem como esclarecer a temática sob o prisma dos preceitos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2011, apresentando ainda os marcos históricos das políticas públicas voltadas ao atendimento à população em situação de rua.

Foram utilizadas as contribuições de Maria Lucia Lopes da Silva para compreender com maior profundidade questões relacionadas à população em situação de rua e o que leva a essa condição e para compreender melhor o contexto do Serviço Único de Assistência Social - SUAS foram utilizados os estudos de Maria Carmelita Yazbek.

Marcos históricos da população em situação de rua

Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2011), as organizações civis de diferentes setores se articularam em torno da conquista de diferentes liberdades democráticas e justiça social já no final da década de 1970. Nesse processo emergiram novas demandas sociais que, colocadas na pauta de reivindicações da sociedade brasileira, buscavam a ampliação dos direitos de cidadania e da participação política.

Nos anos de 1980, ocorreu um agravamento das questões sociais, pois as cidades cresciam devido ao capitalismo, mas não houve investimentos em infraestrutura, habitação e saneamento básico.

Muitas pessoas migraram das zonas rurais a procura de emprego. Pessoas com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, não tiveram possibilidade, ficando jogadas à margem do desenvolvimento. Como essas pessoas não

conseguiram trabalho e não tiveram acesso a benefícios e direitos garantidos, buscaram na rua sua única forma de sobrevivência. (MDS, 2011).

Com o agravamento das expressões da questão social, houve um aumento significativo de crianças, e até famílias vivendo em situação de rua.

A luta dos movimentos sociais pela cidadania resultou em direitos inscritos nos artigos 5º e 6º da Constituição Brasileira de 1988 que precisavam ser concretizados a partir da implementação de políticas públicas para esse segmento da população. Nesse contexto, entrando na década de 1990, foi instalado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua (1993), que congregava trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas e militantes, dentre outros. (MDS, 2011, p. 15).

O Grito dos Excluídos foi uma das ações promovidas pela Pastoral Social em 1995, mobilizando indivíduos, organizações e movimentos sociais, dando visibilidade às necessidades da população em situação de rua.

Em 2005 foi definida uma estratégia na construção de política pública para as pessoas em situação de rua. No mesmo ano a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, o qual teve a participação de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não governamentais, e também representantes do próprio MDS.

Com o I Encontro foi aprovada a Lei Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas que vivem em situação de rua, procedendo à alteração no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. (MDS, 2011).

Em 2009 houve o II Encontro Nacional no qual se discutiu sobre a População em Situação de Rua, e validou-se a proposta intersetorial Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, onde definiu essa população como,

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (MDS, 2011, p. 23).

Para fortalecer a política para essa População o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, aprova por meio da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, possibilitando, através dessa normativa, a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social, organizados por nível de complexidade, como básica e especial, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o serviço ofertado à População em Situação de Rua se encontra dentro do Bloco de Proteção Social Especial Média Complexidade – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Normativas do SUAS relacionadas a população em situação de rua

Conforme Yasbek (2009), o início de uma resposta para as lutas pela garantia dos direitos socioassistenciais se deu com a Constituição Federal de 1988, sendo um grande marco histórico no qual fica preconizado o Sistema da Seguridade Social, incluindo-se nessa garantia tanto a previdência como a saúde e a assistência social.

Inegavelmente, a Constituição Federal de 1988 e posteriormente A Lei Orgânica da Assistência Social (07/12/1993) introduzem nova qualificação para a assistência social, diferenciando-a do assistencialismo, e situando-a como política pública de Seguridade voltada à extensão de direitos sociais às classes subalternizadas da população brasileira. (YAZBEK, 2009, p.12).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), através da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no ano de 2004 elaborou e aprovou a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro da Seguridade Social, garantindo o direito a todos que dela necessitar, sem contribuição prévia, incluindo a população em situação de rua.

O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental para a política, Como sabemos, é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefício no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social. (YAZBEK, 2009, p.12).

Através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), foi instituída a Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que auxilia os serviços continuados e acolhimento institucional para a população em situação de rua, mas somente para municípios de grande porte com mais de 250 mil habitantes.

No ano de 2007 e 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e publicada em 2009, realizada sob coordenação do MDS. Essa pesquisa forneceu dados sobre a população em situação de rua para implantação de políticas públicas para esse segmento.

Um avanço significativo foi em dezembro de 2009, quando foi formalizado o decreto nº 7.053, instituindo Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento.

No mesmo ano, em 11 de novembro de 2009, foi aprovada a Resolução nº 109, efetivando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, representando um avanço significativo para a concretização da oferta de ações às pessoas em situação de rua.

De acordo com a Tipificação Nacional, os serviços destinados a População em Situação de Rua estão dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço Especializado em Abordagem Social e Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional para indivíduos ou famílias em Situação de Rua e Serviço de Acolhimento em República.

[...] o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é destinado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. (MDS, 2011, p. 67).

Em 2009 houve o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, e validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Após alguns anos, em 06 de julho de 2011, foi aprovada a lei nº 12.435, que altera a LOAS, garantindo a continuidade do SUAS e assegurando bases sólidas para a política de Assistência Social.

O SUAS organizou as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social. A primeira é a proteção social básica, destinada a prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

É relevante citar que o SUAS comporta quatro tipos de gestão: União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da união passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação ou ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica - NOB / SUAS. (MDS, 2011).

De acordo com as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS, definidas na NOB/SUAS, compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente. (BRASIL, 2006, p. 12).

Todas essas normativas são marcos importantes, constituem momentos de discussões acerca de uma população que sofre discriminação e tem direitos violados, criando políticas públicas, para protegê-los.

Dados da pesquisa nacional sobre população em situação de rua

O primeiro censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS entre agosto de 2007 e março de 2008 sendo publicada em 2009. Essa pesquisa representou,

[...] um grande avanço no país no que diz respeito à ampliação dos conhecimentos necessários ao aprimoramento de políticas. Assim, o levantamento permitiu caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para esse segmento. Possibilitou, também, compreender a heterogeneidade dos modos de vida dessa população, a exemplo das suas características socioeconômicas, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa etária, fontes de renda, relações e vínculos estabelecidos, dentre outros aspectos. (MDS, 2011, p. 25).

Através da Pesquisa foi possível identificar que 31.922 pessoas adultas vivem em situação de rua distribuídas nas 71 cidades em que o levantamento foi conduzido, possibilitando reunir informações para compor o perfil e dinâmica de vida dessa população. Foi possível constatar que os maiores motivos que levam as pessoas a morar nas ruas são: alcoolismo/uso de drogas (35,5%), perda de emprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). (MDS, 2011).

Com os dados obteve-se o levantamento de que a maioria das pessoas que vivem nas ruas é constituída por homens, totalizando 82%. Dessa porcentagem, a maioria é jovem: 15,3% sendo homens na faixa etária dos 15 aos 25 anos e o maior número de homens que vivem nessa mesma situação são dos 26 aos 35 anos, com 27,1%. (MDS, 2011).

Já a população feminina representa os outros 18% do total de pessoas que vivem em situação de rua. A maioria das mulheres também é jovem e está nas ruas com idade menor do que a dos homens: 21,7% delas tem entre 18 e 25 anos, e 31,6% tem entre 26 e 35 anos.

Um dos dados revelados na pesquisa é de que a minoria da população em situação de rua, sendo 15% pedia dinheiro nos espaços públicos para sobreviver, sendo a maioria 58,6% pessoas que tinham alguma profissão e trabalho informal.

Ao contrário do que se pode acreditar no senso comum, a maioria dos moradores de rua são trabalhadores. Grande parte deles, 70% exerce uma atividade com remuneração e 52,6% afirma ter alguma profissão, mesmo que fazendo parte da chamada economia informal; na qual não há um trabalho fixo, contratação oficial e carteira assinada. As atividades mais praticadas por eles são: catador de materiais recicláveis (27,5%) Flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil, pedreiro (6,3%) e limpeza (4,2%) entre outras, sendo que a grande maioria dos entrevistados (47,7%) nunca teve carteira de trabalho assinada. (MDS, 2011).

Uma grande dificuldade apresentada por essa população é a falta de documentação pessoal, sendo 25% dos entrevistados, o que prejudica assim o acesso a serviços públicos e emprego formal. Através dos dados elencados também foi possível identificar que a maioria dessa população tem baixa escolaridade, tendo em vista que 75% sabia ler e escrever e 15% não são alfabetizados.

Quanto à cor de pele, de todas as pessoas que vivem nas ruas, 39,1% se autodeclararam pardos na pesquisa; 29,5% se declaram brancos e 27,9% se declaram pretos. (MDS, 2011).

No censo do IBGE (2009) que junta negros e pardos, contabilizou a população brasileira em 53% de negros e 46% de brancos. Levando em conta a população em situação de rua, se formos usar o mesmo método, a representação negra é de 67%, bem mais alto que a sua representação da população brasileira. (MDS, 2011).

A situação de rua facilmente passa de temporária para permanente no Brasil.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua identificou que a maioria da população costumava dormir na rua (69,6%), sendo que apenas cerca de 20% preferia dormir em instituições. Buscavam as instituições de acolhimento para higiene pessoal e necessidades fisiológicas, embora um terço tomasse banho na própria rua e uma pequena minoria buscasse a casa de amigos ou parentes para cuidar da higiene pessoal. (MDS, 2011, p. 28).

Com esse recorte é possível fazer a análise de que a maioria da população de rua ainda não procura os serviços que lhe garantem o direito e o favorecimento para que tenham uma vida mais digna e saudável, conforme Silva (2009), são negros, pobres, de baixa escolaridade e na maioria das vezes se encontram em situações precárias; pessoas que nasceram em regiões empobrecidas e territórios demarcados pela violência. Sobrevivem de estratégias, já que o Estado não cumpre seu papel em garantir os direitos dessa população.

Deve-se nos atentar também, quanto a questão de culpar e individualizar a situação que o indivíduo se encontra, questionar se foi uma escolha que ele fez sozinho, ou uma situação que o levou a tal condição. (SILVA, 2009).

Destarte, pode-se inferir que esse fenômeno, que possui múltiplas determinações imediatas vinculadas a trajetória ou a vida de cada pessoa atingida por ele, tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, no contexto do processo violento e sanguinário de expropriação dos produtores rurais e camponeses que ficavam privados de suas terras e foram compelidos a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho em formação, no início da industrialização europeia, sem que todos tivessem sido absorvidas pela produção capitalista. Os que foram absorvidos transformavam-se em assalariados sem direitos e os que não o foram transformaram-se em mendigos, vagabundos e ladrões. (MARX, 1988 apud SILVA, 2009, p. 101).

Com o advento do capitalismo as pessoas tiveram que optar em aceitar esse sistema e se enquadrar a ele, os que se não se enquadraram, não conseguiram se autossustentar, perderam suas casas e passaram a viver em situação de rua.

A atuação do Assistente Social na garantia de direitos à população em situação de rua

A Atuação do Assistente Social nos serviços voltados à População em Situação de Rua deve orientar-se por uma perspectiva crítica da realidade, buscando a construção de estratégias e alternativas para atender as complexas demandas desse público e o enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, o qual estejam vivenciando.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2011), durante o atendimento, o Assistente Social deve ter uma escuta qualificada da demanda dos usuários, compreendendo sua trajetória de vida e contexto familiar, social, histórico, econômico e cultural. O trabalho deve acontecer em rede, dando atenção integral e garantindo o acesso a direitos. Também deve ser trabalhado o desenvolvimento de potencialidades, a ressignificação de vivências e a construção de novos projetos de vida visando ao processo de saída das ruas.

Frente a essas considerações, do ponto de vista metodológico, faz-se importante compreender melhor a atuação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede. Atuando de forma complementar, estas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social com as pessoas em situação de rua no Serviço. (MDS, 2011, p. 79).

A acolhida se dá através do referenciamento do usuário que chega ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, por demanda espontânea ou encaminhamento da rede, sendo um importante momento para o atendimento inicial e a escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pelos indivíduos ou famílias no acesso ao Serviço. Tem como objetivo compreender as situações vivenciadas, identificar demandas, conhecer as expectativas dos usuários e iniciar a construção de vínculo para o desenvolvimento do trabalho.

A acolhida é um momento importante, pois é a chegada do usuário ao serviço, sendo o momento onde o Assistente Social irá sensibilizar o indivíduo para o início do acompanhamento, encaminhando para a rede de serviços.

Nesse momento o Assistente Social também deve sensibilizar o usuário a participar das atividades ofertadas e também das regras estabelecidas para o bom funcionamento do serviço ofertado pelo Centro Pop.

A postura acolhedora se expressa também na valorização da participação dos usuários no Centro Pop, na construção de regras compartilhadas e definidas coletivamente e na proposição de novas atividades e formas de convívio social, diante das questões surgidas no cotidiano e do próprio amadurecimento do Serviço etc. A construção conjunta de regras de convívio sobre o uso do espaço e os meios de participação nas atividades desenvolvidas são formas de acolher que contribuem para que os usuários se sintam membros de um coletivo e se fortaleçam os vínculos de pertencimento. (MDS, 2011, p. 82).

O Assistente Social deve elaborar o Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar, no qual realiza acompanhamentos especializados que contemplem atendimentos continuados, individuais, familiares de cada pessoa, além de ações que proporcionem o fortalecimento ou resgate da autoestima e autonomia das pessoas atendidas.

A Ênfase do plano de acompanhamento individual e/ou familiar deve ser a construção de estratégias mais eficazes para o acompanhamento das pessoas em situação de rua de modo a não ser transformado em mera formalidade. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família. (MDS, 2011, p. 85).

A articulação com a rede de serviços é necessária e representa um importante recurso para a inserção dessa população na rede de proteção social, possibilitando a construção do processo de saída das ruas. A inserção da população em situação de rua em outros serviços e instituições da rede de atendimento deve partir da avaliação das demandas pela equipe técnica. (MDS, 2011).

O trabalho realizado em rede pode ser potencializado com a construção de fluxos e protocolos de atendimento intersetorial, para facilitar a efetivação dos encaminhamentos.

A situação de rua geralmente é ocasionada por acontecimentos diversos e complexos que abrangem vivências de violações de direitos que demandam intervenções qualificadas, concretas e eficazes de toda a rede de atendimento.

É de extrema importância a atuação do Assistente Social com respeito e dignidade à População em Situação de Rua, seguindo o código de ética para que seus

direitos sejam garantidos e minimizado todo sofrimento, discriminação e direitos violados sofridos por essa população.

O Assistente Social trabalhará junto à população de rua e garantirá seus direitos, não só no Centro Pop, mas também em outros serviços como: Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Acolhimento Institucional modalidade Abrigo Institucional e Serviço de Acolhimento em República. (MDS, 2011).

A execução do serviço ofertado pela Abordagem Social se dá através da busca ativa da população de rua em seus territórios. O Serviço de Abordagem se tornou uma das principais formas de acesso dessa população ao Centro Pop. O Assistente Social que trabalha nesse serviço deve dispor de conhecimentos e habilidades para que o contato inicial com o usuário seja de forma tranquila, para que o mesmo aceite o atendimento e posteriormente o acompanhamento. (MDS, 2011).

O Serviço de Acolhimento e República são serviços destinados ao acolhimento provisório de Pessoas em Situação de Rua, devido ao abandono, migração, ausência de moradia ou falta de condições de autossustento. O Assistente Social nesses dois serviços trabalha com o usuário na construção do processo de saída das ruas. (MDS, 2011).

A busca pela garantia de direitos da população em situação de rua

A importância da implantação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centro Pop, no âmbito de política de Assistência Social em consonância com o conceitos e bases do SUAS, traz para a População em Situação de Rua um equipamento que irá garantir seus direitos.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2011), no espaço do Centro Pop deve - se assegurar a acolhida com postura ética de respeito à dignidade, diversidade e não discriminação, garantindo a seus usuários todos os direitos pertinentes. A implantação desta unidade pública e estatal marca no país a emergência de um novo paradigma em relação ao atendimento às pessoas em situação de rua.

A discriminação da sociedade faz com que a população em situação de rua seja alvo de atitudes como a falta de respeito, indiferença, invisibilidade e até práticas de violência física. Devido a esse cenário, faz se necessárias ações públicas

que busquem orientações à sociedade sobre os direitos dessa população, no sentido das políticas tomarem força para o enfrentamento dessas violações e posteriormente para a reconstrução de novos projetos de vida, como a saída das ruas. (MDS, 2011).

Vale ressaltar que os Serviços e Programas devem ser pautados na garantia de direitos, tendo sempre uma atitude positiva, desvinculada de práticas higienistas e preconceituosas para que o atendimento não se torne um instrumento de discriminação e agravamento dessa condição de vida. Toda rede de serviços deve estar atenta a essas questões, para que a barreira entre a população de rua e demais cidadãos não se torne maior. (MDS, 2011).

Elencando as diversas lutas e conquistas históricas da População em Situação de Rua, não se pode negar o longo caminho percorrido para superar o preconceito, a intolerância, a negação do direito e as práticas assistencialistas. Essas lutas também se deram para incluir a situação de rua na agenda pública e implementar conforme previsto na Constituição Federal e expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos políticas que assegurem a esse segmento o acesso a direitos, pautadas no respeito à dignidade da pessoa humana.

O Estado brasileiro, ao reconhecer e garantir à pessoa em situação de rua todos os direitos devidos à pessoa humana, com base nos princípios de igualdade e equidade, reconheceu que esses direitos ainda não lhes foram totalmente garantidos. Nesse contexto, representou um importante avanço, no campo da legislação brasileira, a aprovação da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005 que alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incorporando à LOAS a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, o que reafirmou o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de rua no Brasil. (MDS, 2011, p. 31- 32).

Com a Implantação do Centro Pop, o serviço ofertado se tornou referência na garantia de atenção especializada as Pessoas em Situação de Rua, sendo que estas utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência. As ações ofertadas por este serviço devem possibilitar aos usuários o fortalecimento pessoal, vínculos interpessoais, familiares e comunitários que oportunizem a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, para o enfrentamento das vulnerabilidades e o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, possibilitando o processo gradativo de superação da situação de rua, rompendo com culturas pautadas no preconceito, na intolerância e no assistencialismo. (MDS, 2011).

Através da equipe técnica é oferecido um trabalho para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e articulação com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve proporcionar vivências que favoreçam o alcance da autonomia, estimulando a mobilização e a participação social dos usuários, também oportuniza espaços e atividades que possam efetivamente contribuir para que o Centro Pop se constitua como referência no território para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. (MDS, 2011).

O Serviço configura-se como um importante canal para a inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único, para Programas Sociais do Governo Federal, a partir da realização dos encaminhamentos para sua viabilização. Com as providências necessárias à inclusão no Cadastro Único, o Serviço deve dispor de registros próprios dos dados das pessoas em situação de rua, permitindo uma possível localização da família ou pessoa de referência. Quando necessário, este serviço deverá promover também o acesso à documentação pessoal, de modo a assegurar o direito à cidadania. (MDS, 2011).

O Centro Pop é um espaço de referência para as pessoas em situação de rua, no qual é ofertada alimentação diária, banho, lavagem de roupas e guarda de pertences.

Também são realizadas atividades de convívio e socialização, trazendo reflexões através de palestras e atividades de artesanato, nas quais confeccionam produtos para geração de renda.

Portanto, o serviço social se faz muito necessário, devido a inúmeros fatores como: às mazelas sociais; ao modo como a sociedade está constituída; como a cultura introjetada interfere nas relações entre homens, mulheres, trabalhador e patrão; somando às pressões que a mídia sobrecarrega. A população em situação de rua vem crescendo muito, e com isto o preconceito das pessoas também tem aumentado, cada vez fica mais difícil da pessoa em situação de rua voltar a se reintegrar.

No Centro Pop, o Assistente Social elabora acompanhamento individual, ou familiar de cada pessoa propondo ações que levem ao fortalecimento de vínculo ou resgate da autoestima e autonomia, atentando-se para as necessidades imediatas de cada usuário.

A atuação do Assistente Social é importante, pois será preciso fazer a mediação dos serviços prestados às pessoas em situação de rua, no caso, a saúde, educação, proporcionando direitos que são garantidos a eles por lei. É um trabalho diário que requer um comprometimento ético-político e um olhar crítico diante de toda estrutura social no Brasil.

Conclusão

A atuação do Assistente Social na garantia de direitos à população em situação de rua é fundamental durante o atendimento no Centro Pop. Por meio deste estudo, constatou-se que a atuação do Assistente Social se mostra de extrema importância, pois ele fará a mediação dos serviços prestados às pessoas em situação de rua não só no Centro Pop, mas também junto a outras políticas, como, por exemplo, saúde, educação, dentre outras. Para tanto, é necessário um trabalho sistematizado e documentado, respeitando os padrões estabelecidos nas normas, decretos e diretrizes de atendimento.

O pressuposto teórico foi confirmado, pois a partir da leitura reflexiva e crítica dos estudos apresentados foi possível concluir que o Assistente Social, por meio de sua atuação, contribui na garantia de direitos voltados para população em situação de rua. Essa garantia se dá através de uma escuta qualificada, identificação de demanda e encaminhamentos para a rede de serviços.

O objetivo geral foi atingido, pois foi identificada a importância da atuação do Assistente Social na garantia de direitos à população em situação de rua, bem como apresentada a caracterização dessa população quanto aos aspectos sócio-econômico-culturais. Foi observado que a população em situação de rua vive de maneira vulnerável e, ao perder os vínculos com seus familiares, demandam a atuação deste profissional para resgatar e fortalecer os vínculos, além de promover ações que propiciem a inclusão social e o resgate da cidadania.

Concluiu-se que as políticas públicas para assegurar a inclusão social e sanar as questões inerentes à população em situação de rua são de extrema importância,

porém, não basta que as leis e diretrizes sejam promulgadas, devem ser conhecidas e seguidas, cabendo ao Assistente Social trabalhar para efetivação dessas políticas e as pessoas que delas necessitam.

Portanto, o trabalho do Assistente Social no Centro Pop deve manter um olhar humanizado às demandas da população em situação de rua, sendo necessário compreender o contexto que os levou à essa condição e propor ações e estratégias de inclusão social, bem como o fortalecimento e a retomada de vínculos com os familiares destas pessoas, buscando sempre melhorar suas condições de modo que possam ter uma vida digna.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. **Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, n. 225, 25 nov. 2009.

_____. **Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB - RH/SUAS). Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

SILVA, Maria L. L.. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

YASBEK, Maria C.. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

